



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

SIMONE RAMOS MARINHO

***CLUB RIO CONTENSE: SOCIABILIDADE, INSTRUÇÃO E
ASSISTÊNCIA NO SERTÃO REPUBLICANO
(RIO DE CONTAS, 1902-1966)***

Salvador - BA
2017

SIMONE RAMOS MARINHO

***CLUB RIO CONTENSE: SOCIABILIDADE, INSTRUÇÃO E
ASSISTÊNCIA NO SERTÃO REPUBLICANO
(RIO DE CONTAS, 1902-1966)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lina Maria Brandão de Aras

Salvador - BA
2017

M339 Marinho, Simone Ramos
Club Rio Contense: sociabilidade, instrução e assistência no sertão republicano (Rio de Contas, 1902-1966) / Simone Ramos Marinho. – Salvador, 2017.
294 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lina Maria Brandão de Aras.
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2017.

1. Serviço social de grupo. 2. Interação social. 3. Clubes - Rio de Contas (BA) - Socialização. I. Aras, Lina Maria Brandão de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

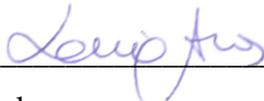
CDD – 361.4

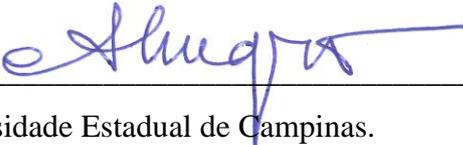
TERMO DE APROVAÇÃO

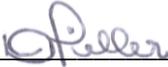
SIMONE RAMOS MARINHO

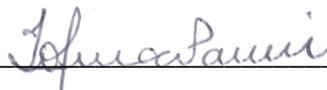
**CLUB RIO CONTENSE: SOCIABILIDADE, INSTRUÇÃO E ASSISTÊNCIA NO
SERTÃO REPUBLICANO (RIO DE CONTAS, 1902-1966)**

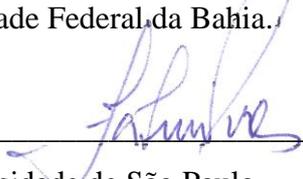
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Lina Maria Brandão de Aras – Orientadora  _____
Doutora em História pela Universidade de São Paulo.
Professora Titular da Universidade Federal da Bahia.

Antonio Luigi Negro  _____
Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas.
Professor Associado da Universidade Federal da Bahia.

Dalila Müller  _____
Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas.

Iole Macedo Vanin  _____
Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia
Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia.

Maria de Fátima Novaes Pires  _____
Doutora em História pela Universidade de São Paulo.
Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 14 de março de 2017.

À Moisés, pelo incentivo de sempre.

AGRADECIMENTOS

Após praticamente cinco anos de dedicação (incluindo o ano de preparação para a seleção), quase integral, a esta tese pressupõe-se que muito se tem a agradecer. Gostaria de antemão me justificar por eventuais esquecimentos afirmando que tenho consciência de que nada pode ser realizado sem a ajuda do outro.

Contrariando ao que se espera do estereótipo de um historiador, inicio por agradecer a Deus. Tenho certeza de que tudo que aconteceu, todas as oportunidades e pessoas que apareceram no meu caminho e que, de certa forma, levaram à realização desta tese foi por seu intermédio e determinação.

No plano material, a primeira pessoa que gostaria de agradecer é a Doutora Lina Maria Brandão de Aras, professora, orientadora, incentivadora, facilitadora e... amiga! Assim podemos nos considerar depois do que vivemos ao longo desses anos. Obrigada, Lina, por ter recebido este projeto e me ajudado a dar-lhe vida.

Agradeço a todos os professores doutores que contribuíram para refinar meu olhar sobre meu objeto de pesquisa e, em especial, neste sentido, a Antonio Fernando Guerreiro de Freitas pelas sugestões valiosas e a Gabriela dos Reis Sampaio de cujas aulas (História Social) saí com perguntas angustiantes, mas que, com certeza, por isso mesmo me ajudou neste exercício de historiar.

Aos colegas, não poderia, também, deixar de agradecer, visto que muito do nosso trabalho depende do debate, da troca. Alguns se tornaram mais próximos e, portanto, essa troca aconteceu de maneira mais intensa. Por isso, meu agradecimento especial a Anderson e Luizão, amigos sergipanos do “cabrunco”, no melhor sentido do termo.

Da mesma maneira, agradeço à banca de qualificação, especialmente, aos Professores Doutores Antonio Luigi Negro e Maria de Fátima Novaes Pires por terem me ajudado a delinear melhor minha abordagem. A partir da contribuição de vocês passei a limpo o que ainda estava no campo das ideias.

Nessa pesquisa estive em alguns arquivos e, como sabemos, a realidade de cada um deles é bastante específica. Agradeço àqueles funcionários que, de alguma forma, buscaram me ajudar. Devido ao meu tema, tive a sorte de a maior parte das minhas fontes estar concentrada no Arquivo Municipal de Rio de Contas e mais sorte tive de poder contar com o trabalho de um quarteto maravilhoso que se empenhou, de todas as formas, para atender às

minhas solicitações. Agradeço imensamente a vocês: Gardênia, Eucária, Vanília e Daniela. Aqueles dias de pesquisa foram muito agradáveis.

Ainda referente ao trabalho de arquivo, agradeço à minha família que me deu apoio para que eu pudesse realizar esta pesquisa. Meu pai, Antonio, meus irmãos e minha irmã que, mesmo indiretamente, me deram suporte para pesquisar e à minha mãe, Maria, que, desta vez foi eleita como minha auxiliar de pesquisa.

Finalmente, minha gratidão a Moisés por ter me estimulado a retornar ao caminho da História e juntos termos começado tudo isso. Obrigada por ter se dividido nos papéis de colega de arquivo, auxiliar de pesquisa, leitor e crítico. Mas, para além das incumbências da vida acadêmica, obrigada pelos sorrisos, pela companhia, enfim, por ser meu alicerce.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) agradeço o suporte financeiro que permitiu a realização, em tempo, desta tese.

La gran historia, académica y universitaria, tenía bastante ya con la religión, la política, la economía y la revolución. Pero hoy nos damos cuenta de que todo lo ocurrido es digno de interés, y que es anticientífico distinguir materiales históricos nobles de otros que serían fútiles. (...) Si el sentimiento de la familia, si las formas de la piedad, si incluso el amor y la muerte, tienen una historia y están en la Historia, ¿por qué no habría de tener-la, a fin de cuentas, la sociabilidad?

(AGULHON, 2009, p. 37)

RESUMO

Esta tese estuda as relações de sociabilidade da elite rio-contense, no âmbito do *Club Rio Contense*, “sociedade litteraria, recreativa e beneficente”, associação fundada na cidade de Rio de Contas, em 14 de janeiro de 1902, pelo médico José Basílio Justiniano da Rocha. Pautando-se pela noção de sociabilidade, tal qual definida pelo historiador francês Maurice Agulhon, pretendeu-se analisar as relações interpessoais entre os membros desta associação, entendida como espaço formal de convivência entre os pares, de associação voluntária, edificada pelo lema da “instrução e caridade”. A participação nesta instituição permitiu o compartilhamento de vínculos, o que levou à elaboração de uma identidade de grupo a partir de um processo de identificação e diferenciação. O método da prosopografia possibilitou melhor conhecer esse grupo a partir da construção de um perfil prosopográfico. Associar-se ao *Club Rio Contense* revelou-se como signo de distinção, tendo sido ele local de representação social e política, a partir, principalmente, de sua atuação filantrópica. A pesquisa se estendeu até 1966, último ano em que o *Club Rio Contense* administrou o Ginásio e a Escola Normal, quando a associação encerrou seu compromisso com o lema “instrução e caridade”. Em seguida, o *Club Rio Contense* doou o conjunto escolar à Sociedade Joseleitos de Cristo, pertencente à Igreja Católica. O viés da sociabilidade permitiu, ainda, apreender as relações de convivência desse grupo para além do espaço da associação e, também, identificar aspectos outros da sociedade rio-contense, como seus comportamentos culturais e seus modos de organização social.

Palavras-chave: Sociabilidade; Rio de Contas; *Club Rio Contense*; Filantropia; Elites.

ABSTRACT

This thesis studies the relations of sociability of the rio-contense elite, in the sphere of the *Club Rio Contense*, “society, literary, recreational and charity”, association founded in Rio de Contas city, in January 14, 1902, by the doctor José Basílio Justiniano da Rocha. Lining up for the notion of sociability, as defined by the French historian Maurice Agulhon, it was intended to analyse the interpersonal relationships between members of this association, understood as a formal space of acquaintanceship between the pairs, of voluntary association, built for the lemma “instruction and charity”. Participation in this institution allowed the sharing of links, which led to the elaboration of a group identity starting of an identification and differentiation process. The method of prosopography made it possible to know this group better from the construction of a prosopographic profile. Associate to *Club Rio Contense* proved to be a distinction sign, having been him local of social and politic distinction, mainly, from his philanthropic performance. The research extended until 1966, the last year wherein the *Club Rio Contense* administered the Gymnasium and the Normal School, when the associated ended his commitment with the lemma “instruction and charity”. Then, the *Club Rio Contense* donated the school set to the Society Joseleitos de Cristo, pertaining to the Catholic Church. The sociability bias allowed, even, apprehend the relations of acquaintanceship of this group beyond space of the association and, also, to identify others aspects of the rio-contense society, as their cultural behaviors and their modes of social organization.

Key-words: Sociability; Rio de Contas; *Club Rio Contense*; Philanthropy; Elites.

RÉSUMÉ

Cette thèse étudie les relations de sociabilité d'élite rio-contense, dans le *Club Rio Contense*, "société littéraire, récréative et bienfaisante", association fondée à Rio de Contas, en 14 janvier 1902, par le médecin José Basílio Justiniano da Rocha. Basé sur la notion de sociabilité, comme cela est définie par l'historien français Maurice Agulhon, on a eu l'intention de analyser les relations interpersonnelles entre les membres de cette association, comprise en tant qu'un espace formel de coexistence entre pairs, association volontaire, édifiée par la sentence "instruction et charité". La participation à cette institution a favorisé le partage de liens, qui a conduit à l'élaboration d'une identité de groupe à partir d'un processus d'identification et de différenciation. La méthode prosopographie a permis de mieux connaître ce groupe à partir de la construction d'un profil prosopographique. Rejoindre le *Club Rio Contense* s'est révélé comme un signe distinctif, ayant été un lieu de représentation sociale et politique, à partir, principalement, de son activité philanthropique. La recherche a duré jusqu'à 1966, l'année dernière le *Club Rio Contense* a administré le Gymnasium et l'École Normale, quand l'association a pris fin son engagement avec la sentence "instruction et charité". Puis, le *Club Rio Contense* a fait don du ensemble scolaire à la Société Josleitos de Cristo, appartenant à l'Eglise catholique. Le biais de sociabilité a autorisé, encore, appréhender les relations de coexistence de ce groupe au-delà de l'espace d'association et, aussi, identifier d'autres aspects de la société rio-contense, comme ses comportements culturels et les modes d'organisation sociale.

Mots-clé: Socialité; Rio de Contas; *Club Rio Contense*; Philanthropie; Élites.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Capitania da Bahia, em fins do século XVIII	39
Fotografia 1	Rua do <i>Club Rio Contense</i>	62
Fotografia 2	José Basílio Justiniano da Rocha	67
Gráfico 1	Contribuição dos sócios por categoria I	75
Gráfico 2	Contribuição dos sócios por categoria II	76
Fotografia 3	Teatro São Carlos (Rua do Capim)	83
Fotografia 4	Teatro São Carlos (Largo do Rosário)	85
Figura 1	Detalhe da Planta da cidade de Rio de Contas	90
Figura 2	Diploma de Sócio Benemérito	96
Organograma 1	Administração do <i>Club Rio Contense</i> – Estatuto de 1902	97
Organograma 2	Administração do <i>Club Rio Contense</i> – Estatuto de 1919	98
Fotografia 5	Fachada do <i>Club Rio Contense</i>	103
Figura 3	Emblema do <i>Club Rio Contense</i>	104
Desenho 1	Bandeira Social do <i>Club Rio Contense</i>	105
Fotografia 6	Fachada do <i>Club Rio Contense</i> (1952)	108
Fotografia 7	Loja Portugal	117
Figura 4	Populares prestam homenagem a Carlos Souto	139
Fotografia 8	Prédio Escolar Barão de Macaúbas	148
Figura 5	Planta de Rio de Contas	183
Figura 6	Distintivo das Protetoras da Bolsa de Caridade	184
Fotografia 9	Capa da Caderneta das Protetoras da Bolsa de Caridade	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População de Rio de Contas	55
Tabela 2	Amostragem do número de associados (1902-1966)	88
Tabela 3	Valores de Monte-Mor	130
Tabela 4	Representantes políticos associados ao <i>Club Rio Contense</i>	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMC	Arquivo Municipal de Caetité
AMMS	Arquivo do Memorial de Medicina de Salvador
AMRC	Arquivo Municipal de Rio de Contas
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PSSSRC	Paróquia Santíssimo Sacramento de Rio de Contas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
TRE-BA	Tribunal Regional Eleitoral – Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I	
RIO DE CONTAS: UMA CIDADE NOS SERTÕES BAIANO	35
Uma vila sertaneja	37
Uma cidade republicana	51
CAPÍTULO II	
<i>CLUB RIO CONTENSE: “sociedade litteraria, recreativa e beneficente”</i>	65
A fundação de um clube “nobre”, “sublime” e “humanitário”	68
<i>O Club Rio Contense, segundo seus estatutos</i>	70
<i>Lazer e divertimento: os jogos de bilhar</i>	77
<i>Uma Biblioteca no Sertão: repositório de conhecimento e práticas de leitura</i>	79
<i>Teatro São Carlos: dinâmica na vida cultural</i>	81
Os “tempos áureos” do <i>Club Rio Contense</i>	86
<i>O cotidiano de uma associação</i>	97
“Reorganizar o <i>Club Rio Contense</i> ”: reestruturação e arrefecimento	105
CAPÍTULO III	
PODER, PRESTÍGIO E DISTINÇÃO DA ELITE RIO-CONTENSE	110
PARTE I	
OS SÓCIOS DO <i>CLUB RIO CONTENSE</i> EM PROSOPOGRAFIA	111
Por uma Prosopografia rio-contense	112
<i>Geração e parentesco</i>	114
<i>Habilidades literárias e distinção por cor</i>	118
<i>Status, riqueza, e poder</i>	120
<i>Impulso associativo dos rio-contenses</i>	133
PARTE II	
OS SÓCIOS DO <i>CLUB RIO CONTENSE</i> E SUAS RELAÇÕES COM O PODER POLÍTICO	137
A República em Rio de Contas	138
CAPÍTULO IV	
CARIDADE: SUBSTANTIVO FEMININO? AS PROTETORAS DA BOLSA DE CARIDADE	164
O gênero da Caridade	169
A Bolsa de Caridade	174
As doze Senhorinhas	190
CONCLUSÃO	197

REFERÊNCIAS	203
APÊNDICES	218
ANEXOS	288

INTRODUÇÃO

*Reconheço e apuras-me confessa-o, que o Club tem
concorrido proficuamente não só para o
desenvolvimento do gosto litterario entre os seus
associados, como para estreitar entre estes as relações
de amisade, que se reforça no trato habitual, na
aprasível convivência das pessoas de espírito
cultivado.¹*

A palavra que define sociabilidade, de maneira mais geral, é convivência. Noção esta que procede da Sociologia, tornou-se histórica ao confluir conceitos básicos da História, tendo sido incorporada ao vocabulário desta disciplina na segunda metade da década de 1960.² Neste sentido, o responsável, em boa medida, por sua introdução ao léxico historiográfico foi o historiador francês Maurice Agulhon, quando da publicação de sua tese intitulada *La Sociabilité méridionale* (confréries et associations en Provence orientale dans la deuxième moitié du siècle XVIII).³

Embora pouco conhecido ou referenciado pela comunidade acadêmica, Agulhon foi um dos principais representantes da terceira geração da *Nouvelle histoire*, especialmente no campo da história contemporânea e política. Jordi Canal (1997, p. 52-53) apresenta três elementos que explicam essa posição particular de Agulhon dentro do movimento:

Antes de tudo, sua dedicação à história contemporânea, o setor onde a renovação proposta tem penetrado com mais dificuldade. Os períodos “estrela” tem sido a história medieval e a moderna. [...] Em segundo lugar, alguns traços do caráter do autor da *La República au village*, como a timidez, a sobriedade ou a moderação, que lhe convertem em pouco dado ao sensacionalismo, às polêmicas e à publicidade. [...] Finalmente, como terceiro elemento e em estreita relação com o precedente, Agulhon não compartilha a generalizada sedução pelas *mídias* desta geração de historiadores. A não participação no que Charle denomina a função midiática do historiador em França, lhe tem convertido em menos conhecido do grande público que outros autores.⁴

¹ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Relatório da Presidência do Dr. José Basílio da Rocha (1914). Documentos anexos. Caixa 04.

² Segundo José D’Assunção Barros (2011, p. 52), é melhor utilizarmos a expressão “noção” em lugar de “conceito”, para determinados termos em História, em virtude da ideia de elaboração progressiva do conhecimento que o termo suscita. A utilização de “conceito”, ao contrário, remete a imagens suficientemente elaboradas, ainda que alguns deles permitam grande margem de polissemismo. Assim, remeter-nos-emos à sociabilidade enquanto noção, diante da constante construção de seus sentidos.

³ Publicada no mesmo ano de sua conclusão, em 1966, por um pequeno editor de Aix: La Pensée Universitaire.

⁴ No original: “Ante todo, su dedicación a la historia contemporánea, el sector donde la renovación propuesta ha penetrado con más dificultad. Los periodos ‘estrella’ han sido la historia medieval y la moderna. [...] En segundo lugar, algunos rasgos de carácter del autor de *La République au village*, como la timidez, la sobriedad o la mesura, que le convierten en poco dado al sensacionalismo, las polémicas y la publicidad.[...] Finalmente, como tercer elemento y en estrecha relación con el precedente, Agulhon no comparte la generalizada seducción por las *medias* de esta generación de historiadores. La no participación en lo que Charle denomina la función mediática del historiador en Francia, le ha convertido en menos conocido del gran público que otros autores.[...]”.

Diante das afirmativas desse autor, compreende-se certo desconhecimento em relação a Agulhon, o que fica patente, pelo menos no Brasil, nos poucos trabalhos que se inspiram em seus estudos. Percebe-se o uso corrente do termo sociabilidade pela historiografia, porém, em sua maioria, não se faz uma discussão conceitual do mesmo. Talvez a pouca oferta de textos disponíveis em português explique esse estranhamento para com Agulhon.⁵

Ao estudar a tradição republicana em Provença, Agulhon afastou-se da história quantitativa, então comandada por Ernest Labrousse, e aproximou-se da história das mentalidades em desenvolvimento. Esta última esboçou uma reação à história quantitativista e ao que os *Annales* e Fernand Braudel representavam, na segunda metade dos anos 1960, ocorrendo “uma volta antropológica, um retorno à política e um despertar da história narrativa” (CANAL, 1997, p. 51).⁶

Para explicar “por que a Provença tradicional, mesmo rural, se transformara, precoce e facilmente, numa terra de eleição e democracia republicana” (AGULHON, 1989, p. 37), Agulhon defendeu a tese de que esta peculiaridade seria atribuída ao caráter ou “temperamento” do povo meridional. A vinculação de temperamento à sociabilidade foi inspirada, principalmente, no etnólogo e historiador Fernand Benoit, “quem já havia postulado a sociabilidade como uma das características do temperamento provençal que permitiam explicar a tendência democrática da região” (BERNALDO, 2009, p. 22).⁷

Além de Benoit, contribuíram para o seu olhar sobre a sociabilidade autores como Georges Gruvitch e Jules Michelet. Do primeiro veio a inspiração da microsociologia e as interações sociais cotidianas, ao passo que Michelet trouxe considerações a respeito da história das mentalidades. Em suas palavras,

temos observado em várias ocasiões até que ponto algumas curiosidades novas, ou consideradas novas, da história de hoje já figuravam em Michelet. Ou, mais precisamente, até que ponto nos esforçamos hoje por traduzir em termos relativamente precisos e racionais o que o grande historiador do século XIX havia sugerido em algumas intuições, ou como lhe agradava dizer, percebidos em um abrir e fechar os olhos (AGULHON, 2009, p. 33).⁸

⁵ O mais perto que se chega à produção deste autor, no Brasil, são as traduções para o espanhol; de outra maneira, o leitor interessado é obrigado a se desdobrar em sua língua original.

⁶ “una vuelta antropológica, un retorno a la política y un despertar de la historia narrativa”.

⁷ “quien ya había postulado la sociabilidad como una de las características del temperamento provençal que permitiam explicar la tendencia democrática de la región”.

⁸ “hemos observado en varias ocasiones hasta qué punto algunas curiosidades nuevas, o consideradas nuevas, de la historia de hoy ya figuraban en Michelet. O, más precisamente, hasta qué punto nos esforzamos hoy por traducir en términos relativamente precisos y racionales lo que el gran historiador del siglo XIX había sugerido en algunas intuiciones, o como le hubiera agradado decir, percibidos en un abrir y cerrar de ojos”.

Diante de tantas influências, Agulhon desenvolveu “uma história da política indissociável da história sociocultural, da antropologia histórica ou, como ele gosta de recordar, da história das mentalidades” (CANAL, 1997, p. 57).⁹ O entrecruzamento entre a História e as Ciências Sociais para definir a sociabilidade indica a dimensão da influência dos *Annales* e seu caráter interdisciplinar sobre este autor, para quem a noção “se trata, então, de uma problemática histórica construída a partir de um olhar etnográfico de um objeto da sociologia” (BERNALDO, 2009, p. 23).¹⁰

Em *El círculo burguês* (2009),¹¹ Agulhon traçou a origem histórica do termo sociabilidade, começando por demonstrar que seus sentidos nos dicionários se diferenciavam da categoria histórica. Os dicionários apresentavam duas definições: uma mais geral, “no essencial, a definir o que separa o homem do animal”; e, outra, que “refere-se à capacidade do indivíduo frequentar agradavelmente seus semelhantes; em tal sentido, o homem (ou o menino) sociável é o contrário do menino tímido, retraído, ‘selvagem’, misantropo” (AGULHON, 2009, p. 31).¹² Diante da amplitude da primeira e estreiteza da segunda, o objeto da história, segundo o autor, estaria “precisamente, entre ambas, mais além do indivíduo singular e mais aquém da espécie” (AGULHON, 2009, p. 31).¹³

Historicamente, a palavra, enquanto categoria filosófica, teria sido cunhada no século XVIII e primeiro utilizada pelo naturalista e metafísico Charles Bonnet (AGULHON, 2009, p. 31-32). Entretanto, “desde o século XVII, ainda que de maneira mais intuitiva, a aplicação do termo a somente algumas porções da humanidade, quer dizer sua extensão à psicologia coletiva, já havia iniciado” (AGULHON, 2009, p. 32-33).¹⁴ Desta forma, empregava-se o termo no sentido de “temperamento” ou caráter de uma sociedade para definir determinadas regiões da humanidade – como quando caracterizou a Provença com um “temperamento meridional”.

A categoria ganhava contorno histórico, já que “sendo uma característica reconhecida da psicologia coletiva, a sociabilidade se encontra na história humana, quer dizer que se pode

⁹ “una historia de la política indisoluble de la historia sociocultural, de la antropología histórica o, como él gusta de recordar, de la historia de las mentalidades”.

¹⁰ “se trata entonces de una problemática histórica construida a partir de una mirada etnográfica de un objeto da sociología”.

¹¹ AGULHON, M. *Le cercle dans la France bourgeoise, 1810-1848*. Étude d’une mutation de sociabilité. Paris: Armand Colin, 1977.

¹² “en lo esencial, a definir lo que separa al hombre del animal”; e outra que “se refiere a la aptitud del individuo de frecuentar agradablemente a sus semejantes; en tal sentido, el hombre (o el niño) sociable es lo contrario del niño tímido, retraído, ‘salvaje’, misántropo”.

¹³ “están , precisamente, entre ambas, más allá del individuo singular y más acá de la especie”.

¹⁴ “desde el siglo XVII, aunque de manera más intuitiva, la aplicación del término a sólo algunas porciones de la humanidad, es decir su extensión hacia la psicologia colectiva, ya había iniciado”.

apreciar de maneira diferencial no espaço e no tempo” (AGULHON, 2009, p. 33)¹⁵ e, assim, ser aplicada a coletividades em tempo, espaço e escala social definidos, pressupostos básicos da disciplina da História.

Diante disso, o que seria a sociabilidade tal qual definida por Agulhon? Em suma, a maneira como os homens vivem as suas relações interpessoais e se inserem em seus diversos grupos. Na medida em que foi desenvolvendo suas reflexões, a noção de sociabilidade foi se aperfeiçoando e, aos poucos, desfazendo certa confusão teórica inicial, mas onde se nota, ainda, uma certa hesitação (AGULHON, 1989, p. 53).

A sociabilidade é, então, a qualidade do que é sociável. Em outras palavras, trata-se das relações interpessoais entre os membros de uma sociedade, que se dá de múltiplas formas. A sociabilidade ou o sistema de relações provoca o compartilhamento de vínculos e sentimentos de pertencimento entre os integrantes sejam eles de relações informais, inclusive cotidianas, ou de uma associação, que pressupõe uma formalidade. Neste sentido, a vida associativa torna-se um tipo específico da sociabilidade, a qual nos interessa particularmente.

Assunto da Sociologia, a associação voluntária segue o princípio de complexidade da vida social e, a partir dela, a sociabilidade se desenvolve no sentido do estabelecimento de vínculos e relações sociais. Segundo Max Weber (2002, p.45), o estar para o outro faz parte do conceito de relação social, que é a “situação em que duas ou mais pessoas estão empenhadas numa conduta onde cada qual leva em consideração o comportamento da outra de uma maneira significativa, estando, portanto, orientada nestes termos”. Embora Weber tenha tratado das relações interpessoais não utilizou o termo sociabilidade. Diferentemente, Georg Simmel (1983, p.168), teorizou sobre o tema, no âmbito das Ciências Sociais, e fez uso do termo:

Aqui, “sociedade” propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo ganham vida própria. São liberadas de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmas e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade.

Segundo Simmel (1983, p. 168), as pessoas seriam motivadas a relacionar-se em associações por causa de interesses e necessidades específicos, mas, também, por uma satisfação derivada desta sociação. A formação de associações seria motivada por um

¹⁵ “siendo un rasgo reconocido de la psicología colectiva, la sociabilidad se halla en la historia humana, es decir que puede apreciarse de manera diferencial en el espacio y en el tiempo”.

“impulso da sociabilidade” que extrai das realidades da vida social o puro processo da sociação como um valor apreciado e, através disso, constitui a sociabilidade no sentido estrito da palavra.

A sociação seria “a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses” (SIMMEL, 1983, p. 166). Neste sentido, Simmel (1983, p.169-170) define sociologicamente a sociabilidade como a forma lúdica da sociação, que “não tem propósitos objetivos nem conteúdo, nem resultados exteriores (...). Seu alvo não é nada além do sucesso do momento sociável e, quando muito, da lembrança dele”.

Agulhon teve acesso ao texto de Simmel, posteriormente, à escrita da sua tese, uma vez que a edição francesa deste autor foi realizada depois de 1966. Para ele a qualidade do texto de Simmel ao tratar da sociabilidade, em seu sentido mais banal, consiste em ter conduzido à análise da socialidade (*socialité*). A noção de sociabilidade de Simmel, segundo Agulhon (1984, p. XII), “une, legitimamente, as duas pontas da cadeia”.¹⁶

A dimensão lúdica da sociabilidade atenua ou torna mesmo imperceptíveis os constrangimentos da vida material (BERNARDO, 2001, p. 20); ao pensar o social puro, a interação em si mesma, também, resulta num tipo ideal, “uma situação totalmente despida de algo que seja exterior a ela” (VELHO, 2002, p. 203).

Dessa forma, o uso da noção da sociabilidade enquanto categoria histórica ajuda a evitar esta tipificação ideal, pois retoma a historicidade da situação. Ainda assim, por vezes, o termo foi e é considerado vago e polivalente. Inclusive, chegou a ser tratado como um tema menor, cujas questões não se centravam numa área específica. Diante do exposto, Agulhon (2009, p. 37-38) considerou

um termo novo, em definitivo, para designar as realidades clássicas que, antes, etiquetávamos como ‘vida cotidiana’, ‘civilização’ ou ‘história dos costumes’. [...] A história da sociabilidade é, de algum modo, a história conjunta da vida cotidiana, intimamente ligada à da psicologia coletiva.¹⁷

¹⁶ “unit légitimement les deux bouts de la chaîne”.

¹⁷ “um término nuevo, en definitiva, para designar las realidades clásicas que antes etiquetávamos como ‘vida cotidiana’, ‘civilización’ o ‘historia de las costumbres’. [...] La historia da sociabilidad es, de algún modo, la historia conjunta de la vida cotidiana, íntimamente ligada a la de la psicología colectiva”.

De toda sorte, a noção de sociabilidade estaria mais bem situada “na interseção da antropologia cultural, da etnologia da vida cotidiana, da sociologia dos lazeres, e, antes claro, no quadro da história social, política e cultural” (GUEREÑA, 2008, p. 165).¹⁸

Em sua multiplicidade de usos e sentidos, a noção, muitas vezes, foi incluída no rol das “miscelâneas” da história das mentalidades ou, mais recentemente, da Nova História Cultural, pelo que foi despida de qualquer repercussão política. No entanto, o próprio Agulhon não considerava ser possível tal dissociação, uma vez que a política não “flutua” sozinha num nível superior, tendo sido ela a espinha dorsal de sua obra.

Embora Agulhon tenha iniciado os estudos sobre a sociabilidade a partir da pesquisa da vida das associações, e esta tangencie, particularmente, nosso interesse, é preciso afirmar que à medida que desenvolvia a reflexão considerou outras maneiras de sua manifestação. O autor reconheceu que a vida associativa é apenas uma das múltiplas formas de sociabilidade, haja vista as manifestações do cotidiano que não são institucionalizadas, mas, ao contrário, informais.

No tocante ao interesse desta pesquisa, o associativismo, pode-se dizer, está ligado ao impulso ou institucionalização da sociabilidade. Fundadas com fins específicos, as associações confirmam a constituição e/ou ampliação de uma esfera pública, no sentido moderno. Assim, a criação de uma associação, qual seja o seu objetivo, implica no surgimento de uma nova maneira de relacionamento entre as pessoas que passam a relacionar-se naquele grupo.

Segundo Agulhon (2009, p. 39), a vitalidade das associações é um bom indicador da sociabilidade geral de uma coletividade humana: “quanto mais numerosas e diversas são as relações interpessoais, mais grupos se põem em jogo”.¹⁹ E, gradualmente, o caminho destas associações seria passar do estado *informal* para o *formal*, ou seja, estrutura-se institucionalmente seguindo regras organizacionais, pois, como disse o autor (AGULHON, 2009, p. 39), “quanto mais atividades têm uma associação, mais requer fortalecer sua organização interna”.²⁰

O associativismo, no Brasil, teve início ainda na colônia. As primeiras associações, ligadas à assistência médica e social, eram de tipo religioso, como as irmandades, santas casas e ordens terceiras. Além delas, foram criadas, também, academias literárias ou lítero-

¹⁸ “au carrefour de l’anthropologie culturelle, de l’ethnologie de la vie quotidienne, de la sociologie des loisirs, et à saisis bien entendu dans le cadre de l’histoire sociale, politique et culturelle”.

¹⁹ “cuanto más numerosas y diversas son las relaciones interpersonales, más grupos se ponen em juego”.

²⁰ “cuantas más actividades tiene una asociación, más requiere fortalecer su organización interna”.

científicas, como a Academia Brasílica dos Esquecidos (1724) e a Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos (1759), ambas em Salvador (FONSECA, 2008, p. 29).²¹ Durante o século XIX, houve um incremento na criação de associações por todo o Brasil. Tratando do Rio de Janeiro, Vitor Fonseca (2008, p. 30) afirma:

Na primeira metade do século XIX, são inúmeras as associações existentes. No contexto pré e pós-independência, são fundadas várias sociedades políticas, inclusive sociedades maçônicas, que lutam entre si tanto por diferentes propostas políticas, quanto por influência no novo Estado. Além destas, associações de beneficência e sociedades mutuais coexistem na cidade do Rio de Janeiro e em outras partes do país.

Na segunda metade do século XIX, mais especificamente entre os anos de 1844 e 1899, portanto, anos do período imperial, em cuja maior parte existiam diversas limitações à criação de associações, 640 sociedades foram descritas em exemplares do Almanak Laemmert.

Ademais, o associativismo urbano proliferou na nascente sociedade republicana, pelo menos até a década de 1930. De acordo com Claudia Viscardi (2004, p. 99-100) é

Importante destacar que, na ausência de um Estado promotor do bem-estar social e de políticas de previdência, essas associações preenchiam uma importante lacuna, contribuindo para a implantação e a consolidação das relações capitalistas que foram sendo paulatinamente implantadas, após o fim do escravismo. Acredita-se que tais associações tenham cumprido um papel fundamental na sociedade civil, no momento em que surgiram e proliferaram. Além de proporcionar um amparo aos desvalidos dos mais diversos matizes, garantiam, mesmo que parcialmente, a aposentadoria dos trabalhadores, se constituíam como espaços de lazer e solidariedade, contribuíam como reforço de identidades coletivas e chegavam até a funcionar como instrumentos facilitadores do processo de construção da cidadania.

Viscardi (2004, p.100) destacou dois tipos predominantes de associação civil neste período: as mutuais, de socorro aos próprios membros, e as filantrópicas, criadas pelos mais privilegiados com o fim de prestar socorro a outros, cuja motivação seria a caridade. Nesta última classificação está incluído o nosso objeto, o *Club Rio Contense*. Embora o clube propusesse outras funções de recreação e atividades literárias, pode-se afirmar que, como uma associação filantrópica, cumpriu “um papel fundamental na construção e na manutenção do poder local. Não só pacificando eventuais conflitos resultantes da exclusão social de grupos específicos, como substituindo, mesmo que precariamente, a ação de um Estado ainda incipiente” (VISCARDI, 2004, p. 105).

Na Bahia, o exemplo mais marcante de associação filantrópica foi a Santa Casa de Misericórdia, fundada, em Salvador, ainda no período colonial. Em que pese a pluralidade dos serviços oferecidos por esta irmandade, principalmente, se pensarmos em sua existência de

²¹ Sobre a Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos (Salvador, 1759), ver PESSOTI (2009).

séculos, a mesma se consolidou a partir da prática da caridade. Neste sentido, a Santa Casa e as inúmeras outras irmandades de cunho filantrópico, que existiram ao longo do período colonial e imperial, compostas por portugueses, brasileiros brancos ou por africanos, eram associações leigas para promoção do culto aos santos e

Além do desenvolvimento da fé cristã, as associações leigas promoviam a sociabilidade, a ajuda mútua e a assistência espiritual e material durante a vida e a hora da morte (funeral, sepultamento na capela, nos carneiros ou no cemitério próprio e, ainda, pensões para a viúva e os órfãos) Nas confrarias de negros, alguns escravos poderiam ser ajudados na compra da alforria (COUTO, 2013, p. 85-86).

A partir da segunda metade do século XIX, começaram os sinais de declínio na criação dessas associações. Segundo Edilece Couto (2013, p. 88),

Após a proclamação da República as devoções leigas passaram a ser marginalizadas pela Igreja e pelo Estado. O clero, na tentativa de reforma, passou a encarar as manifestações exteriores da fé e religiosidade baiana, mesclada com elementos africanos, como ameaça à hierarquia e desvio da ortodoxia. Com o fim do padroado e a separação entre Igreja e Estado, foi cortado o vínculo entre as irmandades e o poder civil. Os políticos baianos passaram a criar hospitais e outras associações de socorro à população.

A filantropia privada passaria por um processo de institucionalização, o qual seria regulado pelo Estado, principalmente a partir da década de 1930. Este, aos poucos, assumiria sua função dentro do tratamento político da assistência pública, embora adotando uma postura “paternalista” e sempre agindo por meio de um acordo com as elites. Na década de 1980, com a elaboração da Constituição Federal, o Estado enfrentaria a assistência pública como pauta política.

No Brasil, de tradição católica, a filantropia e assistência eram associadas à prática da caridade, o que foi incentivado pela Igreja. Por isso, não é de estranhar a estreita ligação dessas associações leigas com a religião. Com o advento da República e a adoção de um Estado laico, as associações passaram a ser criadas desvinculadas da religião, definindo-se por suas funções (artística, literária, recreativa, esportiva, comercial, etc.). Entretanto, não se pode afirmar que tais sociedades fossem totalmente desvinculadas da religião.

Em Rio de Contas, nos primeiros anos do século XX, precisamente em 14 de janeiro de 1902, foi fundada uma associação de tipo formal, ou seja, institucionalizada e com regras organizacionais, laica e de cunho filantrópico bastante acentuado. Denominada por *Club Rio Contense*, esta foi uma “sociedade litteraria, recreativa e beneficente” de iniciativa da elite rio-contense, que buscava oferecer um novo modo e espaço de sociabilidade, uma vez que agregava a prática da leitura, instrução, lazer e assistência.

Antes da fundação do *Club Rio Contense*, existiam na cidade associações como as irmandades religiosas e, mesmo, um grupo teatral de nome Empresa Theatral Rio Contense (cujo registro encontrado data de 1892). Nos primeiros anos do século XX, surgiram, em Rio de Contas, sociedades dramática, esportiva e musical, algumas delas ligadas ao *Club Rio Contense*, e, em meados desse século, foi criada a *Associação dos Artífices*, representando os trabalhadores pobres. Nos capítulos seguintes se falará com mais detalhes sobre tais associações.

Observa-se, então, que o impulso associativo era algo latente em Rio de Contas. O *Club Rio Contense* além de propor uma sociabilidade desvinculada da religião, embora tivesse por lema a “instrução e caridade”, pode-se considerar que a novidade de sua criação residia no fato de propor como um dos seus objetivos a convivência entre os sócios, como é demonstrado por um de seus associados:

O operario, o negociante, o empregado publico, o filho família, encontra aqui o lenitivo, o entretenimento a distração, emfim, dos trabalhos e fadigas diurnos; das preocupações que ordinariamente affligem o coração do homem: encontrando ainda mais, o que de mais sublime, a *doce convivencia social*, esta *amenidade de trato* que ligam os homens entre si, amando-se, instruindo-se, respeitando-se reciprocamente.²² (grifos meus)

Nesse sentido, essa tese procurou estudar a sociabilidade em Rio de Contas, desenvolvida no *Club Rio Contense* por uma elite social, econômica e política. Buscou-se discutir esta sociedade como um espaço formal de convivência entre os pares, de associação voluntária, edificada pelo ideal da instrução e caridade, onde se elaboravam e exerciam práticas de identificação e distinção social. Analisou-se o caráter lúdico, propiciado pela faceta da convivialidade e recreio (leitura, teatro, jogos e, até, música), mas, também, a representação social e política, a partir, principalmente, de sua atuação filantrópica.

As relações interpessoais desenvolvidas entre os sócios proporcionou um compartilhamento de vínculos, o que permitiu a elaboração de uma identidade de grupo a partir de um processo de identificação e diferenciação. Na construção dessa identidade social, dentre os associados, constituiu-se, portanto, uma relação de alteridade, na qual eles se distinguiam dos que não pertenciam ao clube. Entretanto, deve-se ressaltar que apesar da existência de uma identidade comum, enquanto agremiação, não devemos atribuir uma homogeneidade a este grupo, seja em termos políticos, econômicos ou sociais.

²² AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro das Atas da Diretoria e Assembleia Geral (1904). Ata n.º 1 da Assembleia Geral da sessão do dia 01/01/1906. Discurso proferido pelo segundo secretário, Professor Francisco José de Santana. Caixa 03. Ver também a citação que abre este capítulo.

A tese pautou-se pela referência teórica da obra de Maurice Agulhon, no que respeita à sua noção de sociabilidade, que versa sobre a maneira como os homens vivem as suas relações interpessoais inseridos nos diversos grupos. Da mesma forma, inspirou-se na teorização de Simmel ao tratar da forma lúdica da sociação, uma vez que a aptidão de viver em grupos, bem como o seu carácter de fruição foram elementos observados no *Club Rio Contense*.

Inicialmente, duas perguntas eram básicas: quem foram os fundadores dessa associação e seus associados? E quais seus interesses e posicionamentos políticos? A partir de suas respostas poder-se-ia entender o que foi e qual o significado do *Club Rio Contense* para Rio de Contas no período estudado. Ao longo da tese, procuramos discutir estes questionamentos, mas de antemão afirmamos que esse grupo, de maneira mais simplificada, compunha a elite social, econômica e política da cidade.

Nota-se tal suposição tão logo se tem conhecimento das exigências para fazer parte da associação, como: os pré-requisitos exigidos – dentre eles, saber ler e escrever; os custos envolvidos no processo de admissão; as despesas geradas para manter a instituição; a disponibilidade dos sócios para o auxílio à pobreza dos moradores pobres da cidade, uma atividade considerada assunto de ricos.

O fato é que, fundado apenas quatorze anos após a abolição da escravidão, a criação do *Club Rio Contense* pode estar ligada à tentativa de estabelecimento de novas formas de distinção social para a manutenção das hierarquias e da ordem social existente, próprias do momento da desestabilização da sociedade escravista (ALBUQUERQUE, 2009).

A opção pelo uso do termo elite nesta tese está de acordo com o debate desta noção pelas Ciências Sociais, que a utilizam para classificar indivíduos melhores situados numa estrutura social. Refere-se à discussão reintroduzida pelos sociólogos, notadamente americanos, após uma utilização puramente ideológica no início do século XX (CHARLE, 1994, p. 46). Segundo Christophe Charle (1994, p. 46), esses sociólogos se interessaram pelo termo num momento de “confronto com a visão de mundo marxista, para escapar à terminologia das classes e por ser abstrato o suficiente para se aplicar a todos os tipos de sociedade”.²³ Além disso,

Sua recuperação pelos historiadores dos anos 1970, está ligada ao enfraquecimento da hegemonia marxista no panorama ideológico e ao desejo de melhor dar conta das realidades das sociedades contemporâneas cuja diferenciação dificilmente pode ser

²³ “d’affrontement avec la vision marxiste du monde, d’échapper à la terminologie des classes et d’être suffisamment abstrait pour s’appliquer à tous les types de société”.

percebida somente pelo estudo de grupos definidos apenas pelas relações de produção. As elites são definidas pela detenção de um certo poder ou como o produto de uma seleção social ou intelectual. O estudo das elites é um meio de determinar quais são os lugares e as molas do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios implementados para o acesso às posições dominantes (CHARLE, 1994, p. 46).²⁴

Neste sentido, por sua abrangência, bem como pela não implicação ideológica, preferimos o termo elite em relação ao de classe. Ademais, referir-se-á, nesta tese, à elite como a camada social hierarquicamente superior, definida por um *status quo*, privilegiada econômica, financeira e intelectualmente; e, ainda, “identificada a uma definição mais ampla de poder – poder derivado da riqueza, ocupação e *status* social reconhecido, bem como da posição política e, mais comumente, poder derivado de uma combinação de todos estes fatores” (NEEDELL, 1993, p. 275).

Giovanni Busino (s/d, p. 6), bem definiu o termo, a partir de uma perspectiva pluralista:

minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue, et.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual ela manifesta sua preeminência. No plural, a palavra ‘elites’ qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade.

Como afirmado, associar-se ao *Club Rio Contense* tornou-se um signo de distinção e resultou na afirmação e no desenvolvimento de práticas culturais específicas e diferenciadas. Tomemos como exemplo a prática da leitura e escrita, que era um pré-requisito exigido ao candidato a sócio. A aquisição destas habilidades, ler e escrever, considerando a precariedade de oferta escolar na sociedade destacada e, mesmo, na realidade brasileira de início do século XX, era acessível a poucos e, em sua maioria, a quem podia pagar (MAGALHÃES, 2006).

A educação, em seu sentido formal, era por si um modo de distinção. Desta forma, é plausível afirmar que o *Club Rio Contense* constituiu-se num espaço onde seus sócios expressavam e ostentavam traços distintos. Além disso, criavam novas práticas tidas como

²⁴ “sa reprise par les historiens dans les années 1970 est liée à l’affaiblissement de l’hégémonie marxiste dans les paysage idéologique et au souci de mieux coller aux réalités des sociétés contemporaines dont la différenciation peut difficilement se ramener à la seule étude des groupes massifs définis par les seuls rapports de production. Les elites sont définies par la détention d’un certain pouvoir ou comme le produit d’une sélection sociale ou intellectuelle. L’étude des elites est un moyen de déterminer quels sont le lieux et les ressort du pouvoir dans dans le différents types de société ou les principes mis en oeuvre pour l’accès aux positions dominantes”.

distintivas ao reforçarem, por exemplo, a promoção de vetores da sociabilidade voltados para as camadas abastadas, que privilegiavam os estabelecimentos privados, como o clube e o teatro.

O papel da educação para a formação de um arquétipo de “estilo de vida” (BOURDIEU, 2011) da elite, remete à discussão do processo de condicionamento ao qual esta camada social é submetida. A aquisição de uma educação formal funciona como um marcador social que diferencia os grupos sociais na medida em que os conteúdos apresentados pelo processo educacional somente têm sentido para aquele grupo social que o idealizou.

Norbert Elias, em *O Processo Civilizador* (1994), analisou o comportamento dos europeus na Época Moderna, apontando costumes considerados civilizados pelos ocidentais e como eles passaram a ser considerados. Segundo o autor, o indivíduo precisava passar por um condicionamento/adestramento para se adaptar a um padrão, que incluía o sentimento de vergonha, repugnância e o constrangimento.

Para Elias (1994, p.10), o condicionamento à “civilização dos costumes” trouxe um custo ao homem: a infelicidade; uma vez que exige o recalçamento das pulsões cujas satisfações podem trazer felicidade. De toda sorte, o autor procurou mostrar que o processo civilizatório tinha mais a intenção de distinguir, primeiro a camada aristocrática de corte; depois, os costumes entre nações, do que melhorar as condições sociais de maneira geral. Assim, esse “processo civilizador” buscava demarcar a distinção social ao criar uma autoimagem de superioridade da aristocracia de Corte europeia.

Nesse sentido, procurou-se pensar esses elementos como parte de um “capital simbólico”, termo emprestado de Pierre Bourdieu (2011, p. 65), cujos significados construídos socialmente, geraram, assim, distinção entre os grupos sociais. Este autor, ao estudar a diferenciação das classes sociais, atribuiu importante papel aos bens culturais (simbólicos), entendendo-os como marcadores de “classe” e instrumento de estratégia de distinção. O autor questionou a ideia de que as diferenças entre os grupos sociais se dariam apenas no aspecto econômico e se seriam elas originadas naturalmente.

Assim, a abordagem cultural de Bourdieu faz cair por terra a ideologia do gosto natural, quando analisado como produto da história. Ele afirmou que,

a observação científica mostra que as necessidades culturais são o produto da educação: a pesquisa estabelece que todas as práticas culturais (frequência dos museus, concertos, exposições, leituras, etc.) e as preferências em matéria de literatura, pintura ou música estão estreitamente associadas ao nível de instrução (avaliado pelo diploma escolar ou pelo número de anos de estudo) e, secundariamente, à origem social (BOURDIEU, 2011, p. 9).

Os usos dos bens simbólicos, assim como eles próprios, são, portanto, construídos culturalmente e buscados pelas camadas dominantes como maneiras de se distinguir. Ademais, eles possuem um código próprio possível de ser decodificado, apenas, por aqueles que pertencem ao grupo específico que o compartilha.

Similarmente, embora a partir de referências e campos de análise diferentes, o economista e sociólogo Thorstein Veblen (1983) ressaltou, também, o papel da cultura na diferenciação social. O autor constituiu seu pensamento econômico a partir de uma teoria do processo evolutivo e gradual, segundo a qual uma “classe ociosa” surgiu, juntamente, com o início da propriedade e, por não precisar mais estar ligada à produção, adquiriu tempo livre e passou a se dedicar ao ócio e ao consumo conspícuo.

Exatamente nesse ponto, os dois autores se aproximam ao considerarem o estabelecimento de signos de distinção como marcadores de diferenciação social, ambos num nível simbólico. Para Bourdieu (2011), as práticas culturais, intimamente relacionadas ao gosto, definem a diferenciação; já para Veblen (1983), a “classe ociosa”, que mostra que não precisa trabalhar, ganha respeitabilidade a partir do consumo conspícuo, ou seja, a ostentação de bens valiosos, inclusive imateriais, como o domínio da erudição.

Enfim, ambos definem distinção social com base na aquisição de bens culturais, que não é igual, nem mesmo, entre aqueles que compõem uma camada equivalente. Assim como o poder aquisitivo e nível de fortuna podem variar numa categoria social, a obtenção de capital cultural, também. No *Club Rio Contense*, essa variação também ocorria entre os associados, mesmo que *a priori* o pertencimento à instituição já implicasse em distinção. Em relação aos não associados essa diferenciação era ainda mais notada.

Até mesmo o fato de essa elite dispor de tempo livre já a diferenciava dos grupos menos favorecidos socialmente, pois em virtude disso ela podia vivenciar a sociabilidade de maneira específica, uma vez que, para ela, era possível gastar o tempo em atividade não produtiva, com os bens “imateriais”. Segundo Veblen (1983, p. 25), estes seriam “talentos quase eruditos ou quase artísticos e um conhecimento de processos e fatos que diretamente não trazem vantagem à vida humana [...] por exemplo, [...] o conhecimento das línguas mortas e das ciências ocultas, [...] dos últimos refinamentos do vestuário, da mobília (...)”.

A observação do vestuário mostra como ele pode ser símbolo externo de diferenciação. A preocupação com a aparência exprime de forma exemplar a divisão social e, como afirmou Gilda de Mello e Souza (1987, p. 47), “ao mesmo tempo que traduz a

necessidade do adorno, a moda corresponde ao desejo de distinção social”. Para frequentar o *Club Rio Contense* exigia-se o uso dos chamados trajes decentes, o que requeria um mínimo de investimento. De acordo com Mello e Souza (1987, p. 125),

a vestimenta é uma linguagem simbólica, um estratagema de que o homem sempre serviu para tornar inteligíveis uma série de ideias como o estado emocional, as ocasiões sociais, a ocupação ou o nível do portador. Cada classe, por exemplo, possuía um certo número de sinais que a caracterizavam: uma amplitude determinada da saia das mulheres ou do gibão dos homens, um dado comprimento ou uma dada largura dos sapatos, uma extensão diversa da cauda, dos véus ou das mangas.

A vestimenta, então, era uma das formas de comunicar seu lugar social. E, segundo Veblen (1983, p. 22), “para obter e conservar a consideração alheia não é bastante que o homem tenha simplesmente riqueza ou poder. É preciso que ele patenteie tal riqueza ou poder aos olhos de todos, porque sem prova patente não lhe dão os outros tal consideração”. Por isso, a centralidade das práticas culturais para a demarcação social, principalmente, a partir da ostentação.

Os costumes e tradições, que passaram a ser valorizados socialmente como elementos de distinção de um grupo, foram transmitidos para as próximas gerações, a fim de manter a diferenciação, como uma herança cultural. Dessa maneira, o *Club Rio Contense* exercia essa função, pois, além de proporcionar a sociabilidade, promovia a socialização da elite rio-contense, pois era mais um espaço de aprendizagem do indivíduo. Os filhos e netos dos sócios-fundadores sucederam esta primeira geração, dentro da associação e fora dela, o que demonstra seu papel para preservação desse grupo.

Certamente, o *Club Rio Contense* não foi o único canal de socialização dessa elite. Outras instituições, como a escola, as irmandades e a Câmara Municipal fizeram parte desse processo. Desta forma, percebe-se que esta elite desenvolvia relações de sociabilidade em outros espaços que não somente no clube, embora este último sugerisse relações restritas e exclusivas aos associados, oferecendo-lhes dentre outras coisas, o simples prazer da convivência.

A tese teve como foco a sociabilidade desenvolvida no *Club Rio Contense* pela elite social, econômica e política de Rio de Contas. O recorte temporal da pesquisa considerou os anos de 1902, fundação oficial da associação, e 1966, último ano em que o Ginásio Dr. Aloisio de Castro e a Escola Normal Dr. José Basílio da Rocha foram administrados pelo clube. Em seguida, este conjunto escolar, edificado pelo *Club Rio Contense*, foi doado à

Sociedade Joseleitos de Cristo, pertencente à Igreja Católica, encerrando seu compromisso com a instrução e caridade.

Ao longo desses anos, o clube funcionou intensamente e, acima de tudo, intimamente compromissado com suas finalidades estatutárias, que seguiam o lema da instrução e caridade. Após esse período, sobretudo a partir de meados da década de 1960, o *Club Rio Contense* se afastou de seu lema inicial e seu espaço físico passou a ser utilizado para a promoção de festas, com exploração de serviços de bar, o que significava abrir a associação para os que não eram associados, perdendo o sentido da associação voluntária e da identidade do grupo e, desta forma, tomou uma direção distinta daquela idealizada por seus fundadores. Atualmente, o espaço do *Club Rio Contense* é reservado para festas particulares e eventos privados, não existindo mais associados.

O *Club Rio Contense* promovia, além da caridade e instrução, cultura e lazer e, provavelmente, o modelo proposto no início do século XX, já não correspondia às expectativas dos anos 1960. Talvez por isso, após esse período, percebe-se um distanciamento das atividades caritativas, principalmente, com o progressivo desaparecimento da Bolsa de Caridade, que teve uma tentativa de reorganização em 1960, mas não logrando o êxito anterior.

Pela janela da sociabilidade, buscou-se entender a atuação dessa associação na sociedade rio-contense, haja vista que esta categoria oferece, também, um meio possível para se obter informações sobre os comportamentos culturais e os modos de organização social. Pensamos o *Club Rio Contense*, acima de tudo, como espaço de representação, no qual a elite podia mostrar sua cultura e distinção, enfim, como lugar de diferenciação no universo social. Entende-se o conceito de representação como a “relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque lhe é homóloga” (CHARTIER, 1991, p. 184), ou seja, uma maneira de percepção e expressão da realidade acentuada por uma significação simbólica, onde se expõe o que se imagina ou o que se gostaria de ser.

Para descortinar esse tema e período, que acreditamos ser inéditos para Rio de Contas, foi pesquisada uma ampla documentação, cuja base foi o acervo do *Club Rio Contense*, sob a guarda do Arquivo Municipal de Rio de Contas (AMRC). Este fundo é formado por documentos dos órgãos gerenciais e da Bolsa de Caridade: atas da Assembleia Geral (1902-1951/1969-1990/1998-1999) e da Diretoria (1902-1929/1937-1939/1942-1944/1960-1979), relatórios, balancetes, livros-caixa, correspondências, livros de visitas e movimentação da biblioteca e demais documentos administrativos.

Pensando no universo social mais amplo, no qual essa associação estava inserida, foram analisados os jornais editados em Rio de Contas nas primeiras décadas do século XX: *O Cinzel* (1912-1919; 1924-1927), *O Riocontense* (1921-1922) e *O Pequeno* (1922-1924), que mostram a realidade local; além de documentos diversos do fundo do Conselho Municipal, da Câmara Municipal e da Prefeitura Municipal, todos, localizados no AMRC. Também foram pesquisados Censos Demográficos e Anuários Estatísticos publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos ao século XX. Ao longo da tese, apresentaremos imagens e fotografias que foram utilizadas para ilustrar e, por vezes, esclarecer aspectos do texto.

Para conhecer a elite que fez parte do *Club Rio Contense*, recorreremos à elaboração de fichas biográficas, em especial, dos sócios-fundadores e diretores presidentes. Toda e qualquer informação foi considerada pertinente: foram pesquisados registros de nascimento, batismo, casamento e óbito; habilitação e qualificação eleitoral; registro de matrícula; arrolamentos, inventários e testamentos; além de documentos indiretos que nos trouxeram respostas aos nossos questionamentos.

Dividimos a tese em quatro capítulos. No primeiro, “Rio de Contas: uma cidade nos sertões baiano”, apresentamos a cidade de Rio de Contas, onde foi criado o *Club Rio Contense*. Discutimos o contexto da fundação da vila e sua constituição como cidade, ressaltando aspectos econômicos, sociais e culturais, enfocando elementos do cotidiano. Dentro dessa conjuntura, buscou-se compreender a fundação do clube e as relações sociais a partir dele estabelecidas, cuja sociabilidade desenvolvida pela elite implicava na distinção e diferenciação. Neste cenário urbano-rural, como veremos, foi fundado o *Club Rio Contense* por iniciativa de José Basílio Justiniano da Rocha, que contou com apoio de parte da elite de Rio de Contas.

No segundo capítulo, “*Club Rio Contense*: ‘sociedade litteraria, recreativa e beneficente’”, explicamos o que foi exatamente essa sociedade a partir da análise de seus estatutos, atas e relatórios dos órgãos administrativos. A partir, principalmente, da documentação produzida pela associação foi possível conhecer sua organização interna, as atividades desenvolvidas, além de um pouco de seu cotidiano, em cujo pano de fundo aparecem os rio-contenses.

À medida que se ia conhecendo sobre o funcionamento do *Club Rio Contense*, observou-se que o mesmo apresentou características específicas em determinados momentos. Atribuiu-se tais particularidades à gestão do presidente da Diretoria do período e, assim,

identificou-se pelo menos quatro fases distintas vividas pela associação. Diante disso, estruturamos esse capítulo abordando o clube a partir das suas fases e a atuação de seus respectivos presidentes.

Os sócios-fundadores estabeleceram as bases do que seria a associação e os presidentes da Diretoria e Assembleia Geral foram os responsáveis por garantir o funcionamento da mesma. Desta forma, entendemos que era necessário conhecer esse grupo para compreender melhor o *Club* e sua relação com a sociedade rio-contense. A partir da prosopografia, método de investigação da biografia de um grupo, foi possível elaborar perfis sociais dando destaque às qualidades que nos interessam enquanto grupo e, também, relacioná-los em suas ligações com outras associações.

Utilizamo-nos, então, do método prosopográfico para identificar o perfil dessa elite rio-contense ligada ao *Club Rio Contense* e, diante da impossibilidade de elaborar fichas biográficas para todos os associados pertencentes a todas as categorias, elegemos, para construir esse perfil, os sócios-fundadores e os presidentes de Diretoria e Assembleia Geral, como representantes dos demais sócios.

A prosopografia da elite participante do *Club Rio Contense* foi o assunto do terceiro capítulo, “Poder, prestígio e distinção da elite rio-contense”, o qual para melhor estruturação da escrita foi dividido em duas partes. A primeira foi denominada “Os sócios do *Club Rio Contense* em prosopografia”; e, a segunda, “Os sócios do *Club Riocontense* e suas relações com o poder político”, na qual discutimos o intercambiamento dos associados (e não somente os prosopografados, mas os que se destacaram na cena pública) com a política rio-contense. Em certa medida tentou-se fazer um paralelo entre o contexto local e a estrutura mais ampla, nos momentos de confluência política. Versamos, portanto, sobre a conjuntura política da República rio-contense no decorrer do século XX, e destacamos episódios, assim como características que marcaram a cultura política da cidade de Rio de Contas.

Finalmente, em “Caridade: substantivo feminino? As protetoras da Bolsa de Caridade”, quarto e último capítulo, tratamos das questões de gênero dentro do *Club Rio Contense*, vislumbrando, na medida do possível, essas relações na sociedade rio-contense. Buscou-se apresentar a estrutura da Bolsa de Caridade, seção de beneficência da associação, um dos pilares da instituição, uma vez que esta tinha como lema a instrução e caridade. Para apresentar o grupo das protetoras utilizou-se, também, da metodologia da prosopografia. Neste capítulo, abordamos, ainda, a diferenciação dos conceitos caridade, filantropia e

assistência e discutimos o tratamento dispensado à pobreza pelas elites nas primeiras décadas republicanas.

A realização desse trabalho visou mais do que preencher uma lacuna – haja vista seu tema e período de estudo serem inéditos para a região – mas suscitar novas perguntas a serem respondidas. Assim, pretendeu-se abrir caminhos e contribuir com informações e discussões que possam ajudar outros pesquisadores que se interessem em desenvolver estudos no mesmo período e região e, acima de tudo, valorizar a memória histórica da cidade de Rio de Contas que é tão rica e respeitada.

CAPÍTULO I
RIO DE CONTAS: UMA CIDADE NOS SERTÕES BAIANO

A consolidação da conquista do território da América portuguesa, pode-se dizer, deu-se com a conquista e colonização dos sertões. Este entendido como região distante do litoral, espaço amplo e desconhecido tal como o concebiam os portugueses à época colonial: “terras sem fé, lei ou rei”. Desde então, o conceito de sertão foi construído em oposição à costa, que estava em processo de colonização e dominação pelos brancos. Categorias opostas, porém complementares, com o passar do tempo, na medida em que as paragens mais afastadas foram tornando-se conhecidas, a palavra sertão passou a ser associada apenas ao interior do Brasil (AMADO, 1995).

Seja como categoria espacial ou cultural, o termo *sertão* possui para o pensamento social significações decisivas para a construção de significados e identidades próprias de determinadas regiões. Segundo Janaína Amado (1995, p. 145),

conhecido desde antes da chegada dos portugueses, cinco séculos depois “sertão” permanece vivo no pensamento e no cotidiano do Brasil, materializando-se de norte a sul do país como sua mais relevante categorial espacial: entre os nordestinos, é tão crucial, tão preta de significados, que, sem ele, a própria noção de “Nordeste” se esvazia, carente de um de seus referenciais essenciais.

Nesse sentido, este capítulo abordará uma sociedade do sertão da Bahia, a cidade de Rio de Contas, localizada no “sertão de cima”, mais conhecido por alto sertão da Bahia. Apesar de não existir nas publicações dos órgãos de estatística e planejamento dos governos federal e estadual (ESTRELA, 2003, p. 35), esta expressão foi utilizada por moradores da região da Serra Geral, inclusive, foi epígrafe do jornal *A Penna*, editado por João Gumes, que circulou em Caetité, entre 1880 e 1930.²⁵

A expressão, portanto, faz referência às elevadas altitudes de uma região imaginária do interior da Bahia que “era formado por toda a Serra Geral e franjas das microrregiões econômicas do médio São Francisco, Chapada Diamantina, Sudoeste e Paraguaçu” (ESTRELA, 2003, p. 39). Dos municípios que o compõem destacam-se Caetité, pela

²⁵ Erivaldo Fagundes Neves (2008, p. 28), utiliza o termo referindo-se ao “recôndito interior, como se ‘alto’ sinonimizasse longe, afastado, distante. Denomina-se ‘altos sertões’ às ‘faixas semi-áridas rústicas e típicas das depressões colinosas de todos ambientes sertanejos’; e ‘sertão bravo’, as ‘áreas mais secas e sub-desérticas do interior nordestino’. A designação de Alto Sertão da Bahia referencia-se, pois, na sua distância do litoral, talvez com os reforços da posição relativa ao curso do rio São Francisco e do relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes do Nordeste do Brasil”.

produção de algodão – o chamado “ouro branco” –, e Rio de Contas pelo papel que desempenhou para a província à época da exploração do ouro.

O alto sertão faz parte do polígono das secas, com uma pluviosidade irregular e clima seco à subúmido e semiárido; é banhado pelas bacias hidrográficas do rio de Contas, do São Francisco e do Paraguaçu (ESTRELA, 2003, p. 40), fato que favoreceu o desenvolvimento da mineração. A altitude e irregularidade do relevo fazem desta região uma paisagem bastante heterogênea tanto em termos de clima quanto de vegetação, pois propiciam a policultura e a criação do gado.

Uma vila sertaneja

De imediato o interesse dos portugueses restringiu-se à costa. As terras devolutas do interior foram, aos poucos, sendo ocupadas à medida que a produção para a subsistência e consumo local, assim como a criação do gado foram se expandindo. Além disso, a perseguição aos índios pelos bandeirantes paulistas, que buscavam combater a resistência indígena e encontrar possíveis quilombos, os levou a adentrar o interior e, neste movimento, descobriram o ouro na região do alto sertão.

Segundo Nanci Patrícia Lima Sanches (2008, p.28), “essas bandeiras entraram para o sertão por Cachoeira, seguiram o Paraguaçu até chegarem à Serra de Jacobina, para realizar a ‘guerra justa’”, onde descobriram o ouro, que, em seguida, foi encontrado em Rio de Contas, ao sul da Chapada Diamantina. A recompensa pela descoberta dos veios auríferos foi a doação de terras aos colonizadores e, segundo Sanches (2008, p. 7-8), no alto sertão, a descoberta do ouro precedeu à doação de sesmarias:

o início dos setecentos marcou as doações mais constantes de terras para os maiores proprietários rurais do período: os herdeiros de Garcia d’Ávila, Antonio Guedes de Brito (Conde da Ponte), Domingos Afonso Sertão, Antonio da Rocha Pita, Coronel Pedro Barbosa Leal e os beneditinos. Isso se deveu ao fato de que o povoamento de certas regiões abria caminhos para o comércio com as minas através do desenvolvimento das policulturas e do gado vacum.

Após a descoberta do ouro, em fins do século XVII e início do seguinte, ocorreu a consolidação do povoamento no interior. Até então, Rio de Contas era apenas local de passagem de viajantes, uma vez que fazia parte das rotas de ligação entre as regiões mineradoras de Minas Gerais e Goiás e o centro principal da Bahia, Salvador. Surgiu daí o

primeiro núcleo de povoação, por volta de 1715, o Pouso dos Creoulos, ponto de descanso para os tropeiros que viajavam em direção à capital (ALMEIDA, 2006, p. 23).

O ouro e a possibilidade de enriquecimento atraíram um grande número de pessoas, exploradores e aventureiros, para Rio de Contas, que se tornou uma localidade importante da região. Tudo isso chamou a atenção da Coroa para a necessidade de garantir o controle sobre a circulação do ouro e, da mesma maneira, da arrecadação de impostos. Por isso, tornava-se necessário edificar a vila.

Em virtude da exploração do ouro no vale da Serra da Tromba, foi construída a povoação do Mato Grosso e, em 1718, foi fundada a primeira freguesia do alto sertão denominada de Santo Antonio do Mato Grosso. Nesse mesmo período, erigiu-se uma capela em louvor a Nossa Senhora do Livramento, a doze quilômetros de distância do Pouso dos Creoulos, descendo a Serra das Almas, onde hoje está localizada a cidade de Livramento de Nossa Senhora. Em 1723, o vice-rei Dom Vasco Fernandes encarregou o Coronel Pedro Barbosa Leal de criar uma vila, tendo recebido o nome de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas.

A vila foi instalada em 1724 e recebeu aprovação régia em 9 de fevereiro de 1725. O local escolhido não se mostrou conveniente: na época das chuvas ocorriam enchentes que traziam consigo doenças, como o impaludismo (SANCHES, 2008, p. 41). Por isso, a sede da vila foi transferida, em 1745, para o povoado dos Creoulos, atual cidade de Rio de Contas e passou a chamar-se Vila Nova de Nossa Senhora do Livramento de Minas do Rio de Contas, cujo nome foi simplificado, em 1840, para Minas do Rio de Contas. A antiga sede passou a denominar-se Vila Velha (ALMEIDA, 2006, p. 23).

A freguesia de Santo Antonio do Mato Grosso foi transferida para a nova sede com a denominação de Santíssimo Sacramento do Rio de Contas (NEVES, 2008, p. 108). Além desta, o município contava com mais quatro freguesias: Senhor Bom Jesus do Rio de Contas (arraial do Bom Jesus); Nossa Senhora do Monte do Carmo (arraial do Morro do Fogo); São Sebastião do Sincorá (arraial do Sincorá) e Nossa Senhora da Graça (arraial de Maracás) (ALMEIDA, 2006, p. 24). (Ver Mapa1).

Mapa 1
Capitania da Bahia, fins do século XVIII



Fonte: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Anuário Estatístico da Bahia: 2012. [CD-ROM]. Salvador: SEI, 2014, p. 20. (Com adaptações a partir das informações de: FREIRE, Felisbello. *História Territorial do Brasil*. Bahia, Sergipe e Espírito Santo. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/Instituto Geográfico Histórico da Bahia, 1998, p. 322 e COSTA, F. A. Pereira da. *Em prol da integridade do território de Pernambuco*. Pernambuco: Typ. do Jornal do Recife. 1896, p. 16-17. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221743>, acesso em 20/07/2014).

A freguesia, circunscrição eclesiástica, foi uma primeira forma de classificação dos povoados e coincidia com a divisão administrativa. Porém, o artigo 10, §1º do Ato Adicional (1834) passou a conferir às Assembleias Legislativas Provinciais – que ele mesmo criou – o poder de deliberar acerca das freguesias e seus limites. No entanto, tal decisão não eliminou, de imediato, o respeito aos Sagrados Cânones, já que o Império era assumidamente católico (NASCIMENTO, 2007, p. 44).

Havia ainda circunscrições jurídicas e civis, que se sobrepunham umas às outras criando, muitas vezes, problema de jurisdição. Em 1833, a Bahia foi dividida em 13 comarcas, separando-se, assim, a vila de Rio de Contas da comarca de Jacobina. A nova comarca abrangia as vilas e termos de Rio de Contas, Macaúbas e Caetité; ao correr dos anos sua circunscrição territorial foi sendo diminuída, até que, em 1876, restringiu-se apenas ao termo de Rio de Contas (ALMEIDA, 2006, p. 24).

Em 1885, a vila foi elevada à categoria de cidade e, no final do século XIX, seu território se estendia

de norte a sul por uma área de 60 léguas, isto é, da Freguesia de Jacobina sua limitrophe ao norte na travessia ou deserto denominado Canudos até a Freguesia de Caetité ao sul na fazenda denominada Alagoa do Thimoteo no lugar das Porteiras; e 30 léguas do nascente, ao poente a saber do leito do Rio das Contas até a Freguesia de Santo Antonio do Urubu de Cima na fazenda de Santa Apolonia (ALMEIDA, 2006, p. 24).

A cidade sofreu sucessivos desmembramentos, ao longo do século XIX, tendo a primeira divisão ocorrida, em 1732, quando se emancipou a Barra do Rio de Contas (Itacaré) e a segunda, em 1810, com criação da Vila Nova do Príncipe e Santa Ana do Caetaté (Caetité) (NEVES, 2008, p. 108). Pela Lei Estadual n.º 1. 496, de 26 de julho de 1921, foi desanexado o distrito de Vila Velha para ser elevado à categoria de município, denominado Livramento a partir de 1923. A mais recente emancipação foi a do distrito de Caraguataí, em 1962, o qual passou a constituir o novo município de Jussiape. A divisão atual da cidade de Rio de Contas, denominação que recebeu a partir de 1931, inclui a sede, Rio de Contas, e os distritos de Arapiranga e Marcolino Moura.²⁶

A organização social e econômica que se estruturou no alto sertão, também, foi inserida no modelo da sociedade escravista oitocentista. Em que pese sua maior complexidade, opunha senhores e escravos, apesar de, na região, terem sido desenvolvidas relações diferenciadas. À época da descoberta do ouro, a estrutura social tornou-se mais

²⁶ BAHIA. Rio de Contas: infográfico: histórico. In: <http://cidades.ibge.gov.br/>, acesso em 15/10/2014.

flexível: a riqueza circulante possibilitou que escravos obtivessem recursos para comprar suas alforrias, além de causar uma euforia que atraiu para a região uma quantidade de homens livres, os quais após o declínio da mineração passaram a compor uma abundante camada de trabalhadores livres, mal pagos, desocupados e excluídos (SANCHES, 2008, p. 48).

Maria de Fátima Novaes Pires (2003, p. 89) chamou a atenção para um ritmo próprio que singulariza as relações escravistas no alto sertão. A começar pela estrutura agrária policultora

com pequenas e médias propriedades, os plantéis de escravos eram menores, comparados aos de Salvador e ao Recôncavo Baiano, onde predominava uma vida rural com grandes plantéis, bem como, uma vida citadina que mobilizou um contingente maior de escravos e forros. O sertão baiano também contava com poucos administradores e mesmo capitães do mato.

Soma-se, ainda, a estrutura das roças, que contava além do trabalho escravo com o trabalho familiar e de meação. Fato que sugere relações diferenciadas entre senhores e seus escravos. Assim, os escravos trabalhavam ao lado de forros e livres pobres na policultura. Muitos deles plantavam e criavam animais para si próprios, de onde tiravam recursos para a compra de sua liberdade (PIRES, 2003, p. 91).

A agricultura e pecuária, como afirmado, contribuíram para o povoamento do sertão e, mesmo após o início da mineração, continuaram a exercer papel importante na economia da região. Com o declínio dos veios auríferos estas atividades foram importantes para superar a crise que se abateu na região. O papel exercido pela atividade mineradora em Rio de Contas fez com que esta cidade sentisse mais os efeitos da crise do que Caetité, que apresentou melhores índices econômicos, uma vez que sua base econômica apoiou-se na agropecuária (PIRES, 2003, p. 47).

Após o surto da mineração, Rio de Contas voltou-se ao abastecimento dos mercados vicinais. Estudos recentes têm mostrado uma economia sertaneja dinâmica, com intensa atividade comercial na região do alto sertão. Pires (2003, p. 40) afirma que “no século XIX, Caetité (grande centro distribuidor), Rio de Contas e Minas Novas tornaram-se pólos atrativos, através da cultura de subsistência e do gado”, mesmo período no qual

as chamadas drogas do sertão, como o óleo de copaíba e outros vegetais próprios para o fabrico de remédios, juntamente com a borracha de mandiçoba e de mangabeira (fins do século XIX) foram fundamentais para assegurar o funcionamento da economia regional que, como pode ser visto, não foi somente de uma economia de grandes produtos (PIRES, 2003, p. 40-41).

As novas abordagens têm revisto o papel das economias fora do eixo monocultor. Como se pode observar, Rio de Contas, assim como outras localidades da região, dentre as quais destacamos Caetité, esteve inserida numa dinâmica comercial que ultrapassou o contexto sertanejo baiano. Seus produtos, além da província da Bahia, alcançaram paragens distantes como São Paulo e Minas Gerais, como se demonstrará.

Para Neves (2008, p. 184), as pequenas policulturas sertanejas não se limitavam à subsistência, uma vez que “o comércio local e inter-regional de produtos próprios formou um sistema de trocas que superava, muito o nível do escambo e autoconsumo”. As distâncias do litoral e as precárias condições de transporte dificultaram não só a ocupação do interior como o desenvolvimento da monocultura. Entretanto, na medida em que as fazendas de gado foram se espalhando sertão adentro, a policultura se desenvolveu num processo de mútua complementação e ambos os produtos entraram numa dinâmica comercial regional e interprovincial (NEVES, 2008, p. 186-187).

O gado, criado no vale do Rio Pardo e Rio de Contas, seguiu para a capital da Bahia, enquanto o algodão, produzido em Caetité, voltado para a exportação, principalmente para a Inglaterra, foi responsável por transformar esta vila num dos mais ricos empórios do sertão da Bahia (PAES, 2001, p. 53). O comércio interprovincial, apesar de proibido pela Coroa, que queria evitar o contrabando do ouro, era realizado pelos tropeiros.

Além de produtos agropecuários, a região do alto sertão exportou também mão de obra escrava, sobretudo, “a partir da década de 1860, com as secas, e, posteriormente, com a emergência da cafeicultura paulista” (PIRES, 2003, p. 67). Os escravos adquiridos em Salvador, principal porto da província, saíam das vilas de Rio de Contas e Caetité para diversas áreas do sertão baiano e para o sul cafeeiro (PIRES, 2003, p. 66).

Inicialmente, as principais vias de comunicação entre as vilas e arraiais foram os rios. Maria Cristina Dantas Pina e Antonieta Miguel (2007, p. 77) afirmaram que “os caminhos dos sertões foram efetivamente abertos a partir da necessidade do deslocamento de gado, escravos, de ouro e outras mercadorias”. A necessidade de taxar o ouro e arrecadar o quinto levou à criação da primeira estrada do interior da Bahia, ligando Rio de Contas a Jacobina, conhecida por Estrada Real por ter sido determinação do rei de Portugal (PINA; MIGUEL, 2007, p. 79).

Na construção de estradas ao curso dos rios, destaca-se a figura de João Gonçalves da Costa,²⁷ experiente explorador de rios da região, o qual no início dos oitocentos abriu a estrada “que do rio Pardo vinha pelo rio de Contas, e por este descia até o litoral”, estrada que embora menos longa era mais dificultosa e despovoada (VIANNA, 1935, p. 164).

Urbino Vianna (1935, p.164) informa que foi por esta estrada que primeiro desceu gado para o sul da Bahia. Até as primeiras décadas do século XX, os tropeiros percorreram essas estradas e constituíram-se nos principais meios de comunicação regional e entre as províncias e, depois, estados. Por meio deles os produtos agrícolas e o gado era comercializado, mas, também, por suas mãos as cartas e informações circulavam entre as cidades.

Os tropeiros complementavam o serviço dos correios, instalado em Rio de Contas em 23 de novembro de 1832. O serviço postal, na década de 1930, funcionava com regularidade, saindo duas malas por semana, às quartas e sábados, e era feito com animais, pois o uso do automóvel além de ser caro, era inviável devido às condições das estradas, principalmente, em dias de chuva. Completando a comunicação, a cidade contava, ainda, com um posto telegráfico inaugurado em 19 de outubro de 1895.²⁸

Os tropeiros traziam da “Bahia”, cidade de Salvador, para o sertão “as modas e modos por ela polidos ou incorporados de fora” (PAES, 2001, p. 55). Por estar bem informado, o tropeiro dava opinião sobre qualquer assunto e “mais do que um preposto comercial era, na verdade, o agente de ligação entre dois mundos que somente tinham, nas estradas e, nele, seus veículos” (PAES, 2001, p. 55), motivo pelo qual eram ansiosamente aguardados.

Devido às dificuldades climáticas, Rio de Contas, bem como outras localidades sertanejas, sofreu com o processo de emigração de seus moradores. Para fugir aos efeitos das secas a população pobre, a mais atingida por este fenômeno, dirigia-se em grande parte para a região sul em busca de ofertas de trabalho e alívio para sua situação de miséria.²⁹ Na década

²⁷ O português João Gonçalves da Costa, nascido na cidade de Chaves, foi um bandeirante e sertanista de proeminente importância no processo de conquista, ocupação econômica e povoamento do Sertão da Ressaca, local onde se estabeleceu o arraial da Conquista, hoje cidade de Vitória da Conquista. João Gonçalves da Costa fez parte do movimento em busca do ouro, no momento de esgotamento das minas nas Gerais e Rio de Contas, em outras regiões da colônia. Como não o encontrou, estabeleceu-se na região, em fins do XVIII, e iniciou o processo de fundação do arraial da Conquista, tornando-se proprietário de terras e criador de gado. “Como profundo conhecedor daquelas matas, rasgou estradas ligando o arraial a Ilhéus, Camamu e rio das Contas, tentando diminuir o isolamento do sertão, aproximando-o do litoral. (...) muitas dessas obras não tiveram a ajuda do governo da capitania, tendo o capitão feito às suas próprias custas” (SOUSA, 2001, p. 47-50).

²⁸ AMRC. Seção Executivo. Livro da Intendência Municipal, fls. 55 e 55v.

²⁹ O século XIX foi marcado por severos períodos de estiagem no sertão. As secas mais sérias concentraram-se nos anos de 1857/1861, 1869/1870, 1877/1879, 1888/1890 e 1898/1900 e causaram fome, desabastecimento, emigração e mortes (GONÇALVES, 2000). Adentrando o século XX, o alto sertão sofreu novamente na década de 1930, em especial, 1932 e 1939, períodos em que, por conta da seca e depressão, houve explosões de

de 1870, o governo provincial tentou estimular a migração para os povoados do sertão baiano, entretanto, a análise dos censos eclesiásticos mostra que não houve acréscimo significativo de sua população (SANCHES, 2008, p. 55).

Mais tarde, especificamente, na década de 1920, a emigração foi incrementada para São Paulo e, posteriormente, Paraná, locais onde a agricultura estava em expansão (HARRIS, 1956, p. 90). Entretanto, dessa vez, a saída não se restringiu apenas às condições climáticas, mas dizia respeito, também, à tentativa de enfrentar a falta de oportunidades de emprego e à baixa renda das famílias que viviam da agricultura na cidade natal. Em 1913, João Gumes, redator do *A Penna*, denominou a emigração como “saopaulomania”, diante do fluxo intenso para aquele estado, fato que estava “despovoando consideravelmente o nosso sertão”.³⁰

O conhecimento do cotidiano e costumes dos habitantes da cidade de Rio de Contas, durante o século XIX, deve-se, em parte, às descrições de viajantes, estrangeiros ou não, que frequentaram a região. Provavelmente, os mais conhecidos são os naturalistas bávaros Johann Baptist Von Spix e Carl Friederich Philipp Von Martius que passaram pela vila de Nossa Senhora das Minas do Rio de Contas em 1818. Além destes, outros, por assim dizer, exploradores estiveram por lá. Dentre eles, pode-se citar o francês Alcides D’Orbigny, que esteve na região, entre 1826 e 1834, e os brasileiros Theodoro Sampaio e Durval Vieira de Aguiar, nos anos de 1879/1880 e 1888, respectivamente. De maneira geral, observaram os aspectos econômicos, demográficos e culturais, como os que veremos adiante.

O esforço em disciplinar os costumes e a vida pública ficou evidente na publicação das posturas municipais.³¹ A feira era realizada aos sábados, na Praça Municipal, e os lavradores pagariam multa se trouxessem seus produtos para vender fora deste dia. Havia regulamentações também para a manutenção da limpeza e, inclusive, a circulação de escravos entre a vila, os arraiais, povoados e fazendas (ALMEIDA, 2006, p. 30).

A sede do município rio-contense, como as demais povoações sertanejas da época, era circundada por arraiais e fazendas, as quais eram responsáveis pela produção agropecuária e mineradora. A vila foi descrita por Durval Vieira de Aguiar (1979, p. 149) da maneira seguinte:

atividade de garimpagem, na tentativa de encontrar ouro que ainda acreditavam existir. Uma via alternativa nos anos de “vacas magras” (HARRIS, 1956).

³⁰ A emigração para São Paulo. *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 10/08/1913, n. 15, anno I, p. 1.

³¹ Segundo Pires (2003, p. 49-50), “as posturas municipais no Brasil oitocentista serviram como *recursos*, articulados por senhores para a preservação de um domínio social sobre um espaço prenhe de tensão – o das ruas e das roças – onde circulavam escravos, forros e trabalhadores livres, enfrentando dificuldades de toda espécie em sua luta pela sobrevivência”.

assemelha-se à de Feira de Santana, não só pela boa edificação, no geral de casas cômodas, sólidas e asseadas, além de excelentes sobrados; como pelas ruas planas, largas, compridas e paralelas, desembocando em duas bonitas praças, na primeira das quais se acha o grande, sólido e excelente edifício da Câmara (...).

No Brasil colonial, o estabelecimento de um núcleo de povoação estava atrelado à fundação de uma capela, de preferência, no centro da localidade. Pela influência que exercia, a Igreja acabou por padronizar “o comportamento dos moradores das pequenas localidades” (SOUSA, 2001, p. 175). A sede da vila de Minas do Rio de Contas contava com três igrejas e irmandades de devoção aos respectivos santos: Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento e a Irmandade do Santíssimo Sacramento; Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a Irmandade do Rosário, ambas construídas em meados do século XVIII; a Igreja de Nossa Senhora Santana e a Irmandade de Senhora Santana, que teve sua construção iniciada na primeira metade do século XIX, sendo interrompida por volta de 1850.

Segundo o jornal *O Cinzel*, publicado com interrupções, em Rio de Contas, entre 1912 e 1927, a Igreja do Rosário desabou em 21 de fevereiro de 1909, devido às fortes chuvas do início do século XX.³² Diante das dificuldades de reconstruir a Igreja, o objetivo do então intendente, o senhor Carlos Souto, de acordo com *O Riocontense*, outro jornal publicado na cidade entre 1921 e 1922, era construir um jardim gradeado às expensas do município e, depois, uma nova capela. Entretanto, em 1921, o local servia de “dormida para animaes irracionaes”, motivo de lamentação.³³ A Igreja não foi reconstruída e no terreno onde estava localizada, atualmente, está a praça Governador Rodrigues Lima ou Largo do Rosário.

Segundo Marvin Harris (1956), que esteve em Rio de Contas em 1950/1951, existia duas irmandades ativas naquele momento: a do Santíssimo Sacramento, com cerca de 200 membros, todos homens, que pagavam uma taxa anual de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros), e a do Sagrado Coração de Jesus, que contava com 240 mulheres e 60 homens, cuja taxa era de Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros) – neste período, a cidade contava com uma população de 15.906 habitantes. Provavelmente, esta última tratava-se da Irmandade do Apostolado da Oração, voltada para adoração do Coração de Jesus, criada em 1906, inicialmente composta por mulheres de elite, cuja fundadora foi D. Clotilde Cândida Gomes da Rocha (AMORIM, 2007, p. 25), mãe do fundador do *Club Rio Contense* José Basílio da Rocha. A criação da irmandade

³² Igreja Matriz. *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 25/01/1914, n. 2, anno II, p. 1.

³³ TELLINIO, Pedro Dimas Vieira. Escombros. *O Riocontense*, Minas do Rio de Contas, 31/08/1921, n. 3, anno I, p. 1.

foi resultado das festas religiosas organizadas para receber o arcebispo D. Jerônimo Tomé de Souza.³⁴

Harris (1956) informou o período de atividade de algumas irmandades rio-contenses: Irmandade do Rosário (1800-1920), Irmandade das Almas (1920-1940) e Irmandade de Santana (1800-1885). Sabendo que as fontes do antropólogo fiaram-se basicamente em testemunhos orais e, portanto, sujeito à dependência da memória, não podemos afirmar se tais datas são exatas, vide, por exemplo, a da Irmandade do Rosário que Harris identifica como finalizada em 1920, mas que, ainda de acordo *O Cinzel*, já estaria extinta em 1913.³⁵

Mesmo que a referida irmandade possa ter sobrevivido por alguns anos depois da tragédia, não temos como mensurar exatamente a data de seu término, assim como do seu início, dificuldade que se estende, também, para as outras irmandades. Felipe Augusto Barreto Rangel (2011) aponta a indefinição da data precisa da construção da igreja e instalação da Irmandade do Rosário. Segundo ele, a data mais longínqua da existência de ambas é indicada no testamento/inventário de Antônia Barboza de Souza, uma preta forra, irmã do Rosário, que pediu autorização, em 1762, aos órgãos competentes para ser enterrada na capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (RANGEL, 2011, p. 6). Desta forma, as informações de Harris são indicadores valiosos, mas não precisos.

Desde a colônia, fazer parte das irmandades religiosas era parte fundamental da sociabilidade cotidiana, além de significar prestígio social. Afinal, em geral, seu corpo associativo era formado por indivíduos abastados que poderiam arcar com as despesas tanto da inserção na ordem quanto para amparo aos desvalidos (RUSSELL-WOOD, 1981).

A Igreja simbolizava para essas povoações mais que espaço de oração, um espaço de sociabilidade. Esta instituição era a responsável pela realização dos festejos religiosos, que, por vezes, extravasavam porta a fora, nas praças frontais, onde a população ali reunida comemorava o lado profano da devoção. Algumas das localidades que compunham o termo de Rio de Contas, também, possuíam suas próprias paróquias. A julgar pela centralidade exercida pela sede do município, é plausível inferir que as festas religiosas promovidas na vila fossem concorridas e acolhidas por todos os seus moradores.

Rio de Contas, como sede, era o centro dinâmico do município. Ali se desenvolvia o comércio, alimentado pelas novidades chegadas de outras paragens, em especial, da capital da

³⁴ Esta visita foi mencionada em ata do Club Rio Contense, que organizou uma comissão de recepção ao arcebispo. AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 03 das Atas da Diretoria (1906-1912). Ata n.º 7 da Diretoria da sessão do dia 29/04/1906. Caixa 03; e AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 03 das Atas da Diretoria (1906-1912). Ata n.º 12 da sessão da Diretoria do dia 26/09/1906. Caixa 03.

³⁵ Minas do Rio de Contas e seu município. *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 25/03/1913, n. 6, anno I, p. 1.

província, e a movimentação de pessoas conferia à vila certa urbanidade. De tal *ethos urbano* falou Harris (1956) ao caracterizar Rio de Contas como uma cidade que, mesmo distante da capital, com características campesinas aparentes, possuía urbanidade. Embora, para o autor esta fosse exclusividade dos moradores da sede, que se distinguiam daqueles que habitavam o campo, as roças. Pires (2009, p. 270) encara o problema diferentemente:

os costumes e hábitos de moradores das roças, praticamente não se diferenciavam daqueles que viviam nas pequenas cidades do alto sertão. Diferenças desta ordem se faziam sentir entre distintos segmentos sociais. Aqui, importa notar que além da grande proximidade física que unia a maior parte dos moradores das roças e cidades, muitos provinham do meio rural, com o qual não se desvincularam. Um número considerável deles tinha seus sítios e rocinhas para onde iam e vinham diariamente, ou visitavam amigos e parentes nos dias de folga. Em dias de feira livre, os trânsitos culturais eram ainda mais intensos.

Diante disso, a interação da sede com lugares periféricos, onde se localizavam as roças, fazendas e arraiais, faz com que não sejam caracterizados necessariamente como zonas rurais. Esta denominação se enquadrava para as áreas mais distantes, onde o contato com o centro ocorria com menos frequência (ALMEIDA, 2006, p. 33).

Na sede da vila foram erigidos os edifícios públicos principais que, pelo luxo e riqueza, chamaram a atenção dos viajantes. A grandeza das edificações sinalizava para o lucro obtido com a mineração. Rio de Contas chamou a atenção por sua distinção, não só natural, mas, especialmente, por sua organização social. Spix e Martius (1938, p. 139), assinalaram a “educação e hospitalidade dos seus habitantes” e a compararam à cidade mineira Tejuco, considerada, por eles, superior às cidades sertanejas. Para estes viajantes, esses elementos marcavam a distinção dos rio-contenses em relação aos “outros habitantes do interior da Bahia” (SPIX E MARTIUS, 1938, p. 138).

A avaliação em relação ao padrão de vida dos habitantes do sertão quanto à ostentação ou simplicidade gera discordância. Kátia Lorena Novais Almeida (2006, p. 27) sugere que

as residências eram, em sua maioria de grande simplicidade e, a julgar pelos móveis e utensílios domésticos descritos em inventários *post mortem*, os habitantes do sertão, inclusive os mais abastados, viviam de forma simples e sem ostentação.

Por outro lado, Sanches (2008, p.37) ao estudar os homens livres e pobres em Rio de Contas no fim do período da mineração, afirmou o contrário. Ao falar sobre o desequilíbrio econômico e a crise que atingiu Rio de Contas e boa parte da província, a autora faz referência ao luxo e à riqueza nas casas da vila.

Poderíamos confirmar a simplicidade das casas para os primeiros anos de colonização. Esta característica estaria ligada ao próprio modo de vida dos colonos “que assumia muitas vezes certo caráter passageiro, típico nas colônias, aonde se ia para voltar o mais breve possível” (ALGRANTI, 1997, p. 111). Porém, ao consolidar-se a colonização este aspecto de efêmero foi diminuindo e um novo modo de vida, em particular, com o desenvolvimento econômico, foi se estabelecendo.

Uma das marcas do crescimento urbano e econômico foi o surgimento dos sobrados e vivendas, ocupados pelas camadas mais abastadas: “o caráter essencialmente agrícola da economia colonial deixava, assim, suas marcas na arquitetura” (ALGRANTI, 1997, p. 91). O mesmo ocorreu em Rio de Contas, principalmente, nos tempos áureos da mineração, que serviu de impulso para a criação da própria vila com suas pomposas construções, cuja imponência pode ser observada ainda hoje.

Mesmo diante das dificuldades econômicas que Rio de Contas passou com o fim da mineração, os senhores “conseguiram manter um padrão de vida relativamente elevado para o sertão” e isso se explica pelas “alternativas encontradas, como a policultura, o artesanato, o comércio, a criação de gado e mesmo o contrabando de minérios” (PIRES, 2003, p. 93). Em que consistia esse padrão de riqueza? Com quais critérios se podem caracterizar essa “elite” do alto sertão?

Em primeiro lugar, estava a distinção conferida pela posse da terra, “afinal de contas, era necessário possuir algumas qualidades para merecer a concessão de imensas faixas de terra, cuja doação obedecia rigorosos critérios de seleção” (SOUSA, 2001, p. 172). O domínio sobre a terra estava diretamente ligado ao poder político, uma vez que os proprietários e seus herdeiros tinham privilégios ao ocupar lugares de destaque na sociedade.

Na sociedade escravista, a posse de escravos era outra maneira de demonstrar riqueza e poder. Quanto maior o número de escravos maior o poder do senhor, “ao longo do século XIX, a propriedade em escravos foi das mais representativas em Rio de Contas, ao lado de terras e gado *vacum*” (ALMEIDA, 2006, p. 46). Em Rio de Contas, dos oitocentos, os comerciantes também eram considerados homens ricos, apesar desta ocupação ser associada a “rapaz português, sem eira nem beira, recém-chegado do Reino” (SANTOS FILHO, 1956, p. 37). Entretanto, salienta Lycurgo Santos Filho (1956, p. 37) que,

a maioria dos senhores de engenho, criadores, fazendeiros, compôs-se, nos primeiros séculos da colonização, de indivíduos saídos da pequena burguesia, que do nada se alçaram à cobiçada condição de senhores rurais, participantes da nata colonial, da aristocracia da Colônia.

As camadas abastadas da sociedade oitocentista de Rio de Contas compunham-se de proprietários de terras e escravos, criadores de gado e comerciantes. Seu prestígio era medido pelo tamanho de suas propriedades e ostentado na imponência de suas casas e fazendas, que se ressaltava no contraste com a miséria das habitações e condições de vida dos que viviam em seu entorno.

Apesar da tendência ao empobrecimento da região, com o declínio da mineração, as dificuldades enfrentadas pela produção agropecuária e o isolamento da cidade das rotas comerciais, o segmento dominante rio-contense manteve o padrão de riqueza até meados do século seguinte. Dentre as explicações que justificam tal situação está o fato de que Rio de Contas

passou a abrigar uma gama de prósperos comerciantes portugueses que intensificaram o comércio local, ao lado do artesanato de metais e couro, o que também contribuiu para equilibrar a economia local até fins do século XIX e inícios do século XX (PIRES, 2003, p. 48-49).

A camada abastada sobressaía-se, também, por atos caridosos e recebimento de uma educação formal. No episódio das secas que assolou a região, no século XIX, o governo provincial determinou a criação de comissões para prestar socorros públicos, as quais seriam compostas por pessoas “pelo menos abastadas, de influência e notáveis por seus sentimentos de caridade” (NEVES, 2008, p. 209). A escolha do governo era fundamentada no fato de poder contar com a condição financeira favorável destas pessoas. Provavelmente, estes mesmos “sentimentos de caridade” influenciaram a criação da Bolsa de Caridade, a seção de beneficência do *Club Rio Contense*, no início do século XX.

Como afirmado, a educação dos moradores de Rio de Contas foi lembrada pelos viajantes Spix & Martius. No início do século XIX, já havia se estabelecido uma cadeira régia de Gramática e Língua Latina e, em meados deste século, o município contava com três escolas de primeiras letras, sendo uma para o sexo masculino, em Vila Velha, e as outras duas em Minas do Rio de Contas, uma para o sexo masculino e, outra, para o feminino (ALMEIDA, 2006, p. 28). Contudo, em 1834, esse número era insuficiente diante do imenso território da vila, como fica registrado na reivindicação da Câmara ao presidente da província Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos:

Na vasta extensão deste Municipio existem diferentes logares e Povoados, aonde [...] se lastima a falta de cadeiras de primeiras Letras em ambos os sexos. Senhores, Esta Camara não precisa disputar a V.^{as} Ex.^{cas} a grandeza dos bens que lhes pode resultar com essas Cadeiras, nem faser ponderar as consequências funestas que resultão sempre de semelhante falha; leva só em vistas indicar a justiça de sua

pretenção, e espera que esse Governo delibere com aquella igualdade, que costuma.³⁶

Quando, em 1833, o governo provincial decidiu criar cadeiras de filosofia, retórica, geometria e francês em Rio de Contas, os vereadores de Caetité protestaram contra a escolha deste município. Suas razões eram a emigração dos moradores e insuficiência econômica da cidade, que já não tinha a força dos tempos do ouro (SOUSA, 2001, p. 187). A reivindicação de Caetité sinalizava para a ascensão desta cidade econômica e politicamente, sobretudo, a partir da exportação do algodão.

Aguiar (1979, p. 151), que passou por Rio de Contas em fins do século XIX, contou que o termo “é felizmente o que mais escolas possui, entretanto, salva a melhor população, em minoria, reina por lá muita ignorância”. Apesar da existência de escolas o autor denunciava a precariedade das suas instalações e a baixa frequência dos alunos:

Na Vila Velha existiam três escolas; sendo duas na povoação do alto da matriz, com poucas meninas e uns 34 meninos, e uma, de meninas, no bairro de baixo, também com escassa frequência.

As duas da cidade tinham melhor aparência, mais frequência e regularidade. [...] Ora, sendo a frequência das escolas do centro na razão de metade da matrícula, como presenciamos, calcule-se quão proveitosa não tem sido, para um lugar que já teve aulas públicas de curso secundário, essa instrução pública, falta de livros, mobílias, traslados, etc., etc., para uma população de 60.0000 almas!!! (AGUIAR, 1979, p. 151-152).

A educação consistia em aprender ler, escrever, contar, lições religiosas e de latim, instrução elementar que, na maior parte das vezes, era oferecida somente aos meninos, restando às meninas apenas as lições domésticas. Santos Filho (1956) confirmou a existência de um professor régio de Gramática Latina em Rio de Contas no início dos oitocentos. Segundo o autor (SANTOS FILHO, 1956, p. 38), os “chamados professores-régios, [eram] pagos pelo erário real, mas na verdade custeados pelos habitantes da Colônia, através do imposto denominado ‘subsídio literário’”.

Era comum, naquela época, aprender as primeiras letras com professores particulares, mestres que ensinaram, em especial, os filhos dos segmentos mais abastados desde o início da colonização. Ressalta Santos Filho (1956, p. 38) que “depois dos jesuítas, foram esses mestres – padres seculares e leigos – os principais agentes da alfabetização dos jovens, na Colônia”. A formação católica fazia parte da educação formal, afinal o Império não era laico.

³⁶ APEB. Arquivo Colonial e Provincial, maço 1354. Correspondência Recebida das Câmaras das vilas, Minas do Rio de Contas (1824-1838), correspondência de 06/07/1834.

Uma cidade republicana

A conjuntura de Rio de Contas na passagem do século XIX para o XX era a de um contexto urbano-rural marcado por uma crise econômica-social. A proclamação da República, a abolição da escravatura e as estiagens que atingiram a região neste período ajudam a explicar esta situação. Ao analisar a evolução do monte-mor de inventários em Rio de Contas, entre 1860 e 1924, Pires (2009, p. 129) observou picos econômicos nas décadas de 1860 e 1880, tendo maior queda nos anos 1880-89 e 1890-94, e “recuperação econômica parcial em meados da década de 1890 (após a famosa seca chamada de ‘noventinha’) e mantém regularidade a partir deste período”. De acordo com Pires (2009, p. 130), o “empobrecimento, mais acentuado naquele momento, relaciona-se com a abolição e as prolongadas estiagens, situação que se evidencia em período proximo anterior e posterior à ‘emancipação geral dos escravos’”.

Percebe-se que Rio de Contas apresentou uma recuperação na última década do século XIX que se manteve, pelo menos, até meados da década de 1920. Para Pires (2009, p. 133-134), isto se deveu porque a cidade

continuou desenvolvendo a pequena lavoura de subsistência, a pecuária (de menor porte comparada à de Caetité) e incrementou o artesanato de couro e metais. Ao lado das tradicionais culturas de milho, mandioca, feijão, o café foi introduzido nas décadas finais do século XIX. [...] [além disso] o comércio revelava-se bastante vigoroso, complementado pela ação dos tropeiros. Em alguns momentos, o gado vacum e cavalar apresentou valores menores do que as mercadorias. No entanto, é importante notar que as mercadorias produzidas em Rio de Contas, além da aguardente e da rapadura, advinham de seu pulsante artesanato de couro [...] Essa situação confirma a importância do comércio de peças de couro e da produção de ferramentas, além da venda de produtos oriundos de *firmas da “Bahia”*, para a sustentação da economia local e de seu entorno. (grifo meu)³⁷

O fato é que a economia rio-contense adentrou o século XX com sua vocação policultora e tentou se estabilizar com o comércio, em particular, do artesanato de metais, ouro, prata, ferro e couro, basicamente. Os artigos manufaturados ficaram conhecidos além da região. No início deste século, Nelson Senna (1911, p. 197), em seu *Anuário de Minas Geraes*, destacou a produção em ouro e prata do município colocando-a como rival da Chapada Diamantina: “as facas ‘cabo de prata’ do Rio de Contas, a marmelada do Rio de Contas, as rendas do Rio de Contas, os sellins do Rio de Contas, são artigos conhecidos

³⁷ Uma destas firmas foi a Brandão&Cia sobre a qual se discorrerá com mais detalhes no capítulo três.

sobejamente no interior e também no Rio de Janeiro, em S. Paulo, Bahia, Pernambuco, Goyaz”.

A atividade manufatureira foi fundamental para que Rio de Contas enfrentasse a crise econômica que se abateu na região em fins do século XIX e início do XX. A manufatura serviu para impulsionar o comércio, uma das mais importantes atividades econômicas da região, que, aliás, foi a principal ocupação da maior parte dos sócios do *Club Rio Contense* prosopografados nessa tese, como veremos no terceiro capítulo.

Segundo Harris (1956, p. 47-48), nos primeiros cinquenta anos do século XX, a manufatura foi a atividade remunerada mais importante de Rio de Contas. O autor fez uma classificação das ocupações dividindo-as em seis grupos: manufatura (latoeiro, ferreiro, seleiro, sapateiro, fogueteiro, ourives, alfaiate, carpinteiro, etc.); servil/doméstico (prostituta, coveiro, carregador de água, mineiro, cozinheiro, mendigo, pedreiro, etc.); profissões e serviços (açougueiro, sacerdote, padre, dentista, músico, curandeiro e farmacêutico); serviço público (professor, agente postal, tabelião, escrivão de feitos civis, agente de telégrafo, secretário da prefeitura, varredor de rua, prefeito, juiz de paz, delegado, etc.); agricultura (fazendeiros e lavradores); e comércio (taverneiro, negociante ambulante, lojista, cambista e comprador).

O abastecimento da cidade, inclusive de matéria-prima, assim como o escoamento do produto artesanal enfrentava dificuldades, dentre outros motivos, pelas péssimas condições das estradas, as quais eram “carreiros abertos pelo próprio povo a esmo, sem rumo certo e tão somente aplainadas, onde isso é possível pelas patas dos cargueiros que aos saltos e escorregões deixam marcados esses trilhos sinuosos a que chamamos estradas”.³⁸

O mascate, como também ficou conhecido o tropeiro, era o responsável por fazer a distribuição da produção artesanal fabricada em Rio de Contas para outras localidades, bem como o encarregado de suprir os artesãos da cidade de matéria-prima comprada em distantes lugares. A realidade deste personagem era marcada por longas viagens no lombo de um animal, peregrinando por estradas precárias, sujeitos a toda sorte de perigos que a jornada lhes oferecia.

Os tropeiros e o serviço postal, como já falado, existente desde o século XIX, contribuíam para deixar os moradores de Rio de Contas a par das novidades da capital. Segundo Joanita Candançan e Silva (1993, p. 77), era por estes meios que as mulheres

³⁸ Estradas, appello aos Exmos. Srs. Intendentes Municipaes de Minas do Rio de Contas, Livramento e Paramirim. *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 18/03/1926, n. 24, anno II, p. 1.

ficavam cientes do que estava na moda. Sobre o vestir-se como uma maneira de distinção social, destacou:

admirava-se o destaque em tudo e, nos mínimos detalhes, a perfeição era de estarrecer, desafiando qualquer figurinista por melhor que fosse a ponto de alguém dizer: “Em Rio de Contas não há pobre, pois o brilho no vestir, no apresentar é de tal forma que não se distingue a classe social”. Há sempre novidade nas festas, vez que, não se repete a mesma roupa.

A lembrança da autora aponta para a deferência social trazida pelo vestuário. Apesar da abrangência de suas palavras – pois, muito provavelmente os pobres não teriam condições de acompanhar a moda –, fica evidente que as novidades dos trajes eram apresentadas por uma camada social específica, para a qual, como disse Veblen (1983), era necessário mais que simplesmente riqueza ou poder, mas a sua ostentação aos olhos de todos, como forma de mostrar a divisão social.

Rio de Contas possuía características rurais, e, ao mesmo tempo, apresentava traços de urbanidade. Apesar do isolamento – até meados da década de 1940 só se completava o trajeto para chegar à cidade no lombo de mula ou cavalo – ela mantinha intensa comunicação com os centros urbanos mais desenvolvidos do país, incluindo a capital do estado. Havia um fluxo constante de seus habitantes para outras localidades, seja dos que fugiam das condições de miséria ocasionada, principalmente, pelos efeitos da seca seja dos que procuravam os centros urbanizados para estudar e aumentar sua riqueza.

Paulo Henrique Duque Santos (2014) tratou das migrações de trabalhadores pobres da região do alto sertão para o sul da Bahia e estados do Centro-Sul, especialmente, para as lavouras de café do oeste paulista, cujos deslocamentos foram intensificados entre as décadas de 1890 e 1930. Ainda segundo Santos (2014, p. 271), a migração, também, atingiu as famílias abastadas, embora não motivada por tensões nas relações de trabalho ou necessidades de sobrevivência, mas por oportunidades de negócios e possibilidades de enriquecimento: “parece evidente que duas situações do regime agrário do alto sertão foram reforçadas em momentos de forte crise socioeconômica: o reapossamento de terras pelos maiores proprietários rurais e, por corolário, o aumento da concentração fundiária” (SANTOS, 2014, p. 274).

Nas primeiras décadas do século XX, o caminho mais curto para se chegar à capital, ainda, era a estrada aberta pelos bandeirantes.³⁹ Até pelo menos a década de 1920, o viajante com destino à capital deveria marchar a pé ou a cavalo até a estação de Machado Portela ou a

³⁹ AMRC. Seção Executivo. Livro da Intendência Municipal, fl. 54v.

de Contendas, inaugurada em 1925, e de lá seguir viagem por trem (ESTRELA, 2003, p. 87). O pedido para a construção de estradas “carroçáveis” era constante. Segundo o Livro da Intendência Municipal, a Empresa Rodoviária de Minas do Rio de Contas construiu estradas de rodagem, ligando esta cidade à estrada de Mucugê a Sincorá (Contendas do Sincorá), ponto final da Estrada de Ferro Central que ligava a região a Salvador.⁴⁰

Para os moradores da região, uma necessidade urgente era a criação da estrada que ligava Rio de Contas a Livramento, pois era “o único trecho que falta[va] para ligar o vale do São Francisco às Lavras Diamantinas, pelo caminho mais curto aberto pelos bandeirantes”.⁴¹ Apesar de montanhoso, haja vista a diferença de pouco mais de 500 metros de altitude entre as duas cidades, segundo os moradores o custo não seria tão dispendioso quanto parecia ser.⁴² O fato é que a condição precária destas estradas, como vimos, “carreiros abertos”, tornava-as intransitáveis em dias chuvosos.

O melhoramento das estradas de acesso à região do alto sertão contribuiu para o crescimento de seus municípios. A construção da BR-116 (Rio-Bahia), rodovia federal, nos anos de 1940 e pavimentada na década de 1960, permitiu a integração desta região aos maiores polos econômicos regionais (SOUSA, 2001, p. 164). Rio de Contas, entretanto, não apresentou crescimento econômico significativo.

Como já abordado, os distritos que compunham a cidade de Rio de Contas foram, progressivamente, tornando-se independentes ou, simplesmente, unindo-se a outros municípios com os quais mantinham maior identificação pela proximidade. Em 1921, o distrito de Vila Velha emancipou-se dando origem ao município de Livramento. O desmembramento foi sentido de diversas maneiras por Rio de Contas. Uma delas foi a diminuição de sua população (como veremos na tabela a seguir), que já vinha decrescendo em virtude das migrações; e, a outra, no setor econômico que afetou, provavelmente, investimentos, por exemplo: a cidade que ocupava a quarta colocação na produção de algodão entre 1918/20 e sétima em 1920/21, caiu para a vigésima terceira em 1921/22, tendo a recém-emancipada Livramento ficado em quarto lugar neste último período.

A explicação para essa queda de posição pode ser buscada, dentre outros, no impacto causado pela emancipação, o que tentou ser solucionado, já que no biênio seguinte 1922/23, Livramento ficou em sexto e Rio de Contas em sétimo lugar na ordem de classificação do Estado (BAHIA, 1924).

⁴⁰ AMRC. Seção Executivo. Livro da Intendência Municipal, fl. 55.

⁴¹ AMRC. Seção Executivo. Livro da Intendência Municipal, fl. 63.

⁴² AMRC. Seção Executivo. Livro da Intendência Municipal, fls. 62v e 63.

Tabela 1
População de Rio de Contas

Ano	População
1900	30.237
1910	42.063
1920	42.328
1921	16.716
1931/32	21.911
1940	14.728
1950	15.906
1960	15.731

Fonte: BRASIL, 1905; BRASIL, 1916; BAHIA. Anuários Estatísticos da Bahia 1923-1937; IBGE. Censo Demográfico 1950 e IBGE, 1960.

Pelo menos para uma parte dos moradores de Rio de Contas, a opinião em relação ao desmembramento foi a de que este não havia sido feito com equidade, fazendo de “um município rico dois municípios pobres”.⁴³ Particularmente, a lavoura, principal indústria sertaneja, foi prejudicada. De acordo com *O Cinzel*, jornal de propriedade do sócio-fundador José Rodrigues Trindade, e que, certamente, era porta-voz da elite rio-contense:

enquanto Livramento tem quase todo o seu território em terrenos de caatinga, próprios para culturas diversas, terrenos férteis e fortes em baixios extensíssimos, Minas do Rio de Contas tem o seu território coberto de extensas campinas, de montanhas que se estendem por toda parte predominando nelle os terrenos de geraes fracos e pouco próprios para as culturas mais communs nestas zonas sertanejas.⁴⁴

Observa-se nessa tabela certo crescimento populacional na década de 1930. Este relativo incremento pode ser explicado, provavelmente, como resultado do surto da atividade de mineração que foi retomada como alternativa à crise econômica ocasionada pela seca que atingiu a região nesta década. Passado o entusiasmo da crença na existência do ouro, o quantitativo demográfico voltou a cair, estabilizando-se nas décadas de 1950 e 1960.

Diante de tantas vicissitudes, a cidade, que chegou a ser referência na região, entrava numa fase de estagnação, como bem resumido por Theodoro Sampaio (1998, p. 120), que comentou em fins do século XIX:

Como quasi todos os logares que tiveram origem na mineração, a villa ao Rio de Contas surgio e cresceu irregularmente, desenvolveu-se e prosperou com o progresso das lavras auríferas do leito do Brumado, e por fim estacionou ou decahio

⁴³ Nosso município. *O Pequeno*, Minas do Rio de Contas, 25/12/1922, n. 1, anno I, p. 2.

⁴⁴ Nosso município. *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 15/01/1926, n. 20, anno II, p. 1.

com o esgotamento das minas. Todavia alguma coisa lhe ficou da prosperidade de outr’ora. As suas construções de pedra, os seus edifícios publicos, revelam ainda que esse logar teve um nascimento rico e promissor, que o futuro aliás não confirmou.

O mesmo, porém, não se pode dizer em relação à opulência e educação destacadas por Spix e Martius no início do século XIX. Tais características foram reclamadas pela elite rio-contense em meados do século XX, que se via (assim como os viajantes a viu) diferenciada de seus vizinhos no que dizia respeito aos modos sociais e erudição.

Os moradores de Rio de Contas, em particular, os pertencentes às camadas privilegiadas, sentiam-se diferenciados e tinham na educação um marcador social. A distinção social entre os grupos, que se dava a partir deste critério, conformava, então, um “estilo de vida” (BOURDIEU, 2011) que era próprio da elite rio-contense.

Harris (1956, p. 22) assinalou que os moradores mais abastados reclamavam para si uma superioridade e distinção dos outros moradores do sertão, e definiam a cidade como “o berço da civilização do interior baiano”. Muito embora admitissem, pelo menos aparentemente, sua nova realidade econômica, na década de 1950, como é emblemático as palavras do sócio-fundador Arnulfo Gottschall: “Minas Velhas [Rio de Contas] é um mendigo com joias em seu bolso” (HARRIS, 1956, p. 22).⁴⁵

A cidade que, no século XVIII, chegou a oferecer aulas de francês, latim e filosofia, na década de 1940 contava apenas com quatro escolas primárias. A instrução secundária foi encerrada por volta de 1850 e não foi reinstalada posteriormente.⁴⁶ A precariedade dos prédios escolares foi apontada por Lourenço Moreira Lima (1979, p. 298), bacharel em direito e membro da Coluna Miguel Costa-Prestes,⁴⁷ que ao passar pela cidade, em 1926, notou não existir “um edifício condigno para escola, pois a que existe, funciona num pardieiro”.

A necessidade da construção de prédios escolares ficou demonstrada nas páginas dos jornais rio-contenses que circularam nas primeiras décadas do século XX. O redator d’*O Cinzel* demonstrou sua indignação com o número de crianças que cresciam analfabetas na cidade de Rio de Contas e seus povoados e denunciou “a deficiência da instrução entre nós,

⁴⁵ “Minas Velhas is a beggar with jewels in her pocket”.

⁴⁶ Segundo testemunho do Sr. Arnulpho Gottschall, em HARRIS, 1956, p. 22 e PEREIRA, 1940, p. 48.

⁴⁷ A Coluna Miguel Costa-Prestes – movimento político-militar que percorreu o interior brasileiro pregando reformas políticas e sociais, entre os anos de 1925 e 1927 – chegou a Rio de Contas em 6 de abril de 1926, assustando a população que evacuou a cidade. Segundo José Basílio Justiniano da Rocha no livro da Intendência Municipal “durante sua estadia aqui a coluna portou-se com correção, havendo o máximo respeito às famílias. Não houve a menor perturbação à ordem pública, registrando-se apenas prejuízos materiais, principalmente de animais. Fecharam diversas requisições”. As forças legalistas chegaram logo após a saída dos “revoltosos” da cidade e a população pareceu ficar mais aliviada, segundo testemunhos orais. AMRC. Seção Executivo. Livro da Intendência Municipal, fl. 27; cf.: ARAKAWA, 2006.

uma prova evidente de que as duas escolas primárias de que dispomos, não comporiam a população infantil desta cidade”.⁴⁸

Em 1913, havia apenas cinco escolas primárias em Rio de Contas, uma na sede e as demais nos arraiais, além do Internato do Professor Santana, instalado em 1905. Esse número subiu para treze, em 1931, sendo três na cidade e dez nos arraiais. Quatro anos depois, havia quatro escolas reunidas sob a denominação Barão de Macaúbas e nas localidades o número caiu para sete.⁴⁹

A sociabilidade desenvolvida em Rio de Contas, no início do século XX, era marcada por relações de intimidade familiar: o tempo das visitas aos familiares nas roças, o encontro na praça em frente à Igreja depois da missa, as conversas nas portas das casas, e os saraus e *soirées*, em casas abastadas e eruditas, que abriram as salas de visita de suas residências para tais eventos.

Wanderley Pinho (1959) descreveu a dinâmica dos salões como a forma mais frequente de sociabilidade no Império, uma espécie de instituição intermediária entre as esferas pública e privada. O salão foi, por excelência, uma expressão da cultura de elite, além de espaço de maior expressividade do elemento feminino. Alguns destes momentos foram lembrados por Silva (1993, p. 48-49) em suas memórias:

As matinês de minha casa e os soarês da casa da vibrante Palmira Martins liderados por jovens saudáveis e animados da sociedade riocontense transformavam os domingos e feriados em momentos aquecedores de extrema felicidade ao som da Vitrola Victor (da minha residência) e do Gramofone (da residência de Palmira). A discoteca era a melhor possível. Valsa, samba, samba-canção, marcha bolero, twist, fox-trot era a preferência do momento. Em 1966, o iê, iê, iê tomou conta. Sem perder a postura, o riocontense sempre, atualizado em tudo. A juventude, os casais e muitos idosos viviam transmitindo paz, amor e poesia. Como esquecer os bons momentos? Os saraus da casa do Cel. Carlos Souto com horas de arte, programadas pelas diletas filhas Maria Helena (Nenem) e Durvalina (Dudu) extrapolavam os momentos de lazer.

Temos, então, indicadores dos modos de sociabilidade de meados do século XX, mas que, certamente, já eram praticados no despontar deste século, com exceção da existência dos dispositivos fonográficos. É o caso das matinês ao som da *Vitrola Victor* ou do *Gramophone*.⁵⁰ Este tipo de aparelho fonográfico, no início do século XX, era considerado

⁴⁸ Instrução. *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 21/04/1925, n. 16, anno I, p. 1.

⁴⁹ AMRC. Seção Executivo. Livro da Intendência Municipal, fls. 26 e 70v. Trata-se, provavelmente, das Escolas Reunidas Barão de Macaúbas e não do Grupo Escolar de mesmo nome que foi inaugurado em 1937. No capítulo três será discutido o contexto de criação do Grupo Escolar Barão de Macaúbas.

⁵⁰ O gramofone foi um tipo de fonógrafo, inventado em fins do século XIX, que mais tarde foi introduzido numa caixa dando origem à vitrola. A empresa RCA, fundada em 1919 como mecanismo para monopolizar a

artigo de luxo, em virtude do preço de aquisição e somente poucas pessoas tinham condições financeiras para possuí-lo. Assim, a casa dos que tinham a vitrola transformava-se num espaço de encontro, de sociabilidade a partir da música, do som. E, além de permitir a integração do grupo, favorecia a comunicação de Rio de Contas com o restante do país.

O rádio, por sua vez, chegou a Rio de Contas em 1937. O primeiro aparelho foi adquirido pela prefeitura neste ano para o que a Câmara Municipal abriu um crédito de Rs. 3:000\$000 (três contos de réis).⁵¹ No entanto, como seu custo era muito alto, pois funcionava com bateria de armazenamento, a Câmara resolveu instalá-lo no prédio do *Club Rio Contense*, o que foi aceito pelos diretores, em sessão de 19 de outubro de 1937.⁵²

Por ser bastante dispendioso – cada carga do acumulador custava cerca de Rs. 10\$000 (dez mil reis)⁵³ – este rádio foi posto de lado e substituído pela vitrola ortofônica. Em 1942, para animar ainda mais os bailes, na comemoração do aniversário do *Club*, uma comissão formada pelos sócios Laurentino Correia, Osvaldo Abreu e Anibal Souto Freire ofereceu à associação uma vitrola ortofônica com discos adquirida por subscrição.⁵⁴ Oito anos depois, no dia da inauguração do novo prédio, em 14 de janeiro de 1950, e, também, data do aniversário do *Club*, o sócio Carlos Souto (provavelmente filho do sócio-fundador de mesmo nome) doou um aparelho de rádio à sociedade, este “formidável veículo do pensamento que trará maravilha de som para nos deleitar e instruir”.⁵⁵

Por volta dos anos 1950, às 20:25h, os homens que viviam na cidade reuniam-se nos bares que possuíam aparelho de rádio para ouvir o *Repórter Esso* na Rádio Nacional (Harris 1956).⁵⁶ Inspirado no modelo americano, o programa era um noticiário lançado pela emissora

tecnologia do rádio nos Estados Unidos, fabricava a maioria dos aparelhos vendidos e, em 1929, tornou-se a maior produtora mundial de gramofones, além de ser a dona da fabricante de discos RCA Victor (PARRY, 2012, p. 243), daí qualquer fonógrafo ter sido chamado de vitrola Victor. Com a popularização dos preços, “o gramofone tornou-se lugar-comum nos lares de classe média, e muitos foram embutidos em exóticas peças de mobília. Ocupava nas salas o mesmo espaço que seria usurpado pelo aparelho de rádio na geração seguinte, e pelo televisor na outra” (PARRY, 2012, p. 219-220).

⁵¹ AMRC. Fundo Câmara Municipal. Livro de Atas da Câmara Municipal de 1937. Ata n.º 32 da sessão do dia 28/09/1937. Caixa 08. O rádio foi introduzido no Brasil no início da década de 1920, “mas tantos eram seus problemas técnicos de transmissão, difusão, qualidade de sinal e programação, que só a partir dos anos 30 é que ele teria um impacto decisivo para a transformação da cultura brasileira” (SEVCENKO, 1998, p. 587-588).

⁵² AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 09 das Atas da Diretoria (1937-1944). Ata n.º 15 da Diretoria da sessão do dia 19/10/1937. Caixa 03.

⁵³ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 09 das Atas da Diretoria (1937-1944). Ata n.º 4 da Diretoria da sessão do dia 10/04/1939. Caixa 03.

⁵⁴ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Assembleia Geral (1938-1951). Ata n.º 2 da Assembleia Geral da sessão do dia 14/01/1942. Caixa 03.

⁵⁵ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Assembleia Geral (1938-1951). Ata n.º 2 da Assembleia Geral da sessão do dia 14/01/1950. Caixa 03.

⁵⁶ A Rádio Nacional pertencia à Companhia Estrada de Ferro de São Paulo – Rio Grande, uma das empresas brasileiras do empresário norte-americano Percival Farquhar. Por não pagamento de impostos foi incorporada à União por Decreto n.º 2.073, de 8 de março de 1940. Ao assumir o controle das empresas, o governo

em agosto de 1941 e ficou marcado pela voz de Heron Domingues, que assumiu a locução exclusiva a partir de 1944 (JAMBEIRO, 2004, p. 111). Além dele, teve bastante audiência, também nesse período, as radionovelas e a *Hora do Brasil*, programa oficial do governo, criado por Getúlio Vargas, em 1934, e tornado obrigatório a partir de 1938 (JAMBEIRO, 2004, p. 112). Às 21:00h os estabelecimentos eram obrigados a fechar por ordem de postura municipal⁵⁷ e, depois desse horário, a cidade ia silenciando; às 22:00h fechava o *Club Rio Contense* e às 23:00h estava adormecida. Os que tivessem extrapolado o horário usavam a lanterna para voltar para casa ou seguir para o Beco da Lama, rua onde viviam as prostitutas da cidade (HARRIS, 1956).

Ao reunirem-se para ouvir o rádio, assim como para dançar ao som da vitrola ou passear pelas ruas da cidade, essas pessoas desenvolviam relações de sociabilidade. Relações do tipo informais, mas cuja finalidade era de estar um com o outro, em interação. O mesmo objetivo do *Club Rio Contense*, embora esta associação trouxesse uma nova proposta que era a experiência de um tipo de sociabilidade formal, como descrita por Agulhon.⁵⁸

No que diz respeito à área da infraestrutura de Rio de Contas, relativa aos anos que fazem parte do recorte temporal desta pesquisa, percebeu-se, de certa maneira, uma continuidade de práticas de séculos anteriores. Em meados do século XX, animais ainda andavam pelas ruas num “triste e deplorável aspecto de uma infeliz abandonada, sem o menor desvelo da municipalidade”.⁵⁹

Animais como carneiros, porcos, galinhas e perus, pastavam pelas ruas e praças “dando a todo instante a impressão de que não habitamos em uma cidade sede do município e da comarca, mas sim em uma grande fazenda”.⁶⁰ O problema dos animais soltos na urbe era uma reclamação de alguns moradores, como do redator d’*O Riocontense*, José Júlio da Silva – sócio do *Club Rio Contense*, tornado benemérito em 1936, proprietário do jornal e adjunto de promotor público. Para ele, os animais além de darem a impressão de serem os rio-contenses um povo atrasado, também criavam fossos nas ruas, os quais viravam lamaçais em tempos de chuva.⁶¹

“denominou-as de Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União” e a transformou em retransmissora oficial do Estado Novo, o que contribuiu para o sucesso da mitificação da imagem de Vargas e a autopromoção do governo. Seu retransmissor de ondas curtas foi inaugurado em 31 de dezembro de 1942 e tornou-se uma das cinco emissoras mais potentes do mundo (JAMBEIRO, 2004, p. 109-110).

⁵⁷ AMRC. Fundo Conselho Municipal. Livro de Atas do Conselho Municipal (1912-1915). Caixa 02.

⁵⁸ Vide introdução.

⁵⁹ A higiene urbana. *O Riocontense*, Minas do Rio de Contas, 31/08/1921, n. 3, anno I, p. 1.

⁶⁰ A higiene urbana. *O Riocontense*, Minas do Rio de Contas, 31/08/1921, n. 3, anno I, p. 1.

⁶¹ A higiene urbana. *O Riocontense*, Minas do Rio de Contas, 31/08/1921, n. 3, anno I, p. 1

A reclamação parece ter sido ouvida, pois um mês após a publicação, o jornal noticiou que “vae sendo regularmente cumprida a ordem da Intendência municipal proibindo a criação do gado lanigero e suino, nas ruas e praças publicas”.⁶² A medida confirma uma tendência à disciplinarização dos costumes e da vida pública por parte da elite política que, desde os fins do século XIX, tentava impor uma nova forma de organização social a partir da publicação de posturas municipais.

Dificuldades e imprevisto marcaram, também, o abastecimento de água. Para o uso doméstico eram utilizadas latas abastecidas no rio Brumado que banhava a cidade e, em casa, era armazenada em potes de barro. Maria de Lourdes Pinto e Arakawa (2006, p.79), que passou a infância em Rio de Contas na década de 1950, relembra como se dava esse processo:

Em casa a água empregada na cozinha era acondicionada em grandes potes rudimentares de cerâmica cor de telha. A água de beber era depositada em moringas ou talhas. A água de emprego sanitário era armazenada em tambores de 200 litros, instalados, geralmente, nos quintais das residências.

A roupa era lavada na “fonte”, como se dizia por lá, isto é, no rio. Havia lavadeiras que sobreviviam desse ofício [...]. As peças de roupa eram lavadas com sabão de pedra, que era adquirido nas vendas locais, ou com sabão de “coada”, de coloração negra, feito de forma rudimentar nos povoados e vendido na feira de Rio de Contas, realizadas aos sábados. Geralmente, as lavadeiras procuravam um local do rio, onde havia peras, para labutar com as roupas, pois era comum bater as peças nas mesmas para auxiliar na limpeza [...]. As peças de roupa eram passadas a ferro de brasa, sendo antes disso, em sua maioria, embebidas numa solução de goma de tapioca, previamente preparada [...]. O ferro esfriava com facilidade e, para realimentá-lo, era necessário repor o carvão sobre o resto da brasa e, segurando-o com uma das mãos, fazê-lo receber vento, abanando-o, num movimento de vai-vem, pra frente e pra trás, até o carvão pegar fogo por total, finalmente reaquecendo-o...

A roupa das casas abastadas era lavada, passada e engomada por uma lavadeira, ofício antigo que fazia parte do grupo de ocupações servil/doméstico, destacado por Harris (1956). Ao passo que as mulheres das famílias que não podiam pagar a lavadeira lavavam suas próprias roupas, sendo que, na maioria das vezes, não possuíam sequer o sabão de pedra ou sabão de “coada” – sabão artesanal obtido a partir da mistura de cinzas com gordura animal. Para tentar suprir a falta do material básico utilizavam areia ou folhas de árvores, como a folha de piaçava que, por sua característica de planta fibrosa, servia de escova e sabão ao mesmo tempo para lavar roupas e louças.

Para deixar as roupas esticadas e bem apresentadas utilizavam o ferro de passar que, naquela época, era aquecido com carvão. Além de pesado este instrumento exigia o manuseio da brasa, que trazia o risco de queimaduras. Apesar de o ferro elétrico ter sido introduzido no

⁶² Varias notícias. *O Riocontense*, Minas do Rio de Contas, 30/09/1921, n. 5, anno I, p. 6.

Brasil a partir de 1914⁶³ as lavadeiras e donas-de-casa de Rio de Contas não o puderam utilizar pelo menos até a década de 1950, não somente pelo seu alto custo, mas, principalmente, por ainda não existir na cidade energia elétrica.

A energia elétrica foi inaugurada em Rio de Contas em meados da década de 1950 (ARAKAWA, 2006, p. 225). O sistema de iluminação municipal a carbureto foi inaugurado em 1903 e, em 1935, foi substituído por outro composto químico de forma gasosa, o acetileno. Em 1936, a cidade contava com 40 prédios públicos iluminados e a prefeitura despendia Rs. 2:200\$000 (dois contos e duzentos mil réis) com o serviço (BAHIA, 1938). Segundo Harris (1956), em 1950, apenas cinco lanternas a gás restaram de um velho sistema de iluminação pública. Em meados do século XX, grande parte dos rio-contenses utilizava no interior de suas casas e em seus estabelecimentos comerciais as lâmpadas de querosene e nas casas mais simples candeieiros e fifós, cujo combustível era o azeite de mamona.

Em geral, os alimentos provinham das roças localizadas nos arredores da cidade quando não cultivados nos quintais de casa. Seu preparo era feito no fogão de lenha, que “era adquirida no mato das redondezas” ou comprada na mão de pessoas que “vendiam em domicílio, em feixes carregados na cabeça ou, quando em maior quantidade, no lombo de jumentos e em carros de boi” (ARAKAWA, 2006, p. 81).

Nos quintais, as famílias também criavam pequenos animais e algumas espécies de plantas para consumo doméstico. Algumas dessas plantas eram ervas medicinais, utilizadas para tratar doenças, segundo a prática popular de cura, e suas funções eram transmitidas oralmente por senhoras idosas às novas gerações. Havia, também, a figura da curandeira(o), mais conhecida na região por benzedeira(o), que curava com orações – a “reza” (SILVA, 1993, p. 65), num universo envolto de crenças e superstições.

As mulheres grávidas eram cuidadas por parteiras, a maior parte delas sem nenhuma instrução formal, realidade comum no Brasil até as primeiras décadas do século XX.⁶⁴ Problemas mais sérios só poderiam ser resolvidos buscando centros urbanos mais desenvolvidos, uma vez que a oferta de serviço médico na cidade era precária. E, certamente, recorrer a ajuda externa era privilégio dos que possuíam condições financeiras para arcar com todo o custo exigido. No início do século XX, José Basílio da Rocha (fundador do *Club Rio*

⁶³ Os modelos de ferro de passar evoluíram, ao longo do século XIX, do de estufa, a carvão, a cunha para os de querosene, a gás, a álcool, a água quente até, finalmente, surgir o elétrico. Esses modelos coexistiram até a popularização do ferro elétrico, no Brasil, a partir da segunda metade do século XX (ABREU, 2000, p. 34-35); ver também: LEMOS (2003).

⁶⁴ Sobre as práticas das parteiras e a inserção do discurso médico-científico nesta área, fato que gerou uma outra ética do nascimento, ver: BARRETO (2000).

Contense), provavelmente, era o único médico da região; posto que ficou vacante, com sua morte em 1943, pois, em 1950, não havia sequer um médico, segundo Harris (1956).

Em linhas gerais, a estrutura física da cidade, com uma arquitetura colonial, causava uma impressão “de asseio refrescante” (Harris, 1956, p. 30).⁶⁵ As vias públicas eram em sua maior parte de chão batido, a exceção era a Rua da Ponte, a única calçada por pedras naturais da localidade, as mesmas que cobriam a calçada das casas (ARAKAWA, 2006, p. 86).

Fotografia 1

Rua do Club Rio Contense



Fonte: AMRC. Acervo Fotográfico. [autor desconhecido, s/d].⁶⁶

A manutenção das ruas era importante para, além do uso diário, os passeios, as procissões e para se chegar à Igreja e aos espaços privados de sociabilidade, como o teatro, o clube e os bares. No carnaval de 1914, por exemplo, devido às fortes chuvas que caíram na cidade, foi necessário que o intendente Dr. José Basílio Justiniano da Rocha mandasse “limpar e concertar [sic] as ruas por onde devia passar o prestito”.⁶⁷

⁶⁵ “of refreshing neatness”.

⁶⁶ Pela fachada do Club Rio Contense, referente ao novo prédio, inaugurado em 1950, infere-se que esta foto retrate o contexto dos anos 1950.

⁶⁷ Momo. *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 28/02/1914, n. 4, anno II, p. 2.

A preocupação com os serviços públicos, como a iluminação, a higiene urbana e o cuidado com as vias públicas, contribuía para a abertura e manutenção de espaços de sociabilidade, em especial, os que funcionavam no turno noturno.

Embora longo, vale a pena reproduzir um trecho do livro de Arakawa (2006, p. 88-89), no qual ela registra aspectos da sociabilidade da cidade em meados do século XX:

Aos sábados e domingos, à noitinha, as mocinhas iam passear, davam voltas ao redor do jardim da Praça Matriz, todas de “braços dados”. Os rapazes permaneciam aos grupos nas calçadas, batendo papo e “flertando os brotinhos” que passavam... Os fins de semana eram sempre animados também pelos bailes do Club Rio Contense ou das residências de D. Palmira, D. Pequena, [...].

O bar de Zé Atanásio, um cidadão querido e respeitado por toda comunidade riocontense, um verdadeiro fidalgo, era o lugar mais frequentado pela rapaziada [...]. Mesmo negociando com bebidas de uma maneira geral, àquela época em que barzinho era ambiente só para homens, ele conseguia manter o ambiente tão saudável e ordeiro que qualquer senhora poderia ir lá, sem receio algum. D. Laurinda, sua esposa, também tinha seu espaço no mesmo estabelecimento, fornecendo café com leite, limonada [...]. Aí ainda havia um local reservado para os jogos de carta, para os famosos jogos de “sinuca”, gamão e dominó, disputados por todos os rapazes e senhores da cidade.

No Club Rio Contense, eram também muito animadas as noitadas, onde seus associados passavam horas e horas a fio, disputando jogos de dama, partidas de cartas, “sinuca” e “ping-pong”.

Como não havia televisão, as crianças brincavam de picula, chicotinho queimado, boca de forno [...]. À noitinha, os adolescentes costumavam “assistir” ao programa de rádio intitulado “Jerônimo, o Herói do Sertão”. Às 19:00 horas, os adultos escutavam “A Hora do Brasil”. Havia também as novelas que eram ouvidas através do rádio.

Escrevendo sobre o contexto de fins dos anos 1950 e início dos 1960, a autora apresentou algumas possibilidades de sociabilidade. Passear no jardim da praça, frequentar o bar e o clube foram exemplos de sociabilidade secular e, em sua maioria, voltadas para os homens. Após o jantar, pequenos grupos se formavam nos bares para discutir entusiasmados sobre política, ouvir o rádio ou jogar o bilhar. Outros se reuniam no *Club Rio Contense*, onde além de uma sala com mesa de bilhar e de jogos de cartas havia outra para leitura de jornais.

Nesse trecho, chama atenção a demarcação dos lugares sociais para os gêneros, pois mesmo tratando de meados do século XX, o barzinho ainda ‘era ambiente só para homens’ do mesmo modo que os jogos, fossem eles disputados no bar ou no *Club Rio Contense*, eram para os ‘rapazes e senhores da cidade’. Outro exemplo era a repressão das famílias às meninas que se afastavam do trajeto permitido durante o flerte e se direcionavam para a rua do clube e a Praça do Jardim (HARRIS, 1956, p. 160). Este desvio era motivo de fofoca, o que demonstra que elas eram controladas por toda a sociedade.

As mulheres passaram a frequentar o clube na década de 1930, quando foi permitida a associação feminina. Como fica evidente na fala de Arakawa (2006), a tensão entre os

gêneros ainda era latente em meados daquele século. Falaremos mais detidamente sobre este assunto em capítulo específico. Adiante apresentaremos melhor o *Club Rio Contense*, seus propósitos, sua atuação na sociedade rio-contense, enfim, o discutiremos como lugar de diferenciação social e espaço de representação de relações sociais mais amplas.

CAPÍTULO II

CLUB RIO CONTENSE: “sociedade litteraria, recreativa e beneficente”

“O povo que tem as melhores escolas”, disse Jules Simon, “é o primeiro povo”, e o Club Rio Contense é uma verdadeira escola, – que esclarece o espírito e forma o coração do povo desta opulenta e futura cidade bahiana.

Preceptor e homem de imprensa aplaudo com sinceridade a obra fecunda e benemérita desta instituição utilíssima talhada inquestionavelmente para os mais nobres e elevados destinos.⁶⁸

Instruir, entreter e assistir foram os fins aos quais se destinou o *Club Rio Contense*. Uma sociedade “litteraria, recreativa e beneficente”, o *Club Rio Contense* foi fundado no dia 14 de janeiro de 1902, na cidade de Rio de Contas. A ideia de criar a associação partiu do médico José Basílio Justiniano da Rocha, tendo este iniciado as primeiras reuniões no ano anterior.

José Basílio da Rocha nasceu no distrito de Vila Velha (atual município de Livramento), em 24 de abril de 1875. Aos dezoito anos, seguiu para a capital da província para estudar na Faculdade de Medicina da Bahia, onde se formou em 1898. Retornando à cidade natal, atuou como médico na região por muitos anos, onde ficou conhecido pela generosidade, ao franquear as portas de seu “humilde consultório à pobreza. Sempre abertas, sempre francas a todos aqueles que sofrem”; e pela modéstia, pois, segundo seus contemporâneos, teria exigido um funeral com a mesma feição e material com que se sepultavam os socorridos da Bolsa de Caridade.⁶⁹ Esses predicados, generosidade e modéstia, que foram registrados por contemporâneos e memorialistas, vão de encontro, porém, com as características distintivas e diferenciadas adotadas, em geral, pelo grupo dominante do qual Basílio da Rocha fazia parte.

Além de médico, atuou como político, tendo participado da vida pública rio-contense, onde exerceu, dentre outros, os cargos de intendente e prefeito da cidade e de deputado estadual – sobre os quais se falará em capítulo adiante. Legou aos rio-contenses a criação desta tão longeva instituição, que permaneceu ativa ainda por algumas décadas após a sua morte em 22 de fevereiro de 1943.

⁶⁸ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de visitas do Club Rio Contense (1906-1942). Mensagem deixada por Esvídio Velho. Caixa 02.

⁶⁹ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Assembleia Geral (1938-1951). Ata n.º 3 da Assembleia Geral da sessão do dia 01/03/1943. Caixa 03.

Fotografia 2

José Basílio Justiniano da Rocha



Fonte: AMRC. Acervo Fotográfico. [autor desconhecido, s/d].

A leitura das atas das reuniões do *Club Rio Contense* permitiu não só vislumbrar o cotidiano da associação, mas, também, dos rio-contenses. Nas páginas amareladas daqueles livros oficiais, ficou registrada a movimentação dos moradores de Rio de Contas que iam de uma cidade para outra em busca da sobrevivência; o promotor que se mudava por ter sido nomeado juiz em outra cidade; o negociante que ia e vinha levando seus produtos, abrindo filiais, representando firmas da capital, tentando e arriscando; os trabalhadores pobres que fugiam das duras condições da vida sertaneja.

Eram tempos difíceis, de seca e estagnação econômica, que obrigava a migração de pessoas que compunham os setores menos favorecidos. Alguns seguiram para o sul, como foi falado sobre a “saopaulomania”,⁷⁰ mas muitos transferiram suas residências para cidades próximas, onde viam oportunidades prósperas. Como os negociantes que resolveram abrir filiais ou aqueles que se mudaram para municípios vizinhos que estavam a se desenvolver,

⁷⁰ A emigração para São Paulo. *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 10/08/1913, n. 15, anno I, p. 1.

como aconteceu com Caetité e Vitória da Conquista. Para essas localidades migraram, também, profissionais liberais de acordo com a nova demanda.

A pesquisa da documentação do *Club Rio Contense*, em particular, as atas das reuniões da Diretoria e Assembleia Geral, revelou períodos com características específicas no desenvolvimento da associação, o que nos levou a dividir o recorte do nosso estudo em fases. Em cada uma destas fases foi possível, também, destacar a atuação de alguns sócios, representados pelos presidentes de Diretoria, os quais imprimiram de certa forma sua marca à associação e, por isso, terão destaque neste capítulo.

Identificamos, pelo menos, quatro momentos: o primeiro deles foi marcado pelos esforços dos sócios no sentido de materializar e dar corpo à ideia da criação de um clube na cidade de Rio de Contas. Depois, uma vez instituída, a associação passou por um período de, pelo menos aparente, prosperidade e não só em seu aspecto financeiro. Passada a empolgação e diante de uma perceptível estagnação, notou-se uma fase do *Club Rio Contense* que se buscou uma tentativa de reorganização da sociedade, com vistas a retomar ao que poderíamos chamar de “tempos áureos”. Entretanto, sem sucesso, encerrou-se num arrefecimento de suas atividades, quando foi notório o afastamento de suas funções e intenções originais, referentes ao lema inicial proposto pelos fundadores: a instrução e a caridade.

A fundação de um clube “nobre”, “sublime” e “humanitário”⁷¹

Em discurso pela passagem do oitavo aniversário da instituição *Club Rio Contense*, José Basílio da Rocha lembrou a impressão causada quando convidou alguns amigos a se reunirem em sua casa sem, no entanto, lhes revelar o motivo, “o que deu logar a commentários de varias especies”.⁷²

⁷¹ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro das Atas da Diretoria e Assembleia Geral (1904). Ata n.º 1 da Assembleia Geral da sessão do dia 01/01/1906. Caixa 03. Discurso do professor Francisco José Santana, transcrito em ata da Assembleia Geral: “[...] Nobre! Sim!... Porque não há nada mais nobre, mais meritório no mundo do que a educação e a instrução de um povo; nada nobilita mais a um povo do que a cultura de sua intelectualidade [...]. Sublime! Sim!... Porque não há sentimentos mais sublimes, mais elevados que o engrandecimento de um povo, por meio de um conjunto de ideias homogêneas, tendo por lema o seu alevantamento das baixas camadas sociais, pela pureza dos costumes, pela cultura intelectual, pela ligação de seu espírito aos dos altamente collocados e espalhados pelas grandes cidades, por meio da imprensa; [...] Humanitário! Sim!... Porque não há nada mais comovente aos olhos do mundo e mais agradável a Deos, que a Caridade, esta chave que abre os corações humanos e que nos abre às portas do céu! [...]”.

⁷² AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro das Atas da Diretoria e Assembleia Geral (1904). Ata n.º 2 da Assembleia Geral da sessão do dia 16/01/1910. Caixa 03.

A proposta era a criação de uma associação que teria como lema a instrução e a caridade, a partir da instalação de uma biblioteca e uma seção de beneficência. O *Club Rio Contense* iniciou suas atividades modestamente. Devido às dificuldades financeiras, não puderam alugar um prédio social nem obter mobília, funcionando a biblioteca num pequeno cômodo, com número ainda limitado de obras. A seção beneficente, denominada Bolsa de Caridade, seria instalada somente após a constituição legal da direção, o que ocorreu dia 14 de janeiro de 1902. Esses primeiros passos marcam a primeira fase estabelecida nessa pesquisa (1902-1917), que pode ser percebida como um momento de construção, em virtude de englobar um período de concretização da ideia de José Basílio da Rocha referente à criação do clube.

Nesses primeiros anos, observou-se os esforços para se fazer cumprir as finalidades do *Club*, das quais a primeira a se concretizar foi a fundação da biblioteca. Aos poucos, foram sendo incorporados outros objetivos propostos pelos estatutos, embora alguns não se tenham concretizado, como as aulas diurnas e noturnas, tendo sido realizadas apenas sessões instrutivas nas datas históricas e cívicas.

Logo que se providenciou um edifício para sede da associação, uma sala foi destinada à biblioteca e outra aos jogos de bilhar. Em relação à seção de beneficência que se queria instalar, a Bolsa de Caridade, apenas no final da década de 1900 teve início o seu funcionamento, o que será visto em capítulo específico.

Durante esse período de construção, assumiram a presidência da Diretoria cinco sócios-fundadores, dentre os quais, cabe destacar o nome de José Basílio da Rocha não só pelo fato de a ideia de criar a associação ter partido dele, mas pelo número de vezes que ocupou a presidência (oito vezes no período destacado), sempre ressaltando a importância do clube para a sociedade rio-contense e empenhado em lhe dar seguimento. Por sua dedicação ao clube era referido pelos colegas como “um dos principais fatores do progresso desta terra”.⁷³

Batizado na religião católica, acredita-se que os sentimentos da caridade cristã tenham influenciado José Basílio da Rocha a fundar uma sociedade com a preocupação beneficente. Entretanto, cabe ressaltar, que o clube dizia não professar vinculação religiosa nem política, como ficou registrado no relatório do ano de 1905:

⁷³ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro das Atas da Diretoria e Assembleia Geral (1904). Ata n.º 1 da Assembleia Geral da sessão do dia 01/01/1906. (Discurso proferido pelo segundo secretário, Professor Francisco José de Santana). Caixa 03.

Somos de opinião que não devemos em tempo algum tratar nem directa nem indirectamente de assumptos religiosos ou políticos, no seio desta corporação. Devemos muito respeitar a todas as crenças religiosas e a todos os ideaes políticos, cousas inherentes individualmente a cada um de nós, só nos sendo licito o dever de trabalhar para cumprirmos os fins grandiosos estatuidos na nossa lei orgânica, fazendo todos nós dedicados associados, conhecer, respeitar e amar sinceramente a Deus e a Patria por estes dois únicos e sublimes meios – a instrucção e a caridade. (grifos meus).⁷⁴

Apesar da tentativa de desvincular-se da religião, a atuação do *Club*, seja na seção de beneficência seja na promoção de quermesses e festas em prol da Igreja, demonstra que esta exercia influência entre seus sócios. Da mesma forma, a política esteve presente entre os membros da instituição, como veremos no capítulo a seguir. Mesmo que houvesse a tentativa de afastar posicionamentos políticos da associação, como deixa entrever a fala do presidente citada, o clube foi um espaço político.

A sociabilidade desenvolvida nos clubes e teatros foi um dos prazeres comuns da vida urbana europeia, especialmente, entre as camadas mais abastadas (NEEDELL, 1993, p.86). O *Club Rio Contense*, guardadas as devidas proporções, representou, para a sociedade de Rio de Contas, essa sociabilidade de caráter urbano que envolveu a elite econômica e política local. Esse tipo de sociabilidade alargou o círculo das reuniões familiares, antes restrito ao espaço doméstico (LOUSADA, 1998, p. 141), dando publicidade à convivência social e, neste sentido, apresenta-se o ineditismo desta associação.

Apesar da feição beneficente e instrucional, o *Club Rio Contense*, também, era um espaço de lazer. Possuía a sala de jogos, bastante concorrida à noite para o bilhar, e promovia bailes, proporcionando aos seus sócios diversidade de entretenimento. A associação ganhou tal visibilidade na promoção da sociabilidade rio-contense, que expandiu sua influência aos eventos festivos da cidade, como os de caráter religioso, cívico e profano, a exemplo do carnaval.

O Club Rio Contense, segundo seus estatutos

O primeiro estatuto da associação, aprovado em sessão de 31 de outubro de 1902, definia as seguintes finalidades:

- § 1º Fundar e manter uma Biblioteca;
- § 2º Criar aulas diurnas e nocturnas;

⁷⁴ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Relatório da Presidência do Dr. José Basílio da Rocha (1905). Caixa 04.

§ 3º Estabelecer sessões instrutivas;

§ 4º Ter uma sala especial para jogos lícitos e outra para exercícios de esgrima e ginástica;

§ 5º Organizar uma secção de beneficência denominada *Bolsa de Caridade* [...].⁷⁵

Observa-se o papel central da instrução e caridade nos objetivos propostos pelo *Club Rio Contense*, sendo que tais elementos consistiam no lema da associação. No início do século XX, afirmava-se que a instrução era o caminho para trazer o progresso para o país, o qual precisava ser disciplinado e ordenado para “civilizar-se”.⁷⁶ As ideias de modernização aliada ao progresso foram defendidas pelas elites regionais e eram vistas como símbolo do avanço social, cujas melhorias, consequentes do mesmo, seriam destinadas a essa camada social. Os fundadores do *Club Rio Contense*, em sua maioria, foram representantes dessas elites regionais. Faziam parte da elite sociopolítica da cidade, uma vez que compunham a estrutura administrativa rio-contense.

De acordo com os estatutos, existiram quatro categorias de sócios: *efetivo*, *contribuinte*, *benemérito* e *protetor*. O estatuto de 1902 elencou as atribuições, direitos e deveres para cada categoria, resumidamente:

1) para ser sócio *efetivo* era necessário ser residente na cidade e ter moralidade reconhecida; apresentar proposta de sociedade à presidência assinada por dois sócios quites, a qual seria levada à Diretoria, podendo receber parecer favorável ou não; dentre os direitos: poderia votar e ser votado, requerer documentos do clube ao arquivo e gozar de seus bens móveis e imóveis; os deveres: cumprir o que designava os estatutos, respeitar seus consócios e pagar uma joia no ato de sua admissão de Rs. 5\$000 (cinco mil reis), além da prestação mensal de Rs. 2\$000 (dois mil reis); caso perturbasse a ordem, extraviasse objetos, desmoralizasse o clube ou devesse três meses consecutivos poderia ser suspenso ou demitido.

2) a categoria de *contribuinte* (ou correspondente) era para qualquer cidadão residente no subúrbio da cidade (ou seja, nos distritos localizados fora da sede), que cumprisse o mesmo processo de admissão do *efetivo*; tinha o direito de gozar dos bens móveis e imóveis do clube e como deveres cumprir os estatutos e respeitar os sócios; a contribuição constituía-se do depósito anual de uma joia no valor de Rs. 6\$000 (seis mil reis).

⁷⁵ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense - 1902. Caixa 04.

⁷⁶ Neste período, alguns setores da sociedade acreditavam que para a modernização das cidades brasileiras seria necessário igualá-la às cidades europeias, consideradas modelo de civilização. O conceito de *civilização* surgiu na França, na segunda metade do século XVIII e expressava a autoimagem da classe alta europeia em comparação com aquelas julgadas inferior. O conceito fundava-se em duas ideias: uma, opunha-se a outro estágio da sociedade, a barbárie; e a outra, a civilização representava um processo para atingir um “tipo mais elevado de sociedade: a ideia de um padrão de moral e costumes”. Desse modo, o sentido de civilização deve ser entendido como a imagem da superioridade europeia. Ver: ELIAS (1994, v.1).

3) o título de *benemérito* seria conferido aos associados ou a qualquer cidadão que ofertasse ao *Club Rio Contense* de uma só vez a quantia igual ou superior a Rs. 50\$000 (cinquenta mil reis) ou prestar ao mesmo serviços que, por isso, merecesse o título. Em virtude do valor elevado da contribuição, poucos sócios foram considerados *benemérito*. No ano de 1902, não foi registrado nenhum sócio nesta categoria. Apenas em 1908 registraram-se dois sócios, sendo que o número mais alto de sócios *benemérito* encontrado foi cinco, em 1929. Dentre eles, destacam-se o sócio-fundador Carlos Souto e seu irmão Joaquim Souto, Rodolpho Abreu, que dentre outros cargos exerceu o de prefeito de Rio de Contas, e Nelson da Costa Dórea, por ter colocado a Bolsa de Caridade no sorteio da quota lotérica do governo federal (13/05/1927), no período em que atuava como juiz da comarca de Rio de Contas (1921-1927).

4) similarmente, o de *protetor* seria oferecido a qualquer pessoa que não residindo na cidade nem no subúrbio ofertasse uma quantia inferior àquela que dava direito à benemerência. O número de sócios *protetores* foi maior do que o de *benemérito*, o que se explica por ser requisitada uma menor oferta. Comparando com os anos tomados como exemplo para o *benemérito* registraram-se, em 1908, cinquenta e quatro sócios *protetores* e, em 1929, sessenta e oito.

Ao longo dos anos, os estatutos foram passando por reformas, as quais alteraram os objetivos da associação, que foram ampliados. Em 1919, após alguns anos incluindo propostas de reformas a artigos, publicaram um novo estatuto. No que diz respeito aos objetivos, não houve uma mudança significativa, mas apenas um incremento de dois parágrafos em suas finalidades, como se pode observar:

- § 1º Manter uma Biblioteca para uso e gozo de seus associados;
- § 2º Realisar sessões instructivas;
- § 3º Criar e manter aulas diurnas e nocturnas;
- §4º Ter uma sala especial para bilhar e outra para jogos lícitos e outra para exercícios de esgrima e ginástica;
- § 5º *Criar e manter um grupo dramático;*
- § 6º *Fundar uma Philarmônica;*
- § 7º Manter uma secção de beneficência denominada *Bolsa de Caridade* [...]. (grifos meus).⁷⁷

Observa-se, em relação ao estatuto de 1902, a inclusão de mais duas finalidades: a proposta de criação de um grupo dramático e de uma filarmônica. A proposição de criar o grupo dramático, muito provavelmente, estava ligada à aquisição do Teatro São Carlos pelo *Club Rio Contense* no ano de 1909. Possivelmente, como novo proprietário da casa de

⁷⁷ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense - 1919. Caixa 04.

espetáculos o clube atinou para a conveniência de possuir sua própria companhia dramática. Similarmente, a participação ativa da associação nas manifestações festivas da cidade, bem como sua importância crescente junto à sociedade rio-contense, justificou a intenção de criar uma filarmônica pertencente ao *Club*.

O estatuto de 1919 não trouxe mudanças significativas quanto às definições da categoria de sócios. A mais importante delas foi a atualização dos valores das joias e mensalidades. Para o sócio *efetivo* a mensalidade diminuiu de Rs. 2\$000 (dois mil reis) para Rs. 1\$000 (um mil reis) e a joia continuou o mesmo valor; para os *contribuintes* não houve alteração de valores; a oferta do *benemérito* passou para Rs. 100\$000 (cem mil reis) e a do *protetor* estabelecida em Rs. 30\$000 (trinta mil reis). Em sessão de 21 de maio de 1902, “em virtude da terrível crise financeira, que ora atravessa o estado” a Diretoria resolveu cobrar Rs. 1\$000 (um mil reis) em vez de Rs. 2\$000 (dois mil reis) para os *efetivos*.⁷⁸ Uma decisão que seria provisória acabou sendo incorporada ao regimento publicado em 1919.

A crise a que se refere o então presidente, José Basílio Rocha, dizia respeito às dificuldades econômicas e, por que não dizer também, das transformações políticas por que passaram o país na virada do século XIX para o XX. A Bahia, especificamente na região do Recôncavo, sofria a decadência e estagnação da produção açucareira em fins dos oitocentos. B. J. Barickman (2003, p. 85) informa que, depois da década de 1880, o comércio açucareiro baiano entrou em colapso do qual nunca se recuperaria plenamente e, ao mesmo tempo, a proibição do tráfico de escravos e a posterior abolição da escravidão atingiram a agricultura de exportação em sua base.

No início da República, a economia baiana encontrava-se estagnada, com tendência à baixa, além de uma dívida externa sem precedentes. Apesar da economia diversificada, produzia fumo, café, cacau e açúcar, as exportações não suplantavam o volume de importações. Além disso, o regime republicano passou a favorecer o eixo centro-sul do país, atendendo às exigências da empresa cafeeira, setor agroexportador então dominante no país (SAMPAIO, C., 1998).

Ainda, entre 1898 e 1899 os moradores de Rio de Contas sofreram com estiagens prolongadas, cujas consequências foram sentidas fortemente no início do século XX. Nos primeiros anos de funcionamento do *Club*, o presidente Carlos Souto dizia que não se podia “anunciar grande prosperidade [...] por causa da crise financeira que temos atravessado, em

⁷⁸ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Relatório da Presidência do Dr. José Basílio da Rocha (1902). Caixa 04.

consequência de prolongadas estiagens que tem sofrido nosso sertão, tão esgotado desde a seca de 1898 e 1899”.⁷⁹

Segundo Mario Augusto da Silva Santos (2001, p. 58), em Salvador, “nos anos de 1900 a 1909, houve crise geral dos negócios, cortes nas despesas públicas e desemprego”, influenciando diretamente na redução dos salários. Provavelmente, Rio de Contas sentiu os efeitos dessa crise, uma vez que mantinha relações comerciais com a capital. Os negociantes rio-contenses compravam produtos que vendiam em seus armazéns nas firmas da cidade da Bahia. O próprio *Club Rio Contense* mantinha ligações com Salvador, pois era nesta cidade que adquiria o material para ser utilizado nos jogos de bilhar, tecido para confecção da bandeira social, artigos de papelaria e, até mesmo, enviava seus estatutos para serem impressos em suas gráficas.⁸⁰

Retornando às mudanças ocorridas nos estatutos, em 1932, finalmente, a Diretoria aprovou e foi publicada uma nova versão, cuja proposta de reforma foi apresentada em 1929, tendo iniciado as discussões em 1930. O estatuto trouxe um texto mais completo e minucioso, principalmente, no que dizia respeito à caracterização de sócios, evidenciando a permissão para a participação de ambos os sexos. A discussão contou com a participação do juiz de direito e sócio Antonio Abílio Bensabath.⁸¹ A começar pelas alterações nos objetivos:

- § 1º Realizar sessões cívicas e literárias; recepções, bailes e concertos e quaisquer outras diversões, á juízo da Diretoria;
- § 2º *Comemorar as grandes datas nacionais, estaduais e municipais;*
- § 3º Manter uma biblioteca;
- §4º Manter uma secção de beneficência, com a denominação “Bolsa de Caridade”;
- § 5º Criar e manter uma escola para crianças e adultos, com aulas diurnas e noturnas;
- § 6º Manter um grupo teatral;
- § 7º Criar e manter uma filarmônica. (grifos meus).⁸²

O lema inicial, instrução e caridade, manteve-se no cerne das finalidades da associação. A mais notável alteração, em relação ao estatuto de 1919, foi a inclusão da comemoração das datas nacionais. A elite rio-contense costumava comemorar as datas cívicas, ocasiões nas quais se destacavam as escolas, bem como o *Club Rio Contense*, muitas

⁷⁹ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Relatório da Presidência do Sr. Carlos Souto (1904). Caixa 04.

⁸⁰ AMRC. Fundo Cub Rio Contense. Livro n.º 01 das Atas da Diretoria e Assembleia Geral (1902-1904). Ata n.º 6 da Diretoria da sessão do dia 20/04/1903; e Ata n.º 11 da Diretoria da sessão do dia 04/07/1903. Caixa 03.

⁸¹ Antonio Abílio Bensabath associou-se ao *Club Rio Contense* em 1928, período em que atuou como juiz da comarca de Rio de Contas. O bacharel, que havia atuado como promotor de Caetitê, ficou por pouco tempo na cidade, pois logo foi nomeado juiz de Andaraí. Em 1950, como desembargador, foi eleito vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral e, em 1952, vice-presidente do Tribunal de Justiça, tendo ocupado outros tantos cargos. Faleceu no ano de 1966. Ver: ANAIS (1955).

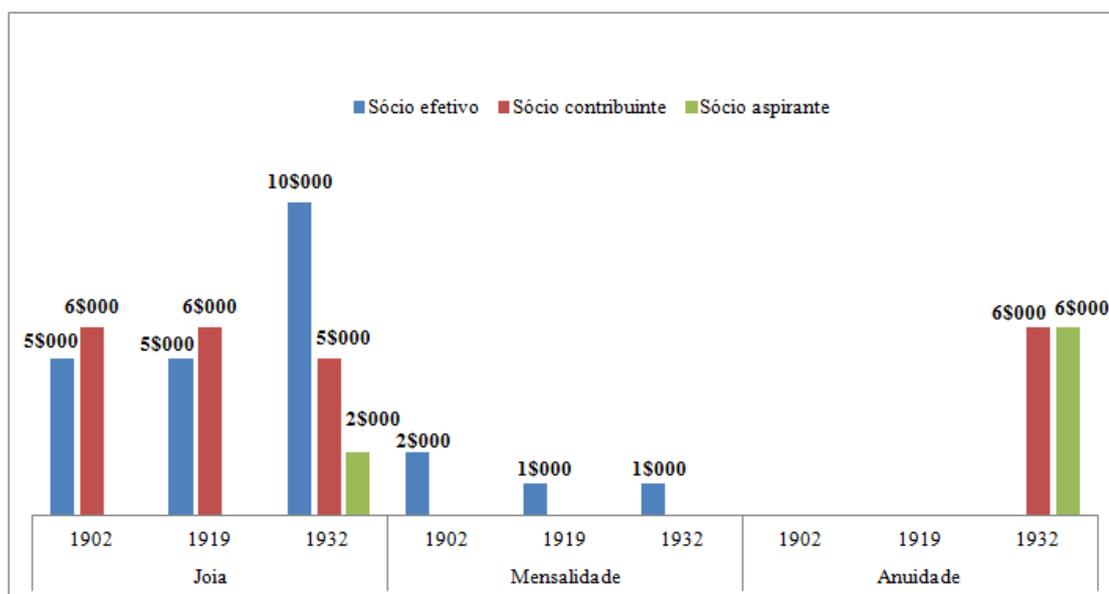
⁸² AMRC. Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense - 1932. Caixa 04.

vezes sendo realizadas sessões no Paço Municipal franqueadas a toda a comunidade – pelo menos, às pessoas que tivessem condições de se trajar adequadamente.

Com o passar do tempo, o espaço do *Club Rio Contense* passou a ser utilizado para a realização de recepções, bailes e concertos com fins particulares dos sócios, como, por exemplo, para festas de casamentos. Nota-se que esta tendência aumentou e, aos poucos, o clube foi se afastando do seu lema inicial, tanto que a partir de fins da década de 1960, aproximava-se mais de um espaço destinado à realização de festas privadas, feição que permanece atualmente.

O estatuto de 1932 atualizou os valores cobrados aos sócios, como se pode observar no gráfico abaixo:

Gráfico 1
Contribuição dos sócios por categoria I



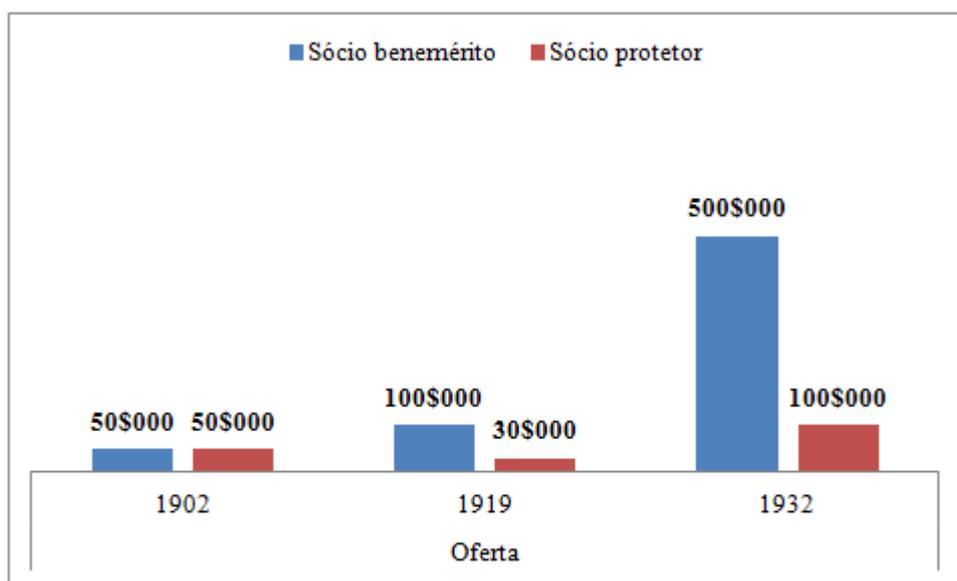
Fonte: AMRC. Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense – 1902/ 1919/ 1932. Caixa 07.

O gráfico mostra a comparação dos valores referentes ao pagamento da joia, mensalidade e anuidade entre os três estatutos do *Club Rio Contense* e de acordo com cada categoria de associado. Percebe-se que o sócio *efetivo*, que antes pagava uma joia de Rs. 5\$000 (cinco mil reis), passou a pagar a joia no valor de Rs. 10\$000 (dez mil reis), a partir da proposta do novo estatuto, aprovado em 1932; ao passo que para o *contribuinte* o valor da joia

caiu de Rs. 6\$000 (seis mil reis) para Rs. 5\$000 (cinco mil reis), embora tenha sido incluída para esta categoria uma anuidade de Rs. 6\$000 (seis mil reis).

No que respeita à mensalidade, nota-se que era uma obrigação, apenas, dos sócios *efetivos* e seu valor que era de Rs. 2\$000 (dois mil reis), segundo o estatuto de 1902, caiu para Rs. 1\$000 (um mil reis) no de 1919 e manteve-se após as reformas do estatuto de 1932. Além disso, este último estatuto criou, ainda, uma nova categoria de sócio: a de *aspirante*, que incluía os maiores de 18 e menores de 21 anos que, com o consentimento dos pais ou tutores, poderiam se associar ao *Club*. Pagariam uma joia no valor de Rs. 2\$000 (dois mil reis) e anuidade de Rs. 6\$000 (seis mil reis) – mesmo valor pago pelos sócios *contribuintes* –, e gozariam de todos os direitos dos outros sócios, exceto votar e serem votados.

Gráfico 2
Contribuição dos sócios por categoria II



Fonte: AMRC. Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense – 1902/ 1919/ 1932. Caixa 07.

Por sua vez, o valor da joia paga pelos sócios *beneméritos* que era de Rs. 50\$000 (cinquenta mil reis), em 1902, e de Rs. 100\$000 (cem mil reis), proposto pelo estatuto de 1919, subiu para Rs. 500\$000 (quinhentos mil reis), após a reforma de 1932. Já o valor ofertado pelos *protetores* teve uma variação de Rs. 50\$000 (cinquenta mil reis), no primeiro estatuto, – mesma oferta para se tornar *benemérito* – para Rs. 30\$000 (trinta mil reis), no estatuto de 1919. Em 1932, esse valor subiu para Rs. 100\$000 (cem mil reis), confirmando a

diferença de valores (e hierarquização) entre as duas categorias, o que não se viu no estatuto de 1902. Dentro da categoria *protetor* foram incluídas as *protetoras* da Bolsa de Caridade, embora a partir de pré-requisitos e características distintas e particularizadas, como veremos no último capítulo.

Lazer e divertimento: os jogos de bilhar

Além da instrução e caridade, o clube proporcionava divertimentos aos seus associados. A data do 14 de janeiro, dia do aniversário de fundação do *Club Rio Contense*, em geral, era comemorada. Os sócios se reuniam em assembleia e, depois, ocorria uma recepção com baile dançante. Apesar das atas da Assembleia Geral e da Diretoria não entrarem em detalhes sobre tais festas, presume-se que tais momentos tenham sido de descontração, mas, também, e, mais uma vez, de diferenciação e distinção social. Neste sentido, a associação promoveu, ainda, em suas dependências, comemorações das datas cívicas e bailes beneficentes com participação estendida a não associados, embora estes pertencentes ao grupo social de estrato superior da sociedade rio-contense.

A associação promoveu, também, momentos de lazer e diversão por meio da criação de um grupo dramático, de uma filarmônica e de um clube desportivo, porém sobre estes se falará no terceiro capítulo, por sugerir não apenas o divertimento, mas, particularmente, um forte impluso associativo dos rio-contenses. Por ora, detemo-nos à prática de jogos, por meio da qual os frequentadores estabeleciam relações de sociabilidade, mas, em especial, de diversão. As portas do *Club Rio Contense* eram abertas para os associados que quisessem jogar e ler os jornais, que chegavam de diferentes centros urbanos, como a capital do estado, tornando-se um espaço para acaloradas discussões políticas.

Os estatutos refrem-se em seu artigo primeiro, § 4º à finalidade de se criar uma sala para jogos lícitos e outra para o exercício de esgrima e ginástica. Após a leitura das atas, percebe-se que a sala de jogos foi criada, mas não há qualquer referência de que se tenha praticado a esgrima e a ginástica, do que se depreende que tal fim não chegou a ser concretizado.

Na sala onde se situava a mesa de bilhar, os homens podiam pagar uma quantia para participar de jogos como víspera ou loto, conhecido atualmente como bingo, solo e, posteriormente, o pôquer. O acesso à sala de bilhar era franqueado todas as noites da semana

e durante o dia e a noite aos finais de semana. O valor variava de acordo com o turno e para sócios ou visitantes, estes, em geral, viajantes que estavam de passagem pela cidade ou homens jovens que, por sua idade, não podiam, ainda, serem sócios do clube. Em datas comemorativas, como no aniversário de fundação do *Club*, o bilhar era oferecido gratuitamente aos seus associados.

Segundo as atas, o regulamento do bilhar, aprovado pela Diretoria, estabelecia os valores a serem pagos e, também, as regras de comportamento na sala de jogos. Tal documento, que poderia trazer valiosas informações sobre o funcionamento dessa sala, entretanto, não foi encontrado no acervo do *Club Rio Contense*.

A sala de bilhar, cuja origem remonta ao fim da Idade Média, entrou para as mansões francesas no século XIX, sendo sinônimo de luxo permitido por possibilidades financeiras. No decorrer deste século, as salas de bilhares, antes restritas aos palácios e residências elegantes multiplicaram-se e popularizaram-se (MÜLLER, 2010, p. 199).

Provavelmente, a euforia causada pelo jogo foi o motivo de se suspender por algumas ocasiões a *víspera*. O *Club Rio Contense* procurava se adequar à prática somente de jogos lícitos, e a preocupação com a manutenção da ordem durante a realização dos jogos fez com que a Diretoria afixasse um aviso chamando a atenção dos associados:

A Directoria em sessão de hontem, tendo conhecimento das ultimas e censuraveis ocorrências que tem havido na sala do jogo do vispora, chama a especial atenção de todos os snrs. associados para que joguem com o silencio, preciso a bem da ordem e moral deste Club, que todos tem o sagrado dever de engrandecel-o e acatal-o.⁸³

As notícias sobre o bilhar aparecem nas atas da Diretoria até a década de 1940, referindo-se a reparos na sala de jogos e reforma da tabela de preços, tendo sido o último registro acerca da preocupação com os jogos ilícitos. Por conta das obras de remodelação do edifício, como se verá a seguir, ocorreu uma interrupção das atividades do *Club*, em 1946, somente retomadas a partir dos anos 1950. Neste ínterim, foi proibida a realização de jogos de azar no Brasil, instituído pelo Decreto-lei n.º 9. 215, de 30 de abril de 1946, assinado pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra.⁸⁴

O *Club Rio Contense* continuou oferecendo a sociabilidade por meio da prática de jogos, mas as referências que se encontram na década de 1960 são relacionadas ao snooker ou sinuca, uma modalidade do jogo de bilhar. Provavelmente, a *víspera* e outros jogos de cartas,

⁸³ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 6 das Atas da Diretoria (1924-1929). Ata n.º 13 da Diretoria da sessão do dia 28/07/1926. Caixa 03.

⁸⁴ Decreto-Lei n.º 9. 215, de 30 de abril de 1946, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De19215.htm, acesso em 29/06/2016.

antes praticados, passaram a ser evitados, uma vez que, nestes jogos, o ganho e a perda dependem exclusiva ou principalmente da sorte, configurando jogo de azar.

Uma Biblioteca no Sertão: repositório de conhecimento e práticas de leitura

Assim como o alimento é indispensável ao corpo, o livro é uma necessidade da inteligência.⁸⁵

As palavras do Doutor José Basílio Justiniano da Rocha, registradas em relatório anual da presidência referente ao primeiro ano de funcionamento da associação, demonstram a consciência que o médico possuía acerca da importância do livro para a formação de um cidadão. Ciente da força poderosa de uma biblioteca, “aonde todos podem beber um pouco do saber”,⁸⁶ o senhor Basílio da Rocha, incitou a criação da primeira biblioteca institucional da cidade de Rio de Contas e do alto sertão baiano.⁸⁷

A biblioteca do *Club Rio Contense* foi administrada pela Diretoria da referida agremiação e mantida com as finanças da instituição. Seu acervo foi formado, em sua maioria, a partir da doação dos sócios, embora no relatório de 1902, o então presidente José Basílio agradeceu à Baronesa de Vila Velha⁸⁸ – uma mulher e, por isso não associada, já que a associação feminina só se deu na década de 1930, como veremos no capítulo quatro – por sua oferta generosa. Os livros variavam desde ciência a poesias, donde se observa maior saída para empréstimo dos romances, tanto nacionais quanto de autoria estrangeira. Após o encerramento das atividades do clube, inclusive o fechamento da biblioteca, parte dos livros foi doada à Biblioteca Municipal de Rio de Contas e outra parte ao Arquivo Municipal da cidade.

De acordo com o § 2º do artigo 56 do Estatuto do *Club*, de 1919, os livros poderiam ser emprestados pelo prazo máximo de vinte dias para os moradores residentes na cidade e de

⁸⁵ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Relatório da Presidência do Dr. José Basílio da Rocha (1902). Caixa 04.

⁸⁶ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Relatório da Presidência do Dr. José Basílio da Rocha (1902). Caixa 04.

⁸⁷ Excetuando-se a capital da Bahia, os registros encontrados de bibliotecas criadas anteriores à do Club Rio Contense no interior baiano, mesmo não se tratando do alto sertão, foram: a do Club Commercial (1893) e da Sociedade Philarmônica 28 de Setembro (1900) – ambas de Juazeiro; a Biblioteca Municipal de Feira de Santana (1890); a Biblioteca Municipal de Nazaré (1883); e a Biblioteca Municipal de Santo Amaro (1889) (BRASIL, 1916-1927).

⁸⁸ Trata-se, provavelmente, da senhora Carlota Joaquina de Matos, esposa do Barão de Vila Velha, Joaquim Augusto de Moura. Descendente das tradicionais famílias Moura e Albuquerque, que estão na origem da povoação da região de Rio de Contas, o barão era filho de Martiniano Moura e Albuquerque – morto por Leolino Canguçu no conflito entre Canguçus e Mouras, motivado pelo rapto da jovem Pórcia, tia de Castro Alves, na região de Bom Jesus dos Meira, atual cidade de Brumado – e irmão de José Honório de Moura e Albuquerque – assassinado em Rio de Contas, quando das lutas pela independência. Ver: TANAJURA (2003, p. 123).

trinta dias para os demais. Todavia, não só livros eram emprestados, pois jornais e revistas vindos de Salvador e do Rio de Janeiro, com certa regularidade, ficavam à disposição dos sócios residentes na cidade e poderiam ser retirados por três dias.

Os empréstimos eram feitos somente aos associados, o que não significa que a leitura foi realizada somente por estes, uma vez que, no período em que ficava sob sua guarda, é possível que o sócio emprestasse o livro a parentes e amigos não associados. Além disso, o costume da leitura coletiva e oralizada pode ter alcançado um público ainda maior. Na história da leitura, percebe-se que as dificuldades tanto de acesso ao objeto do livro quanto de desenvolvimento da habilidade da leitura fez com que se desenvolvesse uma “cultura auditiva” que interferiu, inclusive, na produção das obras que, na maioria das vezes, eram escritas para serem ouvidas e não lidas (SCHAPOCHNIK, 1993).

O sócio eleito para bibliotecário ficava responsável pela guarda dos livros e por implementar o regulamento interno da biblioteca, também, era de sua competência controlar o movimento do acervo, bem como conservar os bens da biblioteca em ordem, mediante elaboração de inventário, cujas faltas deveriam ser apresentadas à Diretoria do *Club*. Apesar de não ter formação própria, os sócios que exerceram tal cargo cumpriram com a tarefa de “tratar, organizar, conservar e divulgar as informações, criando catálogos, elaborando bibliografias, estabelecendo regras” (ANDRADE, 2009, p. 38).

Os gabinetes de leitura e bibliotecas públicas vieram gradativamente substituir a reunião de leitores em salas e salões das casas, as quais apesar de privadas abriram-se para a esfera pública. Segundo Nelson Schapochnik (1993, p. 153),

Nas salas e salões, a recepção adquiria a função de veículo informal de disputa por cargos e privilégios, na qual estreitavam-se alianças políticas, organizavam-se conspirações econômicas, tramavam-se sabotagens fiscais, estimulavam-se intrigas entre concorrentes, arranjavam-se cônjuges. Estas ocasiões eram particularmente propícias aos homens de letras, seja para oferecer à plateia suas recentes composições, seja obter assinantes para sua folha ou subscritores para seu livro ou, no caso de candidatos à carreira literária, de obtenção de um cargo ou convite para a publicação.

A biblioteca é interpretada não só como local de difusão de leitura, mas, também, como um espaço no qual a elite poderia demonstrar sua cultura, educação e letramento. Sérgio Buarque de Holanda (1995, p.163-164) nos lembra que “o amor bizantino dos livros pareceu, muitas vezes, penhor de sabedoria e indício de superioridade mental, assim como o anel de grau ou a carta de bacharel”, o que, segundo este autor, indica traços nitidamente senhoriais e

conservadores da nossa intelectualidade, para a qual, muitas vezes, o livro não era mais que objeto de figuração, com vistas à ostentação.

Desde o período colonial, as poucas bibliotecas privadas que existiram foram de propriedade de uma pequena parcela da população, geralmente “membros das elites, que combinavam a propriedade (de terras, gado e minas) ou o envolvimento no comércio a ofícios que exigiam uma educação mais esmerada” (VILLALTA, 1997, p. 383). Segundo Luiz Carlos Villalta (1997, p. 384),

a composição das bibliotecas (número de livros e distribuição desses pelas áreas do saber) dependeu menos da riqueza dos seus proprietários que das carreiras profissionais por eles abraçadas: não era o cabedal portentoso que definia o interesse por livros, e sim os ofícios aos quais as pessoas se dedicavam e o nível educacional por eles exigido, havendo nas bibliotecas um maior número de livros relacionados às profissões de seus proprietários.

Villalta corrobora com a percepção de Holanda de que a posse do livro passou a ser fonte de saber e signo de privilégio numa civilidade das aparências (VILLALTA, 1997, p. 383). Por outro lado, ressalta que, apesar de sua valorização ter se estendido das elites às camadas populares, seus usos foram específicos de acordo com os grupos sociais. Ou seja, para as elites políticas e econômicas, seria usado para manutenção da ordem, segundo seus interesses, enquanto para outros leitores poderia ser um recurso para contestar um sistema contra o qual estavam insatisfeitos. De toda sorte, a crença no poder transformador do livro e da leitura é, ainda, uma permanência histórica.

A criação de uma biblioteca, no início do século XX, numa sociedade rural e sertaneja, indica certa erudição de uma parcela da população, uma vez que a maior parte desta não deveria ser alfabetizada. Confirma esta percepção o fato de que, neste período, a cidade já possuía duas tipografias, tendo ambas publicado jornais, entre os anos de 1912 e 1927. Outro aspecto que chamou a atenção para a dinâmica da vida cultural daquele município foi a vivacidade do Teatro São Carlos, também de propriedade do *Club Rio Contense*, que entusiasmava os moradores da região.

Teatro São Carlos: dinâmica na vida cultural

Dentro do espírito recreativo o *Club Rio Contense* adquiriu o Teatro São Carlos. No ano de 1909, o orador e sócio-fundador Arnulfo Gottschall apresentou proposta para comprar

o Teatro São Carlos, localizado na Praça Dr. Rodrigues Lima (Largo do Rosário), que foi aceita pelos diretores. Foi, então, incumbida uma Comissão para avaliar as condições do edifício, a qual concluiu que, em virtude das condições precárias do prédio, seria melhor a construção de um novo teatro.

A construção existente pertencia à Empresa Theatral Rio Contense, que comprou o terreno do senhor Genésio Severino de Miranda, em 1892, pela quantia de Rs. 75\$000 (setenta e cinco mil reis).⁸⁹ Quando da proposta da compra pelo *Club*, respondia pela posse do teatro um total de nove sócios, cuja propriedade estava dividida em vinte partes: Carlos Souto (11), Zeferino Pedro Rodrigues (1), Francisco Rodrigues da Trindade (2), José Henrique Gottschall da Silva (1), Francisco Ribeiro (1), Adolfo Henrique Gottschall (1), Tibério Miranda (1), Gustavo Abreu (1) e Ambrósio Theóphilo Viana (1) – representado pelos seus herdeiros.⁹⁰ Todos eram sócios do *Club* e doaram suas partes à associação.

Constatada a precariedade do edifício, o sócio-fundador Tibério Severino de Miranda, encarregado da reconstrução achou por bem a edificação de um novo teatro. Foi proposto então um contrato de permuta com Tibério de Miranda, incumbido da construção do novo edifício, no qual o antigo teatro – que passou à propriedade do *Club Rio Contense* a partir da doação dos seus proprietários – seria oferecido em troca do novo prédio. Provavelmente, o major Tibério de Miranda desejasse ampliar sua propriedade, já que sua casa ficava ao lado do antigo teatro.

O contrato, assinado em 15 de outubro de 1909, que estipulava as regras da permuta, determinava a planta da edificação e o local da construção, que se situaria na Praça do Canteiro (Rua do Capim). Dentre as cláusulas, ficou acordado que o major entregaria o novo prédio dentro do prazo de seis meses, salvo por força maior, como chuvas ou doença, e se responsabilizaria por quatro anos a reparar quaisquer problemas que apresentasse a obra, em virtude de defeito na construção. Por sua parte o *Club*, voltaria o valor de Rs. 2: 000\$000 (dois contos de reis), cujo pagamento seria fragmentado.⁹¹

Após dois anos de construção, o novo Teatro São Carlos foi inaugurado no dia 15 de novembro de 1911. Para comemorar, a associação apresentou ao público, gratuitamente, o drama “A Filha Martyr” e a comédia “O Tio Mendes”. Os espectadores tinham até às 14 horas para levarem os seus assentos ao salão do teatro, para que pudessem assistir ao espetáculo

⁸⁹ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro caixa da Empresa Theatral Rio Contense (1892). Caixa 04.

⁹⁰ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 03 das Atas da Diretoria (1906-1912). Ata n.º 4 da Diretoria da sessão do dia 10/08/1909. Caixa 03.

⁹¹ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 03 das Atas da Diretoria (1906-1912). Ata n.º 12 da Diretoria da sessão do dia 07/11/1909. Caixa 03.

sentados, visto que o local não dispunha de cadeiras, ao passo que os camarotes estavam destinados à Diretoria do *Club*.⁹²

Fotografia 3
Teatro São Carlos (Rua do Capim)



Fonte: AMRC. Acervo Fotográfico. [autor desconhecido, s/d].

Dois anos após a inauguração, o prédio começou a apresentar estragos nas paredes e telhados e, por isso, o empreiteiro responsável pela obra foi advertido.⁹³ Em inícios de 1914, o teatro encontrava-se em completa ruína e terminou por desabar por conta das chuvas, interrompendo suas atividades. Mais uma vez, foi chamado à responsabilidade o seu construtor.⁹⁴ Em resposta ao convite da Diretoria para se explicar sobre o desabamento,

⁹² AMRC. Fundo Club Rio Contense. Teatro São Carlos (1909). Caixa 04.

⁹³ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 04 das Atas da Diretoria (1913-1920). Ata n.º 6 da Diretoria da sessão do dia 15/06/1913. Caixa 03.

⁹⁴ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 04 das Atas da Diretoria (1913-1920). Ata n.º 2 da Diretoria da sessão do dia 05/02/1914. Caixa 03.

Tibério de Miranda propôs reparar o antigo utilizando-se do material do teatro desabado,⁹⁵ proposta que seria analisada pela Diretoria.

A decisão da Diretoria foi no sentido de reconstruir o teatro desabado. Novo contrato foi lavrado, em outubro de 1914, no qual ficou decidido que a obra deveria ser entregue em oito meses, sendo o contratante obrigado a pagar uma multa de Rs. 50\$000 (cinquenta mil reis) por cada mês excedido do prazo estipulado; além disso, ficaria responsável pela obra pelos três anos seguintes à entrega.⁹⁶ Em julho do ano seguinte as obras ainda não haviam se iniciado.⁹⁷

Chamado à sessão da Diretoria para dar explicações, Tibério de Miranda alegou ser difícil encontrar madeira para reconstruir o teatro desabado e, por isso, propunha reformar o antigo,⁹⁸ o que foi da aprovação geral dos sócios.⁹⁹ Uma vez que o prédio do teatro situado no Largo do Rosário estava em condições precárias, provavelmente, foram feitos improvisos para que se desse continuidade às apresentações teatrais ao mesmo tempo em que se realizavam as obras.

Diante da demora das obras de reforma, em agosto de 1919, a Diretoria

ordenou ao snr. Dr. Presidente para haver do senhor Tibério Severino de Miranda, a chave do Theatro S. Carlos ao Club pertencente, para se proceder os reparos necessários, entrando logo no direito de posse, do qual se acha privado alguns annos.¹⁰⁰

A obra do teatro, sito no Largo do Rosário, foi retomada em fins de 1921,¹⁰¹ mas novamente foi interrompida. Em 1924, a Diretoria resolveu entregar a obra a um novo empreiteiro o senhor José Rodrigues Trindade, outro sócio-fundador,¹⁰² cujo valor a ser pago

⁹⁵ AMRC.Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 04 das Atas da Diretoria (1913-1920). Ata n.º 5 da Diretoria da sessão do dia 13/04/1914. Caixa 03.

⁹⁶ AMRC.Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 04 das Atas da Diretoria (1913-1920). Ata n.º 12 da Diretoria da sessão do dia 25/10/1914. Caixa 03.

⁹⁷ AMRC.Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 04 das Atas da Diretoria (1913-1920). Ata n.º 8 da Diretoria da sessão do dia 11/07/1915. Caixa 03.

⁹⁸ AMRC.Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 04 das Atas da Diretoria (1913-1920). Ata n.º 14 da Diretoria da sessão do dia 31/12/1915. Caixa 03.

⁹⁹ AMRC.Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 04 das Atas da Diretoria (1913-1920). Ata n.º 2 da Diretoria da sessão do dia 01/02/1916. Caixa 03.

¹⁰⁰ AMRC.Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 04 das Atas da Diretoria (1913-1920). Ata n.º 10 da Diretoria da sessão do dia 03/08/1919. Caixa 03.

¹⁰¹ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Diretoria (1920-1924). Ata n.º 18 da Diretoria da sessão do dia 16/12/1921. Caixa 03.

¹⁰² AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Diretoria (1920-1924). Ata n.º 7 da Diretoria da sessão do dia 21/03/1924. Caixa 03.

seria levantado do capital do *Club* e da Bolsa de Caridade, que estava depositado na Loja Portugal, de propriedade do sócio-fundador Antonio Souto.¹⁰³

Fotografia 4
Teatro São Carlos (Largo do Rosário)



Fonte: BAHIA, 1980.

O novo empreiteiro também enfrentou dificuldades financeiras, em virtude do que a obra foi suspensa por alguns períodos.¹⁰⁴ O edifício, entretanto, encontrava-se em condições de uso, haja vista que o *Club* já vinha recebendo o aluguel pelo uso do mesmo, como registra a ata da Diretoria de 1925.¹⁰⁵ O que indica que ao longo de todo o período de obras o espaço foi sendo utilizado, tanto que se chegou a criar o grupo dramático em 1919, como veremos no terceiro capítulo. Não foi encontrado o registro da reinauguração do Teatro São Carlos,

¹⁰³ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Diretoria (1920-1924). Ata n.º 9 da Diretoria da sessão do dia 08/04/1924. Caixa 03.

¹⁰⁴ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 06 das Atas da Diretoria (1924-1929). Ata n.º 4 da Diretoria da sessão do dia 05/03/1925. Caixa 03.

¹⁰⁵ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Diretoria (1920-1924). Ata n.º 8 da Diretoria da sessão do dia 31/05/1925. Caixa 03.

localizado no Largo do Rosário, após as obras de reforma. Pelo contrário, até pelo menos 1936, ainda encontramos documentos registrando os gastos com o mesmo.¹⁰⁶

O Teatro São Carlos, único da cidade (até hoje), foi palco de intensas atividades culturais. O espaço foi utilizado para levar à cena peças de teatro, muitas das quais os sócios do clube eram os atores, mas, também, produções teatrais encenadas pelos estudantes rio-contenses. Da mesma forma, recebeu companhias de teatro de outras localidades, como a dos “Irmãos Lourdes”,¹⁰⁷ e apresentações de cinematógrafos de iniciativa de viajantes que passavam por Rio de Contas, além de quermesses promovidas pelas senhorinhas em prol da Igreja Matriz ou da Bolsa de Caridade.

Enfim, nesse espaço cultural a sociedade rio-contense, particularmente, sua elite, reunia-se para juntos se divertirem e estabelecerem relações de sociabilidade. Atualmente, o teatro encontra-se em situação parecida com a do *Club Rio Contense*: portas fechadas, abrindo em ocasiões eventuais, em condições precárias, já que conta, apenas, com manutenção básica que fica a cargo da Prefeitura Municipal.

Os “tempos áureos” do *Club Rio Contense*

A fase de 1918-1939 ficou marcada para os associados do *Club Rio Contense* que viveram naquele período como os “tempos áureos” da associação. Sem dúvida, a atuação do presidente José Anacleto Freire, que esteve à frente da Diretoria por quase todos estes anos, exceto no breve intervalo entre 1926 e 1927, foi determinante para a associação ao lhe injetar novo fôlego.

José Anacleto Freire nasceu em Salvador, em 1887, e mudou-se para Rio de Contas por volta do ano de 1917, muito provavelmente, em virtude de sua profissão de promotor público. Nesta cidade, casou-se com a filha do sócio-fundador coronel Carlos Souto, a senhora Alzira Souto Freire. Em 1918, assumiu a presidência da Diretoria do *Club Rio Contense*, onde permaneceu até 1925, sendo novamente eleito entre 1928 e 1939, consecutivamente. O afastamento da presidência deve ter sido motivado por sua transferência do cargo de promotor para Bom Jesus dos Meira (atual cidade de Brumado), em 1926, e, da mesma maneira, deve ter ocorrido após 1939, quando se mudou para atuar em Maracá.

¹⁰⁶ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Documentos referentes às obras do Teatro (1924). Caixa 04.

¹⁰⁷ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Programações teatrais. Caixa 04.

Durante os dois longos períodos da sua administração, ocorreram as duas reformas pelas quais passaram o estatuto do *Club*, muito evidentemente influenciado por sua formação como bacharel em direito. Além disso, José Anacleto Freire ampliou a assinatura de jornais para a associação, realizou melhorias na sala do bilhar, promoveu bailes e apoiou festas comemorativas, como a Festa da Primavera, e angariou doações de livros para a biblioteca. Provavelmente, deve-se à determinação deste presidente a solução da querela das obras inacabadas do Teatro São Carlos, uma vez que, no início de sua gestão, a Diretoria tomou a decisão de retomar as chaves do teatro e, por volta de 1925, o *Club* já lucrava com o seu aluguel.

Além disso, tornou realidade a fundação do Grupo Dramático Castro Alves, do Grupo Musical Guarany e do Sport Club Rio Contense, sobre os quais se falará com mais detalhes no capítulo seguinte. Ainda durante sua administração foi autorizada a organização da Comissão das doze senhorinhas que ficariam à frente da Bolsa de Caridade. Assim, por todas estas realizações, a presidência de José Anacleto Freire foi lembrada como o tempo em que “o *Club* teve todo o seu esplendor”.¹⁰⁸

Ao assumir a administração do *Club Rio Contense*, José Anacleto Freire procedeu a uma revisão da listagem dos sócios, que resultou na exoneração de sócios que não pagavam suas mensalidades ou que não responderam ao convite; ao mesmo tempo, foram apresentadas e votadas inúmeras propostas para novos sócios, sendo muitas delas rejeitadas. A atualização da condição dos associados revelou a seguinte situação: entre 1902 e 1917 foram registrados 255 sócios (incluindo aqueles que não responderam ao convite e os que não estavam com as mensalidades quites); e, no ano de 1918, o primeiro da gestão de José Anacleto, esse número foi reduzido a 118. Vejamos uma esquematização da movimentação dos sócios, observando os anos em que esteve na presidência:

¹⁰⁸ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas n.º 05 das Atas da Assembleia Geral (1938-1951). Ata n.º 2 da Assembleia Geral, extraordinária, da sessão do dia 26/06/1949. Caixa 03.

Tabela 2
Amostragem do número de associados (1902-1966)

Ano	Total
1902	39
1918	118
1925	190
1928	206
1939	204
1940	-
1950	-
1966	164

Fonte: AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de movimento de sócios (1902-1930; 1930-1936; 1936-1939; 1961-1968). Caixa 02.¹⁰⁹

O ano de 1902 findou com 39 sócios, sendo que destes, 30 eram fundadores. O número de sócios foi aumentando aos poucos, principalmente, entre os *efetivos* e *protetores*. Embora a quantidade de associados possa ter sido elevada, o número daqueles que estavam em pleno gozo de seus direitos, ou seja, quitavam as mensalidades e compromissos, estava na média dos 70, dentre *efetivos* e *contribuintes* (e a partir de 1932, também, *aspirantes*). Ainda assim, somente pouco mais da metade desse número frequentava as reuniões da Assembleia Geral, motivo pelo qual foi, dezenas de vezes, adiada e/ou realizada em segunda convocação.

O número de associados equivalia a menos de 1% da população rio-contense. As exigências para tornar-se sócio não eram acessíveis a todos os moradores e, certamente, não era esse o desejo dos seus fundadores. Provavelmente, a criação do *Club* respondia ao interesse de formar um grupo formado por e para pares.

Os obstáculos à associação iniciavam-se no valor cobrado para associar-se ao *Club Rio Contense*. Em 1915, os emolumentos pagos pela patente de Coronel, o mais alto posto da Guarda Nacional, era de Rs. 600\$000 (seiscentos mil reis), assim uma mensalidade de Rs. 1\$000 (um mil reis) e uma joia de Rs. 5\$000 (cinco mil reis) eram valores, de certa forma, irrelevantes para os membros da Guarda.¹¹⁰ Por outro lado, quando consideramos o salário do

¹⁰⁹ Esses números foram obtidos a partir do Livro de movimentação de sócios, onde foram incluídas todas as categorias de sócios e não excluem aqueles que estivessem com pagamento atrasado e, por isso, tenham sido exonerados. Não foram localizados os livros de movimento de sócios referentes às décadas de 1940 e 1950, portanto, este dado não pôde ser apurado.

¹¹⁰ O valor dos outros postos era de: 500\$000 para Tenente-Coronel; 400\$000 para Major; 200\$000 para Capitão; 150\$000 para 1º Tenente e 100\$000 para 2º Tenente. Ver: Orçamento Federal. *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 25/01/1915, n. 3, anno III, p. 3.

empregado do *Club*, funcionário responsável por zelar da casa, estar presente todas as noites, além de convocar os sócios para as assembleias e fazer as cobranças, etc., no mesmo período, de Rs. 10\$000 (dez mil reis), notamos que desprender Rs. 1\$000 (um mil reis) mensais poderia fazer diferença no orçamento familiar.

Além disso, pertencer ao *Club* não se limitava a pagar a joia e a mensalidade, tinham, também, as inúmeras listas de subscrição para as festas comemorativas ou cívicas, para as reformas do prédio social, as doações em favor da Bolsa de Caridade e de livros para a biblioteca, dentre outras necessidades. Dessa forma, assumir um compromisso tão oneroso não era conciliável para aquele grupo menos abonado, como os trabalhadores braçais que recebiam diárias,¹¹¹ em 1930, de Rs. 5\$000 (cinco mil reis) e Rs. 3\$000 (três mil reis), como os pedreiros e trabalhadores de enxada, respectivamente.¹¹²

Para que se tenha uma noção do que significava isso na prática, observemos esses números em comparação com o valor de dois alimentos básicos. Em 1917, *O Cinzel* noticiou a alta dos gêneros alimentícios, como por exemplo, a carne do sol e o feijão. A arroba de 16kg da carne do sol custava de Rs. 14 a 16\$000 (quatorze a dezesseis mil reis) – ou cerca de Rs. 1\$000 (um mil reis) o kg –, enquanto o alqueire de feijão de Rs. 50 a 53\$000 (cinquenta a cinquenta e três mil reis) – cerca de Rs. 3\$400 (três mil e quatrocentos reis) o kg.¹¹³ Esses dois produtos faziam parte do consumo geral da população. Segundo Santos (2001, p. 68),

o charque, ou carne do sertão, estava em todas as mesas, mas o peso de sua participação é que dele fazia um alimento tipicamente popular. Nas camadas médias e na elite, o seu uso limitava-se quase que à composição da feijoada, ao lado de outras carnes.

[...] O feijão mulatinho era “rotineiro” no consumo das camadas médias e também do proletariado. O “feijão dormido”, com o qual se alternavam o bacalhau e a carne de sertão assados, compunha o alimento diário das lavadeiras.

Dessa maneira, o quilo do feijão equivalia ao valor da mensalidade paga pelos sócios *efetivos*. Considerando que muitos recebiam em diária pouco mais que esse valor e a instabilidade de arranjar serviço conclui-se que associar-se ao *Club Rio Contense* impunha gastos que apenas um grupo minoritário seria capaz de assumir. Diante disso, é possível que os excluídos desta sociabilidade criassem seus próprios grupos de associação.

¹¹¹ Segundo Santos (2001, p. 55-57), “os empregados do terciário recebiam diárias ou salários mensais, conforme a natureza de suas funções. As diárias eram percebidas por trabalhadores braçais e os salários pelo pessoal de escritório, assim como da indústria” (SANTOS, 2001, p. 55) e “a diferença fundamental entre a forma de pagamento por diárias e vencimentos mensais é que, no montante mensal das primeiras, não eram computados sábados, domingos, dias santificados e feriados, nem férias remuneradas”.

¹¹² BAHIA, 1936, p. 203.

¹¹³ Feiras. *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 17/10/1917, n. 9, anno V, p. 3.

Em Rio de Contas, representando os trabalhadores, foi criada, em fins da década de 1940, a *Associação dos Artífices Riocontenses*, conhecida, pejorativamente, por “Congo”. Poucas são as referências a respeito desta associação. As informações sobre ela foram obtidas a partir de relatos memorialísticos (SILVA, 1993), não tendo sido possível localizar um conjunto documental. Esta “sociedade dos pobres” (HARRIS, 1956) acolhia os que não podiam ser admitidos ao *Club* por sua condição social e sua cor. Apesar de não ter sido uma exigência explícita do estatuto do clube, a cor da pele dos candidatos a sócio, ao que tudo indica, era levada em consideração no momento de julgamento da proposta de associação.

O *Club Rio Contense* fora criado apenas quatorze anos após a abolição da escravidão que não significou o fim da discriminação. Portanto, os negros eram veladamente proibidos de participar da associação, chegando a ser conhecido como o “clube dos brancos”. A criação da *Associação dos Artífices* se deu a contragosto da elite rio-contense, gerando um clima de rivalidade entre as duas associações, as quais com sede na mesma rua eram separadas por uma viela para que os frequentadores do *Club* não tivessem o “desprazer” de passar na frente da *Associação*.¹¹⁴ (Ver Figura 1).

Figura 1

Detalhe da Planta da cidade de Rio de Contas



Fonte: Figura adaptada de SERRA (2012, p. 136).

¹¹⁴ Estas são representações presentes na memória social dos rio-contenses, percebidas em conversas informais.

Ocorreu, entretanto, alguns casos de participação de negros no *Club Rio Contense*. Foi possível identificar pelo menos dois episódios nos quais negros se associaram e tiveram certo destaque na associação e na sociedade rio-contense. O “embranquecimento”, obtido pelo *status* oriundo da riqueza amealhada ou pelo acesso à educação superior, pode ter sido justificativa para admissão ao *Club* e a aparente vistas grossas que se fez à cor dos mesmos. Referimo-nos a Francisco José de Santana e Athanásio José dos Santos.

O professor Francisco José de Santana nasceu em 25 de maio de 1857, na freguesia de Nossa Senhora do Amparo das Umburanas, pertencente a então comarca de Caetité, e era filho do professor Martiniano José de Santana e Maria Eulália de Santana, naturais de Salvador. Formou-se na Escola Normal, da capital, em 1875, sendo nomeado para uma escola na freguesia de Brotas. Em seguida foi nomeado para uma cadeira no arraial de Brejo do Zacarias, termo de Remanso. Passou ainda pelas freguesias de Nossa Senhora do Rosário do Gentio (Ceraíma) e pela de São Sebastião do Cisco (Ibiassucê).¹¹⁵ Em 1890, foi removido para Caetité e, finalmente, nomeado para a escola estadual do sexo masculino de Rio de Contas, em 1904, onde se aposentou em 1922. Pouco depois, com a reabertura da Escola Normal, em 1926, mudou-se para Caetité. Casou-se três vezes “com moças brancas”:¹¹⁶ a primeira esposa foi Maria Teixeira de Carvalho; a segunda, Josefina Carvalho, era sobrinha de sua primeira mulher e, apenas, com esta teve filhos, tendo sido onze no total, mas apenas nove sobreviventes; em terceiras núpcias, casou-se com Maria Angélica Carvalho, sua cunhada. Faleceu em 29 de novembro de 1947.¹¹⁷

Logo que se mudou para Rio de Contas abriu o Internato Santana, onde estudava meninos de várias regiões do sertão em regime de internato e externato, o que lhe garantiu prestígio.¹¹⁸ O homem negro ascendeu socialmente através da aquisição da educação formal o que lhe possibilitou fazer parte de uma cultura de elite branca.

¹¹⁵ O arraial do Brejo do Zacarias localizava-se onde hoje é o atual município de Remanso; já a freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Gentio, que passou a denominar-se Ceraíma, atualmente, é distrito do município de Guanambi; enquanto que a freguesia de São Sebastião do Cisco, hoje em dia é o município de Ibiassucê. Ver: <http://cidades.ibge.gov.br/>.

¹¹⁶ SANTOS, Helena Lima. Coisas do passado. *Tribuna do Sertão*, Brumado, 06/10/1986, p. 10.

¹¹⁷ SANTOS, Helena Lima. Coisas do passado. *Tribuna do Sertão*, Brumado, 06/10/1986, p. 10. Ver também: ARAKAWA (2006).

¹¹⁸ Joaquim Tavares da Conceição (2012) mostrou que os colégios-internatos se consolidaram, no Brasil, durante o século XIX e traziam costumes herdados das primeiras instituições implantadas no país (colégios dos jesuítas, colégio-seminário, conventos e recolhimentos), mas também, marcas culturais do internato clássico europeu, especialmente, da França. Segundo este autor, “os internatos, ao longo do século XIX e em boa parte do século XX, apesar das críticas recebidas, subsistiram na cultura escolar brasileira, utilizados por famílias das camadas ricas e estratos médios da população para promover a instrução dos seus filhos” (p. 290). Em parte do século XIX e primeira metade do XX, não havia consenso sobre os benefícios pedagógicos do internato: de um lado

Assim, por outros critérios ele pôde ser aceito pela Diretoria do *Club*, onde chegou a ocupar os cargos de segundo secretário e vogal da Comissão Fiscal e, mais ainda, foi conselheiro municipal entre 1928 e 1929. Entretanto, não havia uma relação de igualdade, o que deixa entrever o próprio pensamento do professor: as três mulheres com quem se casou foram brancas e sobre isso ele contava, segundo Helena Lima Santos, que “um preto que tendo arranjado uma noiva branca escreveu ao pai que estava ‘limpando a família’, e quem o pai respondeu ‘enquanto limpa a sua suja a dos outros’”.¹¹⁹

O segundo caso, diz respeito ao vereador Athanasio José dos Santos, nascido em Rio de Contas, em 1889, filho natural de Julia Maria da Conceição e casado com Laurinda Rosa dos Santos. O fato de não ter uma filiação legítima não o impediu de ser dono de terras, de uma loja de couro e de um bar, elementos que o classificariam como um homem rico. O antropólogo Harris (1956, p. 127),¹²⁰ registrou a deferência com que este senhor era tratado por brancos e negros, tendo livre trânsito entre a elite, mas ressaltou que isso se devia em virtude de sua riqueza, pois na escala social a posição do negro era a menos desejável: “alto escalão em outros aspectos só pode ser alcançado apesar de, nunca por, ser negro”.¹²¹

Assim como o professor Santana, Athanasio José dos Santos, também, foi admitido ao *Club Rio Contense*, onde ocupou cargo na Diretoria, também na Comissão Fiscal, e foi membro da Câmara Municipal. Da mesma forma, era aceito pela elite branca, mas com restrições. Harris (1956, p. 138-139) relatou que:

Nas festas e danças da elite ele se mantém em segundo plano. Quando convidado a se sentar para tomar um café e bolo com o resto dos convidados, ele invariavelmente recusa e toma seu refresco em pé. Ninguém insiste muito. A solicitude que lhe é mostrada como vereador em tais circunstâncias depende inteiramente da certeza de que ele não vai aceitar muito dela, que ele sabe o seu lugar em outras palavras. Ele é convidado para a maioria das funções formais da elite, mas nunca visita a casa deles informalmente e eles nunca visitam a sua. Quando seu filho casou, Waldemar* deu um baile. Um punhado da elite veio para parabenizá-lo. Eles se sentaram em volta rigidamente por alguns momentos e, em seguida, um por um, se despediram antes da festa realmente ter começado. Embora muito querido e tratado com respeito, Waldemar não consegue o mais alto grau. Por causa de sua cor, ele não é tratado

negativo, argumentava-se que propiciava a corrupção física e moral dos colegiais; por outro, era visto como um “mal menor” [...] diante das longas distâncias (casa/colégio) e/ou da falta de estabelecimentos de ensino em determinadas localidades” (p. 297). De toda sorte, “a educação dispensada nos internatos, apesar das críticas desfavoráveis, serviu como estratégia educativa de famílias ricas e médias e estabeleceu distinção social a esses segmentos sociais por meio de constante formação de princípios culturais que contribuíram para a perpetuação de privilégios de classe” (p. 297).

¹¹⁹ SANTOS, Helena Lima. Coisas do passado. *Tribuna do Sertão*, Brumado, 06/10/1986, p. 10; Professor Santana. *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 10/11/1913, n. 21, anno I, p. 2.

¹²⁰ Em seu texto, Harris (1956) utilizou o recurso de pseudônimo para se referir aos rio-contenses; entretanto, os nomes reais de seus personagens ficaram evidentes após a leitura e cruzamento das fontes da pesquisa. Seu Athanasio, por exemplo, foi alcunhado por Harris como Waldemar.

¹²¹ “high rank in other respects can only be achieved in spite of, never because, one is black”.

como um igual pelo resto das pessoas de sua faixa econômica. Este fato pode ser formulado de modo diferente: ele não é tratado como um igual, porque ele não é rico o suficiente ou educado o suficiente para superar a ser um negro. Se ele fosse o homem mais rico da cidade (o que não é, de longe), ou se ele tivesse um diploma universitário, não há dúvida de que ele seria levado mais a sério.¹²²

De fato, o *Club Rio Contense* era formado, quase que exclusivamente, por brancos. Aos negros que não “embranqueceram” pelo enriquecimento ou educação, restava assistir os bailes do lado de fora da janela do *Club Rio Contense*. Cabe, ainda, ressaltar que a exclusão não se dava somente pela cor, mas, também, pela condição financeira, haja vista as exigências que se faziam para admissão.

Mesmo entre os participantes do *Club Rio Contense*, os custos pesavam. O elevado índice de inadimplência, observado pelos pedidos de eliminação e exoneração, indica quão dispendioso era fazer parte da associação e que, para alguns, não era uma prioridade. Na sessão de comemoração do décimo aniversário do *Club*, o orador, Antonio da Silva Mello, lastimava a pouca frequência dos sócios, já que “o pessoal preferia frequentar as tavernas a uma associação como esta de utilidade irrefutável”.¹²³

O custo da joia e das mensalidades não eram os únicos fatores de exclusão, uma vez que, com o passar do tempo, o valor da mensalidade estagnou (ver Gráficos 1 e 2). Havia outros elementos que dificultavam a participação no clube, inclusive, dos que já eram sócios. Como espaço de representação e de distinção social, além dos pré-requisitos exigidos à associação, a Diretoria impunha regras de comportamento e o uso dos trajes decentes.¹²⁴

Em 1924, para adquirir um fraque completo, na Tenda Juvenil, alfaiataria da cidade, o cavalheiro teria de desembolsar a quantia de Rs. 150\$000 (cento e cinquenta mil reis) ou, no mínimo, Rs. 50\$000 (cinquenta mil reis) se, mais modestamente, usasse apenas um casaco de

¹²² “At elite parties and dances he keeps in the background. When invited to be seated to have coffee and cake with the rest of the guests, he invariably declines and takes his refreshments standing. No one ever insists too much. The solicitude which is shown him as a councilman in such circumstances depends entirely on the certainty that he will not accept too much of it, that he knows his place in other words. He is invited to most formal functions of the elite, but he never visits their houses informally and they never visit his. When his son was married, Waldemar* gave a dance. A handful of the elite came to congratulate him. They sat around stiffly for a few moments and then one by one took their leave before the party had really gotten under way. Though well liked and treated with respect, Waldemar just fails to make the highest grade. Because of his color he is not treated as an equal by the rest of the people in his economic bracket. This fact can be phrased differently: he is not treated as an equal because he is not rich enough or educated enough to overcome being a Negro. If He were the richest man in town (which he is not by far), or if he held a university degree, there is no doubt that he would be taken more seriously”. *Pseudônimo do senhor Athanásio José dos Santos.

¹²³ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro das Atas da Diretoria e Assembleia Geral (1904). Ata n.º 2 da Assembleia Geral da sessão do dia 28/01/1912. Caixa 03.

¹²⁴ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 04 das Atas da Diretoria (1913-1920). Ata n.º 1 da Diretoria da sessão do dia 03/01/1913. Caixa 03.

casimira.¹²⁵ A elegância do traje era uma exigência do *Club Rio Contense* que, nas noites de comemorações, exigia a vestimenta em seu rigor.

O estatuto de 1932, em seu artigo 6º resumia os requisitos aos sócios:

- a) Saber ler e escrever;
- b) Não sofrer de moléstia contagiosa;
- c) Ser maior de 21 anos;
- d) Estar no pleno gozo de seus direitos civis;
- e) Ter profissão lícita e idoneidade moral reconhecida. Tratando-se de mulher casada é, ainda, exigido o consentimento do marido.¹²⁶

Estes requisitos demonstram discriminação das mais variadas formas. A aquisição da habilidade da leitura é um exemplo do caráter elitista dessas exigências. Como vimos no capítulo anterior, o número de escolas em Rio de Contas era insuficiente e, em sua maior parte, limitado aos que tivessem condições de arcar com as despesas escolares.

A precariedade da oferta de escolas públicas era uma questão nacional. Desde o Império, apesar de estabelecido pela Constituição de 1824 a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos, poucos esforços foram realizados neste sentido. E, ao final desse período, a quantidade de instituições escolares era insatisfatória e a maioria das escolas era de pequeno porte e particular. Com a proclamação da República, a realidade praticamente não se alterou, embora a exigência de alfabetização para os eleitores tenha colocado a questão em pauta.

O censo de 1872 apontava uma taxa de analfabetismo de 84,62% para o Brasil e 81,9% para a Bahia; o número baiano piorou em 1890, aumentando para 91,4%, enquanto o do Brasil passou para 85,2% (NUNES, 2000, p. 380). A situação não se modificou muito nas primeiras décadas do século XX, haja vista ter se mantido a descentralização do ensino, implicando numa desorganização do sistema educacional (MAGALHÃES, 2006). Entretanto, a taxa de analfabetismo, no Brasil, tendeu à queda, no decorrer deste século, muito possivelmente, por causa das reformas educacionais.

Na Bahia, reformas foram empreendidas no sentido de direcionar a educação, dentre elas, destaca-se a de Anísio Teixeira (1925), que foi aplicada com êxito.¹²⁷ Nota-se que a taxa

¹²⁵ Anúncio. *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 15/07/1924, n. 2, anno I, p. 4.

¹²⁶ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense - 1932. Caixa 04.

¹²⁷ Segundo Luís Henrique Dias Tavares (1968, p. 49), a Lei n.º 1846 “passou à história da educação bahiana ligada ao nome de Anísio Teixeira. Trinta e seis anos depois da proclamação da República, era o primeiro instrumento legal básico para a implantação de um sistema educacional realmente novo e diferente do que havia sob o regime monárquico. Ademais, destacou-se por toda uma atitude racional, devida principalmente a Anísio Teixeira, que buscava considerar o problema da educação como importante e solucionável nos termos do planejamento técnico e da aplicação de recursos”. A reforma de Anísio Teixeira teve como foco o ensino

de alfabetizados da população de 18 anos ou mais, no estado, cresceu 1,9% entre 1920 e 1940, cujas taxas eram de 26,7% e 28,6%, respectivamente. Apesar do crescimento positivo, a taxa de analfabetos permaneceu alta, acima dos 70% (IBGE, 1946, p. 29).

Depois de algumas tentativas de reformas liberais, a educação no Brasil, de maneira geral, continuou elitista e exclusivista. Esse perfil foi característico, também, da realidade educacional de Rio de Contas por boa parte do século XX. Ao longo desta tese, ver-se-á a articulação dos membros da administração do *Club Rio Contense* com as autoridades políticas – os quais como se verificará, muitas vezes, se confundiam – no sentido de empregar esforços para a construção de escolas públicas para atender às necessidades de educação da população da cidade. No capítulo seguinte, falar-se-á sobre o contexto em que foram criados o Grupo Escolar Barão de Macaúbas, em fins da década de 1930, o Ginásio Dr. Aloisio de Castro, em 1959, e a Escola Normal Dr. José Basílio da Rocha, em 1962.

O candidato a sócio do *Club Rio Contense* passava por um processo formal de admissão, no qual havia uma apresentação de proposta que era encaminhada à Comissão Fiscal e, a partir de seu parecer, julgada pela Diretoria. Caso não fosse aprovado só poderia intentar novamente após seis meses da primeira proposta, mas, uma vez aceito, logo seria comunicado e chamado a pagar a joia, bem como assinar o termo de admissão.

Todos os sócios recebiam um exemplar do Estatuto e um diploma assinado, no caso de *efetivos*, *contribuintes* e *beneméritos* pelo presidente da Diretoria, primeiro secretário e tesoureiro; ao passo que o dos *protetores* pelo da Assembleia Geral. Era uma forma de consagrar o associado, após o pagamento da joia e mensalidade ou da oferta: “por esse documento, era reconhecida a qualidade de sócio, o que permitia ao indivíduo gozar dos privilégios de membro de uma dada associação” (FONSECA, 2008, p. 180). A perda de um desses documentos equivalia ao pagamento de Rs. 2\$000 (dois mil reis) para restituí-los, ou seja, o valor de duas mensalidades do sócio *efetivo*, conforme artigo 24 do estatuto de 1919.

primário, em virtude do alto índice de analfabetismo, uma vez que a Bahia ministrava educação apenas para 20% da sua população escolar. Antes da reforma Anísio Teixeira, em 1895, foi aprovada a Lei n.º 117, proposta por Sátiro Dias, então Diretor Geral da Instrução Pública do Estado da Bahia. A reforma Sátiro Dias substituiu o último regulamento do Império, o “Regulamento Bulcão” de 05 de janeiro de 1881, e pretendia, dentre outras coisas, dosar a obrigatoriedade do ensino, proposta pelo ato de 31 de dezembro de 1889 de autoria de Manoel Vitorino, então governador do estado. Este ato, considerado a primeira disposição republicana sobre a educação, na Bahia, foi revogado quatro meses depois, quando Vitorino deixou o governo. Segundo Tavares (1968, p. 49), a reforma Sátiro Dias apesar de “adiantada, progressista e apreciável”, mostrava-se fraca, principalmente, na prática, o que é testemunhado pelos “redemoinhos de idas e voltas em torno da aplicação de princípios como o da obrigatoriedade do ensino e da competência dos municípios em educação”.

Figura 2
Diploma de Sócio Benemérito



Fonte: AMRC. Fundo Club Rio Contense. Diploma concedido a Sócios Beneméritos. Caixa 05.

As características seletivas delineiam o *Club Rio Contense* como um local de distinção social. Ao longo do século XIX, os critérios de distinção eram, dentre outros, a propriedade da terra, a posse de escravos e, em certa medida o letramento, fatores que, combinados, permitiam ocupar posição social de destaque. Com exceção da segunda, em virtude da abolição, no final deste século, a posse da terra e o letramento continuaram a ser medida de riqueza e prestígio. Além dos fatores econômicos, as práticas culturais, também, podem ser tomadas como referência (BOURDIEU, 2011).

Nesse sentido, o *Club* não só representava essa distinção como era o local de uma elite privilegiada mostrar-se, a partir de critérios exclusivistas. Jeffrey Needell (1993, p. 103) resume o caráter elitista deste tipo de instituição: “o tipo de atividade a que estas instituições se destinavam; o elevado custo de admissão, que servia de barreira econômica; e a exclusão social praticada ativamente em pelo menos alguns deles”.

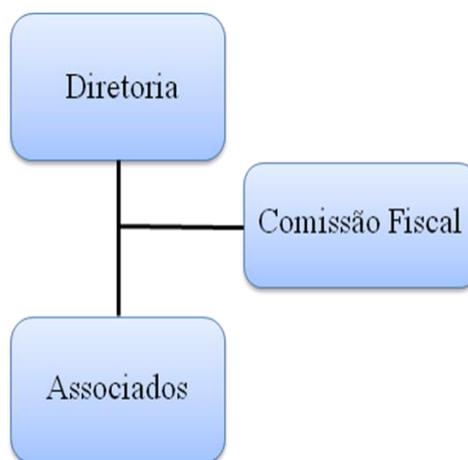
O cotidiano de uma associação

A administração do *Club Rio Contense* era composta pela Diretoria, Comissão Fiscal e, a partir de 1919, também, pela Assembleia Geral. Compunham a Diretoria o presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários, um orador, um bibliotecário e um tesoureiro. A Comissão Fiscal com três vogais, sendo o relator o mais votado, emitia parecer aos documentos que lhe eram submetidos, como propostas de sócios e balancetes financeiros.

Por fim, quatro membros faziam parte da Assembleia Geral, eram eles: o presidente, o vice-presidente e o primeiro e segundo secretários. Segundo o estatuto de 1919, que a criou, a Assembleia Geral representava o poder de decisão do *Club*, reunindo-se em sessões solenes, ordinárias e extraordinárias, para decidir sobre questões superiores ao poder da Diretoria. Vejamos o organograma da administração do *Club Rio Contense* elaborado a partir do estatuto de 1902:

Organograma 1

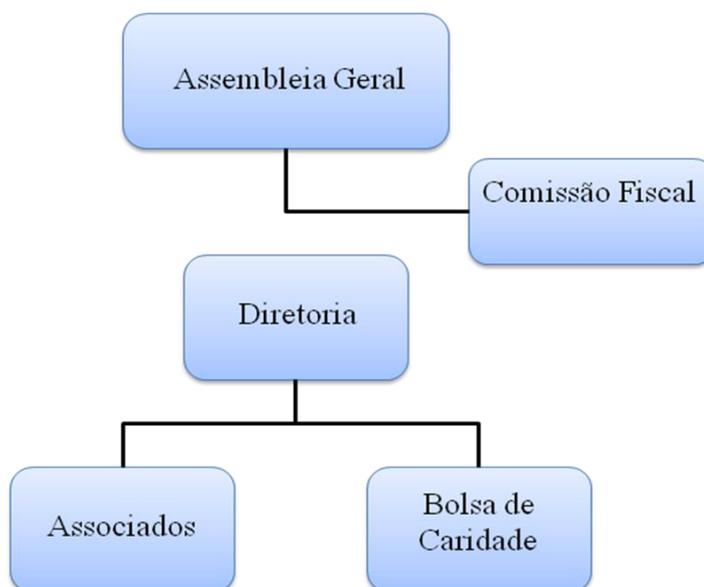
Administração do *Club Rio Contense* – Estatuto de 1902



Fonte: Elaborado a partir de AMRC. Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense - 1902. Caixa 04.

A seguir, produzimos um organograma a partir do estatuto de 1919, cuja estrutura permaneceu a mesma após a reforma do estatuto em 1932. Nota-se que nesta organização foram incluídas a seção beneficente Bolsa de Caridade e, conseqüentemente, as senhorinhas protetoras.

Organograma 2
Administração do *Club Rio Contense* – Estatuto de 1919



Fonte: Elaborado a partir de AMRC. Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense - 1919. Caixa 04.

As decisões administrativas cotidianas do *Club Rio Contense* eram tomadas por maioria de votos em escrutínio secreto nas reuniões mensais da Diretoria, que ocorriam, geralmente, à noite na sede da associação. Os diretores eram responsáveis, entre outras coisas, por promover reuniões, divertimentos, solenidades, nomear as *protetoras*, gerenciar os recursos do *Club*, fazer cumprir seus regulamentos e estatuto e, quando necessário, propor reformas deste último à Assembleia Geral.

Dentre as obrigações dos diretores, uma era estar presente, diariamente, no edifício social, para o chamado serviço semanal. Deliberação do estatuto, a Diretoria se fazia representar por um diretor em cada dia da semana, numa forma de fiscalização dos frequentadores. Na primeira reunião ordinária do ano sorteava-se a escalação da semana, porém muitos não cumpriam a determinação como reclamou o presidente Carlos Souto, em sessão do dia 11 de fevereiro de 1904: “... o senhor Presidente encerrou a sessão as 9 horas da noite, pedindo mais uma vez aos senhores Directores para frequentarem o Club nos seus respectivos dias de fiscalização”.¹²⁸

¹²⁸ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 01 das Atas da Diretoria e Assembleia Geral (1902-1904). Ata n.º 4 da Diretoria da sessão do dia 11/02/1904. Caixa 03.

A presença de um sócio-diretor era importante para mediar os conflitos entre os demais sócios nas noites em que o calor dos jogos ou das discussões pudesse esquentar os ânimos; e, ainda, proibir o ingresso de não associados e/ou não devidamente trajados. Além de frequentar o clube para jogar, como vimos, os associados reuniam-se no clube para a leitura de jornais, que chegavam de várias regiões da Bahia, inclusive da capital, outros da capital federal e, até mesmo, do exterior, como o *Mala da Europa*, publicado em Lisboa.

Uma das festas celebradas pelo *Club Rio Contense* era o carnaval, no qual, em geral, realizava-se um baile à fantasia. O carnaval começou a ser comemorado em Rio de Contas no ano de 1913, quando o cordão, então denominado *Club Folgazões*, abrilhantou os três dias de festejo do rei Momo.¹²⁹ Entretanto, somente podiam organizar bailes no salão social os sócios em pleno gozo de seus direitos, ou seja, aqueles que devessem menos de três mensalidades ou menos de um ano de contribuição, no caso de *contribuintes* ou *aspirantes*, como previa o artigo 84, do estatuto de 1932.¹³⁰

Apenas em pleno gozo dos direitos é que os sócios poderiam participar não só das festas cívicas e comemorativas, mas também das decisões da Assembleia Geral, com fins de eleição da administração ou reformas de estatutos, por exemplo. Visando a eficiência do serviço da tesouraria, em sessão do dia 10 de agosto de 1937, a Diretoria resolveu admitir um cobrador de confiança do tesoureiro para liquidar dívidas dos sócios (mensalidades, anuidades, bilhar) do que teria 10% do valor recebido.¹³¹

A inadimplência por longo período levava à eliminação do sócio, e seu alto índice demonstrava as variações econômicas da cidade, bem como “leva a crer que não apenas os mais abastados se associavam aos estabelecimentos recreativos, mas também muitos membros de uma classe média urbana, que tentava fazer parte das mesmas atividades sociais dos grupos mais abonados” (MARINHO, 2008, p.85).

É possível que muitos sócios tentassem saudar as dívidas para poder participar das comemorações que, muitas vezes, foram transferidas para os sábados ou domingos, quando não coincidiam com feriados. A festa do dia 14 de janeiro, o aniversário de fundação do *Club*, por vezes, foi adiada para o fim de semana mais próximo. O mesmo ocorreu com as reuniões da Assembleia Geral, que costumava ser convocada para os dias de folga e sempre à noite.

¹²⁹ O Carnaval. *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 25/02/1913, n. 4, anno I, p. 2.

¹³⁰ Somente era permitido frequentar o *Club Rio Contense* crianças maiores de 10 anos e acompanhadas de seus pais, segundo Resolução da Diretoria de 07 de janeiro de 1935. Como vimos, a partir de 1932, foram aceitos cidadãos maiores de 18 anos como sócios aspirantes. A maioria era de 21 anos, segundo o Código Civil de 1916.

¹³¹ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 09 das Atas da Diretoria (1937-1944). Ata n.º 11 da Diretoria da sessão do dia 10/08/1937. Caixa 03.

Segundo Dalila Müller (2010), a sociabilidade era vivida de maneira diferenciada pelos grupos sociais. Enquanto a elite aproveitava os espetáculos durante os dias de semana, já que podiam dispor de tempo livre para experimentar o ócio (VEBLEN, 1983), as pessoas de setores menos favorecidos ficavam limitadas aos dias de folga. Em suas palavras, “uma segregação temporal que pode funcionar como uma fronteira social de demarcação do espaço público” (MÜLLER, 2010, p. 160). A presença de uma camada média urbana, portanto, dentre os associados do clube pode explicar as convocações para comemorações ou reuniões para os dias de folga.

O *Club Rio Contense* iniciou as atividades, em fins de 1901, antes mesmo de ter uma casa para seu funcionamento, apenas um cômodo onde guardava os livros doados para a biblioteca.¹³² Após a eleição da Diretoria, em 14 de janeiro de 1902, alugaram uma casa pertencente ao senhor João Renato Justiniano da Rocha, sócio-fundador e irmão do José Basílio da Rocha, no valor de Rs. 3\$000 (três mil reis) mensais, localizada à Rua 15 de Novembro. Com a morte do proprietário da casa, em julho de 1902, o aluguel passou a ser pago à sua viúva, que em setembro passou a cobrar Rs. 12\$000 (doze mil reis), valor que caiu para Rs. 10\$000 (dez mil reis) em 1904, depois da retirada de alguma mobília, a qual aumentava os custos.¹³³

A necessidade de comprar uma casa para o funcionamento do *Club* ficou patente quando, em 1922, aproveitando a estada do seu fundador no Rio de Janeiro, os diretores reunidos propuseram que se fizesse um apelo para aquisição de um prédio.¹³⁴ Este se dirigia, especialmente, ao senhor Rogaciano Teixeira, funcionário da Alfândega e irmão do coronel Deocleciano Pires Teixeira,¹³⁵ de Caetité, ao médico Antonio Rodrigues Lima¹³⁶ e ao sócio

¹³² AMRC. Fundo Club Rio Contense. Relatório da Presidência do Dr. José Basílio da Rocha (1902). Caixa 04.

¹³³ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Relatório da Presidência do Senhor Carlos Souto (1904). Caixa 04.

¹³⁴ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Diretoria (1920-1924). Ata n.º 12 da Diretoria da sessão do dia 10/10/1922. Caixa 03.

¹³⁵ Filho de Antonio José Teixeira e Maria Madalena Pires, Deocleciano Pires Teixeira nasceu em Ituaçu, em 1844. Era formado em medicina, mas abandonou a clínica médica para dedicar-se à vida política de Caetité, onde se estabeleceu, em 1885, e tornou-se fazendeiro. Exerceu diversos cargos públicos, dentre eles: deputado provincial (1882-1889), conselheiro municipal e presidente do conselho (1890-1892), intendente municipal (1892-1893; 1894-1895) e senador estadual (1893-1898; 1899-1904). Faleceu em Caetité, a 9 de dezembro de 1930. Era pai de Anísio Teixeira, importante educador; este era formado em Direito e iniciou sua carreira ocupando o posto de Diretor da Instrução Pública no governo Góes Calmon, em 1923. Anísio Teixeira ocupou, ainda, outros cargos na administração pública ligados à educação. Faleceu em 1971. Ver: SANTOS (1995). Para uma análise da trajetória da família Teixeira em Caetité, ver: AGUIAR (2011).

¹³⁶ Antonio Rodrigues Lima nasceu em 1854, na cidade de Paraguassu (BA). Formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1875. Foi eleito deputado provincial e, em 1881, deputado geral encerrando seu mandato em 1884. Defendeu a causa abolicionista e foi professor da Faculdade de Medicina da Bahia transferindo-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1896. Foi eleito deputado federal pela Bahia em 1894, reelegendo-se em 1897, 1900, 1903, 1909, 1912, 1915, 1917 permanecendo na Câmara até 1920. Faleceu no Rio de Janeiro em 1923. Ver: ABREU (2015).

benemérito Elpídio Mesquita,¹³⁷ os dois últimos deputados federais por várias legislaturas na Primeira República, todos três residentes na capital federal.

Em sessão de 20 de setembro de 1923, diante da falta de resposta, os diretores resolveram reenviar um telegrama para o conterrâneo Leonel Rocha, residente no Rio de Janeiro, reafirmando o pedido de auxílio.¹³⁸ Iniciava, então, uma campanha para aquisição da casa onde funcionava o *Club Rio Contense*, a mesma alugada à viúva de João Renato Rocha desde 1902. Esta propriedade foi adquirida por José Basílio da Rocha, entre 1918 e 1922, não se sabe ao certo por falta de documentação. As fontes indicam que, até pelo menos 1917, a casa ainda era de propriedade da viúva Adolphina Gottschall Rocha;¹³⁹ e, em 1922, José Basílio ofereceria três meses de aluguel como oferta ao *Club*.¹⁴⁰

Em outubro de 1923, o proprietário do prédio, José Basílio da Rocha, demonstrou interesse na venda do prédio e, em novembro, apresentava proposta de venda no valor de Rs. 2: 000\$000 (dois contos de reis) mais juros de 8% ao ano.¹⁴¹ Nesta mesma sessão, do dia 7 de novembro, a Diretoria apresentou duas contrapropostas: uma que reduzia o valor para Rs. 1: 500\$000 (um conto e quinhentos mil reis); e, outra, que diminuía o juros para 6%; entretanto as duas foram rejeitadas pelo proprietário.

A campanha continuou, tendo sido criada uma comissão, em 1926, para angariar donativos para aquisição do prédio. O trabalho da comissão resultou num apelo enviado aos sócios não residentes na cidade e a mais “pessoas de conceito” solicitando doações; dentre as que atenderam ao pedido, estava Deocleciano Pires Teixeira, de Caetitê, que remeteu Rs. 20\$000 (vinte mil reis).¹⁴²

Em dezembro de 1928, finalmente, concordaram, *Club* e proprietário, com as seguintes condições:

¹³⁷ Elpídio Pereira de Mesquita nasceu em Monte Alto (BA), a 20 de setembro de 1857. Filho de João Pereira de Mesquita e de Adélia Carolina de Freitas. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife, era liberal e abolicionista. Em 1882, foi eleito deputado provincial na Bahia para a legislatura 1884-1885 e, na República, deputado federal para as legislaturas 1906-1908, 1909-1911, 1915-1917 e 1918-1920. Faleceu em 29 de outubro de 1926. Ver: ABREU (2015).

¹³⁸ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Diretoria (1920-1924). Ata n.º 22 da Diretoria da sessão do dia 20/09/1923. Caixa 03.

¹³⁹ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro Caixa 1910-1917. Caixa 01.

¹⁴⁰ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Diretoria (1920-1924). Ata n.º 11 da Diretoria da sessão do dia 28/09/1922. Caixa 03.

¹⁴¹ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Diretoria (1920-1924). Ata n.º 24 da Diretoria da sessão do dia 26/10/1923. Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Diretoria (1920-1924). Ata n.º 26 da Diretoria da sessão do dia 07/11/1923. Caixa 03.

¹⁴² AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Comissão incumbida de angariar donativos para aquisição de um prédio para a sede do Club Rio Contense (1928-1931). Ata n.º 2 da sessão da Comissão do dia 08/06/1928. Caixa 02.

- a) adquirir-se o predio pela quantia de 4:000\$000;
- b) assignar e receber a Diretoria a escriptura mediante a entrada da quantia de 2:000\$000;
- c) firmar a Diretoria duas letras de 1:000\$000, cada uma, com o prazo de 6 e 12 mezes sem juros até a data dos seus vencimentos, vencendo d'ahi em deante o juro de 1% ao mez até real embolso;
- d) dispensa pelo mesmo proprietário de quaesquer quantias a que ele tenha direito por alugueis ou quaesquer outras, até a data da aquisição, bem como dispensado de concorrer com quantias por obras que o Club tenha feito no dito prédio;¹⁴³

Assim, no dia 15 de dezembro de 1928, o *Club Rio Contense* adquiriu a propriedade do prédio para sua sede social. A posse de uma sede própria, mais que uma aquisição material, trazia um significado simbólico. Nas palavras de Maria Ana Bernardo (2001, p. 95),

a importância da sede – e a persistência dos sócios em adquirir um edifício de que fossem proprietários plenos deve, também, ser entendida nesta perspectiva – não advinha somente do seu entendimento como espaço vital para o encontro e convivência. Materializava, na morfologia da cidade uma apropriação social do espaço físico, exemplarmente traduzida na expressão “casa da sociedade”. A sua existência implicava um duplo mas indissociável significado, como polo de integração e identificação entre os sócios, e diferenciação face ao resto da população eborense que a ela não tinha acesso.

¹⁴³ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 06 das Atas da Diretoria (1924-1929). Ata n.º 22 da Diretoria da sessão do dia 12/12/1928. Caixa 03.

Fotografia 5
Fachada do *Club Rio Contense*



Fonte: AMRC. Acervo Fotográfico. [autor desconhecido, s/d].¹⁴⁴

A significação simbólica foi marcada, também, pelos elementos figurativos como o letreiro à frente do edifício, o emblema no alto da porta e, ainda, a confecção da bandeira e dos diplomas. Todos eram como um “documento-monumento, que assim como distinguiu o agraciado, devia enaltecer a própria sociedade que o outorgava” (FONSECA, 2008, p. 180).

No emblema do *Club Rio Contense*, que era impresso, também, como timbre nos papéis oficiais da associação, a exemplo do diploma (ver Figura 2), vemos um livro branco aberto sob o qual se deita um coração e uma pena justaposta ao mesmo, com as iniciais *I e C*, respectivamente, instrução e caridade, lema do clube. As referências simbólicas são

¹⁴⁴ Esta mesma fotografia foi publicada na revista *O Malho*, do Rio de Janeiro, em 1906. A Diretoria do Club Rio Contense enviou a foto para apresentar a associação e a nova administração, através da qual identificamos os diretores. Da esquerda para a direita: Carlos Souto (presidente); Afonso Liguori de Medeiros (vice-presidente); Silvino Cardoso de Albuquerque (1º secretário); José Henrique G. da Silva (bibliotecário); José Rodrigues Trindade (2º secretário); José Basílio Rocha (orador) e Antonio Souto (tesoureiro). Apesar de ter sido publicada no ano de 1906, a Diretoria apresentada refere-se à do ano de 1903. Portanto, acredita-se que a foto foi tirada em 1903 e somente publicada em 1906. *O Malho*, Rio de Janeiro, 1906 (edição 174).

explícitas: com a pena se escreve no livro que, em branco, sugere a possibilidade de construção do conhecimento e, também, pode ser considerado símbolo da instrução, a qual será disseminada por meio da caridade, que fortalece a união dos sócios do *Club*. (Ver Figura 3).

Figura 3
Emblema do *Club Rio Contense*



Fonte: Acervo Pessoal, 26/07/2012. Emblema fixado na fachada atual do prédio do *Club Rio Contense*, conforme indicado no Estatuto do Club Rio Contense - 1919.

Outro símbolo importante foi a bandeira social do *Club Rio Contense* que, segundo o estatuto de 1919, passou a constar de três cores: azul, amarela e verde no sentido horizontal, provavelmente, influência da bandeira nacional, tendo no centro o mesmo emblema do *Club*, e os dizeres *Club Rio Contense, Littero-Recreativo e Beneficente*, em letras vermelhas e em forma de arco nas faixas azul e verde, respectivamente. (Ver Desenho 1).

Desenho 1
Bandeira Social do *Club Rio Contense*



Fonte: AMRC. Fundo Club Rio Contense. Documentos do Club Rio Contense e da Bolsa de Caridade. Desenho da bandeira social do Club Rio Contense. Autor não identificado, 17/05/1920. Caixa 05.

No ano de 1937, José Anacleto Freire deu início a uma das suas propostas mais ousadas: a reconstrução da sede social do *Club Rio Contense*. Talvez tenha sido o tamanho ousado desse empreendimento o que contribuiu para que as atividades do clube arrefecessem, marcando o início do declínio da associação, que culminaria no seu desaparecimento enquanto uma sociedade “litteraria, recreativa e beneficente”.

“Reorganizar o *Club Rio Contense*”¹⁴⁵: reestruturação e arrefecimento

O afastamento de José Anacleto Freire do *Club Rio Contense*, em virtude de sua mudança de cidade, bem como os esforços empreendidos nas obras de reconstrução da sede social impactaram o andamento da associação. Em 1939, José Basílio da Rocha lamentava o

¹⁴⁵ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Assembleia Geral (1938-1951). Ata n.º 1 da Assembleia Geral da sessão do dia 19/06/1949. Caixa 03.

número diminuto de entrada de sócios e, no ano de 1940, o desinteresse dos associados ficou refletido no cancelamento de sessões por falta de *quorum*.¹⁴⁶

A situação começou a ser amenizada com a eleição de Waldemar Martins Souto para a presidência da Diretoria para o ano de 1943. Filho do sócio-fundador Antonio Souto, nasceu em Rio de Contas, a 3 de dezembro de 1901. Casou-se com a prima, Hilda Rocha Souto, filha do coronel Carlos Souto e sobrinha do fundador José Basílio da Rocha. Representante comercial atuou na vida pública da cidade, tendo exercido o cargo de prefeito entre 1945 e 1948.

Durante sua gestão como presidente, por um breve intervalo, o *Club Rio Contense* esboçou um retorno à atuação do passado, tendo Waldemar Souto se empenhado na “ádua tarefa de reorganização do Club”.¹⁴⁷ A reorganização incluía: a biblioteca, a Bolsa de Caridade, a preocupação com os jogos ilícitos e, em especial, a continuidade e finalização das obras de reconstrução da sede do *Club*, iniciadas em agosto de 1937.

Nesse sentido, Waldemar Souto mobilizou os sócios, a prefeitura municipal, as senhorinhas da Bolsa de Caridade, que promoveram espetáculos e quermesses, enfim, todos em favor das obras de reconstrução. A mobilização para angariar doações buscou contar, também, com “pessoas de conceito”, às quais foram enviadas cartas circulares, além do recurso às assinaturas em listas de subscrição.

Durante a remodelação, o clube passou a funcionar em sede provisória, no prédio fronteiro de n.º 6, pertencente ao sócio Arnulfo Gottschall,¹⁴⁸ e o tamanho da empreitada fez com que “desde junho de 1946, sofre[sse] solução de continuidade nas suas patrióticas e cívicas finalidades, fato que todos nós lamentamos sinceramente”.¹⁴⁹

Entre 1946 e 1949, por razões desconhecidas, não foram realizadas eleições. O livro de atas da Assembleia Geral retomou o registro das atividades do *Club* a partir de junho de 1949 sem mencionar o porquê da interrupção das eleições e, mesmo, da realização de reuniões ordinárias. Pode-se deduzir que o tamanho da obra de remodelação do edifício tenha gerado certo desgaste, em virtude dos gastos e trabalho requeridos pela obra e, por isso, as atividades formais da associação tenham arrefecido.

¹⁴⁶ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Assembleia Geral (1938-1951). Ata n.º 4 da Assembleia Geral da sessão do dia 05/02/1939. Caixa 03; e AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Assembleia Geral (1938-1951). Caixa 03.

¹⁴⁷ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Assembleia Geral (1938-1951). Ata n.º 7 da Assembleia Geral da sessão do dia 25/03/1942. Caixa 03.

¹⁴⁸ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 09 das Atas da Diretoria (1937-1944). Ata n.º 11 da Diretoria da sessão do dia 10/08/1937. Caixa 03.

¹⁴⁹ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Assembleia Geral (1938-1951). Ata n.º 1 da Assembleia Geral da sessão do dia 19/06/1949. Caixa 03.

Talvez as atenções da Diretoria tenham sido direcionadas para finalizar a empreitada e isso tenha levado a uma relativa dispersão dos sócios, durante este curto espaço de tempo (junho/1946-junho/1949). De todo modo, o presidente da Diretoria na primeira sessão de retomada das atividades do *Club*,

Concita todos os presentes para cooperarem, mostrando a necessidade de com urgência, revitalizarmos a existência utilíssima do Club para que possamos ver concluídas as obras de reconstrução de seu edifício sede, recebamos as quotas federais que anualmente o governo doa à nossa sociedade e continuemos a trabalhar para conseguirmos auxílios estaduais e municipais para a conclusão das obras de reconstrução, aquisição de mobiliário e de tudo que for necessário para um prédio sede confortável e que honre a nossa terra.¹⁵⁰

Finalmente, após o chamamento dos sócios para a reorganização do *Club Rio Contense*, o novo prédio, em estilo moderno, foi inaugurado em 14 de janeiro de 1950, pelo então presidente Waldemar Martins Souto. Harris (1956, p. 34) descreveu este estilo:

O novo modelo envolve o aumento da fachada acima do nível das telhas, de modo que estas últimas se tornam invisíveis da rua. A frente falsa é chamada *platibanda* e é muito admirada como um símbolo da modernidade. As linhas curvas são traçadas no reboco da fachada, fracamente sugerindo grandes blocos de pedra irregulares. Modificações estruturais importantes não são necessárias, no entanto, a fim de produzir estes efeitos. A frente tradicional é facilmente convertida para o novo estilo. Apenas oito construções até hoje possuem a *platibanda* completa; destes, quatro são domicílios. Todos estes últimos são o resultado da remodelação.¹⁵¹

¹⁵⁰ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Assembleia Geral (1938-1951). Ata n.º 21 da Assembleia Geral da sessão do dia 19/06/1949. Caixa 03.

¹⁵¹ “The new style involves raising the facade above the level of the roof tiles so that the latter become invisible from the street. The false front is called *platibanda* and is greatly admired as a symbol of modernity. Curved lines are traced in the plaster of the facade, faintly suggesting large irregular stone blocks. No important structural modifications are required, however, in order to produce these effects. The traditional front is easily converted to the new style. Only eight buildings to date boast the full *platibanda*; of these, four are domiciles. All of the latter are the result of remodeling”. Por volta de 2003, este prédio foi reconstruído de acordo com o projeto original do início do século XX, o qual corresponde à fachada atual, como se pode ver no anexo A.

Fotografia 6
Fachada do *Club Rio Contense* (1952)



Fonte: AMRC. Acervo Fotográfico. [autor desconhecido, 1952].

O reconhecimento dos sócios pela reconstrução da nova sede foi dado ao “idealismo e [...] esforço de dois presidentes da Diretoria: os dignos e beneméritos Dr. José Anacleto Freire e Waldemar Martins Souto”.¹⁵² Em virtude da atuação de Waldemar Souto em prol da revitalização do *Club Rio Contense*, pode-se considerá-lo representante dessa fase de reorganização.

Por conta da limitação das fontes não foi possível identificar o ano em que Waldemar Souto deixou a presidência da Diretoria, apenas que ele foi reeleito entre 1943 e 1952, consecutivamente. As atas da Diretoria e Assembleia Geral referentes aos anos 1952-1959, não foram localizadas, provavelmente, por não terem sido preservadas. Diante disso, a composição da administração do *Club* neste período permaneceu uma questão lacunar.

Durante os anos que podem ser considerados como de arrefecimento – entre meados da década de 1950 até 1966 – o *Club Rio Contense*, aos poucos, foi se distanciando de seu lema inicial “instrução e caridade”. Chegou-se, inclusive, a esboçar uma reorganização da

¹⁵² AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Assembleia Geral (1938-1951). Ata n.º 1 da Assembleia Geral da sessão do dia 01/01/1950. Caixa 03.

Bolsa de Caridade, em 1960, mas o registro das protetoras nas atas foi identificado somente até 1963.

Principalmente, a partir da década de 1960, o *Club Rio Contense* passou a promover recepções, festas, com exploração de serviços de bar, utilizando o prédio para fins particulares dos sócios, como festas de casamentos. Nota-se que esta tendência foi, aos poucos, se ampliando e o clube se afastando do seu lema inicial, que era a instrução e caridade.

A associação encerrou de vez seu compromisso com a caridade, em 1966, quando deixou de administrar o Ginásio Dr. Aloisio de Castro e a Escola Normal Dr. José Basílio da Rocha e, então, doou o conjunto escolar à Sociedade Joseleitos de Cristo, pertencente à Igreja Católica.¹⁵³ Apesar do êxito que o *Club Rio Contense* possa ter alcançado em, pelo menos, meio século de existência, a associação não resistiu às novas demandas da sociabilidade e sucumbiu diante das tentativas de reestruturação.

O comprometimento do grupo de associados propicia o sucesso de uma instituição, uma vez que quando não se tem uma equipe dirigente comprometida, são poucas as chances da mesma lograr êxito. Com vistas a desvelar a vida dos sócios que foram membros da administração do *Club Rio Contense* e que empregaram seus esforços para seu funcionamento e desenvolvimento dedicaremos a eles o próximo capítulo.

¹⁵³ Este assunto será abordado mais detalhadamente no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III
PODER, PRESTÍGIO E DISTINÇÃO DA ELITE RIO-CONTENSE

PARTE I

OS SÓCIOS DO *CLUB RIO CONTENSE* EM PROSOPOGRAFIA

Em 1902, um grupo de trinta homens fundou o *Club Rio Contense* na cidade de Rio de Contas. *A priori*, o objetivo era que na nova associação homens com “moralidade reconhecida”¹⁵⁴ pudessem se reunir para ler, jogar, discutir assuntos diversos, enfim, socializar, além de socorrer desvalidos a partir de uma seção de beneficência. A forma como se constituiu – atividades de distração que requeriam tempo livre, além do olhar para a pobreza que, como se tem afirmado, era parte da cultura dos ricos – nos induz a classificar esta instituição como espaço de distinção da elite rio-contense.

Nessa pesquisa, utilizamos o termo elite que, apesar de certa imprecisão e ambiguidade terminológica, refere-se às minorias privilegiadas – seja por seu status, poder ou riqueza – numa determinada sociedade. Segundo Busino (s/d, p. 143-144),

para a esmagadora maioria dos investigadores, a palavra “elite” designa atualmente todos quantos ocupam as cúpulas da hierarquia social, nelas exercendo funções importantes que são valorizadas e reconhecidas publicamente mercê de importantes rendimentos, de diferentes formas de privilégios, de prestígio e de outras vantagens oficiais ou oficiosas.

Os estudos sobre elites têm priorizado o uso do termo no plural, haja a vista a complexidade das relações que não os torna um grupo homogêneo. No caso específico da elite rio-contense, representada pelos sócios do clube, observa-se a existência de estratificação dentro desse grupo, muito embora o mesmo apresentasse uma coesão social em seu sentido mais amplo, até por compartilharem vínculos por meio da sociabilidade. Neste sentido, adotamos

perspectiva plural e flexível, já que a estratificação dos cargos de poder remete para diferentes grupos de referência, relativamente aos quais cada segmento da elite global — mesmo os mais desvalorizados — representará uma elite específica. Tendo isto em conta, a dimensão simbólica inerente ao exercício de qualquer cargo de poder deve ser interpretada em relação aos diferentes grupos de referência dos agentes que os ocupam e à posição de cada grupo no espaço social: um cargo simbolicamente desvalorizado por alguns grupos de referência pode ser distintivo aos olhos de outros, e portanto de segmentos específicos da elite (SANTOS, 1993, p. 367).

¹⁵⁴ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense - 1902. Caixa 04.

Assim, os sócios do *Club Rio Contense* compartilhavam vínculos nos momentos de sociabilidade, construindo uma identidade social e, ao mesmo tempo, uma relação de alteridade que diferenciava os que não pertenciam ao grupo. Ainda que, como afirmado, não existisse homogeneidade entre os associados, como será mostrado a seguir.

O grupo fundador da associação propôs a feição que queriam que o clube seguisse o que ficou registrado a partir da elaboração do seu primeiro Estatuto, em 1902. O cumprimento das regras estatutárias ficou a cargo dos administradores da associação, representados pelos membros da Diretoria e da Assembleia Geral. Embora os sócios fossem consultados quando de situações que envolviam decisões mais abrangentes, os diretores conduziam o cotidiano da instituição.

Diante disso, entendemos que, para se compreender o *Club Rio Contense*, enquanto instituição que defendia interesses particulares, especificamente, de uma elite que desejava socializar e se distinguir, optou-se por elaborar um perfil prosopográfico do clube partindo desse grupo. Metodologicamente, achou-se por bem prosopografar aqueles envolvidos diretamente na tomada de decisão: os sócios-fundadores e os presidentes de Diretoria e Assembleia Geral.

Descortinar a biografia do grupo dos fundadores permitiria conhecer o perfil da nascente associação. Da mesma forma, haja vista que a pesquisa adentra o século XX, se fazia necessário avançar, também, na investigação sobre novos associados que, ao se tornarem administradores, davam nova feição ao clube, o que nos daria a percepção das mudanças e permanências ao longo do tempo.

A opção metodológica explica-se pelo fato de ser se não impossível, no mínimo, seguramente difícil conseguir prosopografar os sócios do *Club Rio Contense* de todas as categorias, em todos os anos incluídos na pesquisa. Por isso, os recortes mostram-se necessários para que dificuldades desse tipo possam ser contornadas.

Por uma Prosopografia rio-contense

A Prosopografia – também conhecida por biografia modal ou biografias coletivas – constitui-se num método de “investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p. 115). Embora tenha sido um instrumento elaborado pela história política é, cada vez mais, utilizada pelos

historiadores sociais. Por interessar-se pelo “conjunto ou a totalidade, constantemente considerando o indivíduo nas suas relações com o conjunto” (BULST, 2005, p. 55), este método permite elaborar perfis sociais dando destaque às qualidades que nos interessam enquanto grupo.

Em que pese as vantagens da metodologia e sua operacionalidade para estabelecer nexos entre posição, origem e formação escolar, a prosopografia, por outro lado, apresenta limites e não responde, sozinha, à complexidade do todo social. Nas palavras de Flávio Heinz (2006, p.11-12),

as biografias coletivas não se prestam, por exemplo, à apreensão dos fluxos de opinião ou aos movimentos do mercado. (...) Como em todo método de pesquisa histórica, a prosopografia também é, de certa forma, refém da documentação de que faz uso. Digo de certa forma porque parte do fascínio do método é exatamente o de lançar o pesquisador a construir em boa medida o dado de que faz uso (...).

A escolha por esta metodologia deve-se às vantagens que ela oferece aos estudos sobre elites, em especial, por ser possível um enfoque histórico ressaltando seus aspectos sociológicos. A prosopografia pode “demonstrar tanto a reprodução social consequente das lógicas empregadas na manutenção da estrutura social quanto as lutas para a transformação da estrutura de poder em cada esfera social” (MONTEIRO, 2009, p. 30). Entretanto, por suas limitações – não abrange a totalidade dos grupos sociais, em virtude da restrição de informações de arquivos – faz-se necessário confrontar os dados prosopográficos a outros tipos de fontes, de modo que este seja um momento da operação historiográfica e não o seu fim (HEINZ, 2006, p. 12).

Com o fim de elaborar o perfil social da elite do *Club Rio Contense* e, assim, compreendermos melhor esta instituição, foram definidos alguns critérios que permitem estabelecer comparações e classificações entre os sócios. Elencamos alguns indicadores para construir as biografias coletivas: 1) local e ano de nascimento/óbito; 2) idade que entrou na associação; 3) estado civil; 4) formação/atividade profissional; 5) cargos político-administrativos; 6) habilitações literárias (no sentido de saber ler e/ou escrever); 7) patente militar; 8) rendimentos (de onde provinha sua riqueza); 9) participação em outras agremiações civis; 10) cor; 11) parentesco dentro do clube.

Evidentemente, não foi possível obter respostas de todas as questões para todos os prosopografados, mas essa é uma das vantagens da prosopografia, “explorar uma situação de

relativa escassez de dados” (BULST, 2005, p. 56).¹⁵⁵ Os indicadores complementam-se para que se possa elucidar o universo político, econômico e cultural dos sócios.

Apontar a idade que se associavam ao clube indica um importante aspecto que é o geracional: a associação mostrava-se como uma tendência da juventude ou símbolo de reconhecimento de uma trajetória de vida? O estado civil responde mais a uma dinâmica da sociedade, no sentido de pensar sobre a respeitabilidade advinda com a formação de família, e a variante parentesco ressalta qual nível de coesão do grupo: a realização de casamentos entre alguns de seus membros reafirma uma antiga forma de manter posição e privilégios entre famílias tradicionais.

Os itens 4 e 5, apesar de indicarem a ocupação relativa ao trabalho, foram separados para diferenciar profissão, como atividade apreendida seja num processo de educação formal seja na lide cotidiana, de cargo assumido por indicação política. O mais certo é que a maior parte desses homens tenha estado nas duas posições, inclusive, concomitantemente.

Sobre o domínio das competências da leitura e escrita entende-se, *a priori*, como resposta afirmativa para todos, uma vez que era pré-requisito para se tornar sócio do clube. Ademais, para assumir um cargo político, e a depender da profissão, saber ler e escrever era condição fundamental. O ponto dos rendimentos procura responder qual era a fonte de riqueza dessa elite, e, uma vez admitida sua estratificação interna, pressupõe-se que era bem diversa. Estima-se que, assim, se possa discutir a distinção do *status* oriundo do poder e/ou da riqueza.

É significativa, também, a declaração da cor dos cidadãos, em sua maioria quase absoluta “branca”, pois confirma a assertiva de “*Club dos brancos*”. Da mesma forma, as informações da patente militar fornecem elementos importantes para se caracterizar esta elite participante do *Club Rio Contense*, assim como o pertencimento a outras agremiações, que, ainda, indica o impulso sociável desse grupo e sua tendência associativa.

Geração e parentesco

O entrecruzamento das fontes que apontam para idade permitiu indicar a média de 36,1 anos a idade dos sócios no momento da associação. A faixa etária predominante está entre os 21 e 57 anos. Lembrando que somente a partir do Estatuto de 1932 estabeleceu-se formalmente a idade mínima de associação aos 21 anos (até então era de 18 anos) e criou-se a

¹⁵⁵ As fichas com as informações utilizadas para construir o perfil prosopográfico estão reproduzidas na íntegra no Apêndice desta tese, onde aparecem as respostas, em separado, para cada sócio prosopografado.

categoria de sócio aspirante, admitindo os sócios a partir de 18 anos, apenas, com o consentimento de seus tutores.

Em sua maioria, os prosopografados eram nascidos no Brasil. O local de nascimento, nos casos declarados, foi o próprio município de Rio de Contas, salvo poucas exceções: registraram-se sócios oriundos de Saubara (então termo da cidade de Santo Amaro), Salvador, Itapicuru e Caetitê; dentre os estrangeiros: Carlos e Antonio Souto, irmãos que nasceram em Portugal e migraram para o Brasil para trabalhar como negociantes em Salvador, mudando-se para Rio de Contas, posteriormente, onde abriram filial da empresa soteropolitana.¹⁵⁶

Tania Gandon (2010, p. 172), ao falar da emigração portuguesa no século XIX, afirma que os imigrantes portugueses que vieram para Bahia, em sua maior parte, se empregaram no comércio:

a imigração para a Bahia, que definhava com o correr do século XIX, era constituída basicamente por indivíduos muito jovens que vinham recomendados aos seus patrícios para trabalhar como caixeiros em empresas comerciais nas quais os salários e os mínimos detalhes dos comportamentos pessoais e profissionais eram fortemente controlados.

Em geral, a emigração portuguesa era masculina e jovem – adolescentes com menos de 14 anos fugindo ao serviço militar – e os emigrantes ansiavam pelo enriquecimento que o trabalho no comércio além-mar poderia lhes oferecer. Recém-chegados, empregavam-se como caixeiros e, depois de árduo trabalho, poderiam ascender a chefes. Isso poderia ocorrer por laços de “dependência mútua entre patrões e empregados imigrantes portugueses” (GANDON, 2010, p. 104), ou por via de casamentos com a filha do chefe, também, de interesse dos “patrões portugueses a quem importava manter a fortuna em família e entre os seus patrícios” (GANDON, 2010, p. 102).

Foi com base nessa “solidariedade grupal” (GANDON, 2010, p. 104), que Carlos e Antonio Souto chegaram ao Brasil. Carlos Souto migrou para o Brasil, aos 14 anos de idade, para trabalhar na firma comercial de Manoel Francisco Brandão & Cia, em Salvador. Aos 18 anos, mudou-se para Rio de Contas, para gerenciar a filial da empresa e, ali, estabeleceu-se: tornou-se chefe, casou e fez sua fortuna.¹⁵⁷ Os irmãos Souto fizeram-se a partir da solidariedade grupal, da mesma forma que seu chefe, Manoel Francisco Brandão. Este último ascendeu, também, via casamento: ele era sobrinho e sócio solidário do patrício Antonio

¹⁵⁶ AMRC. Pasta Biografias. Biografia de Carlos Souto. (não classificado).

¹⁵⁷ AMRC. Pasta Biografias. Biografia de Carlos Souto. (não classificado).

Francisco Brandão, dono da firma Brandão Etcoetera e Irmão, onde trabalhava e casou-se com a prima (GANDON, 2010, p. 102).

Os portugueses investiram em setores diversificados, além do comércio. Um dos investimentos, dizia respeito ao setor financeiro: desde os tempos coloniais “o crédito, principalmente aos lavradores, era fornecido através dos comerciantes [...]. Assim, embora muitos comerciantes portugueses fossem pioneiros da instalação de um sistema bancário na Bahia, estes continuavam suas operações de crédito individualmente ou através de suas casas comerciais” (GANDON, 2010, p. 153). Certamente, esta, também, foi uma das áreas de atuação da firma Brandão & Cia.

Ao analisar as riquezas do sertão, especificamente os inventários de Rio de Contas, Pires (2009, p. 159) indica relações entre proprietários rio-contenses e a firma Brandão & Cia, sendo que para ela “não resta dúvida de que a firma Brandão e Cia. realizou o papel de intermediário das relações entre os grandes proprietários da região e a capital da província”.¹⁵⁸ A autora observou que, no inventário de d. Antonia Francisca de Magalhães, registra-se uma dívida referente às despesas com seu filho feitas na capital, onde se situava a firma.¹⁵⁹ Segundo Pires (2009, p. 168),

as relações com a firma Brandão na “Bahia” se ampliavam à medida que se diversificava a pesquisa às fontes. Há, inclusive, a menção a filhos dos senhores locais que, morando em Salvador (geralmente para estudos), recorriam àquela firma para empréstimos e retiradas de dinheiro, enviado por aqueles ricos proprietários do sertão.

Podemos inferir, então, que essas relações favoreceram a escolha de Rio de Contas como local para se estabelecer, em fins do século XIX, a filial da firma Brandão & Cia, fato que trouxe os irmãos portugueses para a cidade. Mais tarde Antonio e Carlos Souto abriram seu próprio estabelecimento comercial e, em algum momento, os irmãos se separaram tendo Antonio Souto seguido com sua Loja Portugal e Carlos Souto em seu Estabelecimento de Fazendas e Miudezas. Outro irmão dos Souto, Joaquim, também, veio para Rio de Contas, embora não foi possível registrar exatamente quando, e, da mesma forma, abriu seu estabelecimento comercial, o Bazar Central. Joaquim Souto foi sócio do *Club Rio Contense*, tendo se tornado sócio benemérito, em 1919, por doações feitas à associação.

¹⁵⁸ O rio-contense Eloy de Oliveira Guimarães, dentista e benemérito da Santa Casa de Misericórdia, também, foi para capital para ser correspondente da firma Francisco Brandão & Cia, em agosto de 1877 (PEREIRA, 1940, p. 55). Sobre esta personagem falar-se-á na segunda parte deste capítulo.

¹⁵⁹ AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Antônia Francisca de Magalhães 1863-65. Estante, 03, caixa 87, maço 170, doc. 1181, fls. 25.

Fotografia 7

Loja Portugal



A Loja Portugal era formada pelos quatro imóveis da direita para a esquerda. O imóvel da outra esquina tratava-se do Mercado Público Municipal inaugurado em 1927.
Fonte: IPHAN. Acervo Fotográfico. [Foto: Fernando Leal].

Associar-se ao *Club Rio Contense*, mais que uma tendência da juventude ou reconhecimento de uma trajetória de vida, foi um símbolo de distinção social, com o “capital simbólico” (BOURDIEU, 2011) construído socialmente dentro da associação. Conviveram na instituição gerações diferentes que se sucediam – pais, filhos, sobrinhos – como numa forma de reprodução social do grupo.

José Basílio da Rocha contava 26 anos de idade quando fundou o *Club Rio Contense*. Entretanto, apesar da pouca idade já era formado em Medicina, havia quatro anos, e iniciava sua vida pública em Rio de Contas atuando como médico e, pouco tempo depois, entraria na política. A noção de juventude era diversa do conceito atual, uma vez que, depois de formado, esperava-se desses jovens seriedade e que assumissem obrigações e responsabilidades condizentes a um homem adulto, tal qual eram considerados. Provavelmente, a visibilidade no exercício da medicina na região, assim como o papel desempenhado dentro do *Club Rio Contense*, projetou José Basílio na cena política.

A respeitabilidade perpassava, também, pela constituição de família. Dos quarenta e um nomes prosopografados trinta e dois eram casados, quatro solteiros e de cinco deles não se obteve esta informação. O casamento, por vezes, arranjava-se entre os associados do *Club Rio Contense*. Dentre os fundadores, observa-se a ligação das famílias Souto e Rocha: o coronel Carlos Souto era casado com Maria Carmem Gomes da Rocha irmã do fundador Basílio da

Rocha. A manutenção do patrimônio entre famílias ocorreu com os casamentos endogâmicos, caso dos filhos dos irmãos Carlos e Antonio Souto. Os filhos de Carlos Souto, Álvaro Carlos Souto e Hilda Rocha Souto, casaram-se com os primos filhos de Antonio Souto, Antonieta Martins Souto (protetora da Bolsa de Caridade) e Waldemar Martins Souto.

A convivência no *Club Rio Contense* estreitava as relações familiares, assim como propiciava a reprodução social da elite. Neste espaço de sociabilidade, além da caridade e instrução, também ocorriam festas e bailes, nos quais, além da discussão política, eram trocados os primeiros olhares entre os casais que, provavelmente, se formaram neste ambiente.

De maneira geral, os associados mantinham relações de parentesco muito próximas. Para se tornar sócio era necessário que um associado apresentasse proposta à Diretoria que seria analisada pela Comissão Fiscal, a partir do que seria aceito ou não. Apesar de que o parente não poderia propor nem participar da decisão, observa-se no corpo de associados a presença de tios e sobrinhos, pais e filhos, irmãos, cunhados, cujas relações familiares reforçam a afirmação de autorreprodução dessa elite.

Habilidades literárias e distinção por cor

A pesquisa mostrou elementos que vêm reforçar a afirmação de que os sócios do *Club Rio Contense* ocupavam uma posição privilegiada na sociedade. Dentre esses aspectos está o domínio da leitura e escrita, ao que denominamos aqui como habilidades literárias, o que prova a pertença a uma minoria privilegiada. Esta habilidade tornou-se pré-requisito obrigatório para poder se tornar sócio, a partir do Estatuto de 1932, quando foi registrado oficialmente.

A educação era (e ainda é) um modo de distinção. Saber ler e escrever, no início do século XX, e ainda na realidade sertaneja, era um distintivo a ser considerado. Pelo menos os sócios do *Club Rio Contense* que estão sendo prosopografados sabiam ler e escrever, fato do qual se depreende que a associação constituía-se num espaço social, onde era possível expressar e ostentar traços distintos da grande massa analfabeta e excluída socialmente.

A elite rio-contense, representada pelos sócios do clube, era reconhecida pela posição econômica, política e social e, ainda, distinguia-se pelas práticas culturais, as quais como diz Bourdieu (2011) são, também, social e culturalmente construídas. Neste sentido, constituía-se

enquanto grupo num processo de identificação que pressupõe outro de diferenciação e exclusão. Quer dizer, os membros do *Club Rio Contense* reconheciam-se como um grupo, compartilhavam vínculos ao se colocarem em relação, mas, também, estabeleciam uma barreira social que excluía os que não se enquadravam nos pré-requisitos exigidos por esse modo de sociabilidade.

Os sócios pesquisados possuíam tais habilidades. Primeiro, era um pré-requisito para admissão, mas, por outro lado, diante da posição social e dos cargos político-administrativos e/ou atividades profissionais que desempenharam pressupõe-se que todos os sócios, pelo menos os prosopografados, soubessem ler e escrever.

Outro elemento de distinção e, ao mesmo tempo, exclusão, refere-se à categoria cor declarada ou não pelos indivíduos. Diferentemente da exigência anterior, saber ler e escrever, a seleção pela cor não foi explicitada nos estatutos. Entretanto, observando os documentos que de alguma forma emitem esta informação, como os registros de nascimento e óbito, a cor predominante desses indivíduos é declarada como branca.

A exceção encontrada diz respeito ao sócio Odilon José dos Santos declarado em seu registro de nascimento de cor parda. Odilon Santos era filho de Athanásio José dos Santos, sócio do *Club* e político rio-contense, já mencionado nesta tese, que foi classificado por Harris (1956, p. 127) como negro. Pode-se entender a classificação “parda” como um “eufemismo”, num contexto de discriminação racial marcante naquela sociedade, haja vista a posição de destaque social ocupada pelo seu pai, o senhor Athanásio Santos; afinal de contas, o poder econômico e o prestígio político naqueles tempos embranqueciam.

A ideia de que o negro podia “branquear-se”, a partir de uma perspectiva econômica e cultural (esta última entendida como aculturação à cultura dominante, em particular, a branca), foi partilhada entre os sociólogos e antropólogos da década de 1950 que, como Harris (1956) e Thales de Azevedo (1996), propunham-se a demonstrar a harmonia racial no país.¹⁶⁰

Ao qualificar os “tipos étnicos baianos”, Azevedo (1996, p. 34-35) afirmou que “podem ser chamados de brancos também os ricos ou pessoas de status elevado, seja qual for o seu aspecto [...]. Na caracterização desses ‘brancos presumidos’, é sempre muito relevante a fortuna ou o papel social”. Assim parecem ter sido percebidos, pela sociedade rio-contense, o

¹⁶⁰ *As elites de cor* (AZEVEDO, 1996) foi publicado originalmente em francês, em 1953, ao passo que o artigo “Classes sociais e grupos de prestígio” foi publicado em 1956. Em 1996, o livro foi reeditado, pela EDUFBA, tendo sido este artigo acrescentado ao texto de *As elites de cor*. Tanto a obra de Harris quanto a de Azevedo integraram os estudos patrocinados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que desejavam mostrar o Brasil como exemplo de boa convivência racial.

professor Santana e o vereador Athanasio José dos Santos (como vimos no segundo capítulo), bem como o seu filho Odilon Santos.

Embora Azevedo (1996), inicialmente, refutasse a existência de preconceito e discriminação por cor na sociedade baiana dos anos 1950 – com vistas a afirmar sua tese piersoniana de uma sociedade multirracial de classes –, diante da contradição das próprias evidências que apresentou ao longo da obra, o autor acabou por admitir que sua afirmação inicial era apenas, em parte, verdadeira.¹⁶¹

Em “Classes sociais e grupos de prestígio”, Azevedo (1996) asseverou que a sociedade baiana não havia concluído sua passagem de uma sociedade de *status* para uma sociedade exclusivamente de classes sociais. Por isso, os grupos continuavam nas mesmas posições que tinham no passado (colonial), o que explicaria o “conceito de branquidade é [ser] simultaneamente relativo ao tipo físico e à posição social” (AZEVEDO, 1996, p. 170).

Azevedo (1996, p. 179) resume o posicionamento da sociedade da época em relação à discriminação pela cor:

Da observação da sociedade da Bahia parece que se pode induzir que o status resulta duma combinação de fatores como nascimento e tipo físico, que se deixam modificar, até certo ponto, pela fortuna, pela ocupação e pela educação. O status de nascimento e a cor limitam a distância social que se pode percorrer no processo de mobilidade vertical, quaisquer que sejam os demais elementos condicionantes.

Apesar de esse trabalho ser datado, faz jus sua lembrança na medida em que reflete a visão de uma época abordada nesta tese por um contemporâneo de tais fatos. Além disso, cabe, ainda, ressaltar a relevância de seus estudos e sua contribuição para as pesquisas sociológicas que se desenvolveram, posteriormente, versando sobre as desigualdades sociais associadas às de discriminação pela cor.

Status, riqueza, e poder

Estamos considerando a elite rio-contense, em particular, aquela representada pelos sócios do *Club Rio Contense*, como um grupo de “indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros” (HEINZ, 2006, p. 8). A estrutura desta elite foi definida como um

¹⁶¹ Ver: GUIMARÃES (1996).

grupo que detém *status*, riqueza e poder (BURKE, 1991), variantes que, em geral, estavam associadas, embora, como já foi aventado, não formasse um grupo homogêneo.

De certa maneira, o *status* está associado à riqueza e ao exercício do poder. Este podia ser medido a partir do cargo público ocupado, o qual, por sua vez, para ser exercido dependia, muitas vezes, do nível da riqueza adquirido. O argumento, apesar de lógico, impõe o cuidado que se deve ter com o “perigo da circularidade” que identifica cargos importantes a homens poderosos, uma vez que “concentrar-se nos detentores de cargos importantes provoca o risco de omissão dos líderes latentes, as eminências pardas que detinham mais poder do que aquele garantido pelos seus cargos” (BURKE, 1991, p. 27).

No intuito de evitar tal armadilha, optou-se por separar os indicadores referentes às atividades profissionais, tanto a profissão exercida segundo formação acadêmica quanto a ocupação, dos cargos político-administrativos, os quais requerem indicação política. Analisaremos, ainda, os rendimentos para se conhecer a fonte de riqueza desse grupo e entender como estas três variantes se entrecruzavam em Rio de Contas.

No rol das atividades profissionais, identificamos duas categorias: 1) as ocupações relacionadas ao comércio e serviços; e 2) as que denominamos como profissões liberais e proprietários. Dentro do primeiro grupo estão: negociante; caixeiro; artista (ferreiro, ourives, cabeleireiro, armador funerário, pintor, alfaiate, fogueteiro); agente do banco do Brasil (banqueiro); auxiliar do comércio; tipógrafo. Dentre os profissionais liberais e proprietários estão: professor, advogado provisionado (profissional que mesmo não tendo o curso de direito era autorizado a advogar), advogado, médico; proprietário (proprietário de padaria e fábrica de biscoitos e bolachas; de terras; e de drogaria); fazendeiro (agricultor, lavrador,¹⁶² criador). Fica fora desses grupos apenas um religioso que exercia a função de pároco.

Quanto aos cargos político-administrativos separamos, também, em dois grupos: os cargos administrativos, de funções burocráticas, e os cargos eletivos. O primeiro pode ser organizado da seguinte maneira:

¹⁶² Há certa imprecisão quanto ao termo “lavrador”. De acordo com Pires (2009, p. 147), essa denominação “serviu de rótulo para várias situações: poderia designar agregados, roceiros, meeiros, posseiros, ou mesmo uma função exercida em determinado momento [...]”. Isto porque a atividade agropastoril era central para a sobrevivência naquela região. Desta forma, para tentar solucionar a questão e diferenciar os maiores proprietários considera-se que estes concentravam “em suas mãos as terras mais férteis, inclusive com chácaras e fazendas situadas próximas a aguadas e rios” (PIRES, 2009, p. 148). Consideramos “lavradores”, nesta acepção, embora não se descarte que alguns dos sócios prosopografados possam ter possuído terrenos menores em locais menos privilegiados.

a) cargos administrativos ligados à aplicação da justiça: promotor público, adjunto de promotoria pública, juiz de direito, suplente de juiz de direito, juiz de paz; procurador judicial, avaliador privativo da administração judiciária; escrivão dos feitos cíveis e criminais;

b) cargos administrativos relativos à manutenção da ordem pública: delegado de polícia, suplente de delegado, subcomissário de polícia, suplente de comissário de polícia;

c) cargo ligado ao controle fiscal: coletor estadual;

d) cargos relativos às comunicações: chefe da Seção da Subadministração dos Correios, tesoureiro do Correio; telegrafista;

e) cargo ligado à educação pública: delegado escolar;

f) por fim, aqueles ligados diretamente ao funcionamento da máquina pública: secretário da prefeitura, fiscal do Conselho Municipal, secretário do prefeito;

Dentre os cargos eletivos estão: intendente (3), prefeito (3), prefeito interino (1), deputado estadual (2), conselheiro municipal (6), vereador (5), vice-presidente do Conselho Consultivo Municipal (1), Conselho Consultivo (2), suplente do Conselho Municipal (1) e presidente da Câmara (1).¹⁶³

Nota-se que os rio-contenses estudados diversificavam seus investimentos, atuando em diversas áreas, como se pode ver na qualificação das profissões, em especial, daqueles que se diziam proprietários (entendido como donos de terra), o que constitui a maioria dos prosopografados. Outro ponto a ser destacado é a quantidade de comerciantes, relativos às mais diversas áreas, atividade fundamental que movimentava e caracterizava a economia de Rio de Contas nos inícios do século XX.

No que diz respeito às profissões que requerem alguma formação acadêmica, constata-se que havia um menor número dentre eles. Apenas oito, de fato, possuíam formação acadêmica correspondente às suas respectivas profissões. São eles: José Basílio da Rocha, o único médico, Afonso Liguori de Medeiros, Marcelino José das Neves e Odilon Santos, professores, e dentre os advogados bacharéis: Antonio Agripino da Silva Borges, José Anacleto Freire, Germano Monteiro dos Santos, Gilberto Lopes de Andrade e José Vicente Tanajura Guimarães. Havia, ainda, outros cinco que trabalhavam como advogados provisionados sem, portanto, formação específica.

A maior parte deste grupo assumiu funções ligadas à máquina público-administrativa local. De modo geral, havia uma repetição dos mesmos nomes na assunção dos cargos públicos, o que, mais uma vez, confirma o lugar privilegiado destes senhores dentro da

¹⁶³ Os números entre parênteses referem-se ao quantitativo de sócios que exerceram o cargo eletivo destacado.

sociedade rio-contense e a existência de uma convivência entre eles nos espaços políticos e que era reafirmada nos momentos de sociabilidade, em especial, no *Club Rio Contense*.

O sistema político em vigor, durante a Primeira República, favorecia a montagem da máquina pública em favor dessa elite sociopolítica. Tomemos como exemplo os cargos públicos que estavam intimamente ligados às demandas políticas eleitorais, inclusive, interferindo, diretamente, neste processo: o juiz, o delegado de polícia e o coletor, os quais “constituíam nas disputas de mando local a trilogia do poder” (SAMPAIO, C., 1998, p. 211). Desta forma, a escolha de quem ocuparia tais cargos era decisiva.

Pois bem, quem distribuía os cargos público-administrativos era aquele que estava no poder, aliás, a distribuição de empregos fazia parte do jogo político. A escolha desses elementos era fundamental para a vitória eleitoral e, conseqüentemente, a manutenção do mando local. Daremos relativo destaque aos cargos de delegado e coletor, representantes do poder policial e fiscal, pois ocupavam um

papel-chave no processo de coerção e intimidação. A ação coercitiva do coletor – cobrando pesados impostos dos inimigos políticos e perdendo as dívidas dos correligionários – comumente precedia as eleições. A repressão judicial podia ocorrer antes das eleições, como um aviso; no dia do pleito, como medida preventiva; ou posteriormente, como ação disciplinar (SAMPAIO, 1992, p. 139).

Para ocupar o posto de delegado não era exigida nenhuma qualificação profissional até a Lei n.º 1.897, de 2 de agosto de 1926, que entrou em vigor durante a administração de Góes Calmon, a qual dentre outras medidas determinava que somente quem tivesse graduação em Direito poderia ocupar o cargo (SAMPAIO, 1992, p. 140). Segundo Sampaio (1992, p. 140), essa lei se tornou obsoleta após a Revolução de 1930, fazendo com que a realidade voltasse a ser a mesma de antes da publicação da referida lei: “homens sem outra qualificação que a força física, habilidade no revólver e no tacape, e identificados com as autoridades governamentais [...]” voltassem a ocupar este cargo.

Em Rio de Contas, dentre os prosopografados que estiveram à frente dos cargos relativos à manutenção da ordem pública (delegado, subcomissário de polícia), nenhum possuía qualquer formação acadêmica. Os quatro nomes que ocuparam este posto – entre a última década do século XIX e a segunda do XX – foram classificados como negociantes e, certamente, gozavam de prestígio naquela sociedade, muito em função da respeitabilidade que o cargo impunha, afinal, a aplicação da justiça passava, também, por suas mãos.

Dos quatro prosopografados que ocuparam o cargo de delegado, todos possuíam patente militar: um coronel, um tenente, um major e um capitão. Provavelmente, o título

militar reforçava a autoridade, neste caso, de poder de polícia que exerciam perante a sociedade. Considerando o grupo que está sendo prosopografado, somente entre os sócios fundadores foram identificadas patentes militares. Isso porque eles representam a primeira geração do *Club Rio Contense* e receberam os títulos da Guarda Nacional, antes da sua extinção em 1918.¹⁶⁴ Considerando todos os prosopografados, as patentes concedidas foram a de coronel, tenente-coronel, major, capitão e tenente, respectivamente, em ordem decrescente de hierarquia.

O posto mais graduado, o de coronel, em geral, era concedido a um influente proprietário rural. Dentre os sócios fundadores, apenas três possuíram este título, sendo os três proprietários de terra: os irmãos Carlos e Antonio Souto e Godofredo Cardoso. Os nomeados recebiam junto ao título nobiliárquico privilégios e a autorização de impor a ordem:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil. Faço saber aos que esta carta Patente virem, que, por decreto de 14 de maio de 1909, foi nomeado Antonio Souto, para o posto de Coronel Commandante da 86ª Brigada de Cavallaria da Guarda Nacional da Comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia, e como tal *gosa*rá de todas as honras e direitos inherentes ao posto; pelo que mando à authority competente que lhe dê posse depois de prestada a solemne promessa de bem servir, aos *Officiais superiores que o reconhecem e a todos os seus subalternos que lhe obedecem e guardem suas ordens* [...].¹⁶⁵ (grifos meus)

O coronel era o responsável pela defesa e manutenção da ordem, funções que se foram perdendo durante a Primeira República, quando essa figura deixou de exercer a função de segurança e virou chefe político local, cujo exemplo mais relevante é o do coronel Carlos Souto, como veremos no decorrer do capítulo.

De todo modo, o fato de que dentre os prosopografados pelo menos vinte deles possuísse patente militar – sendo todos esses sócios fundadores – reforça a afirmação da posição de prestígio e poder, associados à riqueza, ocupada por estes sócios do *Club Rio Contense*. Primeiro, porque o próprio título já conferia distinção e, depois, pelo fato de que para possuí-lo era necessário ter dinheiro para pagar os emolumentos exigidos para sua obtenção, como vimos o exemplo no segundo capítulo.

¹⁶⁴ A Guarda Nacional foi criada pelos políticos liberais durante a Regência por parecer mais confiável que o exército, cujos militares haviam participado intensamente da política na primeira década do Império, além de estarem envolvidos nas rebeliões que precederam a independência. Em seu lugar, os súditos considerados cidadãos ativos, ou seja, os que tinham condições financeiras para votar e serem votados, passariam a assegurar a segurança nacional, serviço para o qual não seriam remunerados e empregariam seus próprios recursos, em troca de favores, honras e mercês. Isso levou à militarização da sociedade local e o surgimento da poderosa figura dos coronéis. Ver: CARVALHO (2012) e SALDANHA (2008).

¹⁶⁵ AMRC. Fundo Cartório Eleitoral. Habilitação Eleitoral de Antonio Souto. Caixa 12.

O outro cargo de importância política era o de coletor, representante do poder fiscal, não só por sua influência no processo eleitoral, mas também, porque o coletor era, antes de tudo, um emprego público, o que implicava em *status* social e vantagens econômicas. Apesar de que o coletor de impostos não recebesse um salário regular – recebia uma porcentagem do valor dos impostos e multas cobradas (SAMPAIO, 1992, p. 52) – a permissão de agir coercitivamente para cobrar impostos lhe assegurava retorno financeiro.

Em Rio de Contas, o cargo de coletor durante o período estudado foi ocupado por quatro dos sócios prosopografados, tendo um deles atuado por breve período como substituto. No ano que iniciamos a pesquisa, 1902, quem ocupava este posto era Arlindo Eutrópio Ramos, sócio-fundador, que nele permaneceu até provavelmente às vésperas de sua morte, em 1916. Em 1915, substituiu-o Antonio Souto, também sócio-fundador, que ficou temporariamente até assumir José Henrique Gottschall da Silva, outro sócio-fundador, que permaneceu no cargo, também, até vésperas da sua morte, em 1945. Após sua saída, assumiu Waldemar Martins Souto, sócio da segunda geração do *Club Rio Contense* e filho de Antonio Souto.

A permanência em tais posições dependia de arranjos políticos. Provavelmente, a amizade e influência política de Rodolfo Abreu com os Souto e, bem assim, a atuação de correligionários políticos fez com que Waldemar Souto assumisse o cargo de coletor estadual de Rio de Contas, em março de 1942. Waldemar Souto era aliado de representantes políticos que, mais tarde, filiar-se-iam à UDN, cuja expressão local era o capitão Rodolfo Abreu.

Disputas políticas fizeram com que, em 1950, com a vitória do candidato Régis Pacheco do PSD ao governo da Bahia, Waldemar Souto fosse transferido para outra cidade e, em seu lugar, assumisse Arnulfo Gottschal (sócio-fundador) membro do PSD (HARRIS, 1956, p. 193) – este último atuava como escrivão da coletoria estadual, em Rio de Contas, pelo menos desde 1915, e, em 1942, foi transferido para Livramento. Estes arranjos demonstram que muito embora a República caminhasse, com o passar dos anos, os métodos políticos pareciam não acompanhar as mudanças em curso.

Tratando-se dos cargos públicos eletivos há certa expressividade dos sócios prosopografados na cena política rio-contense. Pelo menos quatorze deles atuaram no Conselho/Câmara Municipal como conselheiros/vereadores. Em relação aos cargos de maior expressão política observa-se que: dos quarenta e um nomes, cinco exerceram o cargo de intendente e/ou prefeito na cidade de Rio de Contas, sendo que um deles, Carlos Souto, tornou-se um importante chefe político na região interferindo, inclusive, nas decisões

eleitorais da cidade vizinha de Livramento;¹⁶⁶ e, dois deles, exerceram mandatos como deputado estadual – Antonio Agripino da Silva Borges e José Basílio Justiniano da Rocha.

Levando-se em consideração todo o corpo de associados, percebe-se que há uma presença marcante de conselheiros, vereadores e, até mesmo, intendentes/prefeitos associados ao *Club Rio Contense* (vide Tabela 4). Dentre esses, estiveram à frente do executivo rio-contense no período abordado por esta pesquisa: Deoclides Silvério Alcântara (intendente-1920/21), Emiliano Ramos Cardoso (prefeito-1941/44), Fidenciano Alves Teixeira (prefeito-1963/67; 1975/76), Francisco Dorival da Rocha (prefeito-1940/41), Gustavo Rodolfo Abreu (intendente-1926/27), Plínio Viana Dantas (intendente-1930/31), Rodolfo de Oliveira Abreu (intendente-1922/25; interino-1926/27; prefeito-1931/40; 1948/51; 1955/58) e Ursino de Souza Meira Júnior (intendente-1900/1903) – por não se enquadrarem no critério desta prosopografia, qual seja o de terem sido sócios-fundadores ou terem ocupado o cargo de presidente da Diretoria e/ou da Assembleia Geral, não foram listados para serem prosopografados no corpo da tese.¹⁶⁷

O perfil desses representantes do poder político rio-contense é de homens que associavam o prestígio, a riqueza e o poder conferido pelos elementos anteriores. De maneira geral, eram proprietários de terras (fazendeiros) e negociantes; destacam-se apenas dois que frequentaram a Faculdade de Medicina da Bahia: Plínio Viana Dantas, que se formou em odontologia, e Ursino de Souza Meira Júnior, que atuou como farmacêutico – contudo, não se exclui a ligação dos mesmos com a terra.¹⁶⁸ Dois deles, Deoclides Silvério Alcântara e Ursino de Souza Meira Júnior, residentes em Livramento, tornaram-se nomes influentes na política livramentense, após sua emancipação em 1921.

Em que pese a importância de cada um desses nomes é prudente destacar o do capitão Rodolfo Abreu em virtude de sua influência (longeva) na política rio-contense. Rodolfo de Oliveira Abreu era o primogênito de Gustavo Rodolfo Abreu e Hormezinda Loduvina de Oliveira Abreu, proprietário de terras e negociante. Entrou para a política de Rio de Contas, em 1922, como intendente e, desde então, foi construindo sua carreira política. Nos anos

¹⁶⁶ Cf. MARINHO e LESSA (1995).

¹⁶⁷ Dentre os intendentes rio-contenses, apenas Francisco Octaviano Tanajura (1904-1907), filho de José de Aquino Tanajura, que sucedeu Ursino de Souza Meira Júnior não foi encontrado na listagem de associados ao *Club Rio Contense* e, por isso, não foi mencionado no corpo do texto. Com o objetivo de dar completude à pesquisa foi elaborada uma ficha biográfica destes políticos que não foram incluídos na prosopografia, também, no Apêndice desta tese.

¹⁶⁸ Nesse período, os cursos eram anexos à Faculdade de Medicina da Bahia. O curso de odontologia permaneceu anexo a esta faculdade até, pelo menos 1952, quando ocorreu a instalação da Faculdade de Odontologia, ao passo que a Faculdade de Farmácia se tornou autônoma em 1949. Ver: TOUTAIN e SILVA (2010).

subsequentes, como conselheiro municipal, assumiu a presidência do Conselho Municipal, o que lhe permitiu, em 1926, substituir seu pai no cargo de intendente, onde permaneceu até o fim do mandato em 1927. Até a Revolução em 1930, ocupou o cargo de conselheiro municipal e, depois, vereador.

Em 1931, foi nomeado prefeito da cidade de Rio de Contas, permanecendo no executivo até 1940, tendo passado por quase toda a ditadura varguista à frente do poder, como veremos mais detalhadamente a seguir. O fato é que, apesar de todas as contradições que podem existir, a partir do exercício do poder por um período tão longo, Rodolfo Abreu não só se efetivou como chefe político – ainda elegeu-se por mais dois mandatos (1948-1951/1955-1958) – como estendeu sua influência ao eleger outros nomes locais para o executivo municipal.

Certamente, tratando-se de um modelo de política oligárquica, esses homens que ocuparam o posto do executivo em Rio de Contas possuíam alguma ligação com a terra, na maioria das vezes, por herança familiar. De maneira geral, a origem da riqueza desses políticos assim como dos sócios do *Club Rio Contense* prosopografados estava relacionada à terra e à prática do comércio, principal atividade econômica do período em Rio de Contas. Formavam, desta forma, uma elite proprietária de terras e comerciante, que possuía riqueza e *status* social, o que, naquele momento, era suficiente para exercer, também, o poder político.

A condição econômica e o prestígio social eram requisitos para a ocupação de cargos públicos, os quais, por sua vez, conferiam poder. Foi o caso dos políticos rio-contenses, bem como dos prosopografados que se envolveram com política, afinal era necessário ter dinheiro para cumprir com certas exigências que determinados cargos públicos impunham – por exemplo, a partir do Código Eleitoral de 1932 passou a ser necessário que o cidadão comparecesse à sede municipal para se registrar, o que impôs gastos ao eleitor e aos políticos:

para o político, os requisitos da nova legislação fizeram com que os custos do processo de alistamento subissem muito. Um grande entrave foi a exigência de ter, pregado no título, o retrato do eleitor. O alto custo da fotografia e a falta de *artistas* (como se chamavam os fotógrafos) foram os principais obstáculos para o atendimento daquela imposição legal. Além do mais, o eleitor queria estar bem trajado para tirar o seu retrato, uma grande novidade da época (SAMPAIO, 1992, p. 136).

Burke (1991, p. 27) chama atenção para o risco de se omitir “líderes latentes” ao se concentrar nos detentores de cargos importantes, ou seja, é preciso ficar atento às pessoas que detinham mais poder que seus cargos poderiam garantir. Em Rio de Contas, nota-se que homens poderosos economicamente exerceram poder, especialmente, influência política,

mesmo sem ocupar cargos públicos (ou pelo menos não tão importantes) – o que é uma característica da política oligárquica do período: os chefes locais, muitas vezes, não coincidiam com o ocupante do cargo público. De toda sorte, os homens que exerceram maior poder em Rio de Contas foram os mais poderosos economicamente.

A influência de Carlos Souto permaneceu mesmo após o exercício dos dois mandatos como intendente (1908-1912/1916-1919). O coronel continuou controlando a política mesmo sem ocupar oficialmente um cargo: os Souto dominaram a política rio-contense por toda a Primeira República e sua influência chegou à cidade vizinha, Livramento, como já afirmado. Outro nome, cujo poder exercido extrapolou os limites do cargo (conselheiro municipal) foi o do tenente-coronel Arlindo Ramos. Seu poder fica evidente, nas palavras de Julieta Trindade Soares (1997, p. 23), segundo a qual, Arlindo Ramos

erigiu a Igreja do Rosário dos Pretos, no Largo do Rosário, e a qual dotou de alfaias e paramentos bordados a ouro. Mandava para a França, onde os paramentos eram confeccionados, o ouro em pó para ser transformado nos fios que deviam bordá-los. [...] A rua Arlindo Ramos tem as casas todas construídas por ele para abrigar seus amores fortuitos. Também construiu um pequeno sobrado para que nele fossem realizados os ensaios da Filarmônica local e que terminou por se transformar em sua sede durante muito tempo.

Poderíamos citar outros tantos nomes que exerceram poder em Rio de Contas, mesmo sem ter ocupado cargo público. Ao que parece o exercício do poder na cidade estava mais ligado à condição econômica que a ocupação de um cargo político. Assim, o *status* derivava da riqueza e do poder (não necessariamente político), sendo que estes dois estavam intimamente relacionados.

A elite rio-contense, representada pelos sócios do clube, enquanto um grupo, apresentou uma estratificação interna, o que pode ser observado a partir da apuração das profissões e da análise da origem da riqueza. O próprio exercício do poder contribuía para a hierarquização dentro do grupo. Apesar de ser um clube social voltado para a elite rio-contense, nem todos os sócios que tinham condições de associar-se possuíam as mesmas condições econômicas e o mesmo prestígio social. Por isso, certamente, os que ocuparam cargos nos órgãos administrativos e deliberativos do *Club Rio Contense* tinham posição privilegiada.

Ao se analisar os rendimentos desses homens consegue-se aventar uma explicação para a distinção que alguns de seus membros possuíam. Para identificar a origem de suas riquezas foram pesquisados testamentos, inventários e arrolamentos dos sócios prosopografados. No entanto, não foi possível localizar estes documentos de todos os nomes

listados: de um total de quarenta e um apenas conhecemos o valor de monte-mor de dezenove deles, embora, por meio de documentação indireta, ficamos sabendo sobre a origem de parte de suas riquezas (como através do Recenseamento de 1920, por exemplo). Em relação aos valores financeiros, não se pode fazer uma comparação direta entre os mesmos, uma vez que ao longo do período estudado ocorreu alteração da moeda brasileira, além de sua desvalorização.¹⁶⁹

Os investimentos desses homens eram bastante diversificados. Em geral, a terra ainda era muito valorizada, aliás, ter posse de uma parte dela conferia distinção ao seu proprietário. Essa é uma referência que vem desde o período colonial, quando o domínio sobre a terra proporcionava poder político e privilégios dentro da sociedade (SOUZA, 2001). O poder e o privilégio estendiam-se do proprietário para seus herdeiros, dando continuidade ao nome de família, perpetuando o sobrenome por gerações. Desta forma, havia pouca alteração nesse grupo de elite que buscava formas de se autorreproduzirem, como podemos ver em Pires (2009, p. 167):

Somas muito altas circulavam por entre as mãos de abastados senhores e senhoras do sertão. O casamento entre a elite regional servia, em larga medida, para a formação ou consolidação de famílias poderosas, que constituíam grupos hegemônicos e mantinham prerrogativas de liderança regional.

Assim, como afirmamos anteriormente, o casamento entre a elite era uma forma de reprodução do grupo. Vimos o exemplo dos Souto que, para garantirem a perpetuação da riqueza, arranjaram o casamento entre primos de primeiro grau. Sem dúvida, esta era uma das famílias que possuíam somas elevadas em patrimônio, assim como os Alcântara, em Livramento, ou os Teixeira, em Caetité.¹⁷⁰ No entanto,

algumas dissensões, [...], merecem atenção mais dedicada da nossa historiografia regional. A concentração da riqueza no sertão não se restringe a padrões tão elevados. Uma parcela de proprietários com rendimentos um pouco abaixo mantinha, juntamente com os maiores proprietários, as melhores terras, pastos, gado, comércio, ou seja, aquilo que era mais rentável (PIRES, 2009, p. 167).

Essa foi a conclusão a que chegou Pires (2009), quando analisou as riquezas dos “sertoins de sima”, Rio de Contas e Caetité, a partir de inventários do século XIX e inícios do

¹⁶⁹ O Mil Réis, que circulou no Brasil desde o período colonial, foi substituído pelo Cruzeiro, em 1942, moeda instituída pelo Decreto-Lei n.º 4.791, de 5 de outubro de 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4791-5-outubro-1942-414901-norma-pe.html>, acesso em 15/06/2016.

¹⁷⁰ Todos os representantes dessas famílias – Souto, Alcântara e Teixeira – foram sócios do Club Rio Contense. Os residentes em outras cidades se associavam ao clube como sócios contribuintes (ou correspondentes).

século XX. Em nossa análise, muito mais restrita diante do universo abrangido, percebemos a importância da terra para esses homens, mesmo que registrada como pequenos sítios ou roças, e a diversificação das atividades econômicas, em especial, o comércio.

Os principais bens dessa elite rio-contense, representada pelos sócios prosopografados, eram terras e imóveis. No que tange à propriedade da terra, esta, por vezes, é mencionada como “proprietário de terras” (de maneira genérica, referindo-se a fazendas), mas também, como dono de “parte de terras do sítio ...” ou de um “quintal na cidade”. Podia coincidir, certamente, de uma mesma pessoa possuir mais de uma “parte de terra” e, ainda, o “quintal na cidade”, sendo, portanto, um proprietário de terra.

Em relação aos imóveis, um mesmo proprietário podia possuir inúmeras casas, algumas especificadas como de morada, em vista do que se depreende que as outras, provavelmente, poderiam servir para lojas comerciais. Desta forma, os imóveis, tanto de morada quanto com fins comerciais, geravam uma renda fixa a partir da cobrança de aluguel. Entretanto, há testamentos de prosopografados em que se registra como único bem apenas um imóvel – o que significa que foi se desfazendo dos seus bens em vida: por necessidades financeiras ou por divisão de herança entre filhos.

Além disso, a riqueza estava distribuída em: bens móveis (móvelia, mercadorias do comércio) e semoventes; ouro e prata; dívida passiva e ativa; e investimento financeiro (valores investidos em: Sindicato Mineralógico de Rio de Contas; depósito na Caderneta de Poupança da Caixa Econômica Federal; apólices federais e quantia no cofre do Estado).

Tabela 3
Valores de Monte-Mor

ANO DO INVENTÁRIO/ARROLAMENTO	NOME DO ID/ARD	VALOR DE MONTE-MOR
1911/1932	Zeferino Pedro Rodrigues	Rs. 35: 311\$621
1916/30	Arlindo Eutropio Ramos	Rs. 36: 406\$108
1919/1919	Marcelino José das Neves	Rs. 4: 000\$000
1927/28	Hermano Henrique Gottschall	Rs. 1: 500\$000
1931/1932	Tibério Severino de Miranda	Rs. 6: 968\$900
1937/38	Silvino Tito Alves	Rs. 4: 317\$947
1938/40	Adolfo Henrique Gottschall	Rs. 17: 200\$000

1939/42	Joaquim Oliveira Chaves	Rs. 2: 650\$000
1939/41	Fulgêncio Antonio da Silva	Rs. 3: 200\$000
1942/43	Carlos Souto	Rs. 54: 044\$000
1943/46	Silvino Cardoso de Albuquerque Sobrinho	Cr\$ 8.039,95
1943/45	José Basílio Justiniano da Rocha	Cr\$ 35. 366,60
1948/51	José Henrique Gottschall da Silva	Cr\$ 9.000,00
1949	João Austricliano Cunha	Cr\$ 72.868, 00
1957/59	Vitório de Oliveira Rocha	Cr\$ 25.000,00
1957/60	José Amaro Dantas Trindade	Cr\$ 21.000,00
1966/66	Arnulfo de Oliveira Gottschall	Cr\$ 2. 800.000,00
1972/78	João Cardoso de Albuquerque	Cr\$ 5.000,00
1977/78	Waldemar Martins Souto	Cr\$ 185.000,00

Fonte: AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Inventários e Série Arrolamentos.

Os valores de monte-mor (vide Tabela 3) demonstram variação, não só em relação à mudança da moeda, mas também pela questão da sua desvalorização ao longo do tempo. Nos casos em que o monte-mor é conhecido confirma-se o argumento de que o poder, em geral, derivava-se da capacidade econômica. Observa-se que os montantes mais altos referem-se a nomes que ocuparam cargos públicos na sociedade rio-contense.

Dentre os valores em réis, vemos que os três valores mais altos foram de nomes que ocuparam o cargo de conselheiro/vereador: Zeferino Pedro Rodrigues (Rs. 35: 311\$621 – trinta e cinco contos, trezentos e onze mil e seiscentos e vinte e um reis) e Arlindo Ramos (Rs. 36: 406\$108 – trinta e seis contos, quatrocentos e seis mil e cento e oito reis); e de intendente municipal: Carlos Souto (Rs. 54: 044\$000 – cinquenta e quatro contos e quarenta e quatro mil reis), os quais, notadamente possuíam prestígio e distinção, segundo memorialistas rio-contenses.¹⁷¹

Entretanto, é possível que algumas fortunas tenham sido desfeitas ao longo da vida, principalmente, por divisão de herança ou podemos inferir, ainda, que nem todos os que ocuparam cargos públicos fossem tão privilegiados economicamente. Assim podemos tentar explicar valores menores de monte-mor de pessoas que atuaram na vida pública. Silvino Cardoso, por exemplo, ocupou cargos públicos, dentre eles o de conselheiro/vereador

¹⁷¹ Ver: ARAKAWA (2006), PEREIRA (1940) e SILVA (1993).

municipal, mas seu valor de monte-mor de Cr\$ 8.039,95 (oito mil, trinta e nove cruzeiros e noventa e cinco centavos) é relativamente baixo se o compararmos com o de José Basílio da Rocha que, no mesmo período, foi inventariado em Cr\$ 35. 366,60 (trinta e cinco mil, trezentos e sessenta e seis cruzeiros e sessenta centavos).

Excetuam-se dessa explicação casos em que pela comparação do valor de monte-mor com a profissão do prosopografado o montante seja coerente. Esse é o caso do professor Marcelino José das Neves que possuía valor de monte-mor de Rs. 4: 000\$000 (quatro contos de reis), cujos bens consistiam em imóveis com alguma mobília. Por sua profissão depreende-se que não possuísse maiores fortunas e sua influência na sociedade – a ponto de ter sido convidado a participar da fundação do clube – derivava-se do seu prestígio intelectual.

Diante do pequeno número de inventários/arrolamentos encontrados e analisados – dentro de um universo, também, restrito em relação ao número de prosopografados – não se mostra plausível estabelecer uma classificação da riqueza rio-contense, a partir desses documentos. De modo geral, entretanto, podemos concordar com Pires (2009) quanto à sua afirmação de que a riqueza concentrava-se nas mãos de uma minoria e com sua classificação da categoria “fazendeiro”, segundo a qual os fazendeiros locais estavam divididos entre pequenos e médios, raramente com fortunas tão elevadas, já que “no século XIX, muitas daquelas antigas fazendas de pastoreio já haviam passado por sucessivos parcelamentos que propiciaram a constituição de novas configurações, ainda que não tenham deixado de existir propriedades maiores” (PIRES, 2009, p. 158), como, por exemplo, a de Carlos Souto.

Por fim, o grupo era formado por proprietários de terra – ainda que caibam ressalvas quanto à extensão e qualidade da mesma – e, ao mesmo tempo, envolvidos com o comércio. Ademais, representavam a elite socioeconômica e política rio-contense, que se perpetuava e autorreproduzia por séculos. Fato que a ascendência da cor (cuja maioria era branca), os títulos militares (pelo menos da geração de sócios-fundadores) e o exercício de cargos político-administrativos podem confirmar. Em virtude do conjunto de elementos analisados, podemos identificar esse grupo de indivíduos como pertencente e representantes de um estrato superior da sociedade rio-contense que reunia poder, privilégios e influência, daí serem considerados a sua “elite social”.

Impulso associativo dos rio-contenses

Ao tratar da sociabilidade vimos que este conceito refere-se à maneira como o homem vive suas relações interpessoais e se insere em seus diversos grupos. O impulso à associação indica, segundo Agulhon (2009, p. 39), como está a sociabilidade geral de uma coletividade humana. Neste sentido, percebemos em Rio de Contas, no período analisado, a vitalidade do associativismo, que consiste num compartilhar de vínculos e sentimentos de pertencimento, a partir não só da fundação do *Club Rio Contense*, mas de outras sociedades que foram sendo criadas por seus sócios, ao longo do tempo.

O Estatuto de 1919 do *Club Rio Contense* incluiu dentre as finalidades da associação a fundação de uma filarmônica, o que fazia parte da tradição de bandas de músicas locais, e de um grupo dramático, muito provavelmente, em virtude de o clube ter adquirido a propriedade do Teatro São Carlos, a partir de 1909. Em 1923 e 1924, respectivamente, foram concretizadas tais finalidades.

No ano de 1920, o *Club Rio Contense* adquiriu o instrumental da antiga Filarmônica do Rosário, que havia se extinguido após a morte de seu fundador Arlindo Eutropio Ramos. A viúva do proprietário da banda musical, D. Clementina Antonina Ramos, vendeu os dezoito instrumentos pela quantia de Rs. 800\$000 (oitocentos mil reis), cujo contrato foi assinado em 26 de maio de 1920.¹⁷² A partir de então, o clube passou a alugar os instrumentos angariando uma renda extra com esse serviço. Quando solicitado para situações de promoção de eventos em benefício da Bolsa de Caridade ou para cerimônias que envolviam a participação do clube o instrumental era ofertado gratuitamente.

Diante da posse dos instrumentos, a Diretoria do clube passou a manifestar interesse pela criação de uma filarmônica, que era uma determinação de seu próprio estatuto. Em 10 de junho de 1920, escreveu uma solicitação ao intendente municipal, Deoclides Silverio de Alcantara, requerendo auxílio deste e do Conselho Municipal para a concretização desta ação. Em 2 de dezembro de 1923, foi fundada a Sociedade Musical Guarany, associação independente do *Club Rio Contense*, embora a ele ligada por contrato, já que utilizava os instrumentos musicais pertencentes ao clube, “comprometendo-se a Guarany a zelar o instrumental e tocar em todas as festas promovidas pelo Club”.¹⁷³

¹⁷² AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 5 das Atas da Diretoria (1920-1924). Ata n.º 10 da Diretoria da sessão do dia 25/05/1920 e Ata n.º 11 da Diretoria da sessão 09/06/1920. Caixa 03.

¹⁷³ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Estatutos da Sociedade Musical Guarany (1927). Caixa 05.

Ademais os sócios diretores da sociedade musical eram todos associados ao *Club Rio Contense*. Esse grupo ficou conhecido como a “banda dos ricos” e rivalizava com a Lira dos Artistas, outra sociedade musical fundada em 15 de julho de 1923, mesmo ano da Guarany, e formada por “pretos e pobres – ferreiros, latoeiros, metalúrgicos artesanais e pedreiros” (ROCHA, R., 2005, p. 156-157).

De fato, nove dos quarenta e um prosopografados foram identificados dentre as listas de associados da Sociedade Guarany, ao passo que apenas dois deles constam como sócios da Lira dos Artistas. Entretanto, apesar de ser identificada como uma banda dos pobres,

a Lira dos Artistas também deve sua existência aos “ricos”, uma vez que contou com o auxílio do fazendeiro e comerciante Cel. Francisco Trindade, e Laudelino Souza, também comerciante, na sua constituição. A diretoria foi sempre formada por pessoas de boas condições econômicas e elevado *status* social: o Capitão Juvenal Cândido de Oliveira era coletor federal, dono de alfaiataria e proprietário de terras; o Capitão José Rodrigues Trindade, filho de Francisco Rodrigues da Trindade, era dono de uma tipografia e advogado provisionado; Miguel Guanaes era fazendeiro (ROCHA, R., 2005, p. 157).

Dos citados apenas Miguel Guanaes não foi encontrado nas listas de sócios do *Club Rio Contense*. Tratando-se dos prosopografados foram identificados como sócios desta filarmônica, José Rodrigues Trindade, já mencionado, e Tibério Severino de Miranda.

A Sociedade Musical Guarany extinguiu-se em 1938 devido às dificuldades econômicas do período – ocasionadas, em parte, pela seca que assolou o sertão na década de 1930 – e à ausência de seu maestro Esaú Pinto, que se mudou da cidade, em 1934, em busca de melhores condições de vida (ROCHA, R., 2005, p. 159). Por sua vez, a Lira dos Artistas prosseguiu com suas atividades.

A fundação do Grupo Dramático Castro Alves atendia às disposições do Estatuto de 1919, o qual determinava no artigo 1º, § 5º: “criar e manter um grupo dramático”, e no artigo 49, § 9º: “organizar o ‘Grupo Dramático’ e promover os meios do seu desenvolvimento [...]”.¹⁷⁴ Tendo em vista que o *Club Rio Contense* havia adquirido o Teatro São Carlos era compreensível a proposta de criação de um grupo de teatro. Assim, em 27 de abril de 1924, a Diretoria da associação reuniu sócios e demais cidadãos para cumprir o disposto nos estatutos. Ficou, então, organizado o Grupo Dramático que recebeu o nome de Castro Alves e todos os

¹⁷⁴ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense - 1919. Caixa 04.

membros do grupo foram declarados com regalias dos sócios do *Club Rio Contense*, que “por sua menoridade ainda não possam ser propostos”.¹⁷⁵

Mais uma associação, com vistas a uma prática específica de sociabilidade – da mesma maneira ligada ao desenvolvimento artístico –, foi criada em estreita ligação ao *Club Rio Contense*. Todos os membros do grupo passaram a gozar de regalias de sócio do clube, mas nem todos os sócios tornaram-se participantes do mesmo. Dos prosopografados, sete foram identificados em seus registros de membros.

A vitalidade dessas associações confirma o impulso associativo dessa elite rio-contense. Segundo Agulhon (2009, p. 39), quanto mais numerosas e diversas forem as relações interpessoais, mais grupos se põem em jogo, ou seja, mais associações se formarão. A assertiva se confirma quando se observa a criação pelos sócios do *Club* de associações com finalidades distintas e específicas.

Outro exemplo, neste sentido, foi a fundação da sociedade desportiva Sport Club Rio Contense, criada em 29 de junho de 1921, pela Diretoria do *Club Rio Contense*. Atendendo à solicitação de vários associados do *Club*, a Diretoria resolveu organizar uma sociedade desportiva, a única da cidade deste tipo, que se organizou por um regulamento aprovado em Assembleia – o qual não foi localizado. Dentre seus membros, contam treze nomes dos sócios que foram prosopografados.

Formaram-se dois quadros de jogadores denominados de “Liberdade” e “Esperança”, representados pelas cores vermelha e verde, respectivamente, acompanhadas do branco.¹⁷⁶ Logo, organizaram um campeonato de futebol com doze partidas, a ser realizado na Praça Governador Rodrigues Lima (Largo do Rosário), em domingos alternados.

Os jogadores do Sport Club Rio Contense chegaram a disputar partidas com o Sport Club Brasil, de Vila Velha (atual Livramento), demonstrando a atividade do grupo. Porém, em sessão de 27 de junho de 1922, a Diretoria do *Club Rio Contense*, que administrava o Sport Club, por motivos desconhecidos, resolveu suspender por tempo indeterminado as partidas de futebol e recolher o material utilizado para os jogos (mourões, traves, cordas,

¹⁷⁵ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 1 de Atas das sessões do Grupo Dramático Castro Alves do Club Rio Contense (25/04/1924). Ata n.º 1 da reunião dos membros do Grupo Dramático Castro Alves do Club Rio Contense da sessão do dia 27/04/1924. Caixa 03.

¹⁷⁶ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Ata da primeira sessão para o fim de se organizar uma sociedade desportiva, realizada em 12/06/1921. Caixa 05.

redes, bandeiras, tabuleta, mastro e bola com camada de ar) a um quarto do edifício do *Club*.¹⁷⁷

É interessante observar que todas essas associações seguiram um modelo de organização: reuniões registradas por atas, elaboração de estatutos e regulamentos por comissões de sócios designados, decisões tomadas em Assembleia e administração composta por Diretoria Geral. Os homens que participaram da criação de tais agremiações, como vimos, em grande parte, eram escolarizados, dentre eles alguns com formação em direito e, além disso, ocuparam cargos públicos, nos quais faziam prática desse protocolo usualmente. Desse modo, tal fato demonstra que tinham consciência da importância da formalização das associações para que as mesmas tivessem reconhecimento perante a sociedade e órgãos públicos.

Os sócios prosopografados, provavelmente, participaram de outras associações além das já citadas, entretanto não encontramos tais registros. A exceção são os sócios Arnulfo de Oliveira Gottschal, que também foi fundador e presidente da Cooperativa Mista de Rio de Contas, uma sociedade “de crédito e produção, uma entidade de assistência social, cooperativismo e apoio aos agricultores” (ARAKAWA, 2006, p. 206), e José Rodrigues Trindade, sócio do Instituto Geográfico e Histórico do Brasil (sic) [da Bahia] (SOARES, 1997, p. 27).¹⁷⁸

De toda sorte, interessou-nos, particularmente, as associações – tanto as fundadas por eles ou que apenas delas tenham sido sócios – cuja sociabilidade tenha sido o princípio da associação, entendendo sociabilidade como a maneira pela qual os homens vivem suas relações interpessoais e se inserem em diversos grupos. Por isso, tivemos especial interesse por associações localizadas na cidade de Rio de Contas, uma vez que, assim, tornava-se possível que as relações interpessoais ocorressem.

¹⁷⁷ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Ata n.º 6 da sessão realizada em 27/06/1922. Caixa 05.

¹⁷⁸ No primeiro capítulo, tratamos da participação de alguns sócios em associações de cunho religioso, as irmandades, e, veremos, também, no capítulo seguinte, a participação feminina em associações deste tipo.

PARTE II

OS SÓCIOS DO *CLUB RIO CONTENSE* E SUAS RELAÇÕES COM O PODER POLÍTICO

O funcionamento do sistema político de Rio de Contas pode ser explicado como uma metonímia do quadro estadual e nacional. Observa-se nessa sociedade um comportamento e atuação políticos, cujas características evidenciam manobras comuns ao esquema vigente no país no período específico. Muito embora o escopo temporal dessa pesquisa perpassasse por diferentes momentos da política brasileira e, em que pese o grau de isolamento dessa cidade, os mecanismos de acesso, controle e exercício desse poder sempre estiveram em consonância com o regime nacional.

Finda a Monarquia e adotada a República, os políticos baianos procuraram se acomodar ao novo sistema em vigor.¹⁷⁹ Entretanto, apesar da mudança de regime, a prática política deu continuidade aos costumes tradicionais: personalismo das lideranças, fraudes eleitorais, elitismo, etc.. As relações políticas eram personificadas na figura de um potentado local. Em geral, estes representantes das oligarquias, também, possuíam poder econômico, o que lhes permitia exercer um domínio sobre a população, controlando-a de acordo com seus interesses pessoais.

Assim, seguindo o caráter personalista, estes homens de poder se organizaram de acordo com os interesses e fidelidades pessoais. Nesse momento saber fazer alianças era decisivo na hora de assumir o poder.

¹⁷⁹ Utilizar-se-á o termo “acomodação” no sentido descrito pela historiadora Consuelo Novais Sampaio (1998), segundo a qual, “a expressão *política de acomodação* [...] está desprovida de qualquer quietismo que o termo acomodação possa sugerir. Mesmo quando formalizada – atingida a última etapa do processo – através de acordos e arranjos, o conformismo, a submissão individual, é precária. A qualquer momento, pode ser rompido, em função de novos interesses e/ou pelo que de renúncia individual essa política envolve” (SAMPAIO, C., 1998, p. 49).

A República em Rio de Contas

Como nas demais partes do país, a proclamação da República forçou uma mudança de arranjos políticos em Rio de Contas. Com a dissolução da Câmara Municipal,¹⁸⁰ em 24 de março de 1890, e a criação da Intendência e do Conselho Municipal, pelo Decreto n.º 50A de 7 de dezembro de 1889, foi escolhido para ocupar o cargo de intendente o Dr. José de Aquino Tanajura.¹⁸¹ Eleito deputado geral, nas eleições de 31 de agosto de 1889, pelo partido liberal, ele não pôde tomar posse devido ao fim do regime. Porém, graças ao prestígio político amealhado com a prática da clínica médica e o bom relacionamento que mantinha com a capital, conseguiu a nomeação para intendente municipal, função que exerceu por dois mandatos consecutivos.

Pelo menos até 1907, a política rio-contense foi liderada pelos Tanajura. Bem relacionado, o chefe desse clã garantiu que seu genro, Ursino de Souza Meira Júnior (1900-1903), e seu filho, Francisco Octaviano Tanajura (1904-1907), o sucedessem, durante o período no qual exercia o cargo de senador estadual. Um episódio ocorrido em 1905, porém, mudaria os rumos da política em Rio de Contas. Em fins daquele ano, o Dr. José de Aquino Tanajura foi acusado de envolvimento num atentado contra o então governador José Marcelino de Souza, embora nada tenha ficado comprovado a este respeito (TANAJURA, 2003, p. 88).

Apesar da negativa às acusações e da falta de provas, o médico perdeu a liderança política em Rio de Contas, provavelmente, como represália pelo ocorrido e, em 1908, o coronel Carlos Souto assumia a intendência municipal. Membro do partido liberal do Império, José de Aquino Tanajura representava a oposição. Após a dissolução dos partidos políticos imperiais, filiou-se ao Partido Nacional e, com a extinção deste, continuou a integrar as

¹⁸⁰ A última Câmara do Império em Rio de Contas foi composta pelos seguintes representantes: Adolpho Henrique Gottschal (presidente), Eunápio César da Silva (secretário), Ambrosio Theophilo Viana, Arlindo Eutropio Ramos, Miguel Joaquim de Novais, Adalberto de Oliveira Rocha e Rodrigo Alves Pereira (membros). cf. *O Pequeno*. Minas do Rio de Contas, 07/12/1923. Ano I, n.º 28, p. 1. Destes, Ambrosio Theophilo Viana, Miguel Joaquim de Novais e Rodrigo Alves Pereira não foram localizados nas listas de associados do *Club Rio Contense*.

¹⁸¹ José de Aquino Tanajura (1831-1918) era filho de José de Aquino Tanajura, militar que participou das lutas pela independência do Brasil na Bahia, e Felismina de Aquino Tanajura. Formado em medicina destacou-se por sua atuação no combate ao cólera-morbus. Por sua dedicação à clínica pública, conquistou prestígio político, tendo atuado em diversos cargos públicos, inclusive o de senador estadual (1897-1905). Casou-se com Antônia Francisca de Jesus Alves Castro Coelho, com quem teve 12 filhos (TANAJURA, 2003, p. 84-108). Residente em Vila Velha, o Dr. José de Aquino Tanajura foi sócio correspondente do *Club Rio Contense* desde 31 de dezembro de 1902, cf. AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de lançamento de sócios admitidos (1902-1942). Caixa 02.

fileiras opositoras, tendo, em 1911, apoiado a candidatura de José Joaquim Seabra (SAMPAIO, C., 1998, p. 90, cf. nota 123).

O grupo governista rio-contense era representado pelo coronel Carlos Souto, cuja força política garantiu a liderança local por todo o período da Primeira República, estendendo-se até mesmo após a Revolução de 1930. Sua influência era de tal monta que interviu na política da cidade vizinha, Livramento, demonstrando com isso seu mando ao interferir na escolha do representante daquela cidade.

Figura 4

Populares prestam homenagem a Carlos Souto



Fonte: *O Malho*, Rio de Janeiro, 1912.

As demonstrações públicas de apoio a determinada figura política davam uma noção da popularidade e aceitação da mesma por parte da população. Manifestações como se observa na Figura 4 foram uma forma de participação política da população rio-contense e fazia parte da cultura política da região no período da Primeira República. Nas atas da Diretoria e Assembleia Geral ficaram registrados inúmeros episódios nos quais os sócios

diretores organizaram manifestações deste tipo para receber “pessoas gradas” que voltavam de viagem à cidade.

Dentre os mais homenageados estiveram José Basílio da Rocha, reconhecido por seu papel de fundador da associação, e Carlos Souto, provavelmente, pela posição de destaque que ocupava na política da cidade. Por esta deferência Carlos Souto, com frequência, foi convidado a compor a mesa da Assembleia Geral do *Club Rio Contense* ou a presidir a sessão, mesmo quando não era o presidente eleito. Esses atos organizados pelos sócios diretores remetem à ideia de “hegemonia cultural” de que o poder é exercido pelas camadas dominantes não apenas pela força direta ou ameaça dela, mas porque suas ideias passam a ser aceitas (BURKE, 2005, p. 38).

Ao realizarem tais manifestações, não só os sócios ostentavam a deferência, mas as pessoas que não faziam parte da associação, ao aderirem a elas, ratificavam esta distinção, com gestos de subserviência, seja para legitimá-la, seja como estratégia para conseguir os auxílios que poderiam lhes ser ofertados. Pode ser por isso que determinados sistemas políticos tenham durado tanto, ou melhor, determinadas culturas políticas tenham sido dominantes e resistido ao avanço de outras que tentavam desafiá-la.

As múltiplas culturas políticas não são imutáveis, elas surgem e transformam-se em virtude, dentre outras coisas, dos processos de socialização (cuja associação é um deles) que garantem não só a sua difusão e integração, quanto proporcionam a variação das mesmas. Politicamente falando, a sociabilidade do *Club Rio Contense*, também, ajudava a reproduzir a elite dirigente, uma vez que funcionava como um canal de socialização da cultura política local. Num resumo esquemático, Ângela de Castro Gomes (2005, p. 32) afirma que as culturas políticas

têm formas pelas quais se manifestam e se evidenciam mais frequentemente: um projeto de sociedade, de Estado ou uma leitura compartilhada de um passado comum, por exemplo. Têm igualmente algumas instituições-chaves – como família, partido, sindicatos, igrejas, escolas, etc. –, fundamentais para sua transmissão e recepção. Por outro lado, culturas políticas exercem papel fundamental na legitimação de regimes, sendo seus usos extremamente eficientes. Em todos os casos, as culturas políticas articulam, de maneira mais ou menos tensa, ideias, valores, crenças, símbolos, ritos, mitos, ideologias, vocabulário, etc.

Após o mandato de Carlos Souto (1908-1912) assumiu o poder para o quadriênio seguinte (1912-1916) o já conhecido Dr. José Basílio Justiniano da Rocha, que, como vimos, era cunhado do coronel. Muito provavelmente, o apoio deste, aliado à boa fama de que gozava como único médico da região lhe rendeu a eleição para o cargo. Findo o mandato,

Carlos Souto retornou ao executivo municipal (1916-1920) e a força de sua influência e prestígio políticos ficou evidente ao eleger, novamente, seu sucessor para o biênio 1920-1921, o negociante e proprietário de fábrica de descaroçar algodão, Deoclides Silvério Alcântara.

Entretanto, diante do fato de ser residente em Vila Velha, o negociante teve que abdicar do cargo em virtude do desmembramento do distrito do município de Minas do Rio de Contas, em 26 de julho de 1921. Posteriormente, apoiado pelo coronel Gil Cambuy, livramentense que acompanhava o grupo dos Souto, Deoclides Alcântara elegeu-se para prefeito de Livramento, para o mandato de 1935/1936 (MARINHO; LESSA, 1995, p. 70).¹⁸² Neste período, quem comandava a política rio-contense era Rodolfo Abreu, um dos mais importantes herdeiros políticos de Carlos Souto.

Em discurso proferido em homenagem ao 80º aniversário do *Club Rio Contense*, Antonio Carlos Souto, filho de Carlos Souto, afirmava: “A política, que Carlos Souto implantou e que Rodolfo de Oliveira Abreu deu continuidade, se desenvolvia, *sem características radicais*, pondo-se em todo empenho em resguardar a *boa harmonia social*”.

¹⁸³ As expressões em destaque demonstram a visão parcial que o filho do chefe político tinha sobre o pai e a política praticada neste período que, como se vem tentando demonstrar, tinha como características o elitismo, o personalismo, além de traços clientelistas.¹⁸⁴ Ou seja, ao afirmar a existência de uma “harmonia social”, Antonio Carlos Souto não só trazia uma visão idealizada da política coronelista, como ignorava os conflitos sociais existentes no período, inclusive entre a própria elite em disputa por seus interesses.

A política em Rio de Contas, ao compasso da estadual, apresentou o caráter adesista do qual fala Consuelo Novais Sampaio (1998), cuja intenção era manter seguros interesses pessoais e a própria sobrevivência no sistema político. Em 1910, apoiaram o candidato

¹⁸² Gil Cambuy era filho do homônimo Gil Cambuy, patriarca da família Cambuy em Livramento. O pai teria sido trazido de Portugal para a região, ainda menino, pelo capitão Manoel Rego, de Minas Gerais (MARINHO e LESSA, 1995, p. 71). Coincidências à parte Gil Cambuy e Carlos Souto, portanto, possuíam a mesma origem portuguesa, o que pode ajudar a explicar o mútuo apoio político.

¹⁸³ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Pasta Club Rio Contense. Discurso proferido pelo desembargador Antonio Carlos Souto, quando da comemoração dos 80 anos do Club Rio Contense, em 14 de janeiro de 1982. (não classificado) (grifos meus).

¹⁸⁴ Essas características, segundo José Murilo de Carvalho (1997), referem-se à existência local de uma estrutura oligárquica e personalizada de poder: “o mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional” (CARVALHO, 1997, p. 2). O clientelismo, por sua vez, é um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios e, ainda, de acordo com Carvalho (1997, p. 3), assemelha-se ao mandonismo: “ele é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral. Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo. De algum modo, como o mandonismo, o clientelismo perpassa toda a história política do país” (CARVALHO, 1997, p. 3).

civilista, Rui Barbosa (SAMPAIO, C., 1998, p. 101), em 1915, declararam, em ata, apoio à candidatura a governador de Antonio Muniz,¹⁸⁵ que saiu vitorioso e, finalmente, em 1929, indicaram o Dr. Anísio Spínola Teixeira como representante do município na Convenção do Partido Republicano da Bahia (PRB).¹⁸⁶ Afinal, não pertencer ao círculo que estava no poder tinha como consequência, quase imediata, ser excluído dos cargos eletivos e burocráticos; ainda mais considerando-se o poder decisivo de interferência do Executivo estadual nas eleições.¹⁸⁷

Até 1915, os intendentess eram eleitos por votação direta, quando a Lei n.º 1.102, de 11 de agosto de 1915, introduziu modificações nas relações de poder ao estabelecer que os intendentess fossem nomeados pelo governador, “com aprovação do Senado”. Nas palavras de Consuelo Sampaio (1998, p. 131):

Cuidadosamente, Seabra preparou e engrenou todas as peças da máquina político-administrativa do estado para o estabelecimento de uma firme centralização do poder. A Lei 1.102 foi a arrancada decisiva, firmando uma dependência direta dos chefes políticos do interior em relação ao Executivo.

Adotando a política do adesismo, “do oportunismo ou do realismo ‘espontâneo’ do poder”,¹⁸⁸ a liderança política rio-contense manteve-se ao lado do grupo governista, garantindo a nomeação sucessiva de aliados. Somente em 1920, os chefes locais voltariam a indicar os nomes dos intendentess a serem, novamente, eleitos. Além disso, os intendentess voltariam a ser eleitos por dois anos, podendo ser reconduzidos no período seguinte, o que

¹⁸⁵ AMRC. Fundo Conselho Municipal. Livro de Atas do Conselho Municipal. Ata do Conselho Municipal da sessão do dia 19/10/1915. Caixa 02.

¹⁸⁶ AMRC. Seção Executivo. Livro da Intendência Municipal, fl. 2. O segundo Partido Republicano da Bahia, fundado em 1927, foi o último partido político da Bahia na Primeira República. Liderado por Góes Calmon tinha o objetivo de apaziguar os ânimos entre os grupos locais: calmonistas, mangabeiristas e ex-seabristas (SAMPAIO, C., 1998, p. 201).

¹⁸⁷ Os partidos políticos da Primeira República, de acordo com Consuelo Sampaio (1998), surgiram de modo circunstancial, ao sabor de interesses individuais, momentaneamente convergentes, e giravam em torno da fidelidade a uma liderança pessoal, ao chefe político e não ao partido. A luta das oposições, partidos que não estavam no exercício do governo, foi responsável por mudanças no sistema oligárquico, mas estas não foram resultado de choques de interesses antagônicos, mas sim de desentendimentos pessoais. Em Rio de Contas, o sistema político-partidário se estruturou de maneira semelhante: agrupamentos políticos assemelhados a “claques organizadas, prontas a aplaudir as decisões dos chefes” (SAMPAIO, C., 1998, p. 47). A partir das fontes pesquisadas, conseguimos identificar o alinhamento dos políticos que exerciam o poder em Rio de Contas ao partido governista, na esfera estadual. Entretanto, não foi possível perceber a presença oposicionista dentro do corpo de conselheiros/vereadores ao longo da Primeira República. Somente conseguimos distinguir com nitidez a polarização partidária na política rio-contense a partir de 1945, com a redemocratização.

¹⁸⁸ O termo ‘adesismo’ tem sentido semelhante ao de ‘acomodação’, ambos utilizados por Consuelo Sampaio (1998). Adesão e acomodação remeteriam a vínculos de lealdade, o que garantiria a sobrevivência do setor político de uma sociedade cuja base estrutural permanecia estática, desde os tempos coloniais (SAMPAIO, C., 1998, p. 233).

revogava a Lei n.º 1.104, de 9 de maio de 1916, que reduzia o mandato dos intendentess de quatro para dois anos (SAMPAIO, C., 1998, p. 161).

A oposição, em Rio de Contas, representada pelos Tanajura, cuja base eleitoral era Vila Velha (atual Livramento), e alijada do poder com apoio das forças governistas, só voltaria a ter força e expressividade, novamente, a partir da década de 1940, com a ajuda do governo estadual. Os arranjos políticos estaduais interferiam de forma determinante na organização da política local, pelo menos em municípios de menor expressão política.

Nesse momento da Primeira República, as relações de poder político estavam se rearranjando. O federalismo republicano criou a figura do governador de estado, que passou a ter mais poderes que o antigo presidente de Província, ou seja, “chefe da política estadual” (CARVALHO, 1997, p. 1). Em contrapartida, os “coronéis”, representantes das oligarquias locais, perdiam influência e poder político, o que os levava a uma dependência da presença do Estado (CARVALHO, 1997, p. 2). Resume-se, assim, o fenômeno do “coronelismo”, tal como definido por Vitor Nunes Leal (2012, p. 44): “o ‘coronelismo’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”.

O jogo político rio-contense na Primeira República, como regra geral, foi jogado pelas elites, especificamente, coronéis e grandes proprietários. A herança deixada por este grupo às novas gerações, além de material, incluía, também, um lugar na vida pública, afinal essa era uma das formas de garantir seus interesses. A figura do coronel que guiava uma massa eleitoral “dispersa” às urnas também esteve presente nesse município, assim como os vícios da prática eleitoral, como as fraudes, motivo, aliás, alegado para anular as eleições de 1907, no distrito de Vila Velha, então pertencente à cidade de Rio de Contas.¹⁸⁹

Ser filho da elite muito contribuía para o acesso à vida pública, uma vez que herdavam o prestígio e o nome político, bem como recursos para arcar com o ônus do poder. Porém, outro fator relevante eram os vínculos pessoais, fundamentais para a articulação das alianças políticas. Por meio deles, Carlos Souto assumiu o poder, em 1908, e conseguiu manter sua liderança e influência. Da mesma forma, o relacionamento dos políticos rio-contenses com os representantes da capital esteve por trás das articulações que resultaram nas sucessivas

¹⁸⁹ cf. AMRC. Fundo Conselho Municipal. Livro de Atas do Conselho Municipal. Ata dos trabalhos da mesa verificadora da cidade de Minas do Rio de Contas da sessão do dia 10/12/1907. Caixa 02. Essa alegação, entretanto, pode ter sido feita para impedir que os Tanajura fossem eleitos e, assim, facilitar a vitória de Carlos Souto. Esse tipo de atitude foi comum nesse período, onde as eleições eram realizadas mais para cumprir a formalidade do processo, sem que delas dependesse, exclusivamente, o resultado final do pleito.

nomeações de intendentess municipais pós-1930; o que mostra, também, a interferência dos interventores estaduais na política rio-contense.

Enquanto instituição representativa da elite, em Rio de Contas, o *Club Rio Contense*, congregava em seu quadro social grande parte dos agentes políticos rio-contenses. O clube, que se manifestava sem bandeira política, era composto por sócios que possuíam divergentes posicionamentos políticos. A associação funcionava como uma vitrine para demonstração de poder, prestígio e distinção social. Pode-se afirmar que a participação desses homens públicos era o que conferia distinção e relevância ao *Club Rio Contense* perante a sociedade, como se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 4
Representantes políticos associados ao *Club Rio Contense*

CARGO	PERÍODO	N.º	ASSOCIADOS	% SÓCIOS
Conselheiros	1908-1930	46	36	78,3
Suplentes de Conselheiros	1908-1930	29	18	62,1
Vereadores do Conselho Municipal	1930	12	11	91,7
Membros do Conselho Consultivo	1932-1936	5	5	100,0
Vereadores	1936-1937	12	12	100,0
Vereadores	1947-1966	96	45	46,9
TOTAL		200	127	63,5

Os dados desta Tabela foram obtidos a partir de: AMRC. Fundo Conselho Municipal. Livro de Atas do Conselho Municipal. Caixa 02; AMRC. Fundo Cartório Eleitoral. Livro de Registro de Candidatos. Caixa 14.

Após o levantamento de nomes dos políticos rio-contenses em todo o período estudado, percebeu-se que 63,5% deles foram identificados como sócios do *Club Rio Contense*. A análise dos dados obtidos das primeiras décadas do século XX (1908-1930), que coincide com o início das atividades da associação, mostra que o número de políticos associados chega à margem de 78%. Nos anos 1930, chega a 100% a participação de sócios do clube no corpo da administração pública.

Com o passar do tempo, esse número foi diminuindo. A partir de 1947, com a volta do regime democrático, caiu pela metade essa congruência. Dois aspectos podem ser considerados. Em primeiro lugar, ocorreu uma renovação geracional no corpo político: a maior parte dos sócio-fundadores do *Club Rio Contense*, que também fazia parte da política rio-contense, morreu na década de 1940, período ditatorial. Por isso, com a volta da constitucionalidade em 1947, surgiram novos nomes na política de Rio de Contas, que

viveram num outro contexto social e político em relação aos sócio-fundadores, tanto no sentido de distância temporal quanto de formação, uma vez que a maioria dos herdeiros daquela primeira geração saiu da cidade para estudar em outras localidades.

Isso retoma o segundo aspecto, o qual aponta que o prestígio e relevância da instituição do *Club Rio Contense*, foram perdendo força com o decorrer dos anos. Pode-se afirmar que novas formas de sociabilidade foram despontando na sociedade e o papel agregador daquela associação foi tomando novos contornos. A diminuição do número de políticos associados ao *Club Rio Contense* é um indicativo da perda de prestígio dessa instituição. O período (1947-1966) coincide com o declínio desta instituição, que pode ser medido pelo esforço deliberado dos seus diretores no sentido de uma revitalização e reorganização do clube.

Podemos inferir, então, que nos tempos áureos do *Club Rio Contense* tornar-se sócio e, principalmente, participar do corpo administrativo desta instituição eram tidos como mais um elemento que distinguia e conferia prestígio aos políticos rio-contenses, que já figuravam como potentados locais. Com o passar dos anos, entretanto, o surgimento de novas formas de sociabilidade modificaram as formas de convívio coletivo, fazendo surgir novos espaços e uma nova lógica de integração. Formou-se, então, uma nova sociedade marcada, cada vez mais, pelo individualismo e essa característica ajuda a explicar a queda do número de associados no *Club* do período em questão (1947-1966).

Esses números revelam, também, a fluidez que existia entre os associados do *Club Rio Contense* e os representantes da política local que, por vezes, eram os mesmos. Havia um constante trânsito de ideias e intenções entre o clube e o Paço Municipal, o que reforça a ideia de que o público e o privado se confundiam. Por exemplo, o *Club* conseguiu, por algumas vezes, permissão para utilizar o edifício do Conselho Municipal (depois Prefeitura) para a realização do baile de 14 de janeiro, aniversário de fundação da associação. Da mesma maneira, a esta era solicitada colaboração quando da realização de eventos cívicos promovidos pelo Conselho. Mesmo ajuda financeira foi concedida à agremiação, em diferentes momentos, em auxílio às suas atividades.¹⁹⁰

¹⁹⁰ Por diversas vezes o prefeito colaborou financeiramente com o *Club*, tanto para sua obra social, desenvolvida pela Bolsa de Caridade, quanto para atividades diversas. Em 1930, o Conselho Municipal aprovou uma pensão anual de 200\$000 para a Bolsa, de 50\$000 para a Filarmônica Guarany e de 100\$000 para a biblioteca do *Club Rio Contense*, ver: AMRC. Fundo Conselho Municipal. Papéis do Conselho Municipal 1928-1930. Caixa 02. Noutra ocasião, em 1937, em virtude da reforma do prédio social da associação, o prefeito Rodolfo Abreu, então vice-presidente da diretoria do *Club*, doou a quantia de 1: 000\$000 com aprovação da Câmara, ver: AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 09 das Atas da Diretoria (1937-1944). Ata n.º 17 da Diretoria da sessão do dia 10/12/1937. Caixa 03.

Foi nessa circulação de ideias entre as reuniões do *Club Rio Contense* e as do Conselho/Prefeitura Municipal, que, em 1923, políticos e associados, passaram a defender e apoiar a proposta de construção de um Grupo Escolar. Neste ano, o clube recebeu um legado de Rs. 500\$000 (quinhentos mil reis) deixados em testamento pelo conterrâneo coronel Francisco de Oliveira Guimarães,¹⁹¹ 1º escriturário da Diretoria das Rendas Estaduais e tio do deputado estadual Eloy de Oliveira Guimarães.¹⁹² Falecido na capital do estado, a 20 de outubro de 1922, beneficiou, também, a cidade de Rio de Contas, com a quantia de Rs. 10:000\$000 (dez contos de reis) para a aquisição de um prédio para instalação das escolas estaduais.¹⁹³

Apesar do valor doado ao *Club* não ter finalidades específicas, a partir de então os interesses da associação e da prefeitura direcionaram-se no mesmo sentido. Desta feita, o privado decidia-se pelo favorecimento do público, talvez pela mentalidade da época de que cabia às elites amenizar as mazelas sociais na falta da ação efetiva do Estado. Além do mais, as grandes obras filantrópicas contribuía para eternizar a memória daquele grupo social.

Os grupos escolares surgiram como modelo de educação em fins do século XIX. Segundo Rosa Fátima de Souza (1998, p. 30), sua criação surgiu “no interior do projeto político republicano de reforma social e de difusão da educação popular [...]. A implantação dessa nova modalidade escolar teve implicações profundas na educação pública do Estado e na história da educação do país”. Propunham um tipo de ensino graduado, reunindo de 4 a 10 escolas isoladas, organizadas por série e separadas por sexo, além de funcionarem em prédios inspirados nos mais modernos preceitos higienistas (SOUZA, 1998).

Na Bahia, ainda que desde 1895, a legislação fizesse menção a grupos escolares, o primeiro a ser inaugurado foi em Salvador em 1908; a sua disseminação no estado, entretanto, só ocorreu a partir da década de 1930 (SAVIANI, 2008, p. 174). Neste percurso, a Lei n.º 1.293, de 9 de novembro de 1918, referente à reforma da instrução pública primária na Bahia, em seu artigo 31, propunha, dentre outras coisas, a criação de grupos escolares nas cidades e vilas do estado.

¹⁹¹ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Diretoria (1920-1924). Ata n.º 10 da Diretoria da sessão do dia 27/04/1923. Caixa 03.

¹⁹² Dentista por formação, Eloy de Oliveira Guimarães, nasceu em Minas do Rio de Contas, em 22 de junho de 1855, e legou quase tudo que possuía à Santa Casa de Misericórdia da qual era irmão. Exerceu o cargo de deputado estadual na 11ª e 12ª legislaturas (1911-1914) e era vice-diretor da Caixa Econômica Federal da Bahia, quando faleceu em 01/10/1916. Também, deixou parte de sua fortuna amealhada na capital aos pobres de Vila Velha: “duzentas esmolos de 10\$000”. Ver: *O Cinzel*. Minas do Rio de Contas, 18/11/1916. Ano IV, n.º 17, p. 2 e PEREIRA, 1940, p. 55.

¹⁹³ *O Pequeno*. Minas do Rio de Contas, 20/02/1923. Ano 1, n.º 7, p. 1.

Baseando-se em tal lei e apoiados pelo Decreto n.º 1.454, de 03 de setembro de 1920, que criava um grupo escolar na cidade de Rio de Contas, os sócios do *Club Rio Contense* decidiram, em sessão da diretoria de 14 de março de 1923, enviar um apelo ao governador do estado, José Joaquim Seabra, e ao Secretário do Interior e Inspetor Geral do Ensino, José Joaquim Landulfo Medrado, para que o mesmo fosse instalado.¹⁹⁴ Alegavam ser uma pretensão justa e em benefício da instrução do “nosso glorioso Estado”. Além do mais, poderiam usar o legado deixado pelo coronel Guimarães, assim transformando em realidade “a ideia generosa e altruísta do nosso saudoso conterrâneo”.¹⁹⁵

Percebe-se quão intrincada eram as relações entre o clube e o poder político, afinal uma instituição privada tomava à frente numa negociação em prol de um empreendimento que era de obrigação do estado. A remessa do apelo ao governador foi feita pelo *Club Rio Contense* e, até meados de 1924, não obteve resposta. Por ocasião das comemorações do centenário do Dr. Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas,¹⁹⁶ a diretoria decidiu enviar novo apelo ao então governador Góes Calmon, justificando que em homenagem ao ilustre se instalasse o grupo escolar. Em 05 de setembro de 1924, às vésperas do centenário a comissão testamentária recebeu um telegrama do oficial de gabinete do governador, Mario Barbosa, solicitando que se confirmasse a doação do dinheiro do espólio ao governo para a construção do prédio escolar.¹⁹⁷

Ainda demoraria um tempo para a obra ser iniciada. Em 1926, em Assembleia Geral para comemoração do 35º aniversário da Constituição Nacional, o *Club Rio Contense* emitiu, mais uma vez, um apelo ao governador, Góes Calmon, ao diretor da Instrução Pública, Anísio Teixeira (filho do coronel Deocleciano Teixeira, de Caetité), e ao senador estadual, Vital Soares, em favor do Grupo Escolar Barão de Macaúbas.¹⁹⁸ Somente, em 1930, o Conselho Municipal lavrou o contrato entre a Prefeitura e o Governo do Estado para a construção do prédio, para o qual foi destinada a verba de Rs. 60: 000\$000 (sessenta contos de reis), dos

¹⁹⁴ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Relatório de 1923. Caixa 04.

¹⁹⁵ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Relatório de 1923. Caixa 04.

¹⁹⁶ Abílio César Borges nasceu em Rio de Contas, em 09 de setembro de 1824. Formou-se em medicina no Rio de Janeiro, em 1847, mas dedicou-se à carreira de educador. Fundou e dirigiu o Ginásio Baiano, em Salvador (1858). No Rio de Janeiro, fundou o Colégio Abílio da Corte, o conhecido Ateneu (1871) e, mais tarde, fundou outro com este nome em Barbacena, Minas Gerais. Faleceu no Rio de Janeiro, a 16 de novembro de 1891 (ARAKAWA, 2006, p. 186).

¹⁹⁷ AMRC. Fundo Conselho Municipal. Livro de Atas do Conselho Municipal. Ata n.º 1 do Conselho Municipal da sessão do dia 20/02/1930. Caixa 02.

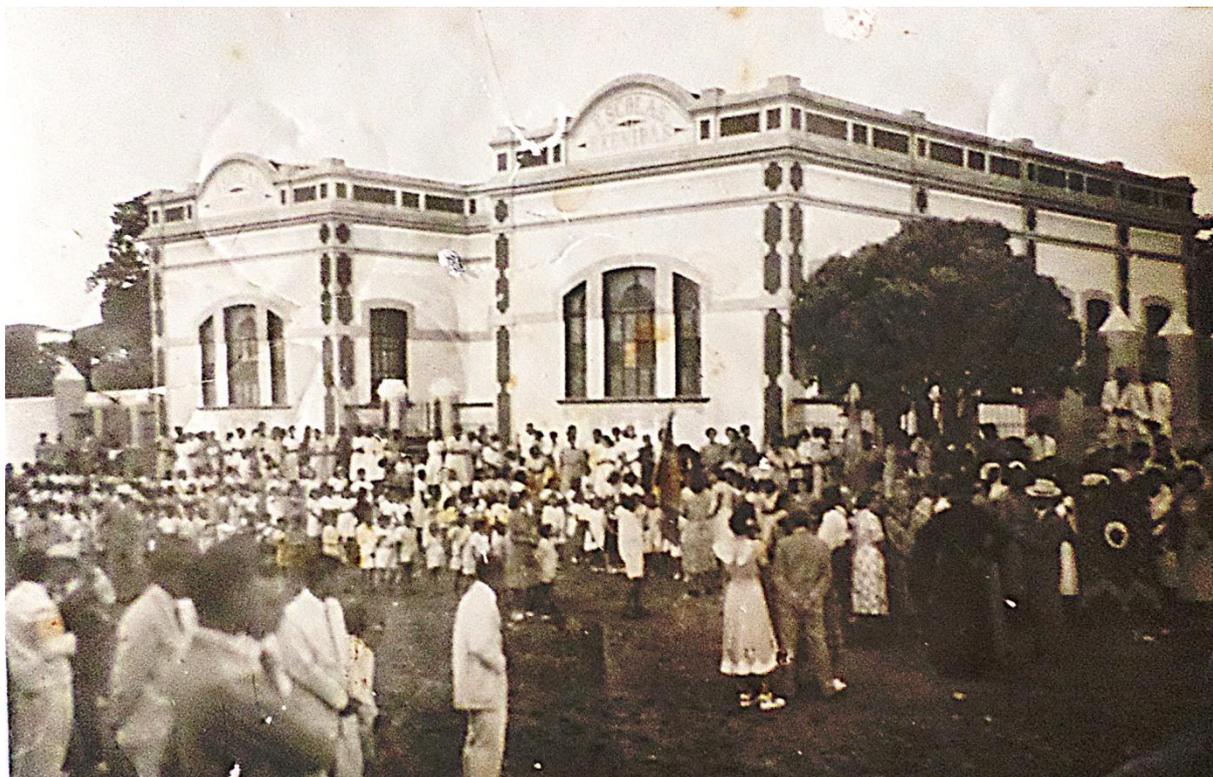
¹⁹⁸ AMRC. Fundo do Club Rio Contense. Livro n.º 03 das Atas da Assembleia Geral (1919-1930). Ata n.º 12 da Assembleia Geral da sessão do dia 24/02/1926. Caixa 03.

quais Rs. 10: 000\$000 (dez contos de reis) eram do legado deixado por Francisco Guimarães.¹⁹⁹

Unanimemente, o Conselho indicou Rodolfo de Oliveira Abreu, então presidente do Conselho Municipal, para encarregar-se da construção do prédio.²⁰⁰ As dificuldades financeiras enfrentadas pelo município, bem como as reviravoltas políticas que viriam com a Revolução de 1930, fizeram com que o Grupo Escolar Barão de Macaúbas fosse inaugurado, em 28 de fevereiro de 1937, sob o governo de Juracy Magalhães. Entretanto, segundo o sócio-fundador Arnulpho Gottschall, em 15 de agosto de 1940, ainda não havia sido instalado (PEREIRA, 1940, p. 48).

Fotografia 8

Prédio Escolar Barão de Macaúbas



Fonte: AMRC. Acervo Fotográfico. Inauguração do Grupo Escolar Barão de Macaúbas. [autor desconhecido, fev./1937].

¹⁹⁹ AMRC. Fundo Conselho Municipal. Livro de Atas do Conselho Municipal. Ata n.º 1 do Conselho Municipal da sessão do dia 20/02/1930. Caixa 02.

²⁰⁰ AMRC. Fundo Conselho Municipal. Livro de Atas do Conselho Municipal. Ata n.º 1 do Conselho Municipal da sessão do dia 20/02/1930. Caixa 02.

Quando o contrato foi lavrado entre a Prefeitura e o Governo Estadual, o Dr. José Basílio respondia pelo poder executivo, exercendo o seu segundo mandato. Com a vitória do movimento aliancista foi promulgada a Lei Orgânica do Governo Provisório, de 11 de novembro de 1930, que dentre outras providências determinava que cabia ao interventor estadual nomear o prefeito para cada município. Diante disso, José Basílio assim que tomou conhecimento da lei, em 01 de dezembro, solicitou sua exoneração ao então interventor Leopoldo Amaral.²⁰¹

Nesse ínterim, o estudante de odontologia da Faculdade de Medicina da Bahia, Plínio Viana Dantas, bem relacionado na capital, conseguiu uma nomeação pelo interventor para prefeito de sua terra natal. Seu mandato, porém, durou poucos meses. Por motivos de saúde, o jovem estudante sofria das “faculdades mentais”,²⁰² foi afastado e, em seu lugar, nomeado o experiente Rodolfo Abreu, que mais uma vez, por meio de contatos pessoais foi empossado prefeito, tomando posse em 05 de maio de 1931.²⁰³ Não se sabe ao certo se Plínio Viana Dantas foi afastado por motivo da doença ou por manobra política de Rodolfo Abreu, de quem era inimigo pessoal.

As divergências políticas nesse contexto, evidentemente, afetavam as relações pessoais. A política na cidade ganhava tons de disputa pessoal, tanto entre candidatos quanto entre os eleitores. Entretanto, o *Club Rio Contense* afirmava, nesse tumultuado momento, que não se envolveria em questões políticas.

No final de 1928, a diretoria lançou a proposta de reforma do Estatuto, que foi encaminhada para a Assembleia Geral. A discussão foi ampla e demorada tendo sido aprovado em 1932. Em 1930, foi apresentada uma emenda que constava como artigo n.º 107, o qual dizia “o Club não se envolverá em questões políticas, sociais ou religiosas de caracter partidário, nem cederá os seus salões para a realização de conferencias de propaganda de questões que se revistam de tal caracter”.²⁰⁴ Ora, para chegar ao ponto de redigir este posicionamento num artigo do estatuto, é muito provável, que estivesse ocorrendo justamente o contrário. Ou seja, mesmo negando o *Club Rio Contense* era um espaço político.

A liderança longeva estabelecida por Rodolfo Abreu nos leva a, no mínimo, duas considerações: primeiro, indica sua eficiência enquanto chefe político local com bons

²⁰¹ AMRC. Seção Executivo. Livro da Intendência Municipal, fls. 15V e 16.

²⁰² cf. AMRC. Seção Executivo. Livro da Intendência Municipal, fls. 69V e 71; e cf. AMRC. Fundo Prefeitura Municipal. Livro para registro de atas especiais. Ata da sessão solene em homenagem ao Egrégio Brasileiro e Presidente da República e Exmo. Sr. Dr. Getulio Dornelles Vargas da sessão do dia 19/04/1941. Caixa 01.

²⁰³ AMRC. Seção Executivo. Livro da Intendência Municipal, fl. 51V.

²⁰⁴ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 04 das Atas da Assembleia Geral (1930-1938). Ata n.º 12 da Assembleia Geral da sessão do dia 10/03/1930. Caixa 03.

relacionamentos, inclusive, com políticos da capital. E, segundo, o que acaba sendo desdobramento da primeira, que ao longo do seu domínio terminou por angariar inimigos políticos, que nesta forma de fazer política, tornavam-se inimigos pessoais. O capitão Rodolfo Abreu aparece, então, identificado à figura do “mandão, o potentado, o chefe” (CARVALHO, 1997, p. 2), que exercia um domínio pessoal e arbitrário, em virtude, principalmente, da posse da terra.

Com a vitória da Revolução de 1930, mais uma vez, a Bahia e, do mesmo modo, Rio de Contas demonstrou sua fidelidade à ordem constituída. A adesão se deu, apenas, quando os militares tomaram o poder fazendo “crer que a vitória da revolução era irreversível. No dia seguinte, portanto, começaram a chegar, de vários pontos do estado, telegramas de congratulações” (SAMPAIO, C., 1998, p. 225). Assim, também, o fez os políticos rio-contenses:

Em 26 out. 1930

Coronel Ataliba Osorio. Governador Bahia.

Prefeito, vereadores Minas Rio Contas saúdam Vossencia solidários vossahonesta administração, desejando prosperidades ordem nosso querido Estado, que muito espera vosso honrado governo. Respeitosas saudações.

Dr. José Basilio Rocha, prefeito. Rodolpho Oliveira Abreu, Antonio Souto, Professor Francisco Santana, Vigario Lucio Ramos, Appio Santos, Leonel Oliveira, Lindolpho José Silva, Arlindo Ramos, João Farias, José Ribeiro Chaves, Carlos Moreira, Adolpho Trajano Silva, vereadores.²⁰⁵

Apesar do apoio inicial ao Governo Provisório, ainda que seguindo o adesismo, logo, demonstraram interesse pelo retorno ao regime constitucional. Esse desejo ficou evidente na moção apresentada pelo sócio e juiz de direito Antonio Bensabath na sessão da Assembleia Geral em comemoração ao 02 de julho:

Moção

A Assembléa Geral do Club Rio Contense , interpretando os sentimentos do povo de Minas do Rio de Contas, formula ardentes votos porque retorne a Nação Brasileira ao regimem constitucional, e espera que o Governo Provisório, que com tanta dedicação tem procurado resolver os magnos problemas brasileiros e engrandecer o nome do Brazil, ainda mais se eleve, no conceito nacional e universal, convocando, em breve prazo, a Assembleia Constituinte.

Em sessão, 2 de julho de 1931.

Antonio Bensabath.²⁰⁶

²⁰⁵ AMRC. Seção Executivo. Livro da Intendência Municipal, fl. 15. Dentre os vereadores, apenas Carlos Moreira não foi identificado como sócio do *Club Rio Contense*.

²⁰⁶ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Documentos do Club Rio Contense relativos ao ano de 1931. Caixa 06.

A moção foi aprovada unanimemente pelos sócios. É interessante notar que o juiz dizia falar por todo o “povo de Minas do Rio de Contas”, embora o *Club Rio Contense* fosse representativo da elite rio-contense, que correspondia a um número restrito da população local. Além disso, conhecedor da retórica, enaltecia o governo provisório, como forma de não se colocar como um crítico, mas ressaltava a importância da Constituição, o que condizia com seu lugar de homem das leis.

No breve hiato constitucional (1934-1937), após a revolução, Rodolfo Abreu, que já ocupava o poder, foi legitimado como prefeito ao ser eleito em 1936. Dos doze vereadores eleitos, apenas cinco não haviam ocupado o cargo público de conselheiro ou vereador.²⁰⁷ Contrariando o conservadorismo da sociedade rio-contense, duas mulheres foram eleitas no pleito de 1936, logo após a aprovação do Código Eleitoral de 1932, que permitiu às mulheres votarem e serem votadas.

Foram elas Cleonice Guimarães Gottschall, que atuou como protetora na Bolsa de Caridade, e Durvalina da Rocha Souto, filha do coronel Carlos Souto e sobrinha de José Basílio da Rocha. Filhas da elite rio-contense, a posição social favoreceu a eleição das mesmas, seja por seu *status* na sociedade seja pela influência política de seus pais. O que não tira o mérito, porém, dessas mulheres, se considerarmos que a cultura política desse período baseava-se num jogo de influências e, decididamente, de tradição masculina.²⁰⁸

A ligação que Rodolfo Abreu mantinha com Juracy Magalhães pode ter contado a seu favor para ser eleito (HARRIS, 1956, p. 188). Entretanto, não acompanhou o interventor quando este rompeu relações com Getúlio Vargas, em novembro de 1937. A saída de Juracy Magalhães foi vista como uma oportunidade de tirar Rodolfo Abreu do Executivo municipal. Porém, o chefe local rio-contense manteve-se no poder até 1940, quando foi exonerado do cargo de prefeito.²⁰⁹

Sua exoneração esteve relacionada a uma trama articulada por pessoas insatisfeitas com sua administração e, principalmente, interessadas em assumir o seu posto. Foi elaborado,

²⁰⁷ Compunham o corpo de vereadores (1936-1937): Adolpho Trajano da Silva, *Antonio Moura e Albuquerque*, *Cleonice Guimarães Gottschall*, *Durvalina da Rocha Souto*, Francisco Rodrigues da Trindade, *Jesuino José da Luz*, João Fagundes Farias, José Basílio Justiniano Rocha, Leonel José de Oliveira, Rosalvo Augusto Pires, Silvino Cardoso de Albuquerque Sobrinho e *Waldemar Martins Souto*. Os nomes grifados referem-se aos cinco que, até então, não haviam ocupado cargos públicos, tendo sido eleitos pela primeira vez. Todos foram sócios do *Club Rio Contense*. AMRC. Fundo Câmara Municipal. Ata da instalação da Câmara Municipal e Posse do prefeito e vereadores (1936). Ata da sessão do dia 18/10/1936. Caixa 08. Todos eram sócios do *Club Rio Contense*.

²⁰⁸ No capítulo seguinte, abordar-se-ão os perfis destas mulheres.

²⁰⁹ AMRC. Pasta Propaganda Eleitoral. Folheto de propaganda eleitoral “Política de minha terra”. (não classificado).

então, um “memorial de representação fartamente documentado contra os seus atos”²¹⁰ – o qual, infelizmente, não foi encontrado – e, é possível, que essa iniciativa tenha tido entre os seus líderes Emiliano Ramos Cardoso. Representante comercial na capital, Cardoso assegurou que suas relações com o governo, em especial, após a saída de Juracy Magalhães lhe garantissem uma nomeação a prefeito de Rio de Contas, assumindo o lugar de Rodolfo Abreu.

Por residir em Salvador, portanto, fora da cidade de Rio de Contas e ter negócios a cuidar na capital do estado, Emiliano Cardoso não assumiu de imediato, mas conseguiu que seu cunhado Francisco Dorival da Rocha (filho de Dr. José Basílio Rocha) fosse nomeado prefeito (HARRIS, 1956, p. 189), o que ocorreu por decreto do interventor Landulfo Alves de 25 de outubro de 1940.²¹¹ Francisco Dorival, entretanto, teve que se afastar por motivos de saúde deixando o Executivo em mãos do secretário da prefeitura Clóvis Abreu (partidário de Rodolfo Abreu). Emiliano Ramos Cardoso, finalmente, ocupou o lugar de prefeito por decreto do mesmo interventor, datado de 08 de agosto de 1941.²¹²

A dança das cadeiras ocorreu ainda no período do Estado Novo. Se Rodolfo Abreu não caiu com a saída de Juracy Magalhães, não resistiu, no entanto, aos arranjos elaborados por Emiliano Ramos Cardoso. Ambos filhos rio-contenses, negociantes e associados ao *Club*, eram aliados políticos, como na campanha de 1934, mas tornaram-se inimigos pessoais em virtude, dentre os motivos conhecidos, do enriquecimento financeiro e das ambições políticas de Cardoso (HARRIS, 1956, p. 195).

Anteriormente, vimos a Moção apresentada em sessão da Assembleia Geral do *Club Rio Contense*, de 02 de julho de 1931, que pugnava pela volta ao regime de constitucionalidade. Pois bem! Esses homens viveram uma breve experiência constitucional, mas, logo, foi decretada a dissolução das Câmaras e iniciou-se a ditadura varguista. Mais uma vez, a política de Rio de Contas foi adesista e apoiou o novo regime. Em termos simbólicos, a prefeitura demonstrava seu apoio ao render homenagens ao chefe maior, Getúlio Vargas, em seu aniversário, além da participação entusiasmada nas comemorações dos Congressos de Brasilidade.

²¹⁰ AMRC. Pasta Propaganda Eleitoral. Folheto de propaganda eleitoral “Política de minha terra”. (não classificado).

²¹¹ AMRC. Fundo Conselho Municipal. Livro de Atas do Conselho Municipal. Ata de assunção de exercício de Prefeito, cidadão Francisco Dorival da Rocha. Caixa 02.

²¹² AMRC. Fundo Prefeitura Municipal. Termo de compromisso de posse e assunção de exercício do Prefeito deste município de Rio de Contas, Estado da Bahia, Emiliano Ramos Cardoso. Caixa 01.

Os Congressos de Brasilidade foram reuniões de exaltação cívica ocorridas no Brasil de 1941 a 1944 (FIORI, 2001, p. 44).²¹³ Eventos obrigatórios realizados entre 10 e 19 de novembro, integravam as seguintes comemorações: 03 de novembro, quando Vargas assumiu o governo provisório em 1930; 10 de novembro de 1937, data da promulgação da constituição e início do Estado Novo; 15 de novembro, aniversário da proclamação da República; e, finalmente, 19 de novembro, dia da bandeira nacional.

As edições dos Congressos de Brasilidade, em Rio de Contas, contaram com a cooperação do *Club Rio Contense*, além da participação das escolas públicas. O clube promoveu sessão solene em seu edifício social no segundo e terceiro Congresso. Contava na programação o pronunciamento de discursos, a execução do Hino Nacional e, em seguida, o salão era aberto à dança. A presença de Vargas era marcada por seu retrato encimando a cadeira do presidente da Assembleia Geral, ladeado pela bandeira nacional e, outra, da época do Império.

A sessão realizada no *Club Rio Contense*, em suas duas edições, ocorreu no dia 19 de novembro, dia da bandeira.²¹⁴ Neste sentido, é interessante observar a presença da bandeira da época do Império “a que esteve nas peijas com o Paraguai [...] oferta do Dr. Marcolino Moura, que comandou o Batalhão de voluntários desta Comarca [...] e se acha manchada de sangue dos que tombaram na luta gloriosa e nela se vê furos diversos das balas inimigas”.²¹⁵ Colocar a bandeira do Império ao lado da bandeira nacional é representativo do conservadorismo da elite local e do “orgulho” de ser rio-contense.

Provavelmente, a bandeira não foi colocada somente pelo seu valor simbólico. Antes reafirmava a resistência da elite política à República. Como informou Consuelo Sampaio (1998, p. 28), a Bahia “foi a última província do Império a aderir ao novo regime. Com efeito,

²¹³ Concebidos para ocorrer em todo o país, como uma verdadeira rede de comemorações, os Congressos de Brasilidade ocorriam em todos os níveis da vida político-social: esfera federal e estadual, das capitais até os pequenos núcleos interioranos, onde a escola estava muito presente. Seguiam, inclusive, uma programação geral que vinha da Comissão Central do Rio de Janeiro. Ver: FIORI (2001).

²¹⁴ Não foram encontrados registros da participação do *Club Rio Contense* nem no primeiro nem no último Congresso de Brasilidade. Pelo menos não foi registrado em ata. Pode ser que sua contribuição tenha se restringido apenas à presença de representantes da associação nos eventos organizados pela Prefeitura.

²¹⁵ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 05 das Atas da Assembleia Geral (1938-1951). Ata n.º 9 da Assembleia Geral da sessão do dia 19/11/1942. Caixa 03. Marcolino Moura e Albuquerque nasceu na Vila de Bom Jesus dos Meiras, atual cidade de Brumado, em 21 de novembro de 1838. Era filho de Manoel Justiniano de Moura e Albuquerque e Auta Amélia de Moura e Meira. Cursava a faculdade de Direito, no Recife, quando interrompeu o curso para organizar o batalhão de voluntários para lutar na guerra do Paraguai, denominado “Batalhão da Imperatriz”. Formou-se em 1867. Foi eleito Deputado para a Assembleia Provincial da Bahia, cargo que ocupou por vários anos, e, mais tarde, Deputado Federal. Representou a Bahia na Assembleia Constituinte de 1891 e participou da Câmara dos Deputados por cinco legislaturas. Casou-se com Amélia Landulpho de Moura, com quem teve um único filho. Faleceu em 08 de dezembro de 1908, aos 70 anos de idade (ARAKAWA, 2006, p.192-196).

até a vigésima quinta hora, a maior parte da elite política jurou fidelidade ao Imperador e, abertamente, repudiou a ideologia igualitária da República”. Fato bastante similar ao que ocorreu quando da vitória do movimento aliancista, em 1930. Enfim, a adesão se dava apenas em prol da sobrevivência política, por conseguinte, para manutenção do poder.

As disputas e incompatibilidades pessoais influenciavam, de certa maneira, o cotidiano do *Club Rio Contense*. Valia o dito popular “os incomodados que se retirem” e, assim, o fez Waldemar Souto quando das comemorações do Terceiro Congresso de Brasilidade, em 1943, não comparecendo à sessão da Assembleia Geral que contou com a presença do prefeito Emiliano Ramos Cardoso de quem era inimigo político.

As divergências políticas afetavam a vida social. Os cargos burocráticos, eletivos ou não, dependiam das boas alianças políticas. A indicação para postos na administração era moeda de barganha adotada por todas as instâncias políticas: “muitos chefes políticos do interior tornaram-se juízes substitutos, coletores estaduais ou federais, diretores de agências de correio, inspetores de saúde, etc. Mulheres e filhas de coronéis foram também recompensadas com o cargo de professora, de inegável prestígio no interior” (SAMPAIO, C., 1998, p. 138).

A não realização do plebiscito que decidiria pela continuidade do governo varguista, previsto para 1943, provocou reações entre os opositores do regime (SILVA, 1992, p. 32). A partir de então, iniciou-se uma situação de crise institucional com a pressão da imprensa, que forçou o relaxamento da censura em prol da abertura democrática. Dentre as iniciativas tomadas, em 1945, que preparavam para a abertura estavam: a promulgação do Código Eleitoral e a fundação dos dois grandes partidos que polarizaram a luta pela redemocratização, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN).²¹⁶

Em Rio de Contas, esse processo pretendeu ocorrer seguindo a legalidade, mas, de modo semelhante à política estadual, deu provas da permanência da tradição oligárquica da política-partidária. O então prefeito Emiliano Cardoso, por motivos que nos são desconhecidos (talvez por requisição de seus negócios na capital) renunciou ao cargo (HARRIS, 1956, p. 189) e o juiz de direito Raul Soares Gomes assumiu o exercício da prefeitura, em 1944, onde ficaria até que as eleições fossem realizadas em 1947.

A intenção era manter a ordem e a neutralidade política, mas tranquilidade não combinava com eleições. Pequenos desentendimentos podiam gerar uma situação conflituosa e ameaçadora. Um episódio ocorrido durante as preparações para as eleições de 1945 serve

²¹⁶ Ver SILVA (1992) sobre o processo de redemocratização na Bahia em 1945.

para confirmar tal assertiva. No dia 12 de novembro de 1945, o juiz Raul Soares Gomes recebeu um telegrama do juiz eleitoral da 17ª zona solicitando que um serventário fosse designado para ir a Brumado receber o material eleitoral. Diante disso, solicitou ao Senhor José de Abreu da Silva, escrivão dos feitos cíveis e criminais o cumprimento da tarefa.

Embora inicialmente tenha acatado, logo, o escrivão voltou atrás, dando uma desculpa qualquer. Segundo apurou o juiz, “o maior motivo, entretanto, era a chegada de um parente e correligionário político, e ele não queria ser privado de assistir a manifestação que então se estava preparando”.²¹⁷ Pressupõe-se que tal parente referia-se a Rodolfo Abreu, que havia ido à capital tratar de arranjos políticos.

Alegando urgência, visto que o material da eleição precisaria ser distribuído em tempo para os quatro municípios que compunham a zona eleitoral, o juiz foi ter-se pessoalmente com o escrivão. Este, que o recebeu “em mangas de camisa e chinelos”, negou-se, novamente, sendo apoiado por seu irmão, Clóvis Abreu da Silva. De imediato, a situação, de acordo com Raul Soares, tornou-se ameaçadora. Acompanhado por dois soldados, logo, “adeptos dos dois irmãos se aglomeraram, prometendo agredir-me, caso eu usasse a força que me acompanhava”.²¹⁸

Mais tarde, o juiz foi informado que José de Abreu decidiu fazer a viagem, mas pelo desrespeito ao superior hierárquico lhe aplicou uma pena de suspensão de sessenta dias. Esse desentendimento foi suficiente para que se gerasse um clima de insegurança, onde “gente armada percorria a cidade, porque não havia policiamento, não havia Delegado [...]. Gente das cercanias armava-se e acorria, disposta a praticar toda sorte de desgraças, se possível fosse”.²¹⁹ Os ânimos dos filiados dos dois partidos se exaltaram. Afinal, qualquer coisa que fosse relacionado às eleições despertava paixões enfiadas.

O dito juiz parecia ter ligações com membros do PSD (HARRIS, 1956, p. 189), o que poderia prejudicar a propaganda udenista. Em reação, a UDN local, muito provavelmente por iniciativa de seu chefe Rodolfo Abreu, conseguiu, articulando-se com políticos na capital, o afastamento do juiz de direito, em dezembro de 1945, e, ainda, a nomeação de um de seus partidários para o cargo de prefeito, função a ser exercida até a realização das eleições.

²¹⁷ APEB. Secretaria de Justiça. Ofícios recebidos dos municípios de Remanso, Remédios, Riacho de Santana, Ribeira do Pombal, Rio de Contas e Rui Barbosa. 1890-1913. Unidade 16, caixa 3457, maço 135.

²¹⁸ APEB. Secretaria de Justiça. Ofícios recebidos dos municípios de Remanso, Remédios, Riacho de Santana, Ribeira do Pombal, Rio de Contas e Rui Barbosa. 1890-1913. Unidade 16, caixa 3457, maço 135.

²¹⁹ APEB. Secretaria de Justiça. Ofícios recebidos dos municípios de Remanso, Remédios, Riacho de Santana, Ribeira do Pombal, Rio de Contas e Rui Barbosa. 1890-1913. Unidade 16, caixa 3457, maço 135.

Waldemar Martins Souto foi nomeado, em 24 de dezembro de 1945, para assumir o executivo por decreto do Secretário do Interior e Justiça, Orlando Bulcão Viana.²²⁰

A campanha eleitoral rio-contense de 1947 foi acirrada, tendo ocorrido dissidências dentro de um mesmo partido. Aproveitando das discordâncias entre os udenistas, o candidato do PSD, Fidenciano Alves Teixeira, pedia votos alegando ter o apoio, inclusive, de elementos daquele partido, além de demonstrar que trabalharia unido a Otávio Mangabeira, governador eleito pela UDN.

Entre os udenistas locais, a insatisfação era em virtude da escolha do chefe Rodolfo Abreu para candidato a prefeito. Em manifestação pública, o tipógrafo José Júlio Silva, explicou sua renúncia à vice-presidência do Diretório Municipal da UDN, mesmo após lhe ter sido garantido todos os trabalhos gráficos da Prefeitura. O partidário publicou um folheto explicando sua posição, no qual dizia:

O Sr. Rodolfo deve se lembrar que, em 1940, quando ele, como elemento da Ditadura, governava este Município, subscrevi com outros um memorial de representação fartamente documentado contra os seus atos, por força do qual foi exonerado do cargo de Prefeito.

Eis a razão, meus amigos da UDN, eis o motivo, meus caros patrícios, que me obrigou a abandonar a Vice-presidência do Diretório da União Democrática Nacional de Rio de Contas.

Todos nós temos o interesse de ganhar, porque sem ganhar não se pode viver.

Que nunca, porém, o interesse material suplante a nossa integridade moral. Que as nossas paixões nunca nos conduzam a humilhar a, ou cercear os direitos de outrem.

Que fosse apresentado um outro companheiro da UDN, como candidato a Prefeito, estaria certo; mas, Rodolfo Abreu, como apregoam alguns, *de propósito, como represália*, esquecidos os interesses coletivos, – não.²²¹

Os pessedistas, por sua vez, não perdoaram o fato de Rodolfo Abreu não ter renunciado ao mandato quando da saída de Juracy Magalhães. Além do mais, ao manter-se no poder e não ter se filiado ao PSD foi considerado um traidor. Em resposta pública a um folheto publicado no mês de dezembro de 1947 pelo partidário da UDN, o pedagogo Odilon Santos, o pessedista João José de Oliveira incitava:

Snr. Pedagogo, na parte que concitais à mocidade dessa terra para sentinela avançada contra os *camisas verdes e os continuadores da Ditadura*, esqueceste de dizer que o vosso *preclaro* chefe colaborou anos a eito com a Ditadura, como PREFEITO DITADOR! Esqueceste de dizer que o vosso *preclaro* chefe não é leal aos correligionários, porquanto tendo dito que só permaneceria na Prefeitura enquanto o Cel. Juraci fosse Governador do Estado, não cumpriu a palavra. O Cel. Juraci, não se conformando com a Ditadura, em novembro de 1937, com altivez,

²²⁰ AMRC. Fundo Conselho Municipal. Livro de Atas do Conselho Municipal. Ata de posse e assunção do exercício do senhor Waldemar Martins Souto. Caixa 02.

²²¹ AMRC. Pasta Propaganda Eleitoral. Folheto de propaganda eleitoral “Política de minha terra”. (não classificado).

deixou o Governo da Bahia; mas o vosso *preclaro* chefe ficou com a Ditadura e agarrado ao seio da Prefeitura até 1940, quando foi demitido por culpa dos seus próprios erros e porque os riocontenses altivos não quiseram tolera-lo mais. Si não fosse esta circunstancia, o vosso *preclaro* chefe estaria com a Ditadura até o fim, seria hoje do PSD, ou um traidor do PSD.²²²

Rodolfo Abreu tinha tradição na política rio-contense. Foi eleito prefeito pela primeira vez em 1922 e ocupou por diversas vezes uma cadeira no Conselho Municipal. Nomeado em 1931 para assumir o executivo em Rio de Contas, em virtude de estreitas ligações que mantinha com Juracy Magalhães, de fato, permaneceu no cargo até 1940, mesmo com o rompimento deste com o governo varguista.

É muito provável que ele tenha ficado ressentido após sua exoneração do cargo de prefeito e, talvez, por isso não se filiou ao PSD. Ao contrário, Rodolfo Abreu tornou-se líder local da UDN, que, na Bahia, tomou forma oposicionista. Segundo Paulo Silva (1992, p. 92), nesta frente encontravam-se:

representantes das oligarquias destronadas com a Revolução de 30 (Otávio Mangabeira, Pedro Lago); antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 1930 (os seabristas que haviam apoiado, ainda que timidamente, a Aliança Liberal); os que romperam com Vargas em 1937 devido à implantação do Estado Novo (Juracy Magalhães e seus seguidores); os grupos liberais com forte identificação regional (Aloísio de Carvalho Filho, Luiz Viana Filho, Nestor Duarte); as esquerdas (João Mangabeira, Orlando Gomes).

Pode-se afirmar, dessa forma, que Rodolfo Abreu estava incluído dentre os seguidores de Juracy Magalhães, mesmo não o tendo acompanhado quando do seu rompimento com o Estado Novo. Se não saiu em 1937, o descontentamento reafirmou-se com sua exoneração em 1940.

Finda as eleições de 1947, a vitória foi dada à UND. Apesar das críticas, Rodolfo Abreu foi eleito prefeito do município de Rio de Contas com uma diferença de aproximadamente 20% entre os candidatos.²²³ Também, compôs a maioria udenista na Câmara Municipal. O poder e influência política desse chefe local mostrou que ainda era forte. Pode-se inferir que a nomeação de Waldemar Souto para o período de transição, articulada pelo próprio Abreu, contribuiu para favorecer a eleição do candidato udenista.

A disputa política desse período pode ter tido reflexos diretos no *Club Rio Contense*, pois de 1946 a 1949, ocorreu uma interrupção na realização das eleições e reuniões ordinárias,

²²² AMRC. Pasta Propaganda Eleitoral. Folheto de propaganda eleitoral “Ao Pedagogo Odilon J. Santos”. (não classificado).

²²³ De um total de 1730 votos válidos, o candidato da UDN foi eleito por uma diferença de 364 votos. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. 1º Módulo 1945-1965. (não classificado).

ocasionada pela suspensão do funcionamento das atividades da associação neste período. *A priori*, atribuímos este fato ao tamanho da obra de remodelação do edifício social do *Club*, que teria contribuído para o fechamento da agremiação. Entretanto, diante da agitação política do período e pensando que a maior parte da diretoria do clube era composta por políticos, muitos deles pertencentes a partidos opostos, podemos considerar que as divergências políticas possam ter afetado a continuidade das atividades do clube, inclusive, dificultando a conclusão das suas obras de reconstrução.

A política rio-contense, como afirmado anteriormente, apresentou as características da política estadual e nacional: elitista, personalista e oligárquica. Além do mais, da mesma maneira que a esfera estadual, Rio de Contas foi, também, adesista, como já dito. Assim, durante a maior parte da Primeira República, as tensões foram, em certa medida, equilibradas, em virtude dessa política limitada à elite, cuja prática tradicional era a de apoiar quem estivesse no poder.

Após o longo período de ditadura, o retorno à democracia, apesar da continuidade de determinadas práticas oligárquicas, trouxe, por outro lado, uma maior participação de figuras já conhecidas, mas pouco reconhecidas: os eleitores.²²⁴ Do mesmo modo, a bipolarização das forças partidárias acentuou as disputas no período da redemocratização. Tal bipolarização tinha reflexos na vida social, principalmente, em pequenos municípios, pois tomar o lado de um partido significava defender seus representantes políticos e atrair para si inimigos pessoais comuns. Era como uma forma de identificação dentro de determinada sociedade. Em Rio de Contas, isso não foi diferente. Em sua estada na cidade, o antropólogo Harris (1956, p. 198) relata que o cisma chegava ao ponto de escolher o bar a se frequentar!

No *Club Rio Contense*, os sócios se esforçavam para conviver diante das divergências políticas. Tanto para a Diretoria quanto para a Assembleia Geral foram eleitos membros que pertenciam aos dois lados políticos. Mas, de fato, alguns pessedistas evitaram frequentar o clube após Waldemar Souto tornar-se presidente da Diretoria, em 1943 (HARRIS, 1956, p. 206). Ao analisarmos a composição dos dois órgãos deliberativos, percebe-se que desde 1943, ano em que Waldemar Souto assumiu pela primeira vez a presidência da Diretoria e quando a bipolarização começou a se delinear na cidade, em virtude do iminente fim do Estado Novo, houve uma proeminência de membros que viriam a ser filiados à UDN. O que não significa alijamento dos que se filiariam ao PSD.

²²⁴ Há de se relativizar, entretanto, essa expansão da participação popular. Apesar de significativo a incorporação dos setores populares, a exclusão continuou acentuada. Ver: CARONE (1985a); CARONE (1985b); WEFFORT (1980); SOARES (1973).

O número de udenistas associados ao *Club* era numericamente maior que o de pessedistas, embora, de modo geral, nesse período, a diferença fosse pequena. Considerando que a UDN tinha maioria de votos na cidade, essa relativa superioridade numérica mostra-se plausível. Dentre os membros que compuseram a Diretoria e Assembleia Geral do *Club Rio Contense* (incluindo todos os cargos e, não somente, o de presidente), entre 1948 e 1966, percebe-se que a presença de partidários da UDN foi predominante.²²⁵

Dentre os herdeiros políticos das famílias Souto e Abreu, representantes da UDN local, presentes nos órgãos deliberativos do *Club*, podemos citar, além de Waldemar Souto, seus primos Álvaro Carlos Souto (que foi vice-presidente da Diretoria, durante todo o período em que Waldemar Souto esteve na presidência da Diretoria) e Durvalina da Rocha Souto; ainda, Osvaldo Rodolfo Abreu (filho de Rodolfo Abreu) e Clóvis Abreu da Silva. Outros membros como Antonio Irineu Trindade (sucessor de Rodolfo Abreu), Zeferino Alves Farias e Odilon José dos Santos foram identificados como filiados à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – partido fundado após a instalação do golpe civil-militar de 1964 – tendo sido antes partidários da UDN.²²⁶

A identificação dos representantes do PSD no corpo administrativo da associação foi uma tarefa mais difícil. Localizamos dentre os membros da Diretoria e Assembleia Geral, nesse período, apenas, Filogônio Ramos Cardoso e Arnulfo de Oliveira Gottschall. Na década de 1970, localizamos entre os membros da administração os pessedistas Jonas Antonio Mafra e Arlindo Adolfo Gottschall – este último filiou-se à ARENA, em 1976, e do cargo de relator da Comissão Fiscal (que ocupava desde 1973) passou no ano seguinte, 1977, ao de presidente da Diretoria.²²⁷

Tratando dos dois representantes pessedistas que compuseram a administração do *Club*, no período em questão (1948-1966), observou-se que Arnulfo Gottschall ocupou os cargos de presidente de Diretoria (1940/1941) e presidente de Assembleia Geral (1961); ao passo que Filogônio Ramos Cardoso foi 1º secretário da Diretoria (1943/1950-1952), 2º secretário da Diretoria (1944-1946/1949), vice-presidente da Assembleia Geral (1961) e presidente da Diretoria (1966). É interessante notar que nos momentos em que estes sócios estiveram no cargo de presidente da Diretoria do *Club* o posto de prefeito da cidade estava

²²⁵ A partir dos nomes dos membros da Diretoria e Assembleia Geral buscamos localizar suas filiações partidárias a partir de: AMRC. Fundo Cartório Eleitoral. Livro de Registro de Candidatos. Caixa 14.

²²⁶ AMRC. Fundo Cartório Eleitoral. Série Qualificação de eleitores. Relação dos filiados no livro da ARENA (1976). Caixa 09.

²²⁷ AMRC. Fundo Cartório Eleitoral. Série Qualificação de eleitores. Relação dos filiados no livro da ARENA (1976). Caixa 09.

ocupado por um partidário político: no caso de Arnulfo Gottschall, em seu primeiro mandato (1941), o prefeito era Emiliano Ramos Cardoso e, depois (1961), o próprio Filôgonio Ramos Cardoso (irmãos). Neste mesmo ano de 1961, Filogônio Cardoso era o vice-presidente da Assembleia Geral; e, em 1966, assumiu a presidência da Diretoria, quando seu partidário Fidenciano Alves Teixeira desempenhava suas funções no executivo municipal.

De maneira geral, ao longo de todo o recorte dessa pesquisa, observou-se que o presidente da Diretoria do *Club Rio Contense* esteve aliado politicamente ao ocupante da cadeira da Prefeitura Municipal. Da mesma forma que o cargo de presidente da Assembleia Geral, em sua maior parte, também, esteve de acordo com o da presidência da Diretoria. Pode-se inferir, também, que foram poucos os momentos em que o *Club Rio Contense* teve um representante político da oposição em sua presidência – ainda que devemos relativizar o sentido de oposicionismo político dentro deste contexto, como vimos, uma vez que esta é uma política conservadora dos interesses individuais e não, de fato, ideológica; pode-se dizer que, até mesmo, após o delineamento dos partidos no pós-1945, estes, ainda foram marcados pela defesa de posicionamentos pessoais. Neste sentido, os presidentes filiados à oposição que constituíram as exceções foram Filogônio Cardoso e Arnulfo Gottschall.²²⁸

A participação no clube, mas, acima de tudo, o exercício da sua presidência, como informado, era uma forma de demonstrar prestígio social, reconhecimento e importância política e, ainda, podia funcionar como termômetro de popularidade eleitoral. Além disso, o alinhamento da presidência da associação com o chefe político municipal ajudava a garantir benesses para o *Club* e, mesmo, para as articulações que extrapolavam a instituição e atingiam a sociedade rio-contense, como vimos, quando da mobilização para a construção do Grupo Escolar Barão de Macaúbas e, posteriormente, do ginásio escolar na cidade, como veremos adiante. O *Club Rio Contense* era um importante espaço de sociabilidade não só em seu sentido lúdico, por meio da convivialidade, mas, também, como lugar de representação política e social, onde vínculos eram compartilhados e uma identidade de grupo era forjada, apesar da heterogeneidade, dentre outras, político-partidária, que o constituía.

A sucessão municipal em Rio de Contas, em 1950, não teve muitas surpresas. Rodolfo Abreu, mais uma vez, manteve-se no poder ao eleger seu candidato Antonio Irineu Trindade. Embora a UDN tenha vencido localmente, o PSD saiu vitorioso no pleito estadual com a eleição de Régis Pacheco e o não alinhamento de partidos foi usado para perseguição aos

²²⁸ Cabe ressaltar que alguns livros de atas não foram localizados. Em virtude disso, não foi possível identificar os membros da Diretoria e Assembleia Geral dos seguintes anos: 1953-1959 e 1964-1965; e da Assembleia Geral: 1960-1963 e 1966.

partidários locais que elegeram o prefeito udenista. A assunção do cargo de coletor estadual por Arnulfo Gottschal, membro do PSD, e a transferência de Waldemar Souto para outro município (HARRIS, 1956, p. 193), muito provavelmente, foi represália do novo governador pessedista.²²⁹

Ainda assim, Rodolfo Abreu voltou a assumir o executivo municipal, em 1955, tendo sido o último representante da UDN eleito em Rio de Contas. Em seu último mandato, sancionou a Lei n.º 118, de 18 de novembro de 1957,²³⁰ pela qual doava ao *Club Rio Contense* um terreno do domínio municipal medindo 200m². O espaço seria destinado à construção de uma escola profissional, proposta apresentada pelo sócio Arnulfo Gotschall em 1941.

Na ocasião, a Assembleia Geral aprovou a proposta desse sócio de enviar uma mensagem ao Ministro da Educação indicando este objetivo, do qual obteve resposta negativa. Após esforços envidados pelo *Club Rio Contense*, muito provavelmente na figura dos sócios Arnulfo Gottschall e Filogônio Ramos Cardoso, representantes do PSD local, que se articularam com o deputado Aloysio Castro (PSD),²³¹ a verba para a construção do prédio foi liberada quase dez anos depois.

O citado deputado apresentou projeto à Câmara Federal, em 1949, para a criação de um Liceu Profissional em Rio de Contas. No ano de 1950, o *Club Rio Contense* foi incluído no Orçamento da República recebendo a primeira parte da verba no valor de Cr\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros) e, a outra metade, incluída no orçamento do ano seguinte, perfazendo o total de um Cr\$ 1.000.000 (um milhão de cruzeiros).

Em 1959, foi inaugurado o Ginásio Dr. Aloisio de Castro, em homenagem ao deputado federal. Quando a primeira turma se formou, em 1962, inaugurou-se o curso de magistério da Escola Normal Dr. José Basílio da Rocha, que funcionava nas mesmas instalações. O nome da escola, evidentemente, homenageava o fundador do clube José Basílio da Rocha, morto em 1943.

A construção do ginásio demonstra que era possível a convivência, dentro do *Club*, de diferentes posturas político-partidárias, o que não significa que não tenha havido entre eles

²²⁹ Harris não especificou o nome do município para o qual Waldemar Souto foi transferido.

²³⁰ AMRC. Fundo Tabelaionato. Alvarás. Pacote 2 – Anos Diversos. Caixa 15.

²³¹ Aloysio de Castro nasceu em Salvador em 1901. Bacharelou-se em Direito, em 1925, e atuou como jornalista, tendo sido diretor de *O Imparcial* e diretor-proprietário de *O Diário de Notícias*, ambos da Bahia. Foi eleito deputado à Constituinte Baiana, em 1934 e, com o fim do regime de exceção, foi eleito deputado pela Bahia à Assembleia Nacional Constituinte, em 1945, pelo PSD. Reelegeu-se por várias vezes, deixando a Câmara em 1967, ao final de seu último mandato, agora filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Faleceu a 25 de julho de 1983. cf. ABREU, 2010.

certa animosidade. Neste episódio, a ideia de construir a escola partiu de um sócio que se tornou membro do PSD, bem como as negociações que levaram à obtenção da verba do governo federal que, também, foram arranjadas por associados do clube que pertenciam a este partido. Ainda assim, o prefeito da UDN fez a doação do terreno, pois, certamente, queria associar sua imagem a uma obra de tal monta, não só para ser lembrado, mas, principalmente, por não querer se colocar contra um empreendimento que traria tantos benefícios à sociedade.

O *Club Rio Contense* esteve à frente da administração do Ginásio e da Escola Normal até 1966 e, para isso, contou com um convênio com o governo do Estado da Bahia, responsável pela manutenção dos docentes e outras despesas (ARAKAWA, 2006, p. 295).²³² Ainda neste ano, demonstrando certa desorganização interna e falta de fôlego para continuar com tal responsabilidade, o *Club Rio Contense* decidiu doar o conjunto escolar à Sociedade Joseleitos de Cristo, pertencente à Igreja Católica, representada pelo Padre Claumínio Carlos Freitas.²³³

O partido oposicionista, em Rio de Contas, conseguiu, finalmente, eleger-se no pleito de 1958. Após três candidaturas a vereador, Filogônio Ramos Cardoso (PSD), candidatou-se e foi eleito prefeito do município, assumindo no ano seguinte. Mais uma vez, no cenário político, as forças se invertiam: a vitória local do PSD contrapunha-se à eleição de Juracy Magalhães (UDN) para o governo estadual.

Durante o segundo mandato pessedista consecutivo, em Rio de Contas, teve lugar no país o golpe civil-militar de 1964, iniciando-se o segundo período de ditadura no Brasil. Por meio do Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965, foram extintos os partidos políticos. Porém, a rivalidade política rio-contense continuou, tendo prosseguimento com a instituição do bipartidarismo. O PSD, que havia assumido o lugar de oposição, passou a

²³² A direção do Ginásio Dr. Aloisio de Castro foi assumida pela professora Brasília Cardoso Trindade, que, também, assumiu a responsabilidade pela Escola Normal Dr. José Basílio da Rocha quando esta passou a funcionar. Brasília Trindade era filha do sócio-fundador Godofredo Cardoso e de Maria Ilídia Trindade Cardoso. Nasceu em Rio de Contas, a 8 de setembro de 1909. Diplomou-se professora no ano de 1929, na Escola Normal de Caeté. Iniciou a carreira como professora primária até assumir o cargo de direção do ginásio. Em 1933, tornou-se sócia contribuinte do *Club Rio Contense*. Faleceu em 23 de dezembro de 1965 em sua cidade natal. Após a sua morte a direção da instituição passou ao Padre Claumínio Carlos Freitas, representante dos Joseleitos de Cristo. AMRC. Pasta Biografias. Biografia de Brasília Trindade Cardoso. (não classificado).

²³³ Esse conjunto escolar foi oficialmente doado pelo Club Rio Contense à Sociedade Joseleitos de Cristo em ofício de 22/02/1967. A direção do colégio ficou a cargo do Padre Claumínio Freitas, que o administrou por 25 anos (1967-1992). O colégio passou a se chamar Instituto Riocontense de Educação e Assistência (IRCEA) e, posteriormente, Centro Integrado Riocontense de Educação e Assistência (CIRCEA). Segundo Arakawa (2006, p. 296), os Joseleitos de Cristo fundaram um internato feminino, dirigido por freiras, e suas internas residiam na Rua da Pousada Rio de Contas. Também, criaram um internato masculino, que se instalou nas dependências do colégio.

integrar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ao passo que os udenistas aderiram à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de posição governista.

Em Rio de Contas, mantiveram-se acirradas as disputas políticas e, após 1966, os dois partidos praticamente alternaram-se no poder, com relativa predominância da ARENA. Dentro do *Club Rio Contense*, pelo menos de acordo com a análise da composição da Diretoria e Assembleia Geral, nota-se que membros de ambos os partidos estiveram representados.

Percebe-se que, a partir de meados da década 1960, período em que se encerra este trabalho, começou a se desenvolver um novo perfil do *Club Rio Contense*. Apesar do constante empenho dos sócios em prol da revitalização e reativação da sociedade, para que se retornasse ao seu tempo “áureo”, acabou por, aos poucos, se delinear uma feição, majoritariamente, recreativa.

A sociedade que outrora foi símbolo de promoção da cultura em Rio de Contas transformava-se num espaço de lazer, com o uso do edifício sede para a realização de eventos sociais, donde se aproveitava a exploração dos serviços de bar como um recurso financeiro. O *Club Rio Contense* distanciava-se, assim, das finalidades que lhe deram origem: a caridade e a instrução. Consequentemente, perdia prestígio e importância, também, na cena política da cidade.

CAPÍTULO IV
CARIDADE: SUBSTANTIVO FEMININO?
AS PROTETORAS DA BOLSA DE CARIDADE

O tratamento dispensado à pobreza variou ao longo da História, assim como o olhar social sobre a mesma. Inicialmente, de uma prática de todo bom cristão, a caridade se “racionalizou”, laicizando-se no conceito de filantropia. A mudança, sutil inclusive, não alterou muito a essência das práticas do cuidado, pelo menos no Brasil. Sobre isso, Maria Luiza Mestriner (2001, p. 14) afirmou que

assistência, filantropia e benemerência têm sido tratadas no Brasil como irmãs siamesas, substitutas uma da outra. Entre conceitos, políticas e práticas, tem sido difícil distinguir o compromisso e competência de cada uma destas áreas, entendidas como sinônimos, porque de fato escondem – na relação Estado-sociedade – a responsabilidade pela violenta desigualdade social que caracteriza o país.

Ciente das diferenças entre os conceitos de caridade, filantropia e assistência, interessa-nos, particularmente, entender como o *Club Rio Contense* tratou da questão social. Por vezes, utilizar-se-ão estes conceitos num sentido idêntico, quais sejam do cuidado, do auxílio, do socorro aos necessitados. Além destes sentidos pode-se interpretar tais termos, também, numa perspectiva política. As ações assistencialistas praticadas pelo *Club Rio Contense* se revestiram de conteúdo político, embora com um significado diferente do de política pública tal qual de responsabilidade do Estado.

A formação religiosa brasileira explica o papel desenvolvido pela Igreja Católica na questão social. Entendida como uma das regras da vida cristã, a caridade era parte das boas obras que garantiria a salvação da alma. Como regra cristã, a caridade, também, foi confirmada pelo protestantismo, embora este não comungasse da “relação direta entre caridade e remissão dos pecados, uma vez que a salvação se obtinha apenas pela graça divina, ao passo que as sociedades católicas a mantiveram no Período Moderno” (SÁ, 2013, p. 14) e, mesmo, posteriormente.

No final do século XIX, o pensamento científico passou a influenciar a sociedade brasileira, particularmente, o meio intelectual, letrado e de elite. A figura do médico substituiu, aos poucos, a do padre dentro das famílias tradicionais e a ciência buscava explicações para os mais variados assuntos. Tratando-se da questão da pobreza e seus infortúnios, especificamente,

os médicos brasileiros passaram a defender a necessidade de se organizar, no Brasil, uma assistência pública, organizada pelo poder público, racionalizada nos seus

fundamentos científicos, objetivos e finalidades, e dotada de estrutura institucional, com pessoal técnico e administrativo. [...] aquele modelo moral dos cuidados articula-se com um novo modelo racionalista e público que começava a se organizar no Brasil, denominado na época filantropia (MARTINS, 2011, p. 31).

Esse processo estava dentro do projeto modernizador colocado em curso pelas elites republicanas, que tinha como um dos seus eixos o higienismo propalado pelo saber médico-científico. A partir disso, o conceito de filantropia se sobrepôs ao de caridade e passou a ser associado a um “gesto de utilidade pública e instrumento de ação social, ratificando-a como componente essencial da cultura da elite urbana e sinalizando seu caráter cívico-patriótico” (FREIRE; LEONY, 2011, p. 207). Ademais, a prática da filantropia significava prestígio social o que fica evidente a partir da publicidade dada ao ato, o que pode ser observado nos monumentos públicos em homenagem aos filantropos de renome. A escultura, representando o filantropo, ou a placa com registro de seu nome servem para imortalizar aquela ação para que seja lembrada pelas próximas gerações.²³⁴

A afirmação da filantropia como cultura da elite é compartilhada por Gisele Sanglard (2005). Segundo esta autora, a filantropia ou o socorro aos desvalidos sempre foi assunto dos “ricos”. Ao estudar o patrocínio privado à ciência no Brasil, a partir da figura do industrial Guilherme Guinle, no Rio de Janeiro entre 1920 e 1940, Sanglard (2005, p. 22) insere as ações deste filantropo “em uma prática típica de elite, onde o tipo de relação desenvolvido por Guilherme Guinle o insere dentro de uma cultura de elite, fortemente arraigada, onde a ideia de doar está sempre presente, de diversas formas”.

O prestígio social atribuído à prática filantrópica ajuda a explicar a proliferação de associações urbanas na nascente sociedade republicana. Participar de uma associação beneficente implicava na demarcação e manutenção de um *status quo*, além do que significava uma diferenciação social: o sócio estava na posição de quem ajuda e não na do que está necessitando do auxílio.

Um fato que não podemos negar são os benefícios obtidos por este grupo ao ocuparem esse lugar de destaque social, em virtude da estreita ligação que tais associações mantinham com o poder político; ou seja, não os motivava apenas as questões espirituais. De toda sorte, a superioridade das elites locais era legitimada, a partir da benevolência paternal, e era contígua à supremacia política (SÁ, 2013, p. 30).

²³⁴ Segundo Michele Perrot (1991, p. 504), “os grandes filantropos, honrados, condecorados e imortalizados em estátua, são lembrados”, mas esquecidas a maior parte das mulheres que atuaram na caridade, já que seu trabalho é “tão gratuito como cuidar da casa”.

O tratamento político da assistência pública, como função do Estado começa se efetivar a partir da década de 1930. Até então, não existia intervenção do Estado,

o que existia na área da assistência era desenvolvido pela Igreja Católica, com quem o Estado republicano não se relacionava, por considerar que o social não era função pública. [...] Com a chamada Revolução de 30, o Estado terá que assumir funções maiores, superando a função apenas de coerção. [...] Estruturará aparelhos centralizadores para o Estado, destinados ao exercício do controle e repressão, ao oferecimento de serviços sociais e à regulação econômica, numa época em que emerge o proletariado industrial e avança o capitalismo (MESTRINER, 2001, p. 67-68).

A filantropia privada que, em geral, contava com a parceria da Igreja Católica, passou por um processo de institucionalização, no qual o Estado procurou regular a assistência. O primeiro passo foi a criação da Caixa de Subvenções (Decreto-lei n.º 20.351, de 31 de agosto de 1931), cujo objetivo era

auxiliar instituições de caridade já com certa racionalidade, exigindo atestado de funcionamento e gratuidade dos serviços e atribuindo ao Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores a fiscalização aos requerentes bem como o seu registro. Em 25/11/1935, pela Lei n.º 119, extingue a Caixa de Subvenções, criando em seu lugar um conselho de caráter consultivo, [...] vinculado ao próprio presidente da República [...] E finalmente, em 1/7/1938, cria o CNSS (MESTRINER, 2001, p. 101-102).

O Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), criado pelo Decreto-lei n.º 525, de 1º de julho de 1938, foi a primeira grande regulamentação da assistência no país (MESTRINER, 2001, p. 56). A legislação criava uma filantropia disciplinarizadora, a partir de conciliações e negociações com as elites, cujo objetivo era abrandar as tensões sociais e não necessariamente efetivar algum tipo de ruptura no sistema social.

A ação do Estado para com a assistência pública, no Brasil, foi marcada, então, por uma atitude “paternal”, que intervinha neste aspecto apoiado e em acordo com os interesses das elites. Os atos de caridade que, inicialmente, partiam de instituições privadas, em geral ligadas à Igreja Católica, e que, depois, se “cientificaram” tomando a feição de filantropia, somente passaram a ser tratados como política a partir da Constituição Federal de 1988 (MESTRINER, 2001, p. 16).

Assim, procurando minimizar a situação de carência social de uma pequena parcela da sociedade, a prática da assistência (sem a feição de política pública) realizava uma benesse temporária, de caráter emergencial sem, contudo, efetivar a cidadania destes setores fragilizados (MESTRINER, 2001, p. 17). Dentro desta lógica está inserida a atuação da Bolsa

de Caridade do *Club Rio Contense*, sua seção de beneficência. A elite rio-contense buscava fazer o seu papel, qual seja, socorrer os pobres da cidade de Rio de Contas.

Para receber quaisquer auxílios, tanto as subvenções do governo ou legados destinados a instituições beneficentes por particulares, o *Club Rio Contense* precisava provar sua existência e a da Bolsa de Caridade mediante registro cartorial. Em algumas ocasiões, o clube foi beneficiário de testamentos de conterrâneos²³⁵ e, por isso, em 1921, o presidente José Anacleto Freire, que era promotor, registrou o *Club* no Cartório do Oficial do Registro de Títulos e Documentos como personalidade jurídica, conforme os artigos 18 e 19 do Código Civil de 1916.²³⁶ De posse desses documentos, a instituição poderia receber os legados particulares e, da mesma forma, posteriormente, as subvenções concedidas pelo poder público.

A comprovação seguia o que determinava o Código Civil de 1916, que reconhecia como pessoas jurídicas de direito privado as associações civis, mediante registro de seus estatutos. Os estatutos conferiam um caráter oficial e, por isso, além dos associados, eram remetidos às pessoas gradadas, inclusive de localidades mais distantes. Do estatuto de 1919 foram impressos 315 exemplares, mandados imprimir na Bahia (Salvador), sendo que 43 para os sócios *efetivos*, 66 para os *contribuintes*, alguns para os *protetores* e diversos enviados para associações e jornais; 186 ficaram para arquivamento.²³⁷

A 17 de julho de 1925, novamente, a associação foi registrada no Cartório do Oficial Geral do Registro de Hipotecas de Títulos e Documentos da cidade de Rio de Contas e remeteu cópia da certidão ao senador estadual João Martins. Muito provavelmente este documento foi requerido para dar prosseguimento ao projeto de n.º 180 que tramitava na Câmara dos Deputados Estaduais propondo o título de utilidade pública à associação. A Lei

²³⁵ Como por exemplo, o legado deixado pelo coronel Francisco de Oliveira Guimarães, mencionado no capítulo anterior.

²³⁶ Os referidos artigos compunham a Seção II – Do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do Capítulo II – Das Pessoas Jurídicas, do Código Civil de 1916. Eis o texto na íntegra:

Art. 18. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição dos seus contratos, atos constitutivos, estatutos ou compromissos no seu registro peculiar, regulado por lei especial, ou com a autorização ou aprovação do Governo, quando precisa.

Parágrafo único. Serão averbadas no registro as alterações, que esses atos sofrerem.

Art. 19. O registro declarará:

I – a denominação, os fins e a sede da associação ou fundação;

II – o modo por que se administra e representa, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente;

III – se os estatutos, o contrato ou o compromisso são reformáveis no tocante à administração, e de que modo;

IV – se os membros respondem, ou não, subsidiariamente pelas obrigações sociais;

V – as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio nesse caso (BRASIL, 2003, p. 18).

²³⁷ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 04 das Atas da Diretoria (1913-1920). Ata n.º 18 da Diretoria da sessão do dia 23/12/1919. Caixa 03.

de número 1.830, conferindo este título, foi sancionada a 07 de agosto de 1925, assinada pelo governador Francisco Marques de Góes Calmon.

A atuação beneficente do *Club Rio Contense* a partir de então foi reconhecida por lei. O lema instrução e caridade era levado a cabo pela Bolsa de Caridade que ajudou a minimizar o sofrimento dos mais necessitados. Mais uma vez, a filantropia como parte da “cultura da elite” foi um dever ao qual a elite rio-contense não se furtou a assumir. Por isso, dentre as finalidades do *Club Rio Contense* apresentadas desde o seu primeiro estatuto, constava em seu artigo 5º a organização de uma seção de beneficência denominada Bolsa de Caridade. Sobre isso falaremos com mais detalhes a seguir.

O gênero da Caridade

As práticas do cuidar, até a formulação da tradição cristã, eram, na concepção de Aristóteles, relacionadas aos sujeitos não políticos, como mulheres e escravos. A partir dos cristãos tais práticas foram associadas à compaixão, adquirindo um valor espiritual. Essa valorização religiosa colocou os que a praticavam num lugar à parte, que não estava relacionado nem com a exclusão política das mulheres, nem com o espaço político dos iguais. No *éthos* cristão tanto homens quanto mulheres poderiam ter e desenvolver o dom da caridade (MARTINS, 2011, p. 5).

Apesar de ter passado a ser vista como virtude e associada a uma distinção moral, a caridade continuou vinculada às mulheres. A prática da filantropia para elas era resultado da sua inerente qualidade de generosidade e compaixão, enquanto para eles era identificada ao desprendimento e à falta de soberba. A distinção das esferas (político/homem; caridade/mulher), portanto, permaneceu, reforçando as marcas de gênero (FREIRE, 2006, p. 102).

A crescente participação feminina no trabalho beneficente e a associação ao seu lugar de gênero, formulado pela ideologia da domesticidade, levou a prática da caridade ser associada à feminilidade e, por conseguinte, a uma atividade para a mulher. Entretanto,

à medida que o pauperismo se transforma em “questão social”, a intervenção masculina torna-se mais premente. O patronato, obra do Pai, não deveria ser deixado apenas à benevolência feminina. [...] A gestão do social passa para as mãos dos políticos e dos profissionais [...] a fazer das mulheres auxiliares confinadas em empregos subalternos (PERROT, 1991, p. 510).

Segundo Maria Lucia Mott (2005, p. 43), a filantropia – em sua versão “racional” – foi consagrada pela historiografia como obra masculina “sendo as mulheres vistas como coadjuvantes, meras organizadoras de festas para levantamento de fundos”. Ou seja, seu papel como criadoras e mantenedoras de programas de associações de assistência educacional, médica e social foi ignorado, uma vez que estas funções eram reconhecidas como cargos ocupados por varões.

Para questionar a atribuição de papéis determinados para cada sexo é interessante a utilização da categoria gênero, uma vez que ela nos faz pensar como estas atribuições se naturalizaram. Por enfatizar os aspectos culturais, em oposição a sexo, que remete ao biológico, o conceito discute a diferença sexual e analisa o modo como as hierarquias do gênero são construídas e legitimadas.

Segundo Joan Scott (1992), ao rejeitar o determinismo biológico, o termo mostrou-se útil por introduzir o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade. A partir disso, “as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo literalmente separado” (SCOTT, 1992).

A ideia de construção sociocultural das diferenças sexuais que este conceito propõe, permite ver a participação das senhorinhas da Bolsa de Caridade como mais uma maneira de reafirmação, naquela sociedade específica, do lugar social ocupado pelas mulheres. No rol das qualidades femininas, a caridade era considerada a “mais sublime das virtudes”.²³⁸

Uma análise pautada pelo conceito de gênero e seu aspecto relacional, pensado a partir da construção histórica da diferença sexual, visa justamente mostrar como essa dicotomia foi um fenômeno construído socio-historicamente. Evidenciar a historicidade da elaboração dos papéis sociais, a exemplo da associação da caridade a uma tarefa feminina, demonstra que as relações de gênero foram (e são) relações desiguais, marcadas por desequilíbrios de poder e por negociações implícitas em torno dele. Ou seja, essas relações devem ser observadas de forma mais complexa que um simples binarismo seja capaz de explicar.

A mais comum das oposições diz respeito à “separação das esferas”, pública e privada, ligadas, respectivamente, a homens e mulheres. No *Club Rio Contense*, a direção da instituição estava a cargo dos homens que geriam, inclusive, os recursos arrecadados pelas protetoras. A atuação delas, na Bolsa de Caridade, resumia-se a atividades que eram como

²³⁸ Club Rio-Contense. *O Cinzel*, Minas de Rio de Contas, 10/01/1914, n. 1, anno II, p. 3.

extensão do seu trabalho de casa: socorrer o enfermo, atender às crianças, cuidar dos pobres, funções que, esperava-se, toda mãe seria capaz de realizar.

É necessário, portanto, um olhar histórico sobre as experiências femininas para não incorrer em erros, como, por exemplo, identificar sempre o público à esfera do poder e da autoridade, e acabar por reproduzir deduções a partir do biológico. Dessa forma, procurou-se avaliar as experiências das protetoras da Bolsa de Caridade não apenas restritas ao privado, mas numa interação entre as diferentes relações – dentre elas, as desenvolvidas na convivência dentro do *Club Rio Contense* – a partir das quais constituíram suas identidades.

A filantropia foi vista pelos historiadores como um meio pelo qual as mulheres passaram a ocupar o espaço público e de maneira consentida. Porém, a interpretação que a historiografia deu a este fato variou muito. Ora foi vista como atividade subalterna, recurso de combate à frivolidade ou de auxílio à projeção social de seus pais e maridos, ou como armadilha que ampliou a dominação masculina; ora como importante forma de projeção social, como aponta Maria Martha Freire (2006). A consequência foi a diminuição de seu papel e o olhar de desconfiança por parte dos historiadores.²³⁹

Ainda de acordo com Freire (2006, p. 102), no Brasil, também foram raros os estudos “que desvincularam a filantropia feminina de uma imagem estereotipada, investigando a inserção de outras dimensões a essa prática – como uma possibilidade de as mulheres exercerem a cidadania de forma mais ampla”. Nesta perspectiva que vemos a ação das mulheres que praticaram a filantropia, em especial, as senhorinhas da Bolsa de Caridade. Ou seja, pensamos a filantropia como uma oportunidade que essas mulheres tiveram de se perceberem enquanto sujeitos e/ou questionarem o seu lugar no mundo e, assim, dar um passo em direção à profissionalização e emancipação.

Por um lado, a prática da caridade contribuiu para, de alguma forma, encerrar a mulher em “seu” lugar social; por outro, permitiu o início de uma conscientização. Esta é mais uma das tantas ambiguidades que envolvem uma realidade pensada em binarismo. Segundo Michele Perrot (1991, p. 503-504),

A caridade, antigo dever das cristãs, tinha desde há muito levado as mulheres para fora de casa: visitar os pobres, os prisioneiros, os doentes, traçava, na cidade,

²³⁹ Freire (2006) apresenta as principais ideias dos autores que representam as duas vertentes. Segundo ela, entre os que viram a filantropia de maneira estereotipada estão BELLARD (2004); BESSE (1999); WADSWORTH (1999). Dentre os historiadores europeus que valorizaram a experiência da filantropia estão: THANE (1991); THÉBAUD (1986); PERROT (1991); VARIKAS e MAGRI (1991). Neste mesmo viés, no Brasil, os autores para quem a filantropia foi vista como possibilidade de exercício de uma cidadania mais ampla estão: MOTT (2001); MOTT (2005); ROCHA, H. (2005); MOTT *et al.* (2005).

itinerários permitidos e abençoados. [...] Na filantropia, gestão privada do social, as mulheres têm um lugar primordial.

Por suas “qualidades femininas” e, em nome da “maternidade social”, as mulheres foram/são mobilizadas para o trabalho social. Um “trabalho de amor” do qual não se deve esperar retribuição, pois “cuidar da cidade é tão gratuito como cuidar da casa”. Ainda assim, são os grandes filantropos que são homenageados. A maior parte das mulheres, entretanto, não fez mais que uma beneficência anônima (PERROT, 1991, p. 504).

Em que pese as conotações de gênero que impôs a caridade, esta prática levou as mulheres que a praticou, aos poucos, a ocupar os espaços da rua. Perrot (1991, p. 504-505) observa que a filantropia

constituiu para as mulheres uma experiência não negligenciável, que modificou sua percepção do mundo, a ideia que tinham de si mesmas e, até certo ponto, a sua inserção pública. Iniciaram-se no movimento associativo, no quadro de agrupamentos mistos de direção masculina, e depois de agrupamentos femininos que acabaram por tomar em mãos [...] Às senhoras caridosas, mais ou menos empurradas pelos seus confessores ou pelos seus maridos, a quem desse modo ilustram o nome, sucedem mulheres mais independentes, frequentemente celibatárias ou viúvas, indignadas com a miséria física e moral e animadas por um espírito missionário.

A ocupação dos lugares públicos, sem dúvida, teve efeito sobre as relações entre os sexos, em virtude de seu caráter emancipador. O trabalho social mostrou à mulher outro destino que o matrimônio, funcionando como um exercício de liberdade pessoal. Por mais importante que seja valorizar as experiências privadas das mulheres, na medida em que saíram para a rua e receberam, de certa forma, reconhecimento por seu trabalho público a própria percepção que elas tinham de si foi alterada.

A filantropia, ao permitir o contato entre as mulheres de camadas médias, contribuiu para criar um embrião da “consciência de gênero”, muitas vezes matriz de uma “consciência feminista” (PERROT, 1991, p. 510), embora não se possa estender esta afirmação *pari passu* às mulheres rio-contenses da Bolsa de Caridade.

O processo de conscientização, independente de sua finalidade, ocorreu de forma gradual.²⁴⁰ Mas não podemos generalizar a afirmação de Perrot, pois nem sempre a

²⁴⁰ Para Thompson, a experiência é parte constituinte do processo de tomada de consciência de classe: “as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo [...], suportam a exploração [...], identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe” (THOMPSON, 2012, p. 274). Da mesma forma, podemos pensar a tomada de “consciência de gênero” a partir de experiências partilhadas por mulheres que se descobrem como o elo mais

experiência, como no caso das protetoras da Bolsa, leva necessariamente ao desenvolvimento desse tipo de consciência: “feminista”. Na maior parte das vezes, as mulheres que participaram de movimentos que, tendencialmente, as levariam para uma emancipação, acabaram por reafirmar o pensamento conservador, o que evidencia o quão arraigadas estão as representações de gênero na sociedade.

De qualquer forma, a filantropia não impôs às senhorinhas o anonimato, pois esta prática, comum na década de 1920 entre as camadas média e alta, permitia e até estimulava a visibilidade de seus praticantes (FREIRE, 2006, p. 101). Márcia Maria Barreiros Leite (1997, p. 111), ao analisar as senhorinhas da *Belle Époque* soteropolitana, informa outros motivos que levaram essas mulheres à esfera pública,

o desenvolvimento de uma educação formal, a participação mais ativa na família, o ingresso em profissões liberais, a restrição à prática de enclausuramento concorreram para essas mulheres ingressarem com mais intensidade no domínio público.

A marca da assistência esteve presente no início da profissionalização feminina. “Ensinar, tratar, assistir: esta tripla missão constitui a base de ‘profissões femininas’, que por muito tempo, terão a marca da vocação e do voluntariado” (PERROT, 1991, p. 508). Assim, muitas mulheres envolvidas com o assistencialismo acabaram por profissionalizarem-se em atividades ligadas à prática assistencial, como magistério, medicina, enfermagem, assistência social, dentre outras profissões neste viés.²⁴¹

Reconhecer a importância das atividades filantrópicas desenvolvidas pelas mulheres permite ir além das imagens cristalizadas que se tem delas e, especificamente, das senhoras de elite. Por isso a importância de historicizar conceitos e relativizar as práticas, ou pelo menos, as ideias mitificadas que se tem destas. Assim, Maria Odila da Silva Dias (1992, p. 43) sugere como método de estudo das mulheres historicizar os conceitos, nuançá-los no tempo e relativizá-los no seu devir temporal, ou seja, “lidar com problemas teóricos de mudança, ruptura e discontinuidades históricas”.

Nesse sentido, estudar mulheres da classe dominante leva-nos a relativizar e redimensionar seu papel em vista de uma ideia preconceituosa a elas associada – submissa, dócil, rebelde – tão amplamente divulgada. Em suma, pretende-se ao propor o uso da

ignorado de uma sociedade, onde ocupam uma posição hierarquicamente inferior. A partir de tal percepção se unem para modificar tal realidade, fato que pode ser identificado à “conscientização feminista”.

²⁴¹ Sobre a atuação de mulheres nestas áreas, ver VANIN (2008), MOTT (2001) e MOTT (2005).

categoria gênero uma articulação recíproca com os conceitos históricos, pois, assim, evita-se o risco de “girar em falso em torno de abstrações” (PINSKY, 2009, p. 185).

A Bolsa de Caridade

“Instrução e caridade”. Eis o lema que definia o *Club Rio Contense*. O compromisso com esta dupla missão fica evidente desde o seu primeiro estatuto, aprovado em 31 de outubro de 1902, o qual lista as finalidades da associação e reproduzimos mais uma vez:

- § 1º Fundar e manter uma biblioteca;
- § 2º Criar aulas diurnas e noturnas;
- § 3º Estabelecer sessões instrutivas;
- § 4º Ter uma sala especial para jogos lícitos e outra para exercícios de esgrima e ginástica;
- § 5º **Organizar uma seção de beneficência denominada Bolsa de Caridade;**²⁴²

Como vimos, os estatutos foram reformados e discutidos em outras ocasiões, resultando em mais duas publicações (1919 e 1932), entretanto, a preocupação inicial, instruir e ajudar, continuou sendo primordial entre os objetivos definidos pela associação. A partir de meados dos anos 1950, período que caracterizamos como de arrefecimento das atividades ligadas à prática da instrução e caridade, a presença das protetoras passou a ficar, cada vez mais, rarefeita nas reuniões do clube. Em 1960, tentou-se esboçar uma reorganização da Bolsa de Caridade, mas o registro das protetoras nas atas foi identificado somente até 1963.

Pela leitura das atas, podemos creditar o funcionamento efetivo da Bolsa de Caridade ao idealizador do *Club Rio Contense*, José Basílio Justiniano da Rocha. Partiu dele a iniciativa de reunir companheiros em sua casa para decidir sobre a criação do clube. Entretanto, depois de instalado o mesmo funcionava com certa precariedade limitando-se apenas a um cômodo alugado, no qual guardavam os livros da biblioteca.

No relatório referente ao ano de 1902 do *Club Rio Contense*, o presidente Basílio da Rocha lamentou as dificuldades enfrentadas pela associação durante seu primeiro ano de funcionamento, ao que o redator atribuiu à “terrível crise financeira que atravessa o estado”.²⁴³ No capítulo dois, foram abordados alguns aspectos desta crise que atingiu o estado e o país na virada do século XIX para o XX.

²⁴² AMRC. Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense - 1902. Caixa 04.

²⁴³ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Relatório da Presidência do Dr. José Basílio da Rocha (1902). Caixa 04.

Não foi possível identificar o ano exato da instalação da Bolsa de Caridade, mas sabemos que, devido às dificuldades econômicas enfrentadas nos primeiros anos de funcionamento do *Club Rio Contense*, essa ideia somente foi concretizada em meados da década de 1900, ainda que sob reclamação da precariedade financeira. Pode ser que toda essa queixa do “precário estado financeiro” da associação fosse menos uma situação de real dificuldade e sim uma tentativa de mobilizar a sociedade para a causa do *Club*.

Tão logo instalada, a Diretoria do *Club Rio Contense* passou a administrar a seção de beneficência, Bolsa de Caridade, cujas finalidades de acordo com o estatuto do clube eram:

- a) Socorrer aos enfermos necessitados;
- b) Auxiliar as crianças pobres na frequência das escolas;
- c) Facilitar os meios às pessoas pobres para poderem se casar civilmente.²⁴⁴

Inicialmente, para angariar recursos para a Bolsa de Caridade, a Diretoria do *Club Rio Contense* espalhou gazofiláceos (pequenas caixas) pelas casas comerciais da cidade, cuja maioria dos donos era sócia da agremiação. Outra forma de arrecadação foi a disponibilização de uma bolsa no canto do salão do bilhar, na sede do edifício, onde os frequentadores poderiam fazer doações.

Apesar dos esforços, a arrecadação resultou insuficiente. Em 1909, uma situação inesperada chamou a atenção. O presidente José Basílio da Rocha relatou que, em julho daquele ano, ao abrir uma das caixas para recolher as esmolas, encontrou não doação de dinheiro, mas seis caroços de feijão. Indignado, o presidente desabafou:

Pobre espírito, que antes de praticar tão feia acção, devia antes lembrar desta sentença. “Ninguém poderá dizer – desta água não beberei, deste pão não comerei”. Certamente não foi, com seis caroços de feijão que o nosso distinto e humanitário patricio Antonio Carlos da Trindade Mello de inolvidável memória, conseguiu a fundação do “Azylo de Filhas de Anna” na heroica cidade de Cachoeira; mas sim contando com o auxilio e boa vontade de muitos corações generosos sempre promptos a socorrer aos que necessitam.²⁴⁵

José Basílio da Rocha referia-se ao Asilo Filhas de Ana, fundado em Cachoeira em 1891, por Antonio Carlos da Trindade de Mello, cidadão em quem, provavelmente se inspirava. O *Asilo* destinava-se à formação de mulheres para seus papéis de mães e esposas, de acordo o ideal feminino no contexto da modernização de início do século XX. A instituição manteve esse caráter filantrópico até 1905, quando as irmãs da ordem do Santíssimo Sacramento assumiram sua direção, transformando-o num recinto de ensino

²⁴⁴ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense - 1902. Caixa 04.

²⁴⁵ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Relatório da Presidência do Dr. José Basílio da Rocha (1909). Caixa 04.

particular, posteriormente, denominado Colégio Santíssimo Sacramento (SOUZA, S., 2009, p. 12-14).

De toda sorte, Basílio da Rocha em seus discursos era insistente na concretização desta ideia, pois se tratava do mais nobre sentimento, “a caridade – o mais curto caminho de chegar o homem a merecer as graças de Deus”.²⁴⁶ Sua fala está inserida na concepção católica da caridade, que nos referimos no início deste capítulo, qual seja, a de que a prática de boas obras garantiria a salvação.

A Diretoria tentou fazer o trabalho de arrecadação e auxílio, mas tão logo percebeu quão árdua era a tarefa apelou para os “elevados sentimentos das distintas Senhoras Rio-Contenes”.²⁴⁷ Desde pelo menos o ano de 1914, já se pretendia organizar a Bolsa de Caridade “com associados de ambos os sexos e de qualquer idade, com módica mensalidade, e também fazer sahir, semanalmente, uma ‘bolsa’ pedindo um obulo (...)”.²⁴⁸

Chega-se, assim, num ponto crucial para se entender e discutir acerca das posições de gênero dentro do *Club Rio Contense*. A associação foi fundada por um grupo de trinta homens, liderados por José Basílio da Rocha. *A priori*, assemelhava-se ao *club* inglês, que era um espaço de sociabilidade predominantemente masculino e de caráter político.²⁴⁹ Ademais, possuía características específicas, como a organização por estatutos, reuniões em local específico e permanente presença voluntária de sócios.

Era, também, masculino o tipo de sociabilidade desenvolvido dentro do *Club*: encontros à noite na sede social para jogar bilhar, ler jornais e discutir sobre política. Fugia dessa regra o exercício da caridade, esta era uma prática “tipicamente” feminina e desta maneira foi reconhecida pelos membros da sociedade.

A exclusão das mulheres da participação no *Club Rio Contense* é percebida, nas entrelinhas, nos dois primeiros estatutos da associação. No Estatuto de 1902, eram considerados aptos a serem sócios “todas as *pessoas* admitidas de acordo com os presentes estatutos”;²⁵⁰ na segunda versão de 1919, podiam associar-se “todos os *cidadãos* maiores de 18 anos que exercerem profissão lícita e tiverem idoneidade moral”.²⁵¹ A redação do texto

²⁴⁶ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Relatório da Presidência do Dr. José Basílio da Rocha (1909). Caixa 04.

²⁴⁷ Club Rio-Contense. *O Cinzel*, Minas de Rio de Contas, 10/01/1914, n. 1, anno II, p. 3.

²⁴⁸ Club Rio-Contense. *O Cinzel*, Minas de Rio de Contas, 10/01/1914, n. 1, anno II, p. 3.

²⁴⁹ O termo *club* tem origem nos clubes ingleses surgidos no século XVII, que experimentou o apogeu em Paris e Londres no século XIX como locais onde se reuniam os cavalheiros refinados (NEEDEL, 1993, p.95). Esse tipo de associação era identificado na França por *cercle*; em Portugal por *assembleia*; na Espanha por *casino*; e na Itália por *casin*, cf.: LOUSADA, 1998, p. 148; e MÜLLER, 2010, p. 59, nota 126.

²⁵⁰ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense - 1902. Caixa 04. (grifo meu)

²⁵¹ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense - 1919. Caixa 04. (grifo meu)

somente incluiu as mulheres no Estatuto de 1932, quando se definiu que a instituição poderia ser formada por “numero ilimitado de socios de *um e outro sexo*” (grifos meus).²⁵²

A lógica do uso de palavras indeterminadas para se referir ao gênero é a mesma da Constituição de 1891, que ao tratar dos direitos políticos recorria ao genérico “cidadãos”.²⁵³ Esta generalização foi revista a partir das discussões levadas a cabo pela sociedade, nas primeiras décadas do século XX, relativas aos direitos civis e políticos das mulheres, que culminaram na elaboração do Código Eleitoral de 1932, o qual passou a admitir o voto feminino. Desta forma, o texto do código alterou a definição de eleitor, que passou a ser mais específico, sendo definido como o cidadão maior de 21 anos sem distinção de sexo.²⁵⁴

Provavelmente, esse clima de inclusão das mulheres à sociedade civil foi vivido, também, em Rio de Contas e, em particular, dentro do *Club Rio Contense*, pois data de 1933 o início da associação feminina nesta instituição.²⁵⁵ No contexto da elaboração do código, os estatutos do *Club* foram reformulados e o Estatuto de 1932 passou a incluir e aceitar a associação de mulheres, ao serem explícitos quanto aos sócios de “um e outro sexo”, mesmo com alguma ressalva. Dois anos depois, a Constituição de 1934, também, alteraria seu texto ao utilizar o termo “brasileiros”, incluindo “um e outro sexo”, em consonância ao Código Eleitoral de 1932, além de fazer menção explícita, diferentemente da Constituição de 1891, à mulher como cidadã.²⁵⁶

Diante das dificuldades de estabelecimento da Bolsa e constatação da necessidade de recorrer às mulheres para ajudar na seção de beneficência, a administração do *Club Rio Contense* resolveu admitir a associação delas. Até o ano de 1922, não se tem registro de mulheres associadas. Somente a partir de então é que o *Club* passou a admiti-las, embora com um *status* diferenciado. As protetoras foram as primeiras mulheres a se tornarem sócias do *Club Rio Contense*. Possuíam um *status* distinto dos outros sócios, pois apesar de incorporadas como protetoras, seguiam requisitos diferentes daqueles exigidos ao sócio protetor.

Segundo o Estatuto de 1902, o título de protetor era oferecido a qualquer pessoa (o que não incluía as mulheres), que não residindo em Rio de Contas ofertasse uma quantia inferior

²⁵² AMRC. Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense - 1932. Caixa 04. (grifo meu)

²⁵³ BRASIL. *Constituição do Brasil de 1891*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986.

²⁵⁴ BRASIL. Decreto n.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em 26/03/21016.

²⁵⁵ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de lançamento de sócios admitidos do Club Rio Contense (1902-1942). Caixa 02; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 02 de Movimento dos sócios do Club Rio Contense (1930-1936). Caixa 02.

²⁵⁶ BRASIL. *Constituição do Brasil de 1934*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986.

àquela que dava direito à benemerência. Enquanto que o título de protetora era dado às senhorinhas que auxiliavam nos trabalhos relativos à Bolsa de Caridade, sem a necessidade de fazer o depósito da joia ou pagar mensalidade, apenas precisavam ser nomeadas pela Diretoria.

Apesar de poderem participar das sessões da Diretoria, nas quais informavam sobre a situação financeira da Bolsa e os trabalhos realizados, as protetoras eram impedidas de votar ou serem votadas. Provavelmente, reflexo de como a sociedade brasileira tratava as mulheres em relação aos seus direitos civis e políticos, negando-lhes o direito ao voto e à elegibilidade.

O início da associação feminina nas demais categorias de associação ocorreu a partir da década de 1930, muito provavelmente, como afirmado, em virtude da repercussão das discussões que resultaram na inclusão do voto feminino no Código Eleitoral de 1932. Assim, em 1933, onze anos após a nomeação das protetoras, teve início a associação de mulheres nas outras categorias de sócio do *Club Rio Contense*, sendo-lhes, inclusive, permitido ocupar cargos na administração.

O Estatuto de 1932 estendeu às demais categorias de sócio o direito de votar e ser votado, o que antes era exclusivo aos efetivos. Os associados com direito a voto deveriam ser maiores de idade, ficando definido como maioridade 21 anos. Ainda, este estatuto deliberou que a partir dos dezoito anos, um e outro sexo, poderiam se associar na categoria sócio aspirante, desde que tivessem o consentimento dos pais ou tutores, podendo votar, mas não serem votados; essa tutela valia, também, para a mulher casada, que, para se associar, precisava da anuência do marido, já que o Código Civil de 1916 reforçava a ideia da mulher como “incapaz” de praticar determinadas atividades sem a autorização do marido.

Em 1938, duas protetoras – Raquel de Sousa Ramos e Amelia Silva Ramos – foram eleitas para ocupar o cargo de Suplente da Comissão Fiscal para o ano de 1939, apesar de Amélia Silva Ramos contar apenas 19 anos em 1938, portanto, menor de idade segundo o Estatuto de 1932.²⁵⁷ No ano seguinte, a também protetora, Hormezinda Abreu, assumia o cargo de 2ª Secretária da Assembleia Geral.

Cabe ressaltar que não somente as protetoras foram investidas nos cargos: Elvira Silva Ramos, sócia efetiva, aos 24 anos assumiu o cargo de 2º Secretária para o ano de 1941. Daí em diante, as mulheres sempre estiveram presentes no quadro administrativo do *Club Rio Contense*, mesmo que basicamente nos cargos de 1ª ou 2ª Secretária ou no de Oradora, até

²⁵⁷ AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Nascimento (1911-1923). Livro n.º 02.

pelo menos 1962, quando Durvalina da Rocha Souto, sócia efetiva, ocupou o cargo de Vice-presidente da Diretoria e, em 1967, a presidência da Assembleia Geral.²⁵⁸

A participação das protetoras na Bolsa de Caridade remete à atuação das mulheres de Caetité na Associação das Senhoras de Caridade, fundada naquela cidade no ano de 1919. Esta associação beneficente, dirigida por um grupo de senhoras da elite caetiteense, foi fundada num contexto de difíceis condições sociais e econômicas – que levou ao crescimento de uma população residente nas cidades com presença avultada de “mendigos” e “vadios” – e num momento em que outras entidades desse gênero foram criadas em diversos locais pelo país (RIBEIRO, 2012, p. 168, p. 172-173).²⁵⁹

A institucionalização das mulheres como membros da Bolsa de Caridade ocorreu em 1922, poucos anos após a fundação da associação caetiteense. Apesar de ter sido criação do *Club Rio Contense*, portanto, iniciativa de homens, a seção beneficente somente logrou êxito a partir da atuação das mulheres, o que reafirmava a ligação da caridade ao feminino. A possibilidade de participação dessas mulheres no clube indica que as transformações ocorridas na sociedade brasileira alcançaram, também, a cidade de Rio de Contas.

Anteriormente foi dito que o trabalho caritativo foi um passo para a emancipação das mulheres, para que elas começassem a ocupar o espaço público. De certa maneira, é o que podemos observar na história dessas rio-contenses. Entretanto, cabe ressaltar que as mulheres às quais estamos nos referindo pertenciam à elite rio-contense, tal qual como vimos abordando, uma vez que aquelas pertencentes aos segmentos sociais mais baixos dessa sociedade possuíam uma realidade particular e diversa desse grupo.

Considerando apenas o círculo social ligado ao *Club Rio Contense*, podemos afirmar que a aceitação das senhorinhas como sócias protetoras abriu uma porta ao mundo público para essas mulheres, cujos espaços de atuação fora de casa até então, provavelmente, eram bastante limitados. Ainda assim, ao analisar a atuação dessas mulheres, é preciso considerar suas experiências instituídas numa rede de relações sociais, incluindo aí o domínio privado, pois

²⁵⁸ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livros de Atas da Diretoria e Assembleia Geral. Caixa 03; e AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Movimentação de Sócios (1920-1970). Caixa 02.

²⁵⁹ Em Salvador, no ano de 1854, foi fundada uma Associação das Senhoras da Caridade formada por senhoras de boas famílias, cujos estatutos apresentavam um programa amplo de filantropia social. Seu objetivo geral era “assistir aos pobres indistintamente. A organização, porém, tinha diretrizes concretas a executar: a visita aos doentes pobres nos seus próprios domicílios, uma sala de trabalhos para as meninas e moças pobres e uma casa de orfanidade” (LEITE, 1997, p. 114). Como vimos, pelo estatuto do Club Rio Contense, percebemos as semelhanças entre a atuação da instituição soteropolitana com a Bolsa de Caridade, principalmente, quanto à visita aos doentes pobres. O mesmo pode ser afirmado em relação à Associação das Senhoras de Caridade de Caetité (cf. nota 33, RIBEIRO, 2012, p. 175).

a publicidade de ações presentes nos registros oficiais tem que ser acrescida de participações anteriores existentes no caminhar pela cidade, antes e depois da missa, nas festas religiosas e nos diversos movimentos pelo cenário social. [...] a filantropia deve ser pensada como parte integrante das relações sociais estabelecidas pelas mulheres da elite [...]. Em outros termos, incluir essa atividade como alternativa de “fuga à clausura”, “existência inútil e tediosa”, como “ditada pelos interesses masculinos”, entre outros, é negar a autonomia de decisões, os poderes, os deslocamentos, as tensões existentes porta a fora e advindas das atuações daquele segmento social (RIBEIRO, 2012, p. 171).

A Assembleia Geral aprovou uma Resolução, em 13 de agosto de 1922, autorizando a organização de uma comissão, cujo objetivo era angariar donativos em benefício da Bolsa de Caridade. Em seguida, foi elaborado o Regulamento, aprovado em 10 de outubro de 1922, em cumprimento da Resolução, no qual declarava criada a comissão e estabelecia suas regras.

A Resolução aprovada pela Assembleia Geral autorizava à Diretoria a organizar uma “comissão permanente composta de doze senhorinhas, residentes nesta cidade, com plenos poderes de angariar por todos os meios lícitos a seu alcance donativos em nome e a benefício da Bolsa de Caridade”.²⁶⁰ Seriam nomeadas pela Diretoria, a quem se reportariam para informar do andamento de suas atividades. Foi estabelecido que receberiam o título de Protetoras da Bolsa de Caridade e para identificá-las usariam um distintivo a ser decidido pelo Regulamento.

O trabalho assistencial ficou definido pelo Regulamento, de acordo com as seguintes atribuições:

- a) Visitar as pessoas enfermas e necessitadas, ministrando-lhes medicamentos fáceis e o conforto necessário;
- b) Solicitar visitas médicas para os enfermos;
- c) Fornecer quantias em dinheiro para as primeiras necessidades e vestuários ou outro objecto de uso qualquer, digo, de uso aquellas que delles necessitarem;
- d) Aconselhar as pessoas pobres necessitadas que tenham filhos a pol-os nas escolas ou empregal-os, afim de auxiliar-lhes a manutenção;
- e) Promover os meios entre as famílias de suas relações de cumprir o disposto na parte final da letra anterior;
- f) Providenciar junto ao Presidente da Directoria, os auxílios de vestuários e livros para as crianças pobres frequentarem as escolas;
- g) Promover os meios das pessoas pobres se casarem civilmente, especialmente as casadas religiosamente, afim de assegurar o futuro da família, solicitando do Presidente da Directoria as medidas necessárias;
- h) Informar ao Presidente da Directoria quando as pessoas socorridas necessitarem de auxílios permanentes procedendo de igual modo, quando for fallecimento da mesma, si necessário se fazem roupas e enterramento a expensa da Bolsa de Caridade ou somente por ella auxiliado.²⁶¹

²⁶⁰ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Resolução da Bolsa de Caridade. Caixa 04.

²⁶¹ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Regulamento da Bolsa de Caridade. Caixa 04.

Essas finalidades já estavam presentes no Estatuto de 1919, porém o Regulamento atribuía às senhorinhas o auxílio à execução desses serviços, antes a cargo de membros da administração do *Club Rio Contense*. A publicação do Estatuto de 1932 instituiu de maneira definitiva a comissão das doze protetoras e reafirmou seus objetivos, tendo incluído entre eles a obrigação de “apresentar à autoridade competente os menores que forem encontrados nesta cidade em estado de abandono nos termos do Decreto Federal n.º 5. 083, de 1º de dezembro de 1926”.²⁶²

Sobre o auxílio às crianças pobres da cidade, Freire afirmou que a proteção à infância foi um eixo privilegiado para a filantropia feminina, desde o século XIX. Para a autora,

Tal prioridade encerrava dupla orientação. De um lado, atendia aos pressupostos que guiavam as relações de gênero, uma vez que tal ocupação era considerada como extensão da função maternal inerente à natureza das mulheres. De outro, mostrava-se em sintonia com o ideário nacionalista que depositava nas crianças a esperança de progresso e construção da nação brasileira (FREIRE, 2006, p. 102-103).

O Regulamento fora publicado em 1922, portanto quatro anos antes da promulgação do Decreto n.º 5. 083, de 1º de dezembro de 1926, que instituiu o Código de Menores, o qual consolidava as leis de assistência e proteção a menores.²⁶³ Logo foi substituído pelo Decreto n.º 17. 943-A, de 12 de outubro de 1927 que, dentre outras coisas, extinguiu o sistema da roda dos expostos ou enjeitados (instituído desde 1825), e, além disso, depositava no Estado a responsabilidade legal pela criança órfã e abandonada.²⁶⁴

Para melhor organizar o trabalho caritativo, o Regulamento dividiu a cidade em três zonas, cada qual sob responsabilidade de quatro protetoras:

- 1ª Zona: Ruas Silva Jardim
Gambá
7 de Setembro [antiga Rua Beira do Rio]
Comendador Souza
Praça Senador Tanajura [Largo da Matriz]
- 2ª Zona: Ruas Barão de Macaúbas [antiga Rua do Meio]
Beco da Lama
Sacca-vem
2 de Julho
Praça Governador Rodrigues Lima [Largo do Rosário]
- 3ª Zona: Ruas 15 de Novembro
Barão do Rio Branco
Dr. Marcolino Moura [antiga Rua da Panelada]

²⁶² AMRC. Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense - 1932. Caixa 04.

²⁶³ COLEÇÃO DAS LEIS da República dos Estados Unidos do Brasil de 1926. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927, vol. 1, p. 79.

²⁶⁴ BRASIL. Decreto n.º 17. 943-A, de 12 de outubro de 1927, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm, acesso em 10/04/2016. Ver também: MESTRINER, 2001, p. 41.

Coronel Arlindo Ramos
Travessa de São Bento
Praça Coronel Carlos Souto.²⁶⁵

De acordo com o Regulamento, as zonas seriam percorridas tanto para prestar auxílio quanto para angariar os donativos em prol dos necessitados. Ao confrontarmos a divisão da cidade feita pelo clube e a situação social das ruas, com base em bibliografia, vemos que a terceira zona correspondia à mais nobre em virtude de englobar duas das ruas nas quais moravam os mais ricos da cidade.

Ora, a rua 15 de Novembro era ao mesmo tempo endereço da casa do Dr. Basílio e onde estava localizado o *Club Rio Contense*. Além disso, a terceira zona incluía, ainda, a rua Barão do Rio Branco, onde morava o distinto Coronel Carlos Souto e, de acordo com Esther Trindade Serra (2012, p. 92), “foi rua fidalga, de gente nobre, da gente rica”. As ruas adjacentes, como a travessa de São Bento, a rua do Capim e a do Serra Chifre, possuíam uma realidade social mais humilde. Na do Serra Chifre, por exemplo, “cada casa era uma tenda” de latoeiros, ferreiros, “sendo o reino da pobreza” (SERRA, 2012, p. 119).

As outras duas zonas eram mais marcadas pela pobreza e presença de trabalhadores. A primeira zona era formada por ruas nas quais se destacavam os serviços especializados, em especial, a rua do Gambá e a 7 de Setembro. Nesta última, encontravam-se tendas de latoeiros, sapateiros, ferreiros, fogueteiros, dos “pretos bons que amo” (SERRA, 2012, p. 43). Na rua do Gambá, estavam as lavadeiras, “negras luzidas/ [...] só gente humilde que tanto quero bem!” (SERRA, 2012, p. 60-63). A exceção era a praça Senador Tanajura, marco histórico do povoado dos Creoulos, das marcas do ouro, dos sobrados coloniais, o centro comercial da cidade.

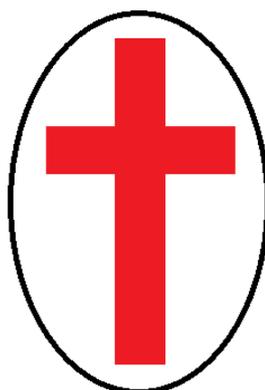
²⁶⁵ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Regulamento da Bolsa de Caridade. Caixa 04.

Finalmente, as zonas mesclavam áreas mais nobres e mais carentes, o que se explica pelo fato de que as protetoras saíam às ruas com dois objetivos: socorrer e pedir óbolo. Por isso, foi determinado pelo Regulamento que as protetoras percorreriam as zonas com o objetivo de angariar donativos, podendo recorrer, também, a viajantes e visitantes em dias de festas.

Todo o valor recebido, assim como as despesas realizadas seriam registrados numa caderneta numerada e rubricada pelo Presidente, que tão logo esgotada seria arquivada e substituída. As protetoras deveriam prestar contas ao Tesoureiro do *Club* em sessão da Diretoria, à qual se reportariam para resolver quaisquer questões ligadas às atividades da Bolsa de Caridade.

Em sua saída pelas ruas, as protetoras eram identificadas por um distintivo usado permanentemente no braço esquerdo, que consistia numa cruz vermelha sobre um fundo branco de forma oval e levavam consigo, também, uma bolsa com o mesmo símbolo. Caso se casasse a protetora deveria comunicar à Diretoria num prazo de dez dias e renunciar ao cargo. Em casos de renúncia, falecimento ou demissão, logo, seria nomeada uma substituta e, em geral, aquela que se afastava recebia o título de Protetora Benemérita.²⁶⁶

Figura 6
Distintivo das Protetoras da Bolsa de Caridade



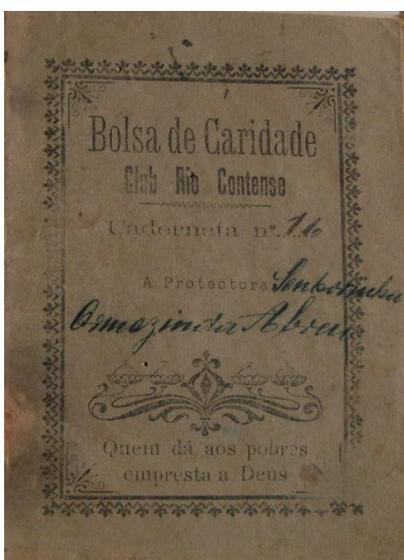
Fonte: Figura elaborada a partir da descrição do distintivo utilizado para identificação das protetoras, apresentado pelo Regulamento de 1922.

²⁶⁶ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Regulamento da Bolsa de Caridade. Caixa 04.

“Quem dá aos pobres empresta a Deus”. A frase, um aforismo popular bastante utilizado pelos católicos, inspirada num provérbio bíblico (19:17), está em destaque na capa das cadernetas usadas pelas protetoras e confirma, como mencionado anteriormente neste capítulo, a lógica do negócio da salvação disseminado pela Igreja Católica, ou seja, o cálculo da contabilidade dos pecados e das boas ações serviriam para avaliar a possibilidade de se alcançar a salvação (SÁ, 2013, p. 13).

Fotografia 9

Capa da Caderneta das Protetoras da Bolsa de Caridade



Fonte: AMRC. Fundo Club Rio Contense. Cadernetas da Bolsa de Caridade. Caixa 06.

De toda sorte, as senhorinhas estavam imbuídas pela missão caritativa e em seu desprendimento socorreram homens, mulheres e crianças pobres. Nas cadernetas estão registrados os donativos recebidos, discriminadas as despesas e a ajuda realizada. É possível perceber que cumpriram todas as atribuições elencadas no Regulamento: forneceram artigos de primeira necessidade ou para o vestuário, desde o necessário para o sustento (alimentação) até calçados e corte de tecidos; auxiliaram crianças em idade escolar, oferecendo-lhes o fardamento e calçado para que pudessem frequentar a escola; deram atenção à saúde, fazendo doação de medicamentos e pagando tratamento de saúde; assumiram o pagamento do aluguel de casa de morada; e se ocuparam da preparação do funeral para os necessitados.²⁶⁷

²⁶⁷ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Cadernetas da Bolsa de Caridade. Caixa 09.

As pessoas ajudadas pela Bolsa de Caridade eram identificadas como “Fulano de tal”, “um indigente”, “a desvalida”, “o socorrido”, “um menor”, apenas em raras situações utilizaram o primeiro nome. Elas foram registradas na caderneta das protetoras por seu predicado e não por seu nome de família, o que indica que para a Bolsa, assim como para a sociedade, elas não eram consideradas como sujeitos. Poder-se-ia inferir, ainda, que fosse uma medida de preservar a identidade daquele que recebesse o auxílio. Porém, diante do tamanho da cidade é provável que todos se conhecessem e soubessem da situação social uns dos outros. Assim, a afirmação de que a sociedade, entendida como formada por aqueles segmentos abastados, não os considerava como sujeitos nos parece mais plausível.

Na maior parte das vezes, as despesas necessárias para os auxílios prestados eram feitas nos estabelecimentos comerciais de propriedade dos associados do *Club Rio Contense*, que, como vimos, tinha em seu corpo social um considerável número de comerciantes. Os mais diversos tipos de sortimentos foram adquiridos na vistosa Loja Portugal, de propriedade do sócio Antonio Souto, assim como a tipografia de Antonio Trindade foi utilizada para imprimir as cadernetas. De certa forma, a Bolsa de Caridade, bem como o *Club Rio Contense*, em suas ações assistencialistas e em seu próprio funcionamento, ajudaram a movimentar a economia da cidade e, em especial, fazer render os negócios particulares de seus associados.

Para angariar donativos para o trabalho assistencial, as protetoras saíam aos domingos (SILVA, 1993, p. 50) com a bolsa e o distintivo com o símbolo da Bolsa de Caridade, em visita aos lares para solicitar doações. Além disso, foram atuantes na organização de espetáculos no teatro, quermesses na Praça da Igreja, bando precatório, cuja parte da renda era revestida aos necessitados.

O apelo à caridade pelo *Club Rio Contense* suscitava a solidariedade entre as pessoas. Provavelmente, foi este sentimento que levou D. Carolina Luiza dos Santos decidir doar sua casa à Bolsa de Caridade, sob as condições que: “um terço da dita casa pertencerá ao Sr. Bom Jesus da Lappa ficando a Bolsa com obrigação de lhe sustentar quando mais não possa se manter e fazer seu funeral quando falecer”.²⁶⁸ Em contraproposta, o *Club* propôs que se pagasse à doadora o valor do terço da casa, estipulado para Bom Jesus da Lapa, o que foi aceito e, então, a escritura foi passada, mantendo-se, porém, a obrigação para com a benfeitora.

Segundo Joanita Candançan e Silva (1993, p. 50), as ações das protetoras foram orientadas por José Basílio da Rocha – o mentor da associação, bem como de sua seção de

²⁶⁸ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 06 das Atas da Diretoria (1924-1929). Ata n.º 16 da Diretoria da sessão do dia 29/08/1928. Caixa 03.

beneficência – o qual, mensalmente, participava da reunião da diretoria com as protetoras. Anteriormente, falamos do esforço empreendido por José Basílio da Rocha para a concretização da Bolsa de Caridade e, pelo visto, o médico teve um papel fundamental, também, para o seu funcionamento.

Quando da epidemia de gripe que se abateu na cidade, durante o ano de 1919, José Basílio da Rocha doou medicamentos no valor de Rs. 7\$400 (sete mil e quatrocentos reis) para as 48 pessoas pobres que foram ajudadas pela Bolsa de Caridade.²⁶⁹ Foi despendida a quantia de Rs. 229\$000 (duzentos e vinte nove mil reis), dos quais foram empregados Rs. 107\$400 (cento e sete mil e quatrocentos reis) em medicamentos e Rs. 40\$000 (quarenta mil reis) em enterramento de quatro cadáveres.²⁷⁰ Sintetizando a dedicação e envolvimento do médico, temos que, ele “forneceu o modelo do caixão que seria destinado aos mortos sob a responsabilidade da Bolsa de Caridade, pedindo que, quando morresse, usasse, na sua íntegra, o mesmo tipo de caixão, simples e humilde tal como era a sua pessoa” (SILVA, 1993, p. 50). Esse pedido demonstra o olhar modesto que José Basílio da Rocha tinha sobre si mesmo e que foi reproduzido pelos seus contemporâneos e memorialistas. Mesmo tendo sido membro e representante da elite rio-contense, Basílio da Rocha sempre é referenciado a partir de características humildes que não necessariamente condizem com a postura, em geral, distintiva e diferenciada de seu grupo dominante.

As senhorinhas começavam a ocupar o espaço público, uma experiência que, muito provavelmente, suas ancestrais não tiveram o direito de usufruir. Passaram a atuar nas ruas ao promover meios de angariar donativos, mesmo que, em contrapartida, ainda se subordinassem aos dirigentes do *Club Rio Contense*. Ainda assim, a organização desses eventos e espetáculos contribuiu para estreitar os laços sociais entre as mulheres.

Na batalha por conseguir rendas para suas causas elas acabavam envolvendo toda a cidade num clima festivo, que alterava seu movimento rotineiro. Dessa forma,

Para as jovens que passeavam e trabalhavam nessas atividades filantrópicas, o espaço se tornava lúdico e prazeroso; nele se podia dançar, cantar, assistir a peças teatrais e filmes, entabular conversas, constituir namoros e amizades. Fora dos limites e controles comuns do espaço doméstico, as mulheres se organizavam de outra maneira nas festas realizadas na rua. Apesar do espaço público também possuir seus códigos de ocupação, ele comportava imprevistos, novidade, ação e movimento. No mundo da rua, os papéis sociais podiam ser reelaborados e as hierarquias transformadas (LEITE, 1997, p. 128-129).

²⁶⁹ Sobre as implicações da epidemia de gripe espanhola que assolou a Bahia, bem como sua disseminação pelo sertão, entre setembro de 1918 e os primeiros meses de 1919, ver: SOUZA, C. (2009).

²⁷⁰ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 04 das Atas da Diretoria (1913-1920). Ata n.º 4 da Diretoria da sessão do dia 10/04/1919. Caixa 03.

O apelo caritativo do trabalho das protetoras mobilizava os sentimentos de benevolência. Em geral, os sócios foram generosos em suas doações e a importância social desse serviço para a população era evidente, a ponto de, em vários momentos, a prefeitura aprovar em seu orçamento subvenções para a Bolsa de Caridade. Em 1930, o Conselho Municipal aprovou uma pensão anual de Rs. 200\$000 (duzentos mil reis) para a seção de beneficência do *Club Rio Contense*.²⁷¹ Em 1936, foi aprovada pelo prefeito, o vice-presidente da Diretoria Rodolfo Abreu, uma subvenção anual de Rs. 600\$000 (seiscentos mil reis) por ele concedida e incluída no orçamento da prefeitura.²⁷²

Mais uma vez, percebemos os entrecruzamentos dos interesses do *Club Rio Contense* com os da política rio-contense. A atuação, cujo fim era público, pelo viés do privado, que em suas consequências atingiam de maneira sorrateira os mesmos objetivos, qual seja o de conquistar a afeição/fidelidade dos mais necessitados.

Ao estudar a atividade desempenhada pela Bolsa de Caridade em Rio de Contas não se pode deixar de notar semelhanças entre suas ações com as obras de caridade espirituais e corporais, presentes no Compromisso das Santas Casas de Misericórdia. Analisando o Compromisso de Lisboa de 1516 notamos similitudes em alguns pontos, como se pode observar a partir do sumário das obras:

Espirituais:

1. *Ensinar os ignorantes*
2. Dar bom conselho
3. Punir os transgressores com compreensão
4. Consolar os infelizes
5. Perdoar as injúrias recebidas
6. Suportar as deficiências do próximo
7. Orar a Deus pelos vivos e pelos mortos

Corporais:

1. Resgatar cativos e visitar prisioneiros
2. *Tratar dos doentes*
3. *Vestir os nus*
4. Alimentar os famintos
5. Dar de beber aos sedentos
6. Abrigar os viajantes e os pobres
7. *Sepultar os mortos* (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 14-15). (grifos meus)

²⁷¹ AMRC. Fundo Conselho Municipal. Papéis do Conselho Municipal (1928-1930). Caixa 02.

²⁷² AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 01 das Atas das Protetoras da Bolsa de Caridade (1936-1943). Caixa 02. De acordo com Mestriner (2001, p. 58), “subvenção social é o auxílio financeiro às entidades sociais, que sai da esfera pessoal do governante e passa à esfera oficial. Constitui-se numa ajuda de caráter supletivo, que no início só podia ser aplicada em despesas de manutenção dos serviços e posteriormente como auxílio extraordinário, passando a subsidiar atividades de natureza especial ou temporária, como construção, reforma ou aquisição de equipamentos. As subvenções, como tal, iniciam-se com a criação da Caixa de Subvenções em 1931, que estabelece à sua atribuição certa racionalidade [...]; a partir de 1935, vai contar com créditos orçamentários adicionais, em 1951 passa a ser prevista no orçamento geral da República”.

O Compromisso de 1516 passou por reformas posteriores, mas foi seguido pelas filiais do ultramar adaptando-se às condições locais. A Bahia seguiu “o compromisso de Lisboa de 1516, incorporado aos estatutos definitivos de 1618 com modificações e com a introdução de vinte e dois capítulos novos [...], cujos termos seguiu até 1896” (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 175). Algumas dessas obras têm, explicitamente, inspiração no texto sagrado, pois apesar de a Misericórdia ter sido uma instituição leiga era uma irmandade de devoção católica.

Percebemos, também, princípios humanísticos muito próximos do conceito de filantropia em seu sentido leigo de amor à humanidade. De toda sorte, em que pese a distância temporal entre a criação das duas instituições (séculos XV e XX), é inegável que a atuação da Misericórdia possa ter estimulado a caridade praticada pelo *Club Rio Contense*, haja vista a longevidade e alcance da atividade daquela instituição. De fato, os braços da Misericórdia chegaram à região mineira de Rio de Contas, como consta na lista de concessão de dotes para casamento das moças (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 148).

Ainda tratando das semelhanças entre as duas instituições, há de se afirmar que a atividade das protetoras remete à atuação das visitadoras nas Santas Casas de Misericórdia. Dentre tantas missões caritativas das Santas Casas, no Brasil a partir do século XIX e XX, foi se acentuando nesta instituição a função da assistência médico-hospitalar, tornando-se espaço de exercício e ensino da medicina (CHAVES, 2011, p. 1-2). Neste contexto, destacam-se mulheres que cuidavam de doentes, assistindo os médicos e, em sua quase totalidade, vinculadas a ordens religiosas (GILL, 2008, p. 67-68).

O costume das mulheres cuidarem dos doentes, como vimos, vem desde a Antiguidade, afinal o ato do cuidado sempre foi associado às “qualidades femininas”, como se fosse intrínseco à natureza da mulher. Entretanto, as visitadoras formavam um “grupo de pessoas preparadas, a partir da década de 1920 no Brasil, para visitar os pacientes mais necessitados, repassando-lhes, principalmente, conselhos higiênicos” (GILL, 2008, p. 67).

Segundo Lorena Almeida Gill (2008, p. 68), a partir do século XX, no Brasil, “se começaria a exigir uma formação maior para enfermeiras e as visitadoras, do que aquela considerada inata a todas as mulheres, ou seja, o ato de cuidar, de se preocupar com o outro, de ser solidária”. Exatamente este é o ponto de divergência entre as visitadoras e as protetoras da Bolsa de Caridade, pois a atuação das protetoras pautava-se apenas naquilo que se considerava como “qualidades inatas femininas”, sem que elas tivessem recebido qualquer tipo de instrução específica para o ofício.

Por não terem frequentado cursos de formação as protetoras da Bolsa de Caridade não possuíam instruções específicas sobre a prática da medicina. Por isso, suas funções não foram tão abrangentes como as da visitadora, pois esta além do acompanhamento do doente chegava a realizar todas as vacinas (GILL, 2008, p. 68). Ainda assim, mesmo sem especialização, estavam entre as funções das protetoras: “visitar as pessoas enfermas e necessitadas, ministrando-lhes medicamentos fáceis e o conforto necessário; e solicitar visitas médicas para os enfermos”.²⁷³ Considerando o elã com que José Basílio da Rocha defendeu a materialização e a manutenção da Bolsa de Caridade, é possível, que ele próprio efetuasse a supervisão médica das senhorinhas nestas atribuições.

As aproximações entre a Bolsa de Caridade e a Misericórdia vão, ainda, além das apontadas nas obras de caridade. O *Club Rio Contense* enquanto instituição demonstra tais similitudes ao se constituir como um espaço de distinção e poder. Apesar de se referir à sociedade baiana do século XVII, a comparação é válida: “a Misericórdia significava para essas famílias bem mais do que uma simples irmandade medieval fundada em Lisboa em 1498. Era um clube onde elas poderiam encontrar outras pessoas com os mesmos interesses financeiros e a mesma posição social” (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 123).

Em capítulo específico foi discutido as questões de poder, prestígio e distinção que caracterizaram o *Club Rio Contense*, atribuições que, da mesma maneira, distinguiam os provedores das Santas Casas de Misericórdia. Ao fim e ao cabo aliviar o sofrimento alheio, na forma da filantropia, foi uma permanência que se pode observar ao analisar a atuação destas duas instituições. A criação da Misericórdia pelos idos do século XV, em Portugal, surgiu num contexto de explosão da pobreza na Europa Ocidental exigindo das autoridades novas respostas (SÁ, 2013, p. 23). A Bolsa de Caridade, proposta pelo *Club Rio Contense*, no início do século XX, não escapara, da mesma forma, à obrigação da elite de socorrer os desvalidos.

As doze Senhorinhas

Em primeiro de setembro de 1922 as protetoras nomeadas pela Diretoria assumiam seus cargos e entravam em atividade na Bolsa de Caridade, como determinava a Resolução que as incorporavam formal e legalmente.²⁷⁴ Entretanto, a caridade praticada pelo *Club Rio*

²⁷³ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Regulamento da Bolsa de Caridade. Caixa 04.

²⁷⁴ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Regulamento da Bolsa de Caridade. Caixa 04.

Contense já contava com o auxílio dessas mulheres antes mesmo da publicação do texto. As primeiras doze nomeadas foram:

1. Antonia Almerinda Barboza
2. Antonieta Martins Souto
3. Aurea Gottschall Silva
4. Dulce Guimarães Gottschall da Silva
5. Florisa Silva Ramos
6. Helena Viana
7. Idalia Gottschall Souto
8. Maria Helena da Rocha Souto
9. Othilia Josephina de Santana
10. Rachel Gottschall Martins
11. Raquel de Souza Ramos
12. Zulmira Ribeiro Chaves

Em virtude do recorte temporal dessa pesquisa ir até meados da década de 1960 foram incluídos, nesta pesquisa, os nomes das protetoras que sucederam estas pioneiras e deram continuidade à atuação da Bolsa de Caridade ao longo desses anos.²⁷⁵ Para delinear a feição desse grupo que atuou na seção de beneficência do *Club Rio Contense* foi realizado um estudo prosopográfico a partir dos nomes das senhorinhas. A partir dessa metodologia foi possível construir um perfil desse grupo, pois mesmo que de algumas delas não se tenha obtido respostas para todas as perguntas, o que nos interessou foi o coletivo.

Após pesquisa dos registros civis das protetoras, obtivemos dados importantes. A começar pelo fato de que as indicadas para o cargo de protetora possuíam algum tipo de parentesco com os associados do clube. Esta afirmação é ainda mais contundente quando se trata das doze primeiras nomeadas: do total, cinco delas eram filhas e uma sobrinha de sócios-fundadores, três filhas de sócios efetivos e de três delas não se obteve o dado filiação. Têm-se casos em que o parentesco é sugerido pela paridade dos sobrenomes, mas como não foram encontrados registros documentais optou-se por não afirmar esse vínculo.

Ora, o *Club Rio Contense*, como local de distinção, como vimos afirmando ao longo desse trabalho, precisava exercer algum tipo de controle da procedência social de seus associados para manter-se enquanto tal. Assim ocorria no momento de associação, quando era

²⁷⁵ Além das doze primeiras, as protetoras pesquisadas foram: Aida Freire Rocha, Alcides Silva Ramos, Amelia Silva Ramos, Annalia Ramos Gottschall, Carmelita Trindade Cardoso, Celina Dantas Teixeira, Celuta Viana Silva, Clarice Martins Souto, Cleonice Gottschall da Silva, Clotilde Antonieta Souto, Edesia Florisa e Silva, Elizete Cruz Pinto, Ester Luiza Santos, Ester Ramos Cardoso, Eulina Abreu da Silva, Florípes Ramos Dantas, Florisa Henriqueta Viana, Georgina Gottschall Martins, Gerolina Viana Dantas, Gersionete Dantas Viana, Hilda Ramos Pinto, Hildete Rosa dos Santos, Hormezinda Abreu, Idalia Aurelia Dantas, Isaura Silva Ramos, Julieta Teixeira, Lenir de Castro Trindade, Lira Trindade, Luzmarina Silva Ramos, Maria Conceição Souto, Maria de Lourdes Rocha, Maria Trindade Cruz, Marieta Gottschall Martins, Marieta Martins Souto, Nelly Ramos Cardoso, Perpétua Maria Silva, Petronila Santos, Stelita Lafeté Pinto, Stella Izabel Oliveira, Zoraide Abreu Dantas.

apresentada uma proposta aos diretores para apreciação e, da mesma maneira, era de se esperar que ocorresse nas indicações para a sua seção de beneficência. Com o passar dos anos, a renovação da geração das protetoras se deu com a indicação de suas próprias filhas. Da mesma maneira que acontecia na administração do *Club Rio Contense*, percebe-se uma continuidade familiar na ocupação destes cargos.

A ligação intrafamiliar ou intragrupo é observada no arranjo dos casamentos dessas senhorinhas. Em sua maior parte, ocorriam entre os filhos dos associados tendo sido, em alguns casos endogâmicos, principalmente, quando se tratava de famílias mais proeminentes. Lembramos mais uma vez o caso da família Souto, cujo enlace da senhorinha Antonieta Martins Souto, filha do coronel Carlos Souto, se realizou com seu primo de primeiro grau, Álvaro Carlos Souto, filho do também sócio-fundador Antonio Souto.²⁷⁶

A estreiteza dessas relações garantia a reprodução do grupo. Assim, a elite compartilhava vínculos e construía sua identidade ao se diferenciar do outro, dos não sócios. Ao fazer parte do *Club Rio Contense* essa elite marcava sua diferença social ao dividir interesses comuns, sejam políticos ou sociais, educação e cultura específica e, até mesmo, o nome de família que, com esses casamentos, era perpetuado.

As senhorinhas eram nomeadas antes de se casarem e, diante do fato de que nessa época as mulheres se casavam ainda muito meninas, concluímos que eram mocinhas quando entravam para a Bolsa de Caridade. Porém a idade de admissão variou um pouco para mais do que se imaginava. De fato, tiveram meninas de 15 e 16 anos de idade, mas também, mulheres com 27 e 29 anos, idade máxima apurada. Calculando uma média temos o número entre 19 e 20 anos a idade de admissão.

Talvez, ao se depararem com a solteirice – oito dentro de um universo conhecido de trinta e cinco, eram solteiras, até o fim do período do estudo – é possível que as mulheres buscassem na prática da caridade uma ocupação permitida e bem recomendada a elas. Pode ter sido este o refúgio das que estavam com a idade um pouco mais avançada e, tão logo o casamento chegasse, renunciavam ao cargo.

Como vimos, em alguns casos a protetora era obrigada a renunciar e uma substituta era logo nomeada em seu lugar. Dentre os motivos estavam o matrimônio e a mudança de cidade. Vimos que a emigração para cidades em desenvolvimento era uma constante, principalmente, de pessoas que viviam em situação de dificuldade econômica, muitas vezes

²⁷⁶ AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Habilitação de Casamento (1842-1995). Caixa 10.

ocasionadas pelo fenômeno da seca que tanto afetou essa região. O outro motivo, o casamento, era pré-requisito para abdicar do grupo.

Pensando sobre o porquê a senhorinha deveria abrir mão da Bolsa de Caridade depois do casamento, podemos aventar algumas possibilidades. Uma delas pode ter sido o fato de que, no início do século XX, devido à laicização do Estado foi atribuído à mulher o dever de regenerar a sociedade, o que ocorreria a partir do seu papel dentro da família. A ela cabia cuidar da família e formar os futuros cidadãos da pátria. Nas palavras de Freire (2006, p.103):

Com a instauração da República, a preocupação com a saúde e a educação infantil, que conformava uma prioridade para os intelectuais reformadores, foi incorporada pelas mulheres das classes alta e média urbanas, que se engajaram em ações benemerentes de auxílio às crianças pobres ou abandonadas. No ambiente impregnado pelo ideal nacionalista da década de 1920, a filantropia feminina, além de representar o seu “trabalho ideal”, adquiriu conotação de ação patriótica, através da qual as mulheres brasileiras poderiam dar sua colaboração para o progresso da nação.

Em Rio de Contas, pelo que se pode ler a partir da Resolução da Bolsa de Caridade é que o “trabalho ideal” das mulheres, a filantropia feminina, podia ser praticado sem prejudicar sua outra função primordial que era o casamento. Enquanto estivesse atuando como protetora deveria permanecer solteira.

A prática da caridade era como que uma ocupação para essas moças. A maior parte das protetoras é classificada como “dona de casa”, mas, quando foi possível identificar a ocupação, destacaram-se as seguintes profissões: costureira/modista e bordadeira/rendeira (a grande maioria), funcionária pública (encarregada de protocolo, escrutinadora, auxiliar de escritório da prefeitura), negociante (ao lado dos maridos, por vezes dando continuidade aos negócios da família, no caso de viuvez), professora e, até mesmo, vereadora.

Apontamos em capítulo anterior, que Cleonice Guimarães Gottschall, protetora da Bolsa de Caridade, e Durvalina da Rocha Souto foram as duas primeiras mulheres eleitas para o cargo de vereadora em Rio de Contas, no pleito de 1936. Este fato nos leva a pensar que a Bolsa de Caridade, assim como a sociabilidade proporcionada pelo *Club Rio Contense*, pode ter impulsionado essas mulheres rio-contenses a buscar ocupar o espaço público e exercer plenamente sua cidadania.

As protetoras somente podiam ser admitidas ao clube antes do casamento e a realização do matrimônio as obrigava a deixar o grupo. Poderíamos arriscar a dizer, em virtude do contexto, que as que se casavam assumiriam o papel de dona de casa e mãe, porém o exemplo de Cleonice Gottschall mostra que ela foi além deste modelo, pois mesmo tendo se

casado assumiu uma vida pública. Assim como ela, outras senhorinhas, sejam as que tenham se casado sejam as que permaneceram solteiras, exerceram profissões ligadas ao público, como as que se empregaram no funcionalismo público ou no trabalho ligado ao comércio.

Tratando-se de exemplos de mulheres que foram sócias do *Club Rio Contense*, mas como efetivas e não protetoras, citamos Durvalina da Rocha Souto e Brasília Cardoso Trindade. Esta última, como falado no capítulo anterior, atuou como professora, assumindo a direção do Ginásio Dr. Aloisio de Castro e da Escola Normal Dr. José Basílio da Rocha, além de ter sido esposa e mãe de família.

Diferente da irmã Maria Helena da Rocha Souto, que fez parte do primeiro grupo de protetoras da Bolsa de Caridade, Durvalina da Rocha Souto não atuou como protetora, mas filiou-se como sócia efetiva, ocupando os cargos de Vice-Presidente da Diretoria e Presidente da Assembleia Geral dentro do *Club Rio Contense*. Em sua vida pública, foi eleita vereadora e exerceu por toda a sua vida profissional o cargo de tabeliã de notas, até ser aposentada compulsoriamente aos 70 anos de idade, em 1977 (ARAKAWA, 2006, p. 200).²⁷⁷

As irmãs tiveram em comum o fato de terem permanecido solteiras e ambas ocuparam cargos na burocracia rio-contense: Maria Helena Souto aposentou-se pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).²⁷⁸ Quanto a isso, ponderamos que elas eram filhas de Carlos Souto, político, fazendeiro, enfim, como vimos homem de grande poder, prestígio e influência na região. O peso do sobrenome Souto, certamente, abriu as portas para tais oportunidades vividas por estas duas mulheres.

Nesse sentido, esses casos servem para mostrar que parte das mulheres rio-contenses, em especial, as que compunham essa elite estudada, buscaram outros caminhos que não os que lhes estavam reservados *a priori*, a reclusão ao privado. Mesmo as protetoras, ao praticarem a caridade, considerada uma obrigação feminina, não ficaram presas às amarras de gênero no que tange à questão profissional. No sentido comportamental, certamente, eram limitadas às convenções sociais que lhes impunham um papel específico, do qual, provavelmente, nem essas mulheres, que poderíamos considerar destemidas para a época, conseguiram escapar, a exemplo da expectativa pelo casamento e maternidade.

O tempo de permanência das protetoras na Bolsa de Caridade variou entre um e dezesseis anos. A renúncia nem sempre se fez por motivo de casamento, mas a longevidade

²⁷⁷ Durvalina da Rocha Souto nasceu em Rio de Contas em 02/07/1907 e faleceu na mesma cidade em 15/06/2002; como falado no capítulo anterior, era filha de Carlos Souto e Maria Carmem da Rocha Souto (irmã de José Basílio da Rocha) (ARAKAWA, 2006, p. 200).

²⁷⁸ AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Arrolamentos. ARD. Maria Helena da Rocha Souto 1993-1994. Estante 06, caixa 59, maço 92, doc. 1284, fls. 97.

na ocupação do cargo não significou que aquela protetora não tenha conseguido se casar: no caso de que se tem conhecimento em que a protetora ocupou o cargo por mais de uma década, o motivo da saída foi justamente o casamento. Referimo-nos à senhorinha Lira Trindade que permaneceu na Bolsa por treze anos, tendo saído, em 1955, para se casar.²⁷⁹ Algumas renunciaram em virtude de terem se mudado de cidade, o que aconteceu com a senhorinha Othilia Josephina de Santana, filha do sócio professor Francisco Santana, que atuou por onze anos como protetora e deixou o cargo para acompanhar sua família que seguia para Caetité.²⁸⁰

Em linhas gerais, as protetoras foram jovens senhorinhas que se dedicaram a ajudar o próximo. Como membro da elite, provavelmente, também entendiam a caridade – apesar de ser identificada a uma virtude feminina – como obrigação dos ricos, como parte da cultura do segmento ao qual pertenciam, como foi discutido no início do texto.

A Bolsa de Caridade, certamente, não foi o único espaço onde essas mulheres praticaram a caridade. No primeiro capítulo, falou-se das irmandades religiosas, das quais vale lembrar, em particular, a do Apostolado da Oração, criada em 1906. Como abordado, esta irmandade de adoração do Sagrado Coração foi fundada por D. Clotilde Cândida Gomes da Rocha, mãe do fundador do *Club Rio Contense* José Basílio da Rocha, e, inicialmente, era composta apenas pelas mulheres de elite. Observamos, então, que a caridade era uma prática vivida por essas mulheres, assim como a experiência da associação.

Quando se desvinculavam da Bolsa de Caridade muitas delas continuavam no exercício da benemerência e, nem sempre, somente por intermédio da religião. Maria de Lourdes Rocha Cardoso que se tornou protetora em 1923, não deixou de praticar a caridade após deixar a Bolsa, provavelmente, em 1933 ano em que se casou com Emiliano Ramos Cardoso, sócio efetivo do *Club Rio Contense*. Quando se tornou primeira-dama da cidade, entre 1941 e 1944, pôde lançar mão da experiência que obteve na Bolsa de Caridade ao exercer a presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em Rio de Contas.²⁸¹

²⁷⁹ AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Arrolamentos. ARD. Lira de Castro Trindade 1983-1983. Estante 06, caixa 48, maço 71, doc. 1284, fls. 38.

²⁸⁰ SANTOS, Helena Lima. Coisas do passado. *Tribuna do Sertão*, Brumado, 06/10/1986.

²⁸¹ AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 09 das Atas da Diretoria (1937-1944). Ata n.º 26 da Diretoria da sessão do dia 29/12/1944. Caixa 03. A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi uma instituição criada em 1942, por ato governamental, quando da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de ajudar os soldados enviados à guerra e seus familiares. A presidência da LBA, com sede no Rio de Janeiro, foi entregue à primeira-dama Darcy Vargas. Após as campanhas realizadas no contexto de guerra, a LBA “será a instituição a se firmar na área social, e sua ação assistencial será implementada no sentido de dar apoio político ao governo. A LBA ganha uma ampla estrutura nacional, com órgãos centrais, estaduais e municipais, e embora tivesse sido definida por seus estatutos, em 1946, como instituição de defesa à maternidade e infância, começa a atuar em quase todas as áreas da assistência social, visando um programa de ação permanente” (MESTRINER, 2001, p. 145). A LBA estruturou-se em postos de atendimento nas capitais e cidades brasileiras, administrados pelas primeiras-damas, caracterizando o aspecto filantrópico e assistencialista dos governos. Pelo Decreto-Lei n.º 593, de 27 de maio de

Reforçando, Maria de Lourdes Cardoso era neta de Clotilde Cândida Gomes da Rocha, fundadora da irmandade do Apostolado da Oração, e filha de José Basílio da Rocha.

Em que pese as diferenças existentes entre as mulheres desse grupo, a prática da caridade as uniu no ideal maior de amenizar a pobreza rio-contense, o que, também, era objetivo do *Club Rio Contense*. Por isso e para isso, trabalharam empenhadas para conseguir recursos para a Bolsa de Caridade e socorrer os desvalidos.

A atuação na Bolsa de Caridade foi um caminho pelo qual essas senhorinhas puderam ter acesso ao mundo público sem maiores julgamentos. A existência das protetoras da Bolsa de Caridade foi marcante não só para a vida daquelas mulheres que se envolveram com a prática da caridade, mas, também, para os que foram por elas ajudados. Ademais foi significativo o fato de terem atuado na sociedade rio-contense num momento em que novas formas de relações entre os gêneros começavam a ser admitidas.

1969 foi transformada em Fundação, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e passou a ser mantida por subvenções da União, estados e municípios (MESTRINER, 2001, p. 167).

CONCLUSÃO

O contexto histórico no qual a cidade de Rio de Contas foi criada explica, até certo ponto, a permanência de um sentimento de distinção entre sua elite. Fundada nos idos da exploração mineradora, a riqueza gerada a partir desta atividade econômica deu ímpeto para que, de povoado, a vila rio-contense se transformasse em sede de comarca. São resquícios de tal magnitude os edifícios públicos erigidos na época, assim como a fortuna amealhada por alguns de seus moradores, como fica demonstrado nos sobrados e casarões de estilo colonial.

Formou-se, na cidade, um grupo minoritário que passou a deter poder, derivado da riqueza, do *status* social desta decorrida, bem como da participação política, o qual conceituamos como elite. Mostramos ao longo desse trabalho a percepção dos viajantes que estiveram nesta região, tanto no século XIX quanto no XX, segundo a qual, a opulência da elite rio-contense era evidenciada não somente em construções, mas, em especial, a partir da deferência a uma cultura letrada, com base na aquisição de uma educação formal – a qual naquele período era, de fato, privilégio de poucos, como ficou demonstrado.

Para além de diferenciar-se por meio da posição econômica ou política, a educação remete a um processo de condicionamento social que diferencia os grupos sociais, cujos sentidos são compartilhados apenas por estes. Este “capital simbólico”, que, neste caso, trata-se de uma construção sociocultural, funciona, então, como instrumento de estratégia de distinção.

Tão logo acabou a corrida pelo ouro, a economia rio-contense concentrou-se na pequena produção policultora e artesanal, no comércio e criação de gado. Porém, alguns fatores levariam à crise econômica e social que se abateu na região, em fins do século XIX e início do XX, como a abolição e os períodos de estiagem, embora a tradição policultora e do comércio de artesanato tenha contribuído para certa estabilização. De toda sorte, Rio de Contas havia perdido a centralidade econômica, pode-se dizer, desde inícios do século XIX.

Nesse contexto de reestruturação econômica, rearranjou-se, também, a configuração social, em especial, como ressonância da abolição. Neste sentido, depreende-se que a fundação do *Club Rio Contense*, em 1902, inserida neste momento de desestruturação da sociedade escravista, esteve ligada à tentativa de estabelecimento de novas formas de distinção social, com vistas à manutenção das hierarquias e da ordem social existente.

Criada para ser uma associação que agregava recreação, instrução e beneficência, o *Club Rio Contense* fez parte do cabedal da elite rio-contense, em particular, no que tange ao seu lema da “instrução e caridade”. Ficou evidente no decorrer dessa tese que, no início do século XX, o auxílio à pobreza era considerado um assunto dos “ricos”, ou seja, uma prática típica da cultura de elite. Dentro desta lógica, inserimos a atuação do *Club* e a defesa de seu lema pelos associados.

A preocupação com a “instrução e caridade” fez parte da motivação que congregou os primeiros trinta homens que fundaram o *Club Rio Contense*. Por isso, o afastamento deste princípio, proposto por seu fundador José Basílio Justiniano da Rocha, faz com que esta instituição não possa ser analisada depois disso da mesma maneira que nos anos em que procurou cumprir suas finalidades iniciais que foram, inclusive, registradas em seus estatutos.

A Bolsa de Caridade encerrou da forma mais evidente o compromisso com esse princípio do *Club*, que a manteve sob todos os esforços, esvaecendo-se na década de 1960. Da mesma forma, a preocupação com a instrução seguiu, pelo menos até 1966, quando o *Club Rio Contense*, como vimos, em seu último ato neste sentido, deixou de administrar o ginásio escolar e a Escola Normal que ainda mantinha. Finalizava-se, assim, o comprometimento dessa associação com o lema que lhe deu origem.

Nesse ínterim, percebemos as mulheres rio-contenses, em particular, aquelas que pertenciam a esse mesmo grupo em estudo. De acordo com o lema da “instrução e caridade”, observou-se a maneira como, a partir disso, se reforçou os estereótipos de gênero ao associar a caridade aos instintos femininos. Por outro lado, avaliamos esta situação no sentido de procurar, ao contrário, identificar a participação daquelas *senhorinhas* como uma oportunidade de se perceberem enquanto sujeitos.

Assim, deixamos de lado toda e qualquer interpretação que procura entender a participação dessas mulheres apenas como coadjuvantes. Mesmo que no *Club Rio Contense* seu trabalho estivesse subordinado à Diretoria da associação, a atuação das protetoras proporcionava-lhes autonomia, para cujo trabalho poderia ser acrescido suas experiências privadas. Desta forma, estabeleceu-se uma rede de relações sociais entre as mulheres da elite, a partir da qual se iniciou, como afirmado, o processo de conscientização deste gênero, que em alguns casos desembocou na emancipação feminina.

Não se poderia deixar de mencionar o fato de que a sociabilidade proposta pelo *Club Rio Contense*, por suas características e tipo específicos, teve um caráter predominantemente masculino. Além de ter sido fundado por um grupo formado somente por homens, as

condições de funcionamento (por exemplo: encontros e reuniões à noite fora do ambiente doméstico, de acordo previam regulamentos e estatutos) assim como os propósitos dessa convivência (prática de jogos e discussão política) indicavam a exclusão da participação das mulheres. Entretanto, as transformações ocorridas no pensamento social, relativo ao papel feminino, na sociedade em geral, contribuíram para que as portas da associação fossem abertas às mulheres, as quais já vinham atuando na Bolsa de Caridade, mesmo que, ainda, não tivessem sido reconhecidas formalmente.

A prosopografia mostrou que nem todos estes homens passaram por um processo de aquisição de educação formal. A julgar pela preocupação com a instrução, demonstrada *a priori* pela proposta de criação de uma biblioteca dentre as finalidades do *Club*, afe-re-se que possuir tal aptidão era um requisito importante para essa camada social, o que se torna evidente se se levar em consideração o fato de ter sido este grupo a ocupar os cargos públicos e administrativos na cidade.

De toda sorte, o comprometimento do *Club Rio Riocontense* em levar a “instrução e caridade” como questão essencial de sua atuação foi o que garantiu o título de utilidade pública à associação, assim reconhecida pelo Estado. A ação beneficente praticada pela Bolsa de Caridade, assim como as sessões cívicas realizadas na instituição voltadas para a instrução – sem falar na criação da biblioteca e articulação para construção de prédios escolares na cidade – confirmam a afirmativa de que, por meio dessa atuação filantrópica, os associados estavam cumprindo um dever típico de seu grupo social, o que fazia parte da “cultura da elite”.

O viés da sociabilidade permitiu apreender as relações de convivência desse grupo, que extrapolaram o espaço da associação, mas, também, identificar aspectos outros da sociedade rio-contense, como seus comportamentos culturais ou seus modos de organização social. Ao decorrer da pesquisa foi percebido um forte impulso associativo dos rio-contenses. Tratando-se, particularmente, da elite, vimos que a tendência a associar-se, por exemplo, o agrupamento em irmandades, grupos religiosos, filarmônicas, grêmios esportivos ou nos demais tipos de associação, revelou uma necessidade de convivialidade latente. Depreende-se, desta forma, o quanto estava desenvolvida as relações de sociabilidade, em Rio de Contas, que não se restringiu ao *Club Rio Contense*, e como esta associação estava bem organizada internamente, visto a dinâmica de atividades empreendidas pelo *Club* neste sentido.

A particularidade dessa associação residiu no fato de proporcionar à elite rio-contense relações restritas e exclusivas aos associados, oferecendo-lhes dentre outras coisas, o simples

prazer da convivência. A elite passou a contar com um espaço, onde seria possível conviver com pessoas selecionadas sem a abrangência que, por exemplo, poderia haver num grupo religioso, e com as quais teriam mais experiências a trocar em comum.

A política, de fato, foi um dos assuntos que, certamente, esse grupo tinha em comum, haja vista a confluência entre os associados e os políticos rio-contenses, como foi mostrado. Boa parte dos representantes políticos se associou ao *Club*, embora nem todos tenham assumido algum cargo na Diretoria. De toda sorte, esses homens que se relacionavam na Câmara, no Paço Municipal ou em ambientes público-administrativos reforçavam suas relações interpessoais, bem como compartilhavam valores políticos e sociais ao se encontrarem no *Club Rio Contense*.

Para além da convivência meramente política, os associados confirmaram o impulso associativo dos rio-contenses, além da organização interna da associação, ao criarem sociedades ligadas ao *Club*, voltadas para o lazer e divertimento, como foram os casos da sociedade desportiva, do grupo musical e do grupo dramático. Tais iniciativas, apenas, confirmam o quanto suas relações interpessoais estavam desenvolvidas.

O *Club Rio Contense*, portanto, como espaço de sociabilidade possibilitou o compartilhamento de vínculos que levou à elaboração de uma identidade de grupo, a partir de um processo de identificação e diferenciação. Neste processo, estabeleceu-se uma identificação entre os sócios (os pares) e, ao mesmo tempo, uma relação de alteridade ao afirmar uma diferenciação em relação aos não associados. Embora, como se procurou deixar evidente, apesar da formação de uma identidade em comum, não se quis dar a entender qualquer conclusão referente à homogeneidade deste grupo.

A análise prosopográfica buscou reforçar o caráter de distinção do grupo que se associou ao *Club*, mas, também, revelar a heterogeneidade desta mesma elite. A variação do grau de riqueza, bem como do domínio do letramento, interferiram, diretamente, na expressão de poder, seja ele político ou social. Aspectos observados não só dentro da associação, mas na sociedade rio-contense de maneira geral. Aliás, a influência ou deferência causada por associar-se ao *Club Rio Contense*, foram percebidas no desempenho de seus sócios em pleitos políticos.

Observou-se que, em sua maioria, o ocupante do cargo de presidente da Diretoria do *Club* esteve em consonância com o representante político da cidade. Quando não ocorreu a coincidência de serem a mesma pessoa. Afinal, a participação ativa dentro da administração do *Club* implicava numa distinção social que rendia resultados políticos. Percebeu-se, ainda,

que esta estreita ligação foi mais evidente nas primeiras décadas de existência da associação, esmaecendo-se consideravelmente nos anos finais dessa pesquisa.

A partir da perspectiva desse grupo, o qual optamos por definir como elite, foi descortinada uma das facetas da política do período republicano de Rio de Contas. Ressaltamos os traços característicos da cultura política dessa cidade que não se distanciaram muito do formato da política do contexto nacional e estadual, inclusive, no que se referiu ao entrecruzamento entre os interesses público e privado, que também foi uma realidade local. Poderíamos dizer, até mesmo, que o *Club Rio Contense* funcionou como espaço de socialização dessa mesma cultura política e, por isso, firmou-se como local de representação do social e de construção/afirmação de hierarquias e identidades. A sociabilidade, neste momento, foi percebida como dando inteligibilidade aos processos políticos e sociais.

A noção de sociabilidade norteou essa pesquisa no que disse respeito à apreensão do modo como os homens (e mulheres) da elite rio-contense viveram as suas relações interpessoais e a maneira como se inseriram nos diversos grupos. Além da análise dos aspectos sociais e políticos, buscou-se, também, um olhar pelo lado lúdico dessa sociabilidade, considerando-se o caráter de fruição da convivência que implica, também, o uso deste termo. Acredita-se que ao fim desta tese possa se ter cumprido o objetivo ao qual se propôs, na certeza de que muito ainda se pode seguir a partir dos caminhos aqui percorridos.

REFERÊNCIAS

FONTES

I. Arquivo do Memorial de Medicina de Salvador (AMMS):

Registro de matrícula de aluno. José Basílio Justiniano da Rocha. (não classificado).

Registro de matrícula de aluno. Plínio Viana Dantas. (não classificado).

II. Arquivo Municipal de Caetité (AMC):

Livro de Registro de Óbito. Registro de óbito de Marcelino José das Neves (16/11/1918). Termo 64, fl. F9, caixa 10.

III. Arquivo Municipal de Rio de Contas (AMRC):

a) Acervo Club Rio Contense:

Fundo Club Rio Contense. Cadernetas da Bolsa de Caridade. Caixa 09.

Fundo Club Rio Contense. Diploma concedido a Sócios Beneméritos. Caixa 05.

Fundo Club Rio Contense. Documentos referentes às obras do Teatro (1924). Caixa 04.

Fundo Club Rio Contense. Documentos do Club Rio Contense e da Bolsa de Caridade. Caixa 05.

Fundo Club Rio Contense. Documentos do Club Rio Contense relativos ao ano de 1931. Caixa 06.

Fundo Club Rio Contense. Estatutos da Sociedade Musical Guarany (1927). Caixa 05.

Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense - 1902. Caixa 04.

Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense - 1919. Caixa 04.

Fundo Club Rio Contense. Estatuto do Club Rio Contense - 1932. Caixa 04.

Fundo Club Rio Contense. Livro Caixa da Empresa Theatral Rio Contense (1892). Caixa 04.

Fundo Club Rio Contense. Livro Caixa 1910-1917. Caixa 01.

Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral (1902-1999). Caixa 03.

Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas das Protetoras da Bolsa de Caridade. Caixa 02.

Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas das sessões do Grupo Dramático Castro Alves do Club Rio Contense (1924). Caixa 03.

Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Caixa 05.

Fundo Club Rio Contense. Livro de Comissão incumbida de angariar donativos para aquisição de um prédio para a sede do Club Rio Contense (1928-1931). Caixa 02.

Fundo Club Rio Contense. Livro de Lançamento de sócios admitidos. Caixa 02.

Fundo Club Rio Contense. Livro de Movimento de sócios. Caixa 02.

Fundo Club Rio Contense. Livro de Movimento dos sócios da Sociedade Musical Guarany (1933-1939). Caixa 05.

Fundo Club Rio Contense. Livro de Visitas do Club Rio Contense (1906-1942). Caixa 02.

Fundo Club Rio Contense. Pasta Club Rio Contense. (não classificado).

Fundo Club Rio Contense. Regulamento da Bolsa de Caridade. Caixa 04.

Fundo Club Rio Contense. Relatórios da Presidência (1902-1962). Caixa 04.

Fundo Club Rio Contense. Resolução da Bolsa de Caridade. Caixa 04.

Fundo Club Rio Contense. Teatro São Carlos (1909). Caixa 04.

b) Demais acervos:

Acervo Fotográfico.

Fundo Câmara Municipal. Livro de Atas da Câmara Municipal. Caixa 08.

Fundo Câmara Municipal. Livro de Atas e Termos de Juramentos (1839-1929). Caixa 08.

Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Arrolamentos.

Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Inventários.

Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Habilitação de Casamento (1842-1995). Caixas 01-18.

Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Casamento. Livros n.ºs 01, 02 e 03.

Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Nascimento. Livros n.ºs 01, 02 e 03.

Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Óbito. Livros n.ºs 01, 02 e 03.

Fundo Cartório Eleitoral. Habilitação Eleitoral. Caixa 12.

Fundo Cartório Eleitoral. Livro de Registro de Candidatos. Caixa 14.

Fundo Cartório Eleitoral. Série Qualificação de Eleitores. Caixa 09.

Fundo Conselho Municipal. Livro de Atas do Conselho Municipal. Caixa 02.

Fundo Conselho Municipal. Papéis do Conselho Municipal (1928-1930). Caixa 02.

Fundo Prefeitura Municipal. Livro para registro de atas especiais. Caixa 01.

Fundo Prefeitura Municipal. Termo de compromisso de posse e assunção de exercício do Prefeito deste município de Rio de Contas, Estado da Bahia, Emiliano Ramos Cardoso. Caixa 01.

Fundo Prefeitura Municipal. Série Decretos. Projetos de Decretos-Lei e Decreto-Lei 1939-1947. Caixa 01.

Fundo Tabelionato. Alvarás. Pacote 2 – Anos Diversos. Caixa 15.

Pasta Biografias. (não classificado).

Pasta Propaganda Eleitoral. (não classificado).

Seção Executivo. Livro da Intendência Municipal, 75fls.

c) Periódicos:

O Cinzel. Minas do Rio de Contas. (1912-1919/ 1924-1927).

O Pequeno. Minas do Rio de Contas. (1922-1924).

O Rio Contense. Minas do Rio de Contas. (1921-1922).

Tribuna do Sertão, Brumado. SANTOS, Helena Lima. Coisas do passado. 06/10/1986, p. 10.

IV. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB):

Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 1354. Correspondência Recebida das Câmaras das vilas, Minas do Rio de Contas (1824-1838), Correspondência de 06/07/1834.

Secretaria de Justiça. Ofícios recebidos dos municípios de Remanso, Remédios, Riacho de Santana, Ribeira do Pombal, Rio de Contas e Rui Barbosa. 1890-1913. Unidade 16, caixa 3457, maço 135.

Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Antonio Agripino da Silva Borges 1907-1912. Estante 01, caixa 153, maço 256, doc. 10.

Seção Judiciário. Série Inventários. ID: João Austricliano Cunha 1949. Estante 06, caixa 2392, maço 2892, doc. 10.

Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Marcelino José das Neves 1919/1919. Estante 02, caixa 721, maço 1186, doc. 22.

V. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

Acervo Fotográfico.

VI. Paróquia Santíssimo Sacramento de Rio de Contas (PSSRC):

Livro de Batismos (1919-1921).

Livro de Registros de Casamentos (1873-1914).

Livro de Registros de Casamentos (1914-1919).

VII. Tribunal Regional Eleitoral – Bahia (TRE-BA):

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. 1º Módulo 1945-1965. (não classificado).

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Primeira República* [Recurso eletrônico]: 1889-1930. 2015. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/verbetes>, acesso em 16/10/2016.

ABREU, Alzira Alves de et. all. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/verbetes>, acesso em 21/12/2015.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1891-1940). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

BRASIL. Rio de Contas: infográfico: histórico. In: <http://cidades.ibge.gov.br/>, acesso em 15/10/2014.

BRASIL. Decreto n.º 21. 076, de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>, acesso em 26/03/2016.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 9. 215, de 30 de abril de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9215.html, acesso em 29/06/2016.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 4. 791, de 5 de outubro de 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4791-5-outubro-1942-414901-norma-pe.html>, acesso em 15/06/2016.

BRASIL. Decreto n.º 17. 943-A, de 12 de outubro de 1927. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.html, acesso em 10/04/2016.

O Malho. Rio de Janeiro. (edição 174). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

FONTES IMPRESSAS

- AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia*: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.
- ANAIS do 2º Congresso de História da Bahia, 1952. Salvador: Oficina Tipográfica Manú, 1955, v. 1.
- BAHIA. *Annuário Estatístico* – Anno de 1924. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1926.
- BAHIA. *Annuário Estatístico* – 1931-1932. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1933.
- BAHIA. *Annuário Estatístico* – 1933. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1936.
- BAHIA. *Annuário Estatístico da Bahia* – 1923. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1924.
- BAHIA. *Annuário Estatístico da Bahia* – Anno de 1934. Bahia: A Graphica, 1936.
- BAHIA. *Annuário Estatístico da Bahia* – Anno de 1935. Bahia: Papelaria Brasileira, 1936.
- BAHIA. *Annuário Estatístico da Bahia* – Ano XV – 1937. Bahia: Escola Typ. Salesiana, 1938.
- BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio/IPAC. *Inventário de proteção do acervo cultural*. Monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina. Salvador, 1980. vol. 4.
- BRASIL. *Anuário Estatístico do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916.
- BRASIL. *Annuário Estatístico do Brazil 1908-1912*. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, 1916-1927. Vol. 1-3.
- BRASIL. *Código Civil*. Código Civil quadro comparativo 1916/2002. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.
- BRASIL. *Constituição do Brasil de 1891*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986.
- BRASIL. *Constituição do Brasil de 1934*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986.
- BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil*. Realizado em 1º de setembro de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado da Bahia. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923, vol. 2.
- BRASIL. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905.
- COLEÇÃO DAS LEIS da República dos Estados Unidos do Brasil de 1926. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927, vol. 1.

COSTA, F. A. Pereira da. *Em prol da integridade do território de Pernambuco*. Pernambuco: Typ. do Jornal do Recife, 1896. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221743>, acesso em 20/07/2014.

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano VI-1941/1945. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946.

IBGE. *Censo Demográfico*. (Recenseamento Geral do Brasil, 1950). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

IBGE. *Censo Demográfico*. (VII Recenseamento Geral do Brasil). Rio de Janeiro: Departamento de Censos, 1960, Série Regional, vol. 1, Tomo VIII.

IBGE. *Sinopse Estatística do Município de Rio de Contas*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

SENNA, Nelson C. de. *Anuario de Minas Geraes: parte chorographica, histórica e estatística do Estado de Minas Geraes 1911*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1911, v.4.

SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. São Paulo: Melhoramentos, 1938, vol. II.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Anuário Estatístico da Bahia: 2012*. [CD-ROM]. Salvador: SEI, 2014.

REFERÊNCIAS

ABREU, Adilson Avansi de (org.). *Quantos anos faz o Brasil?* São Paulo: EDUSP, 2000.

AGUIAR, Lielva Azevedo. “*Agora um pouco da política sertaneja*”: a trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetitê – 1885-1924). Santo Antonio de Jesus: UNEB, 2011. (Dissertação de Mestrado).

AGULHON, Maurice. *El círculo burguês: la sociabilidad en Francia, 1810-1848*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

_____. *Historia Vagabunda*. Etnología y Política en la Francia Contemporánea. México: Instituto Mora, 1994.

_____. *Pénitents et Francs-Maçons de l'ancienne Provence* (essair sur la sociabilité Meridionale). Paris: Fayard, 1984.

_____. Visão dos Bastidores. In: NORA, Pierre (org.). *Ensaio de Ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. La Sociabilidad como Categoría Histórica. In: FUNDACION MARIO GONGORA. *Formas de Sociabilidad en Chile 1840-1940*. Santiago do Chile: Vivaria, 1992.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia. Século XIX*. Salvador: UFBA, 2006. (Dissertação de Mestrado).

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

AMORIM, Luciana Correia de. *As festividades religiosas e a relação com o poder em Rio de Contas*. Vitória da Conquista: UESB, 2007. (Monografia em História).

ANDRADE, Rosane Maria Nunes. Bibliotecas: lugar de memória e de preservação – o caso da Biblioteca Nacional do Brasil. *Patrimônio e Memória*. UNESP, FCLAS, CEDAP, vol. 4, n. 2, p. 25-42, jun. 2009.

ARAKAWA, Maria de Lourdes P. e. *As Minas do Rio de Contas*. Salvador: A Autora, 2006.

AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & Classes sociais e grupos de prestígio*. Salvador: EDUFBA; EGBA, 1996.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1960*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARRETO, Maria Renilda Nery. *Nascer na Bahia do século XIX – Salvador (1832-1889)*. Salvador: UFBA, 2000. (Dissertação de Mestrado).

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, n. 16, pp. 38-63, 1º sem. 2011.

BELLIARD, Corinne. *Émancipation des femmes à l'épreuve de la philanthropie: la Charithy Organization Society en Grand-Bretagne et l'office central des oeuvres de bienfaisance en France du XIX^{ème} siècle jusqu'à la guerre de 1914*. s/l, s/e, 2004.

BERNALDO, Pilar González. Presentacion. Maurice Agulhon, un historiador de las mentalidades políticas. In: AGULHON, Maurice. *El círculo burguês: la sociabilidad em Francia, 1810-1848*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

BERNARDO, Maria Ana. *Sociabilidade e Distinção em Évora no século XIX*. O Círculo Eborense. Lisboa: Cosmos, 2001.

BESSE, Suzan K. *Modernizando a desigualdade*. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1950. São Paulo: EDUSP, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. *Politeia*. Vitória da Conquista, v. 5, n.º 1, pp. 47-67, 2005.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Veneza e Amsterdã*. Um estudo das elites do século XVII. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BUSINO, Giovanni. *Elites e elitismos*. Porto: Rés-Editora, s/d.

CANAL, Jordi. Maurice Agulhon: historia e compromisso republicano. *Historia Social*. Valencia, nº 29, pp. 47-72, 1997.

CARONE, Edgar. *A República Liberal – I instituições e classes sociais (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985a.

CARONE, Edgar. *A República Liberal – II evolução política (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985b.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, vol. 40 no. 2. Rio de Janeiro, 1997.

CHARLE, Christophe. Les élites culturelles em France au XIX^{ème} siècle. Inventaire des recherches recentes sur La gènese des intellectuels contemporains. In: HUDEMANN, Rainer; SOUTOU, Geroges-Henri (org.). *Eliten in Deutschland und Frankreich im 19. und 20. Jahrhundert*. Strukturen und Beziehungen, Band 1. Münche: R. Oldenburg Verlag, 1994.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 5, nº. 11, pp. 173-191, 1991.

CHAVES, Cleide de Lima. Da caridade à assistência: o papel da Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista (1910-1930). In: *I Seminário do Grupo de Pesquisa Cultura, Sociedade e Linguagem (GPCSL/CNPq): os sertões da Bahia*. Caetité. I Seminário do Grupo de Pesquisa Cultura, Sociedade e Língua. Caetité, 2011. v. 1. p. 01-10.

CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. *Na beleza do lugar, o Rio das Contas indo... ao mar*. Rio Claro: Editora da UNESP, 2009.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *Internar para educar: colégios-internatos no Brasil (1840-1950)*. Salvador: UFBA, 2012. (Tese de Doutorado).

COUTO, Edilece Souza. Devoções leigas na Bahia republicana. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, vol. V, n. 15, pp. 85-104, jan./2013.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. de. (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, vol. 1.

DIAS, Maria Odila da Silva. Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

- ESTRELA, Ely Souza. *Os sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas, 2003.
- FIORI, Neide Almeida. Religiosidade e civismo entrelaçados: os congressos de brasilidade. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, n.º. 30, p.43-65, outubro de 2001.
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.
- FREIRE, Felisbello. *História Territorial do Brazil*. Bahia, Sergipe e Espírito Santo. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/Instituto Geográfico Histórico da Bahia, 1998.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 2006. (Doutorado em História das Ciências da Saúde).
- FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011, p.199-225.
- GANDON, Tânia Risério d'Almeida. *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX: emigração e comércio*. Salvador: EDUNEB, 2010.
- GILL, Lorena Almeida. Memórias sobre a Tuberculose: narrativas de familiares e de curadores. *Textos e debates*, v. 2, n. 15, 2008.
- GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- GUEREÑA, Jean-Louis. Un essai empirique qui devient un projet raisonné. Maurice Agulhon et l'histoire de la sociabilité. *Studia Histórica, Historia Contemporánea*, Salamanca: Edições Universidad de Salamanca, 26, 2008.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. As elites de cor e os estudos de relações raciais. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 8(2): 67-82, outubro de 1996.
- GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX (sociedade e política)*. Salvador: UFBA, 2000. (Dissertação de Mestrado).
- HARRIS, Marvin. *Town and Country in Brazil*. New York: Columbia University Press, 1956.
- HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- JAMBEIRO, Othon [ett. al.]. *Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação*. Salvador: EDUFBA, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEITE, Márcia Maria Barreiros. *Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930*. Salvador: UFBA, 1997. (Dissertação Mestrado).

- LEMOS, Fernando Cerqueira. *O Ferro de Passar, passado a limpo: anotações em torno de uma coleção*. São Paulo: Editora da USP/Museu Paulista da USP/Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes: marchas e combates*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- LOUSADA, Maria Alexandre. Sociabilidades mundanas em Lisboa. Partidas e assembleias, C. 1760-1834. *Penélope*. Lisboa: Cosmos, n. 19-20, pp. 129-160, 1998.
- MAGALHÃES, L. D. R. A Educação na Primeira República. In: LOMBARDI, J.C, SAVIANI, D. NASCIMENTO, M. I. (orgs). (Org.). *Navegando pela História a Educação Brasileira*. UNICAMP: Gráfica FE UNICAMP/HISTEDBR, 2006.
- MARINHO, Márcia Maria Fonseca. *Natal civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense (1900-1930)*. Natal: UFRN, 2008. (Dissertação de Mestrado).
- MARINHO, Raimundo; LESSA, Eduardo. *Livramento é de Nossa Senhora*. Livramento: Diocese de Livramento de Nossa Senhora, 1995.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. “Gênero e Assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais”. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, dez. 2011.
- MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MONTEIRO, Lorena. Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 25-32, jan./jun., 2009.
- MOTT, Maria Lucia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu*, (16) 2001: p. 199-234.
- _____. Gênero, medicina e filantropia: Maria Renote e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu* (24), jan-jun., 2005, p. 41-67.
- MOTT, Maria Lucia; BYINGTON, Maria Elisa Botelho; ALVES, Olga Sofia Fabergé. *O gesto que salva*. Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2005.
- MÜLLER, Dalila. *Feliz a população que tantas diversões e comodidade goza: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2010. (Tese de Doutorado).
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007.
- NEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sérgio (orgs.). *E. P. Thompson. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio* (um estudo de história local e regional). Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: Editora da UEMS, 2008.
- NUNES, Antonieta de Aguiar. O primeiro projeto de reforma educacional republicana na Bahia: os Atos de Manuel Vitorino Pereira. *Ensaio FEE*, Rio de Janeiro, v. 8, n.28, p. 373-395, 2000.
- PAES, Jurema Mascarenhas. *Tropas e Tropicões na primeira metade do século XIX no Alto Sertão Baiano*. Salvador: UFBA, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- PARRY, Roger. *A ascensão da mídia: a história dos meios de comunicação de Gilgamesh ao Google*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- PESSOTI, Bruno Casseb. *Ajuntar manuscritos, e convocar escritores: o discurso histórico institucional no setecentos luso-brasileiro*. Salvador: UFBA, 2009. (Dissertação de Mestrado).
- PEREIRA, Gonçalo de Athayde. *Minas do Rio das Contas, hoje Município do Rio de Contas*. Bahia: Typ. São Miguel, 1940.
- PERROT, Michelle. Escrever a história das mulheres. In: _____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9, nº 18, 09-18 agosto/setembro, 1989.
- _____. Sair. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.). *História das Mulheres no Ocidente*. O século XIX. Porto: Afrontamentos, 1991.
- PINA, Maria Cristina Dantas; MIGUEL, Antonieta. Rota de Jacobina a Rio de Contas. Apresentação (e notas): a Estrada Real. In: NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta. *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Arcadia, 2007.
- PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1959.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.
- _____. *Fios da Vida*. Tráfico interprovincial e alforrias nos Sertoins de Sima – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.
- RANGEL, F. A. B. De pratarias a escombros: festividade e declínio na Irmandade do Rosário dos Pretos de Rio de Contas. *História e-História*, v. 1, p. 01-13, 2011.
- RIBEIRO, Marcos Profeta. *MULHERES e poder no Alto Sertão da Bahia: a escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901-1927)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. A educação sanitária como profissão feminina. *Cadernos Pagu*, jan./jun., 2005, n. 24, p. 65-104.

ROCHA, Renata Trindade. *Sobrados e Coretos*. Breve história de dez municípios do interior da Bahia e suas bandas contemplados pelo projeto Domingueiras. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 1550-1755*. Brasília: Editora UnB, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *As Misericórdias portuguesas, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *O império da ordem: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873*. Franca: Editora da UNESP, 2008. (Tese de Doutorado).

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA, 1998.

_____. *Poder & Representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: ALBA, 1992.

SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Salvador: ALBA, 1998. Ed. fac-símile.

SANCHES, Nanci Patricia Lima. *Os livres pobres sem patrão nas Minas do Rio das Contas/Ba – Século XIX (1830-1870)*. Salvador: UFBA, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SANGLARD, Gisele Porto. *Entre os salões e o laboratório: Filantropia, mecenato e práticas científicas – Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/COC, 2005. (Tese de Doutorado).

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil Antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Nacional, 1956.

SANTOS, Helena Lima. *Caetité: pequenina e ilustre*. Brumado: Ed. da Tribuna do Sertão, 1995.

SANTOS, Mario Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão – Salvador, (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Légua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930*. São Paulo: USP, 2014. (Tese de Doutorado).

SANTOS, Rui. Senhores da terra, senhores da vila: elites e poderes locais em Mértola no século XVIII. *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993 (2º), 345-369.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Contextos de leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas. In: BRESCHIANI, Stella (org.). *Imagens da Cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/SP; Marco Zero; FAPESP, 1993.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul./dez., 1992.

- SERRA, Esther Trindade. *Guia Lírico de Rio de Contas*. Salvador: Oiti, 2012.
- SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando (coord.) e SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3.
- SILVA, Joanita Candançan. *Cantares de uma terra mãe*. Bahia, s/ed., 1993.
- SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático*. Bahia, 1945. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992.
- SIMMEL, Georg. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Georg Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil (Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República)*. São Paulo: Difel, 1973.
- SOARES, Julieta Trindade. *Rio de Contas e a Igreja de Santana*. Bahia, s/ed., 1997.
- SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: UESB, 2001.
- SOUZA, Belarmino de Jesus. *Uma polis sertaneja, fora do eixo e fora do centro: imprensa e memória nas disputas políticas em Vitória da Conquista (1962-1992)*. Salvador: UFBA, 2010. (Tese de Doutorado).
- SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA, 2009.
- SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SOUZA, Sidnara Anunciação Santana. *As órfãs e desvalidas do Asilo Filhas de Ana: regras de conduta e feminilidade em Cachoeira (1891-1905)*. Feira de Santana: UEFS, 2009. (Dissertação de Mestrado).
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n.º 39, pp. 15-137, jun. 2011.
- TANAJURA, Mozart. *História de Livramento: a terra e o homem*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2003.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *Dois reformas da educação na Bahia, 1895-1925*. Salvador: Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia, 1968.
- THANE, Pat. Genre et protection sociale. La protection maternelle et infantile en Grand-Bretagne, 1860-1918. *Gèneses*, déc. 1991, p. 73-97.

THÉBAUD, Françoise. Maternité et famille entre les deux guerres: idéologies et politique familiale. In: THALMAN, Rita. *Femmes et fascisme*. Paris: Éditions Tierce, 1986.

TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (orgs.). *UFBA: do século XIX ao século XXI*. Salvador: EDUFBA, 2010.

VANIN, Iole Macedo. *As Damas de Branco na Biomedicina Baiana (1897-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. Salvador: UFBA, 2008. (Tese de Doutorado)

VARIKAS, Eleni; MAGRI, Susanna. Dossier: Femmes, Genre, Histoire. *Genèsis*, n.6, décembre 1991, p. 1-26.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VELHO, Gilberto. Entrevista com Gilberto Velho. Concedida em 3 de julho de 2001 a Celso Castro, Lucia Lippi Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 28, p. 183-210, 2002.

VIANNA, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas bahianos*. São Paulo: Nacional, 1935.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo Companhia das letras, 1997.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e Filantropia. *Locus; Revista de História*. Juiz de Fora: EDUFJF, vol. 18, pp. 99-113, 2004.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos de assistência à infância no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n. 37, 1999, p. 103-124.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Centauro, 2002.

WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

APÊNDICES

APÊNDICE A – LISTA NOMINAL DOS SÓCIOS PROSOPOGRAFADOS

1. Adalberto de Oliveira Rocha (fundador)
2. Adolfo Henrique Gottschall (fundador)
3. Afonso Liguori de Medeiros (fundador)
4. Antonio Agripino da Silva Borges (presidente de diretoria)
5. Antonio Irineu Trindade (presidente de assembleia geral)
6. Antonio Souto (fundador)
7. Arlindo Eutropio Ramos (fundador)
8. Arnulfo de Oliveira Gottschall (fundador)
9. Artur Rufino Rocha (fundador)
10. Bento Mendes Oliva (fundador)
11. Carlos Souto (fundador)
12. Clóvis Abreu da Silva (presidente de assembleia geral)
13. Filogônio Ramos Cardoso (presidente de diretoria)
14. Francisco Manoel Ribeiro (fundador)
15. Fulgêncio Antonio da Silva (fundador)
16. Germano Monteiro dos Santos (presidente de assembleia geral)
17. Gilberto Lopes de Andrade (presidente de assembleia geral)
18. Godofredo Cardoso (fundador)
19. Hermano Henrique Gottschall (fundador)
20. João Austricliano Cunha (fundador)
21. João Cardoso de Albuquerque (fundador)
22. João Renato [Justiniano da] Rocha (fundador)
23. Joaquim de Oliveira Chaves (fundador)
24. José Amaro Dantas Trindade (fundador)
25. José Anacleto Freire (presidente de diretoria)
26. José Basílio Rocha (fundador)
27. José Henrique Gottschall da Silva (fundador)
28. José Rodrigues Trindade (fundador)
29. José Vicente Tanajura Guimarães (fundador)
30. Manoel Joaquim Ribeiro (fundador)
31. Marcelino José das Neves (presidente de diretoria)

32. Odilon José dos Santos (presidente de diretoria)
33. Olympio Rodrigues Viana (fundador)
34. Osvaldo Rodolfo Abreu (presidente de diretoria)
35. Pedro de Alcantara y Albuquerque (fundador)
36. Silvino Cardoso (fundador)
37. Silvino Tito Alves (fundador)
38. Tibério Severino de Miranda (fundador)
39. Vitório de Oliveira Rocha (fundador)
40. Waldemar Martins Souto (presidente de diretoria)
41. Zeferino Pedro Rodrigues (fundador)

APÊNDICE B – FICHAS BIOGRÁFICAS DOS SÓCIOS DO *CLUB RIO CONTENSE*

Nome

1. Cargo ocupado na administração do *Club Rio Contense*.
2. Local, data de nascimento.
3. Local, data de óbito.
4. Idade que entrou no *Club Rio Contense*.
5. Estado civil. Data. Nome da esposa.
6. Formação. Atividade profissional.
7. Cargos político-administrativos.
8. Sabe ler e/ou escrever.
9. Patente militar.
10. Riqueza. De onde vem sua riqueza.
11. Participação em outras agremiações civis. Qual.
12. Cor.
13. Parentesco: filiação (legítimo; legitimado; natural). Ligações dentro do *Club Rio Contense* (filhos; irmãos).
14. Fontes.

Adalberto de Oliveira Rocha (fundador)

1. Bibliotecário (1903). Comissão Fiscal (1904; 1907).
2. 1851.
3. Rio de Contas, 14/07/1910.
4. 51.
5. Casado.
6. Negociante.
7. Membro da última Câmara de vereadores do Império; 1º suplente de juiz de direito (1908).
8. Sim.
9. Tenente.
13. Filiação: filho legítimo de José Joaquim de Oliveira Rocha.
14. AMRC. Fundo Cartório Eleitoral. Série Qualificação Eleitoral. Caixa 09; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de

Casamento (1903-1909). Livro n.º 02; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03.

Adolfo Henrique Gottschall (fundador)

1. Vice-Presidente da Diretoria (1906).
2. 1852.
3. Rio de Contas, 03/01/1932.
4. 50.
5. Casado. Ana Clara de Oliveira Gottschall.
6. Negociante.
7. Presidente da última Câmara de vereadores do Império.
8. Sim.
10. Monte-mor Rs. 17: 200\$000 (imóveis, terras); proprietário de terras.
12. Branca.
13. Filiação: Adolpho Henrique Gottschall e Vicentina Maria Henrique Gottschall. Pai de Arnulfo de Oliveira Gottschall (sócio-fundador) e Adolphina Gottschall (viúva de José Renato da Rocha, também sócio-fundador).
14. AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Óbito (1926-1939). Livro n.º 03; AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Adolpho Henrique Gottschall 1938-1940. Estante 04, caixa 140, maço 236, doc. 2044, fls. 42; AMRC. Fundo Cartório Eleitoral. Série Qualificação Eleitoral. Caixa 09; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Atas da Diretoria e Assembleia Geral do CRC (1902-1999). Caixa 03; BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil*. Realizado em 1º de setembro de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado da Bahia. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923, vol. 2.

Afonso Liguori de Medeiros (fundador)

1. Orador (1902). Vice-Presidente da Diretoria (1903).
2. 1861.
4. 41.
5. Casado, 10/02/1898. Maria Domingas dos Santos.
6. Professor.

8. Sim.

14. PSSSRC. Livro de Registros de Casamentos (1873-1914). AMRC. Fundo Club Rio Contense. Atas da Diretoria e Assembleia Geral do CRC (1902-1999). Caixa 03.

Antonio Agripino da Silva Borges (presidente)

1. Presidente da Diretoria (1911).

2. Itapicuru (BA), 12/07/1885.

3. Vitória da Conquista (BA), 25/03/1969.

6. Advogado (formado pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1908).

7. Promotor público (nomeado para o Termo de Rio de Contas, em 1909, de onde foi removido em 1913); deputado estadual (1919-1920; 1925-1926); intendente de Vitória da Conquista (1922-1923); presidente do Conselho Municipal de Vitória da Conquista (1921); delegado de polícia (nomeado pelo governador Antonio Muniz, 1919). Mudou-se para Poções, após o fim de seu mandato como deputado estadual.

8. Sim.

10. Dono da fazenda Santo Antonio, em José Gonçalves, distrito de Vitória da Conquista.

13. Filho do Cônego Antonio Agripino da Silva Borges, de Itapicuru.

14. AMRC. Fundo Club Rio Contense. Atas da Diretoria e Assembleia Geral do CRC (1902-1999). Caixa 03; APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Antonio Agripino da Silva Borges 1907-1912. Estante 01, caixa 153, maço 256, doc. 10; SOUZA, Belarmino de Jesus. *Uma polis sertaneja, fora do eixo e fora do centro: imprensa e memória nas disputas políticas em Vitória da Conquista (1962-1992)*. Salvador: UFBA, 2010. (Tese de Doutorado).

Antonio Irineu Trindade (presidente)

1. Presidente da Assembleia Geral (1951-1952; 1969-1970; 1972; 1976-1977). Vice-Presidente da Assembleia Geral (1950; 1973; 1978-1979; 1985). 1º Secretário da Assembleia Geral (1924-1927; 1929-1934).

2. Rio de Contas, 15/12/1907.

3. Rio de Contas, 20/10/2002.

4. 16.

5. Casado. 30/12/1930. Brasília Trindade Cardoso (filha do sócio-fundador Godofredo Cardoso).

6. Tipógrafo; advogado provisionado.
7. Prefeito (1951-1954)
8. Sim.
11. Sócio efetivo da Sociedade Musical Guarany; sócio do Grupo Dramático Castro Alves.
13. Filiação: José Rodrigues Trindade (sócio-fundador) e Elvira da Silva Trindade (filha do sócio-fundador Fulgêncio Antonio da Silva).
14. AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Habilitação de Casamento (1842-1995). Caixa 01; AMRC. Pasta Biografias. Folheto de 7º dia de falecimento. (não classificado); AMRC. Fundo Club Rio Contense. Atas da Diretoria e Assembleia Geral do CRC (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de movimento dos sócios da Sociedade Musical Guarany (1933-1939). Caixa 05; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Grupo Dramático Castro Alves (1924). Caixa 03.

Antonio Souto (fundador)

1. Presidente da Diretoria (1908; 1912; 1915). Vice-Presidente da Diretoria (1905; 1907; 1920-1923; 1925-1926). Presidente da Assembleia Geral (1927-1929). Vice-Presidente da Assembleia Geral (1930-1932). Tesoureiro (1902-1904). Comissão Fiscal (1919; 1924).
2. Portugal, 1875.
3. Rio de Contas, 30/05/1945.
4. 27.
5. Casado. Leonidia Martins Souto.
6. Negociante; fazendeiro; agente do Banco do Brasil em Rio de Contas; proprietário da Loja Portugal.
7. Delegado de polícia (1916); coletor estadual substituto (1915); conselheiro municipal (1928-1931); vereador (1929-1930); vice-presidente do Conselho Consultivo Municipal (1932-1936).
8. Sim.
9. Coronel.
11. Sócio Honorário da Sociedade Musical Guarany; sócio efetivo do Sport Club Rio Contense e do Grupo Dramático Castro Alves.

13. Filho legítimo de Marcelino José do Souto e Dorothea dos Anjos Almeida Souto. Irmão do sócio-fundador Carlos Souto.

14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). AMRC. Fundo Câmara Municipal. Livro de Atas e Termos de Juramentos (1839-1929). Caixa 08; AMRC. Fundo Conselho Municipal. Livros de Atas do Conselho Municipal (1919-1934). Caixa 01; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Relatórios do Club Rio Contense. Caixa 04; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de movimento dos sócios da Sociedade Musical Guarany (1933-1939). Caixa 05; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Caixa 05; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Grupo Dramático Castro Alves (1924). Caixa 03.

Arlindo Eutropio Ramos (fundador)

1. Vice-Presidente da Diretoria (1909-1910). Comissão Fiscal (1912).
2. Rio de Contas, 30/10/1857.
3. Rio de Contas, 22/03/1916.
4. 45.
5. Casado. Clementina Antonina de Lima Ramos.
6. Ferreiro; criador; artista; proprietário.
7. Membro da última Câmara de vereadores do Império; Coletor (1904).
8. Sim.
9. Capitão; tenente-coronel.
10. Monte-mor Rs. 36: 406\$108 (ouro e prata, terras, imóveis, móveis e semoventes). Proprietário de terras (representado pelos herdeiros no recenseamento de 1920). Construiu uma rua de casas, a qual atualmente leva seu nome, além de um sobrado para ensaio da filarmônica de sua propriedade: a Banda Nossa Senhora do Rosário. Erigiu, também, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, da irmandade de mesmo nome e da qual era juiz.
11. Sócio efetivo da Sociedade Musical Guarany.
12. Branca.
13. Filiação: Polycarpo José Ramos e Clara Roza Barros.

14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Arlindo Eutropio Ramos 1916-1930. Estante 04, caixa 120, maço 216, doc. 1752, fls. 126; *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 31/03/1916; AMRC. Fundo Conselho Municipal. Livro de Atas do Conselho Municipal (1919-1934). Caixa 01; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Óbito (1916-1925). Livro n.º 02; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de movimento dos sócios da Sociedade Musical Guarany (1933-1939). Caixa 05; BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil*. Realizado em 1º de setembro de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado da Bahia. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923, vol. 2; ROCHA, Renata Trindade. *Sobrados e Coretos: breve história de dez municípios do interior da Bahia e suas bandas contemplados pelo projeto Domingueiras*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2005; SOARES, Julieta Trindade. *Rio de Contas e a Igreja de Sant'Ana*. Bahia, 1997.

Arnulfo de Oliveira Gottschall (fundador)

1. Presidente da Diretoria (1940-1941). Vice-Presidente da Diretoria (1911; 1924; 1942). Presidente da Assembleia Geral (1926; 1934-1937). Vice-Presidente da Assembleia Geral (1938-1939). Bibliotecário (1904; 1907; 1927). Orador (1906; 1909-1910; 1912-1915; 1917; 1921-1923; 1925; 1927-1932). Comissão Fiscal (1908; 1918-1919; 1933).
2. Rio de Contas, 27/03/1883.
3. Rio de Contas, 16/05/1966.
4. 19.
5. Solteiro.
7. Adjunto da promotoria pública (1906); escrivão da coletoria estadual.
8. Sim.
9. Major.
10. Monte-mor Cr\$ 2. 800.000,00 (imóveis, terras).

11. Sócio Honorário da Sociedade Musical Guarany; sócio efetivo do Sport Club Rio Contense e do Grupo Dramático Castro Alves; presidente da Cooperativa Mista de Rio de Contas.

12. Branca.

13. Filiação: Adolfo Henrique Gottschall e Ana Clara de Oliveira Gottschall. Pai adotivo de Odete Pereira da Silva.

14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Arnulfo de Oliveira Gottschall 1966-1966. Estante 05, caixa 153, maço 249, doc. 2217, fls. 36; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do CRC (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de movimento dos sócios da Sociedade Musical Guarany (1933-1939). Caixa 05; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Caixa 05; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Grupo Dramático Castro Alves (1924). Caixa 03; ARAKAWA, Maria de Lourdes P. e. *As Minas do Rio de Contas*. Salvador: A autora, 2006.

Artur Rufino Rocha (fundador)

1. Nenhum.

2. Rio de Contas, 09/01/1877.

3. 1907.

13. Filho legítimo de Adalberto d'Oliveira Rocha e Francisca Rufino d'Oliveira Rocha.

14. AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Nascimento (1877-1880).

Bento Mendes Oliva (fundador)

1. Nenhum.

2. 1811.

3. Rio de Contas, 26/11/1905.

4. 91.

5. Viúvo.

6. Advogado.

8. Sim.

9. Major.

13. Filho de José Mendes Oliva e Maria da Encarnação Oliva.

14. AMRC. Fundo Cartório Eleitoral. Série Qualificação Eleitoral. Caixa 09; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Óbito (1889-1914). Livro n.º 01; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03.

Carlos Souto (fundador)

1. Presidente da Diretoria (1903-1904). Vice-Presidente da Assembleia Geral (1940-1941). Tesoureiro (1906). Comissão Fiscal (1905; 1907).

2. Portugal, 21/03/1872.

3. Rio de Contas, 15/01/1942.

4. 30.

5. Casado. 15/10/1892. Maria Carmem da Rocha Souto.

6. Negociante; banqueiro; agricultor; lavrador; criador; proprietário de escritório de Fazendas.

7. Intendente (1908-1912; 1916-1920).

8. Sim.

9. Coronel.

10. Monte-mor Rs. 54:044\$000 (imóveis, terras, uma quantia de 2: 222\$200 submetida ao sindicato mineralógico de Rio de Contas; dívida ativa; dívida passiva; móvel). Proprietário de terras.

11. Sócio benemérito do Sport Club Rio Contense.

13. Filho legítimo de Marcelino José do Souto e Dorothea dos Anjos Almeida Souto. Irmão do sócio-fundador Antonio Souto e cunhado do fundador José Basílio da Rocha.

14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Carlos Souto 1942-1943. Estante 04, caixa 144, maço 240, doc. 2087, fls. 78; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Casamento (1899-1903). Livro n.º 01; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Relatórios do Club Rio Contense. Caixa 04; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC.

Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Caixa 05; BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil*. Realizado em 1º de setembro de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado da Bahia. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923, vol. 2.

Clóvis Abreu da Silva (presidente)

1. Presidente da Assembleia Geral (1942-1950). Bibliotecário (1929). Orador (1933-1934; 1939-1940).
2. 17/03/1912.
4. 15.
5. Casado. 1945. Corina Martins dos Santos.
6. Advogado provisionado.
7. Secretário da prefeitura (1940-1945).
8. Sim.
13. Filiação: Bernardo José da Silva (tabelião) e Alcina Claudina de Abreu e Silva.
14. AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Nascimento (1911-1923). Livro n.º 02; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Habilitação de Casamento (1842-1995). Caixa 01; AMRC. Fundo Prefeitura Municipal. Série Decretos. Projetos de Decretos-Lei e Decreto-Lei 1939-1947. Caixa 01; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03.

Filogônio Ramos Cardoso (presidente)

1. Presidente da Diretoria (1966). Vice-Presidente da Assembleia Geral (1961). 1º Secretário da Diretoria (1943; 1950-1952). 2º Secretário da Diretoria (1944-1946; 1949).
2. Rio de Contas, 30/07/1919.
4. 23.
5. Casado. 28/02/1951. Zelia de Lourdes Souto.
6. Negociante.
7. Prefeito (1959-1962; 1967-1970); Presidente da Câmara de Vereadores (1957).
8. Sim.

13. Filiação: João Cardoso de Albuquerque e Adelia da Silva Albuquerque.
14. AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Nascimento (1911-1923). Livro n.º 02; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Habilitação de Casamento (1842-1995). Caixa 01. AMC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03.

Francisco Manoel Ribeiro (fundador)

1. 1º Secretário da Diretoria (1906). Bibliotecário (1921-1923; 1927-1928). 1º Secretário da Assembleia Geral (1924). Comissão Fiscal (1902; 1933).
2. 1868.
3. Rio de Contas, 12/02/1937.
4. 34.
5. Solteiro.
6. Negociante; advogado provisionado.
7. Fiscal do Conselho Municipal (1919-1927); procurador judicial (1929).
8. Sim.
9. Capitão.
10. Possuía terras.
11. Sócio efetivo do Sport Club Rio Contense.
12. Branca.
13. Filiação: Joaquim Manoel Ribeiro e Emilia da Silva Ribeiro.
14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Óbito (1926-1939). Livro n.º 03; AMRC. Seção Executivo. Livro da Intendência Municipal; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Caixa 05.

Fulgêncio Antonio da Silva (fundador)

1. Nenhum.
2. 1854.
3. Rio de Contas, 23/01/1933.

4. 48.
5. Casado. Emilia Fausta da Silva.
6. Negociante.
7. 3ª suplente de delegado (1891); subcomissário de polícia (1895); 1ª suplente de comissário (1896); aposentado no cargo de Chefe de Seção da Subadministração dos Correios (1913).
8. Sim.
9. Tenente; major.
10. Monte-mor Rs. 3: 200\$000 (ouro, imóvel).
11. Sócio efetivo do Sport Club Rio Contense.
12. Branca.
13. Filiação: Bernardo Teixeira da Silva e Francisca Ignacia de Oliveira e Silva.
14. AMRC. Fundo Cartório do registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Óbito (1926-1939). Livro n.º 03; AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Fulgêncio Antonio da Silva 1939-1941. Estante 04, caixa 142, maço 238, doc. 2064, fls. 75; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Caixa 05.

Germano Monteiro dos Santos (presidente)

1. Presidente da Assembleia Geral (1938-1939).
6. Bacharel em Direito.
7. Juiz de direito [de Rio de Contas - 1938].
8. Sim.
11. Sócio da Sociedade Musial Guarany (1939).
14. AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de movimento dos sócios da Sociedade Musical Guarany (1933-1939). Caixa 05.

Gilberto Lopes de Andrade (presidente)

1. Presidente da Assembleia Geral (1933).
6. Bacharel em Direito.

7. Juiz de direito [de Rio de Contas - 1933].

8. Sim.

14. AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03.

Godofredo Cardoso (fundador)

1. 2º Secretário da Diretoria (1905). Tesoureiro (1908).

2. Rio de Contas, 1881.

3. Salvador, 17/03/1923.

4. 21.

5. Casado. 20/04/1907. Maria Ilidia Trindade Cardoso.

6. Negociante; representante comercial na capital de importante escritório de miudezas Srs. Souza Teixeira & Cia. (1918); caixeiro.

7. Conselheiro municipal (1908-1916).

8. Sim.

9. Tenente-Coronel.

10. Proprietário de terras.

13. Filiação: Emeliano Cardoso de Albuquerque e Elisa Eulalia das Dores Albuquerque. Irmão de João Cardoso e Silvino Cardoso, sócios-fundadores.

14. *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 1918; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Casamento (1903-1909). Livro n.º 02; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Habilitação de Casamento (1842-1995). Caixa 01; AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Arrolamentos. ARD: Maria Ilidia Trindade Cardoso 1960-1978. Estante 05, caixa 32, maço 39, doc. 723, fls. 128; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03. BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil*. Realizado em 1º de setembro de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado da Bahia. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923, vol. 2.

Hermano Henrique Gottschall (fundador)

1. Bibliotecário (1902). Vice-Presidente da Diretoria (1915). Vice-Presidente da Assembleia Geral (1919). Comissão Fiscal (1905; 1912).
2. 1849.
3. Rio de Contas, 07/10/1923.
4. 53.
5. Casado. 03/02/1894. Ana Bella Pires Gottschall.
6. Negociante; proprietário da padaria e fábrica de biscoitos e bolachas.
8. Sim.
9. Major.
10. Monte-mor Rs. 1: 500\$000 (imóveis, terras).
11. Sócio efetivo do Sport Club Rio Contense.
12. Branca.
13. Filiação: Adolfo Henrique Gottschall (natural de Hamburgo) e Vicentina Maria Henrique Gottschall. Irmão e tio dos sócios-fundadores Adolpho Henrique Gottschall e Arnulfo de Oliveira Gottschall, respectivamente.
14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Casamento (1889-1903). Livro n.º 01; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Óbito (1916-1925). Livro n.º 02; AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Hermano Henrique Gottschall 1927-1928. Estante 04, caixa 131, maço 227, doc. 1926, fls. 25; AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Arrolamentos; ARD: Ana Bella Pires Gottschall 1969-1969. Estante 06, caixa 37, maço 48, doc. 822, fls. 35; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Caixa 05.

João Austricliano Cunha (fundador)

1. Comissão Fiscal (1902).
2. Natural de Saubara, então termo da cidade de Santo Amaro, 1871.
3. Salvador, 18/03/1948.
4. 31.
5. Casado. 10/10/1906. Theodomira Isabel de Moura.

7. Telegrafista.
8. Sim.
10. Monte-mor Cr\$ 72.868, 00 (imóvel e depósito na Caixa Econômica Federal).
12. Branca.
13. Filiação: Manoel Serrado da Cunha e Leopoldina Vicencia da Cunha.
14. PSSSRC. Livro de Registros de Casamentos 1873-1914. AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Habilitação de Casamento (1842-1995). Caixa 01; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: João Austricliano Cunha 1949. Estante 06, caixa 2392, maço 2892, doc. 10.

João Cardoso de Albuquerque (fundador)

1. Presidente da Diretoria (1942). Vice-Presidente da Assembleia Geral (1944-1946). 1º Secretário da Diretoria (1937-1939; 1949). 1º Secretário da Assembleia Geral (1921-1923). Tesoureiro (1909-1912; 1916; 1924-1932; 1935-1936). Comissão Fiscal (1906; 1908; 1914-1915).
2. 1879.
3. Rio de Contas, 17/12/1954.
4. 23.
5. Casado. 03/07/1908. Adelia da Silva Albuquerque.
6. Negociante; caixeiro.
7. Suplente de juiz de paz (1907); Juiz de paz (Vila Velha) (1916/1919).
8. Sim.
9. Capitão; major.
10. Monte-mor Cr\$ 5.000,00 (imóvel).
11. Sócio efetivo da Sociedade Musical Guarany; sócio efetivo do Sport Club Rio Contense e do Grupo Dramático Castro Alves.
12. Branca.
13. Filiação: Emiliano Cardoso de Albuquerque e Elisa Eulalia das Dores e Albuquerque.
14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Casamento (1903-1909). Livro n.º 02; AMRC. Fundo Cartório do Registro

Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Habilitação de Casamento (1842-1995). Caixa 01; AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Arrolamentos. ARD: João Cardoso de Albuquerque 1972-1978. Estante 06, caixa 39, maço 53, doc. 878, fls. 60; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Caixa 05; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de movimento dos sócios da Sociedade Musical Guarany (1933-1939). Caixa 05; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Grupo Dramático Castro Alves (1924). Caixa 03.

João Renato Justiniano Rocha (fundador)

1. Nenhum.
2. 1873.
3. Rio de Contas, 19/07/1902.
4. 29.
5. Casado. 16/02/1901. Adolphina Gottschal Rocha.
8. Sim.
9. Capitão.
13. Filiação: Coronel Aurelio Justiniano da Rocha e Clotilde Candida Gomes da Rocha. Irmão do fundador José Basílio da Rocha e genro do sócio-fundador Adolpho Henrique Gottschall.
14. AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Casamento (1889-1903). Livro n.º 01; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Óbito (1889-1914). Livro n.º 01; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03.

Joaquim de Oliveira Chaves (fundador)

1. 2º Secretário da Diretoria (1902). 1º Secretário da Diretoria (1904-1905; 1907). Comissão Fiscal (1903; 1909).
2. 1871.
3. Rio de Contas, 14/10/1930.
4. 31.

5. Casado. 21/11/1891. Ana Christina da Silva Ribeiro.
6. Negociante.
7. 2º suplente do Comissário (1903); 1º suplente do Comissário de polícia (1903); Tesoureiro (Correio) (1919-1927); secretário do prefeito (1903-1916); suplente do Conselho Municipal (1922).
8. Sim.
9. Major.
10. Monte-mor Rs. 2: 650\$000 (imóveis).
13. Filiação: Coronel Herculano Oliveira Chaves e Maria Bernardina de Oliveira Chaves Cunhado do sócio-fundador Francisco Manoel Ribeiro.
14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Casamento (1889-1903). Livro n.º 01; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Habilitação de Casamento (1842-1995). Caixa 01; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Óbito (1926-1939). Livro n.º 03; AMRC. Fundo cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Joaquim de Oliveira Chaves 1939-1942. Estante 04, caixa 142, maço 238, doc. 2066, fls. 139; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03.

José Amaro Dantas Trindade (fundador)

1. Comissão Fiscal (1902-1903).
2. 1846.
3. Rio de Contas, 25/09/1906.
4. 56.
5. Casado. Hermelina Severina da Trindade.
7. Escrivão dos feitos cíveis e criminais (1889).
8. Sim.
10. Monte-mor Cr\$ 21.000,00 (imóvel, terras). Proprietário de terras (representado pela esposa no recenseamento 1920).
13. Filiação: Joaquim do Carmo da Trindade e Sibelina Dantas Trindade.

14. AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Óbito (1889-1914). Livro n.º 01; AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Arrolamentos. ARD: José Amaro Dantas Trindade 1957-1960. Estante 05, caixa 26, maço 29, doc. 594, fls. 46; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil*. Realizado em 1º de setembro de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado da Bahia. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923, vol. 2.

José Anacleto Freire (presidente)

1. Presidente da Diretoria (1918-1925; 1928-1939).
2. Salvador, 14/09/1887.
4. 30.
5. Casado. 30/10/1918. Alzira Souto Freire.
6. Bacharel em Direito.
7. Promotor público [de Rio de Contas – 1917-1925; 1932-1933]; delegado escolar [do termo de Rio de Contas (1917)]; juiz municipal de Bom Jesus dos Meiras (1926); promotor da comarca de Maracás (1943-1949).
8. Sim.
10. Proprietário de terras.
11. Sócio Honorário da Sociedade Musical Guarany; sócio efetivo do Sport Club Rio Contense e do Grupo Dramático Castro Alves.
13. Filho de José Anacleto Freire e Maria das Dores Freire. Genro do sócio-fundador Carlos Souto.
14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 1919; AMRC. Seção Executivo. Livro da Intendência Municipal; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Casamento (1909-1921). Livro n.º 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de movimento dos sócios da Sociedade Musical Guarany (1933-1939). Caixa 05; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Caixa 05;

AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Grupo Dramático Castro Alves (1924). Caixa 03; BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil*. Realizado em 1º de setembro de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado da Bahia. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923, vol. 2.

José Basílio Justiniano da Rocha (fundador)

1. Presidente da Diretoria (1902; 1905; 1909-1910; 1913-1914; 1916-1917; 1926-1927). Presidente da Assembleia Geral (1919-1925; 1930-1932; 1940-1941). Orador (1903-1904; 1907). Comissão Fiscal (1912).
2. Vila Velha, 24/04/1875.
3. Rio de Contas, 22/02/1943.
4. 26.
5. Casado. Aguida Bomfim da Silva Rocha.
6. Médico (FAMEB/1898); proprietário de drogaria.
7. Intendente (1912-1916; 1928-1930); Conselho Consultivo (1932-1936); vereador (1936-1937); prefeito interino (1937); deputado estadual (1909-1918).
8. Sim.
10. Monte-mor Cr\$ 35. 366,60 (imóvel, terras, apólice federal de Cr\$20.000,00, depósito na Caixa Econômica Federal de Cr\$ 166,60).
11. Sócio efetivo do Sport Club Rio Contense.
12. Branca.
13. Filiação: Coronel Aurelio Justiniano da Rocha e Clotilde Candida Gomes da Rocha.
14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Arrolamentos. ARD: Aguida Bomfim da Silva Rocha 1975-1978. Estante 06, caixa 48, maço 71, doc. 1036, fls. 60; AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: José Basílio Justiniano da Rocha 1943-1945. Estante 04, caixa 145, maço 241, doc. 2093, fls. 45; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Caixa 05. AMMS. Registro de matrícula de aluno (não classificado).

José Henrique Gottschall da Silva (fundador)

1. Vice-Presidente da Diretoria (1902; 1912; 1918; 1919). Bibliotecário (1903). Tesoureiro (1905; 1913-1915). 2º Secretário da Diretoria (1908). 1º Secretário da Diretoria (1910). Vice-Presidente da Assembleia Geral (1920-1923). Comissão Fiscal (1904; 1915; 1926; 1933).
2. Rio de Contas, 08/01/1872.
3. Salvador, 21/01/1945.
4. 30.
5. Casado. 27/05/1899. Ildia Guimarães Gottschall da Silva.
7. Coletor estadual.
8. Sim.
9. Tenente-coronel; capitão.
10. Monte-mor Cr\$ 9.000,00 (imóveis, dez apólices da Unificação, uma caderneta de poupança da Caixa Econômica Federal).
11. Sócio efetivo do Sport Club Rio Contense.
13. Filiação: João Caetano da Silva e Carlota Henrique Gottschalk da Silva. Sobrinho do sócio-fundador Adolpho Henrique Gottschall.
14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Casamento (1889-1903). Livro n.º 01; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Habilitação de Casamento (1842-1995). Caixa 01; AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Arrolamentos. ARD: José Henrique Gottschall da Silva 1948-1951. Estante 05, caixa 21, maço 24, doc. 500, fls. 48; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Caixa 05.

José Rodrigues Trindade (fundador)

1. 2º Secretário da Diretoria (1903; 1924). Orador (1918-1920; 1924).
2. Rio de Contas.
3. Macaúbas.
5. Casado. Elvira da Silva Trindade.

6. Tipógrafo; artista (músico, teatrólogo, compositor); advogado provisionado.
7. 3º juiz de paz (1907); Escrivão interino dos feitos cíveis e criminais (1916); Conselheiro Municipal (1918-1921).
8. Sim.
9. Capitão.
11. Sócio-fundador da Sociedade Musical e Beneficente Lyra dos Artistas; sócio efetivo do Sport Club Rio Contense e do Grupo Dramático Castro Alves; sócio do Instituto Geográfico e Histórico do Brasil.
13. Filiação: Francisco Rodrigues da Trindade e Tirmiana Ramos da Trindade. Pai de Antonio Irineu Trindade (sócio e prefeito 1951-1954). Seu pai era proprietário da Loja Brazil.
14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 14/09/1913. AMRC. Pasta Lira dos Artistas (não classificado). AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Caixa 05; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Grupo Dramático Castro Alves (1924). Caixa 03; SOARES, Julieta Trindade. *Rio de Contas e a Igreja de Sant'Ana*. Bahia, 1997.

José Vicente Tanajura Guimarães (fundador)

1. Nenhum.
3. 1906.
5. Casado.
6. Bacharel em Direito.
7. Juiz de direito.
8. Sim.
14. AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03.

Manoel Joaquim Ribeiro (fundador)

1. Nenhum.
2. 1865.

3. 1912.
4. 37.
5. Casado. 20/05/1889. Maria Esmeria de Jesus.
6. Lavrador.
13. Filiação: Antonio Joaquim Ribeiro e Bernardina Maria de Jesus.
14. AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Casamento (1889-1903). Livro n.º 01; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03.

Marcelino José das Neves (presidente)

1. Presidente da Diretoria (1906-1907). Orador (1908).
2. Caetité, 12/08/1841.
3. Caetité, 16/11/1918.
4. 64.
5. Casado. 12/06/1871. Honorata Raquel da Veiga Neves.
6. Professor [da Escola Normal de Caetité (1895-1904) e da escola do sexo masculino de Rio de Contas (1905-1912)].
7. Sim.
10. Monte-mor Rs. 4:000\$000 (imóveis, com alguma mobília).
12. Branca.
14. SANTOS, Helena Lima. *Caetité: pequenina e ilustre*. 2ª ed. Brumado: Tribuna do Sertão, 1995. *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 1918; AMC. Seção Judiciário. Série Registro de Óbito. Caixa 10; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Marcelino José das Neves 1919/1919. Estante 02, caixa 721, maço 1186, doc. 22.

Odilon José dos Santos

1. Presidente da Diretoria (1963; 1968; 1970). Orador (1969).
2. Rio de Contas, 03/04/1921.
4. 18.
5. Casado. 21/09/1948. Maria Conceição Pinto.

- 6. Professor público.
- 8. Sim.
- 12. Parda.
- 13. Filho legítimo de Athanasio José dos Santos e Laurinda Rosa dos Santos.
- 14. AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Nascimento (1911-1923). Livro n.º 02; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Habilitação de Casamento (1842-1995). Caixa 01; AMRC: Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03.

Olympio Rodrigues Viana (fundador)

- 1. 2º Secretário da Diretoria (1904).
- 2. 1856.
- 3. Rio de Contas, 22/12/1929.
- 4. 46.
- 5. Casado. Theotonila Neves Viana.
- 6. Ourives.
- 7. Promotor interino (1894); adjunto da promotoria pública (1896; 1920; 1921-1927)
- 8. Sim.
- 13. Filiação: Izidro Rodrigues Viana e Guilhermina Francisca da Conceição Viana.
- 14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Óbito (1926-1939). Livro n.º 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03.

Oswaldo Rodolfo Abreu (intendente/prefeito)

- 1. Presidente da Diretoria (1961). Vice-Presidente da Diretoria (1960; 1976; 1979). Tesoureiro (1963; 1974; 1977-1979; 1981-1984). Bibliotecário (1942-1946; 1949-1952; 1975; 1981). 2º Secretário da Diretoria (1966). 2º Secretário da Assembleia Geral (1985). Suplente da Comissão Fiscal (1934).
- 2. Rio de Contas, 30/04/1912.
- 4. 20.
- 6. Empregado público.

7. Secretário da prefeitura (1977).

8. Sim.

13. Filiação: Rodolfo de Oliveira Abreu e Alcides Amelia de Abreu.

14. AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Nascimento (1911-1923). Livro n.º 02; AMRC: Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03.

Pedro de Alcantara y Albuquerque (fundador)

1. Nenhum.

6. Vigário/Pároco [mudou-se para Caetité 1905].

8. Sim.

14. SANTOS, Helena Lima. *Caetité: pequenina e ilustre*. 2ª ed. Brumado: Tribuna do Sertão, 1995; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03.

Silvino Cardoso de Albuquerque Sobrinho (fundador)

1. 1º Secretário da Diretoria (1902-1903). Bibliotecário (1905). Tesoureiro (1907). Vice-Presidente da Diretoria (1908). 2º Secretário da Diretoria (1918-1919). Comissão Fiscal (1904).

2. 1874.

3. Rio de Contas, 07/07/1943.

4. 28.

5. Casado. Raquel Martins Cardoso.

6. Auxiliar do comércio; artista.

7. 1º suplente de comissário de polícia (1906); delegado de polícia (1909; 1911); 1º suplente de delegado de polícia (1911); Conselheiro Municipal (1916-1921); vereador (1936-1937).

8. Sim.

9. Capitão.

10. Monte-mor Cr\$ 8.039,95 (imóveis, mobília, dívida ativa, mercadorias da loja sob a firma Martins&Cia.).

13. Filiação: Emiliano Cardoso de Albuquerque e Elisa Eulália das Dores e Albuquerque. Irmão dos sócios-fundadores Godofredo Cardoso e João Cardoso de Albuquerque.

14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). AMRC. Fundo Conselho Municipal. Livro de Atas do Conselho Municipal (1919-1934). Caixa 01; AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Arrolamentos. ARD: Silvino Cardoso de Albuquerque Sobrinho 1943-1946. Estante 05, caixa 15, maço 18, doc. 400, fls. 37; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03.

Silvino Tito Alves (fundador)

1. Bibliotecário (1906). 2º Secretário da Diretoria (1911; 1914).
2. 1881.
3. Rio de Contas, 20/01/1934.
4. 21.
5. Casado. 19/09/1908. Ana Esther Martins Alves.
6. Artista; ourives; tenda de cabeleireiro.
7. Avaliador privativo da administração judiciária.
8. Sim.
9. Capitão.
10. Monte-mor Rs. 4: 317\$947 (móveis, imóveis, terras, Rs. 382\$947 no cofre do Estado).
11. Sócio efetivo do Sport Club Rio Contense e do Grupo Dramático Castro Alves.
12. Branca.
13. Filho natural de Paulina Maria de Jesus e legitimado de Antonio Sympronio Alves.
14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Casamento (1903-1909). Livro n.º 02; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Habilitação de Casamento (1842-1995). Caixa 01; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Óbito (1926-1939). Livro n.º 03; AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Silvino Tito Alves 1937-1938. Estante 04, caixa 139, maço 235, doc. 2027, fls. 55; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-

1922). Caixa 05; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Grupo Dramático Castro Alves (1924); Caixa 03.

Tibério Severino de Miranda (fundador)

1. Comissão Fiscal (1903; 1919-920; 1922).
2. 1860.
3. Rio de Contas, 06/11/1930.
4. 42.
5. Solteiro.
6. Artista; negociante (armador funerário; fogueteiro); pintor.
7. Subdelegado.
8. Sim.
9. Major.
10. Monte-mor Rs. 6:968\$900 (móveis, imóveis, dívida ativa).
11. Sócio-fundador da Sociedade Musical e Beneficente Lyra dos Artistas; sócio efetivo da Sociedade Musical Guarany.
12. Branca.
13. Filiação: Manoel Severino de Miranda e Maria Zeferina de Miranda.
14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Óbito (1926-1939). Livro n.º 03; AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Tibério Severino de Miranda 1931-1932. Estante 04, caixa 134, maço 230, doc. 1976, fls. 140; AMRC. Pasta Lira dos Artistas (não classificado); AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de movimento dos sócios da Sociedade Musical Guarany (1933-1939). Caixa 05.

Vitório de Oliveira Rocha (fundador)

1. Nenhum.
2. 1847.
3. Rio de Contas, 14/12/1942.
4. 55.
5. Casado. 20/02/1909. Isabel America Teixeira da Rocha.

6. Alfaiate.
8. Sim.
9. Capitão.
10. Monte-mor Cr\$ 25.000,00 (único bem imóvel).
13. Filho natural de Efigenia Maria da Conceição.
14. AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Arrolamentos. ARD: Vitorio de Oliveira Rocha 1957-1959. Estante 05, caixa 26, maço 29, doc. 592, fls. 28; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03.

Waldemar Martins Souto (presidente)

1. Presidente da Diretoria (1943-1952). Vice-Presidente da Assembleia Geral (1935-1937). 1º Secretário da Diretoria (1933-1934). 2º Secretário da Diretoria (1922-1923). 1º Secretário da Assembleia Geral (1938-1940). 2º Secretário da Assembleia Geral (1921). Bibliotecário (1931-1932).
2. 03/12/1901.
3. Rio de Contas, 07/05/1977.
4. 18.
5. Casado. 31/12/1927. Hilda Rocha Souto.
6. Representante comercial.
7. 1º suplente de juiz de direito (1933); coletor estadual; prefeito (1945-1948); vereador (1936-1937).
8. Sim.
10. Monte-mor Cr\$ 185.000,00 (imóveis).
11. Sócio contribuinte da Sociedade Musical Guarany; sócio efetivo do Sport Club Rio Contense.
12. Branca.
13. Filho de Antonio Souto e Leonidia Martins Souto. Sobrinho e genro do sócio-fundador Carlos Souto.
14. AMRC. Fundo Prefeitura Municipal. Livro para Registro de Atas especiais 1937-1944. Caixa 01; AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Arrolamentos. ARD: Waldemar Martins Souto 1977-1978. Estante 06, caixa 43, maço 60, doc. 944, fls.60; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e

Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de movimento dos sócios da Sociedade Musical Guarany (1933-1939). Caixa 05; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Caixa 05.

Zeferino Pedro Rodrigues (fundador)

1. Comissão Fiscal (1904).
2. 1845.
3. Rio de Contas, 25/04/1911.
4. 57.
5. Solteiro.
6. Negociante.
7. Conselheiro municipal (1908-1911).
8. Sim.
9. Tenente-coronel; major.
10. Monte-mor Rs. 35:311\$621 (imóveis, semoventes, dívidas ativas).
13. Filiação: Manoel Pedro Rodrigues e Maria Bernardina do Espírito Santo. Tio da esposa do sócio Gustavo Rodolfo Abreu.
14. AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Zeferino Pedro Rodrigues 1911-1932. Estante 04, caixa 118, maço 214, doc. 1715, fls. 291; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Óbito (1889-1914) Livro n.º 01; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03.

APÊNDICE C – LISTA NOMINAL DE PREFEITOS/INTENDENTES DE RIO DE CONTAS (1889-1966)

1. José de Aquino Tanajura (1890-1899)
2. Ursino de Souza Meira (1900-1903)
3. Francisco Octaviano Tanajura (1904-1907)
4. Carlos Souto (1908-1912)
5. José Basílio da Rocha (1912-1916)
6. Carlos Souto (1916-1919)
7. Deoclides Silvério Alcântara (1920-1921)
8. Rodolfo Oliveira Abreu (1922-1925)
9. Gustavo Rodolfo Oliveira Abreu (1926-1927)
10. José Basílio da Rocha (1928-1930)
11. Plínio Viana Dantas (1930)
12. Rodolfo Oliveira Abreu (1931-1940)
13. Francisco Dorival da Rocha (1940)
14. Emiliano Ramos Cardoso (1941-1944)
15. Waldemar Martins Souto (1945-1948)
16. Rodolfo Oliveira Abreu (1948-1951)
17. Antonio Irineu Trindade (1951-1955)
18. Rodolfo Oliveira Abreu (1955-1959)
19. Filogônio Ramos Cardoso (1959-1963)
20. Fidenciano Alves Teixeira (1963-1967)

APÊNDICE D – FICHAS BIOGRÁFICAS DOS INTENDENTES/PREFEITOS NÃO INCLUÍDOS NA PROSOPOGRAFIA DO *CLUB RIO CONTENSE*

Deoclides Silverio Alcantara

1. Nenhum.
2. 1876.
4. 43.
5. Casado.
6. Negociante de Vila Velha; proprietário de fábrica de descaroçar algodão.
7. Tesoureiro da subadministração dos Correios (1914); Intendente (1920-1921).
8. Sim.
9. Coronel.
10. Proprietário de terras.
11. Sócio contribuinte do Sport Club Rio Contense.
13. Filiação: Augusto Silverio de Alcantara.
14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). *O Cinzel*, Minas do Rio de Contas, 1914; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Caixa 05; BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil*. Realizado em 1 de setembro de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado da Bahia. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923, vol. 2.

Emiliano Ramos Cardoso

1. 2º Secretário da Diretoria (1924-1925; 1928-1929). 2º Secretário da Assembleia Geral (1931-1934). Bibliotecário (1926; 1930). Vice-Presidente da Assembleia Geral (1942-1943). Comissão Fiscal (1924).
2. Rio de Contas, 16/03/1903.
4. 17.
5. Casado. 27/04/1933. Maria de Lourdes Rocha Cardoso.
6. Artista; ourives; proprietário da empresa Cardoso & Rocha.
7. Prefeito (1941-1944).

8. Sim.

11. Sócio efetivo da Sociedade Musical Guarany; sócio efetivo do Sport Club Rio Contense e do Grupo Dramático Castro Alves (ambos do Club Rio Contense).

13. Filiação: João Cardoso de Albuquerque (sócio-fundador) e Adelia da Silva Albuquerque. Casado com a protetora da Bolsa de Caridade Maria de Lourdes Rocha, filha de José Basílio Rocha.

14. AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Habilitação de casamento (1842-1995). Caixa 01; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de movimento dos sócios da Sociedade Musical Guarany (1933-1939). Caixa 05; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Caixa 05; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Grupo Dramático Castro Alves (1924). Caixa 03.

Fidenciano Alves Teixeira

1. Nenhum.

2. Furna, 05/06/1907.

3. Rio de Contas, 14/12/1977.

4. 27.

7. Prefeito (1963-1967; 1975-1976).

8. Sim.

14. AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Pasta biografias. Folheto de 7º dia de falecimento. (não classificado).

Francisco Dorival da Rocha

1. 2º Secretário da Diretoria (1931-1932). 2º Secretário da Assembleia Geral (1928-1930).

2. Rio de Contas, 14/08/1909.

5. Solteiro.

6. Comerciante; prático em farmácia.

7. Prefeito (1940-1941).

8. Sim.

13. Filiação: José Basílio Justiniano da Rocha e Aguida Bomfim da Silva Rocha.

14. AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Nascimento (1911-1923). Livro n.º 02; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03.

Francisco Octaviano Tanajura

1. Nenhum (não foi localizado nas listas de sócio do Club Rio Contense).

2. Vila Velha, 09/11/1865.

3. Vila Velha, 22/08/1825.

5. Casado. 28/09/1887. Donatila Meira Tanajura.

7. Intendente de Rio de Contas (1904-1907).

13. Filiação: José de Aquino Tanajura e Antonia Francisca de Jesus Castro Coelho.

14. TANAJURA, Mozart. *História de Livramento: a terra e o homem*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2003.

Gustavo Rodolfo Abreu

1. Nenhum.

2. Furna (RC), 1860.

3. 22/10/1928.

4. 43.

5. Casado. 1º casamento: Hormezinda Ludovina de Oliveira Abreu. 2º casamento: Maria Bernardina de Oliveira Abreu (24/03/1894). 3º casamento: Ana Candida de Oliveira Abreu (04/09/1915).

6. Agricultor e lavrador.

7. Intendente (1926-1927).

8. Sim.

10. Monte-mor Rs. 93:168\$670 (móveis, semoventes, imóveis, dívidas ativas da casa comercial). Proprietário de terras.

13. Filiação: Tenente Ambrósio José de Abreu e Ana Severina de Oliveira Abreu. Pai do chefe político local e sócio Rodolfo Abreu.

14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Casamento (1909-1921). Livro n.º 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Inventários. ID: Gustavo Rodolfo Abreu 1929-1929. Estante 04, caixa 132, maço 228, doc. 1945, fls. 212. BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil*. Realizado em 1 de setembro de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado da Bahia. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923, vol. 2.

José de Aquino Tanajura

1. Nenhum.
2. Salvador, 16/09/1831.
3. Vila Velha, 15/01/1918.
4. 72.
5. Casado. 30/09/1861. Antonia Francisca de Jesus Alves Castro Coelho.
6. Médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1856).
7. Vereador da Câmara Municipal de Rio de Contas; eleito deputado geral em 1889; intendente de Rio de Contas (1890-1899); senador estadual (1897-1905).
8. Sim.
13. Filiação: José de Aquino Tanajura e Felismina de Aquino Tanajura. Pai de Francisco Octaviano Tanajura e genro de Ursino de Souza Meira Júnior.
14. TANAJURA, Mozart. *História de Livramento: a terra e o homem*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2003; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de lançamento de sócios admitidos no Club Rio Contense (1902-1942). Caixa 02.

Plínio Viana Dantas

1. 2º Secretário da Diretoria (1921).
2. Rio de Contas, 03/06/1904.
4. 16.
6. Odontólogo (FAMEB/1933); estudou no Ginásio Ypiranga.
7. Intendente (1930-1931).

8. Sim.

11. Presidente do Grêmio Carneiro Ribeiro/SSA (1927); sócio efetivo do Sport Club Rio Contense.

13. Filiação: Cisinio Dantas Barbosa e Alzira Vianna Dantas.

14. *O Pequeno*, Minas do Rio de Contas, 1923; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Nascimento (1923-1932). Livro n.º 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do Club Rio Contense (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Caixa 05; AMMS. Registro de matrícula de aluno (não classificado).

Rodolfo de Oliveira Abreu

1. Vice-Presidente da Diretoria (1927-1933; 1935-1941). Vice-Presidente da Assembleia Geral (1924-1926). Comissão Fiscal (1921).

2. Furna, 01/01/1886.

3. Rio de Contas, 16/02/1971.

4. 21.

5. Casado. Alcides Amelia Abreu.

6. Negociante.

7. Intendente (1922-1925; interino 1926-1927); Conselheiro Municipal (1926-1929); vereador (1929-1930); prefeito (1931-1940; 1948-1951; 1955-1958).

8. Sim.

9. Capitão.

11. Sócio Benemérito da Sociedade Musical Guarany; sócio contribuinte do Sport Club Rio Contense.

13. Filiação: Gustavo Rodolfo Abreu e Hormezinda Loduvina de Oliveira Abreu.

14. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (1891-1940). AMRC. Fundo Conselho Municipal. Livro de Atas do Conselho Municipal (1919-1934). Caixa 01; AMRC. Fundo Prefeitura Municipal. Livro para Registro de Atas especiais 1937-1944. Caixa 01; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral do CRC (1902-1999). Caixa 03; AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de movimento dos sócios da Sociedade Musical Guarany (1933-1939). Caixa 05;

AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de atas das sessões do Sport Club Rio Contense (1921-1922). Caixa 05.

Ursino de Souza Meira Júnior

1. Nenhum.
2. 01/04/1949.
5. Casado. 1893. Ana Cândida Tanajura.
7. Intendente de Rio de Contas (1900-1903).
13. Neto do capitão Francisco de Souza Meira, genro de José de Aquino Tanajura.
14. TANAJURA, Mozart. *História de Livramento: a terra e o homem*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2003.

APÊNDICE E – LISTA NOMINAL DAS PROTETORAS DA BOLSA DE CARIDADE

1. Aida Freire Rocha
2. Alcides Silva Ramos
3. Amelia Ramos Gottschall
4. Amelia Silva Ramos
5. Antonia Almerinda Barboza
6. Antonieta Martins Souto
7. Aurea Gottschall Silva
8. Carmelita Trindade Cardoso
9. Celina Dantas Teixeira
10. Celuta Viana Silva
11. Clarice Martins Souto
12. Cleonice Gottschall da Silva
13. Clotilde Antonieta Souto
14. Dulce Guimarães Gottschall
15. Edesia Florisa e Silva
16. Elizete Cruz Pinto
17. Ester Luiza Santos
18. Ester Ramos Cardoso
19. Eulina Abreu da Silva
20. Floripes Ramos Dantas
21. Florisa Henriqueta Viana
22. Florisa Silva Ramos
23. Georgina Gottschall Martins
24. Gerolina Viana Dantas
25. Gersionete Dantas Viana
26. Helena Vianna
27. Hilda Ramos Pinto
28. Hildete Rosa dos Santos
29. Hormezinda Abreu
30. Idalia Aurélia Dantas
31. Idalia Gottschall Souto

32. Isaura Silva Ramos
33. Julieta Teixeira
34. Lenir de Castro Trindade
35. Lira Trindade
36. Luzmarina Silva Ramos
37. Maria Conceição Souto
38. Maria de Lourdes Rocha
39. Maria Helena da Rocha Souto
40. Maria Trindade Cruz
41. Marieta Gottschall Martins
42. Marieta Martins Souto
43. Nely Ramos Cardoso
44. Othilia Josephina de Santana
45. Perpétua Maria Silva
46. Petronila Santos
47. Rachel Gottschall Martins
48. Raquel de Souza Ramos
49. Stelita Lafetá Pinto
50. Stella Izabel Oliveira
51. Zoraide Abreu Dantas
52. Zulmira Ribeiro Chaves

APÊNDICE F – FICHAS BIOGRÁFICAS DAS PROTETORAS DA BOLSA DE CARIDADE

Nome	Data de Nascimento	Data de Óbito	Data de Casamento	Nome do marido	Filhos	Filiação
Aida Freire Rocha	28/10/1915 (natural de Sincorá, Barra da Estiva)		26/07/1938	Godofredo Ramos Cardoso (negociante) (filho de João Cardoso de Albuquerque)		Francisco de Oliveira Rocha e Maria Amada Freire Rocha (falecida em 20/02/1920 e natural da capital, professora pública do termo de Sincorá)
Alcides Silva Ramos	19/11/1924		25/03/1951	Valdemir Rodrigues da Silva (natural de Igarorã, distrito de Caetité; viúvo de Olga Gentil de Castro Silva, também de Caetité) (negociante)		José dos Santos Ramos e Adolphima da Silva Ramos
Amelia Ramos Gottschall [Gottschall Dantas]	22/04/1913		25/07/1931			Adolpho da Silva Gotschalh (filho de João Caetano da Silva e Carlota Henrique Gotschalh da Silva) e Armandina Ramos Gotschalh (filha de Arlindo Eutropio Ramos e Clementina de Lima Ramos e irmã de Annalia que também foi casada com o Adolpho).

Nome	Data de Nascimento	Data de Óbito	Data de Casamento	Nome do marido	Filhos	Filiação
Amelia Silva Ramos	02/08/1919		Outubro/1942	Jorge Cruz Pinto		José dos Santos Ramos e Adolphina da Silva Ramos
Antonia Almerinda Barboza						
Antonieta Martins Souto	03/06/1903		03/07/1924	Alvaro Carlos Souto (filho de Carlos Souto); pais da mulher de Filogonio Ramos Cardoso		Antonio Souto e Leonidia Martins Souto
Aurea Gottschall Silva						
Carmelita Trindade Cardoso (Carmelita Cardoso Moreira)	09/09/1910		08/02/1929	Gabriel Dias Moreira (lavrador/artista, natural do distrito de Caatinga Seca). Mudaram-se para Londrina, Paraná.		Godofredo Cardoso e Maria Illydia da Trindade Cardoso
Celina Dantas Teixeira	1945 (estudante)		Solteira (em 1963)			
Celuta Viana Silva	(secretária do Ginásio/1961; serventuária da Justiça/1974)		Solteira (em 1974)			
Clarice Martins Souto [Souto e Silva]	23/12/1904		21/01/1930	José Bomfim da Silva (negociante) (natural de Vila do Paramirim)		Antonio Souto e Leonida Martins Souto
Cleonice Gottschall da Silva	07/06/1910 (vereadora em 1937)		Casou-se			José Henrique Gotschalk da Silva e Ilydia Guimarães de Castro Gotschalk da Silva

Nome	Data de Nascimento	Data de Óbito	Data de Casamento	Nome do marido	Filhos	Filiação
Clotilde Antonieta Souto	19/06/1925 (secretária da prefeitura/1948)					Álvaro Carlos Souto e Antonieta Martins Souto
Dulce Guimarães Gottschall	11/06/1901		24/11/1928	João Oliveira Chaves (artista) (filho do Major José Oliveira Chaves)		José Henrique Gotschal da Silva e Ilydia Guimarães de Castro Gotschalk da Silva
Edesia Florisa e Silva	(professora)					
Elizete Cruz Pinto	05/11/1923		25/04/1946	Carlos Meira de Oliveira (lavrador) (natural de Jureminha, distrito de Itanagé do termo de Livramento)		Manoel Moyses Pinto (já falecido em 1946) e Antonia Cruz Pinto
Ester Luiza Santos	24/09/1910		21/01/1930	José Ramos Dantas		Appio José dos Santos e Nasimiana Maria da Conceição Santos
Ester Ramos Cardoso	22/07/1907 (cor branca)		12/06/1935	Benjamim José dos Santos (artista, filho de Appio José dos Santos); cor morena.		João Cardoso de Albuquerque e Adelia da Silva Albuquerque
Eulina Abreu da Silva	11/10/1913		24/09/1941	Armindo Viana Chaves (artista) (filho de José Ribeiro Chaves e neto de Joaquim de Oliveira Chaves)		Bernardo José da Silva (já falecido em 1941) e Alcina Claudina de Abreu Silva. *irmã de Clovis Abreu.

Nome	Data de Nascimento	Data de Óbito	Data de Casamento	Nome do marido	Filhos	Filiação
Floripes Ramos Dantas	15/11/1913 (branca)		30/12/1941	Flávio Antonio dos Santos (artista) (cor morena; filho de Appio José dos Santos)		Antonia Ramos Dantas
Florisa Henriqueta Ramos Viana	28/03/1925 (costureira)		29/02/1950	Jose Walter Leite (negociante em Brumado) (natural de Bom Jesus dos Meiras - Brumado)		Manoel Xavier Viana e Maria Trindade Ramos Viana
Florisa [Candida da] Silva Ramos	24/07/1901 (costureira)		09/05/1923	Manoel da Cruz Ramos (artista)		Adolpho Trajano da Silva Pinto e Elpidia Candida da Silva (padrinho Izidro Rodrigues Vianna – pai de Olimpio Rodrigues Vianna, já falecido em 1922).
Georgina Gottschall Martins						
Gerolina Dantas Viana	07/03/1924 (funcionária municipal; escriturária da prefeitura/ 1948)		06/05/1950	Alvaro Aurelio Dantas (viúvo de Atanagilda Viana Dantas) (artífice)		Jose Constancio Vianna (já falecido em 1950) e Eulina Dantas Vianna (irmã de Plínio Viana Dantas)
Gersionete Dantas Viana	06/07/1928					José Constâncio Vianna e Eulina Dantas Vianna
Helena Vianna				(transferiu residência para Cachoeira 10/04/1927)		

Nome	Data de Nascimento	Data de Óbito	Data de Casamento	Nome do marido	Filhos	Filiação
Hilda Ramos Pinto	08/05/1925		15/06/1946	Juvenal Candido Teixeira (artífice)		João Pinto Leão e Maria Amelia Ramos Pinto
Hildete Rosa dos Santos	06/02/1928 (funcionária municipal)		Solteira			Athanásio José dos Santos e Laurinda Rosa dos Santos
Hormezinda Abreu	30/12/1910 (escrivã da Coletoria Federal/ 1941)					Rodolpho Oliveira Abreu e Alcides Amelia de Abreu
Idalia Aurélia Dantas	23/10/1910 (cor morena)		24/07/1936	João Candido Teixeira (cor morena) (artista)		João Aurelio Dantas (falecido em 24/01/1931) e Anna Candida de Abreu Dantas
Idalia [Pires] Gottschall Souto	04/12/1895 (modista)		10/04/1923	Joaquim Souto (negociante)		Hermano Henrique Gostchall e Anna Bella Pires Gotschall
Isaura Silva Ramos	04/03/1924		31/12/1947	Arlindo Adolpho Gottschal (negociante) (filho de Adolpho da Silva Gottschal; neto de Arlindo Ramos - materno)		Manoel da Cruz Ramos e Florisa da Silva Ramos
Julieta Teixeira	07/09/1917					Manoel José Teixeira e Maria Candida de Oliveira Teixeira
Lenir de Castro Trindade	12/11/1920					Manoel Pedro Dantas da Trindade e Virginia Augusta de Castro Trindade

Nome	Data de Nascimento	Data de Óbito	Data de Casamento	Nome do marido	Filhos	Filiação
Lira [de Castro] Trindade [Pinto]	20/04/1913 (branca)	24/09/1979	03/05/1955	Esaú Pinto (farmacêutico) (irmão de Manoel Leandro e Stelita Lafetá)	Luiz; Ana Maria Trindade e Paulo Trindade Pinto.	Manoel Pedro Dantas Trindade (filho de José Amaro Dantas Trindade) e Virginia Augusta de Castro Trindade
Luzmarina Silva Ramos	1943 (doméstica)		Solteira (em 1963)			
Maria Conceição Souto	06/07/1928 (doméstica)		Solteira (em 1963)			Álvaro Carlos Souto e Antonieta Martins Souto
Maria de Lourdes Rocha [Cardoso]	28/03/1908 (costureira) (comerciante; sócia de Filogônio Ramos Cardoso) Presidente do Centro da Legião Brasileira de Assistência 1944.		27/04/1933	Emiliano Ramos Cardoso		José Basílio Justiniano da Rocha e Aguida Bomfim da Silva Rocha
Maria Helena da Rocha Souto	1898 (branca) (aposentada INPS)	08/09/1988	Solteira		Não há.	Carlos Souto e Maria Carmem da Rocha Souto
Maria Trindade Cruz	1928 (doméstica)		Solteira (em 1963)			
Marieta Gottschall Martins	05/02/1922 (cor branca)		Julho/1947	Manoel Celestino dos Santos Filho (cor morena)		Carlos Rufino Martins e Maria Gottschall Martins

Nome	Data de Nascimento	Data de Óbito	Data de Casamento	Nome do marido	Filhos	Filiação
Marieta Souto Martins	15/09/1913	16/05/2003				Antonio Souto e Leonidia Martins Souto
Nely Cardoso Ramos	16/12/1910					João Cardozo de Albuquerque e Adelia da Silva Albuquerque
Othilia de Santana Josephina	1895					Francisco José Santana e Josephina de Carvalho Santa'Anna
Perpétua Maria Silva	1944 (professora primária)		Solteira (em 1974) (Reside em Iguai)			Judite Julia da Silva
Petronila Santos	31/05/1914	28/06/2003				Appio José dos Santos e Nazimiana Maria da Conceição (ambos naturais de Caetité)
Rachel Martins Gottschall (Rachel Martins Cardoso)	25/01/1902 (comerciante Martins & Cia)			Viúva de Silvino Cardoso de Albuquerque		Francisco Joaquim de Oliveira Martins e Maria Gottschall Martins
Raquel de Souza Ramos						
Stelita Pinto Laffeté	04/01/1924 (cor branca)		24/07/1943	Agenor Lima Santos (natural de Abaíra) (negociante) (cor morena)		Alvina Laffeté Barbosa Pinto. * irmã de Manoel Leandro Pinto.
Stella Oliveira Izabel	31/05/1902					Elpidio de Oliveira Martins e Izabel Rufino de Oliveira Martins

Nome	Data de Nascimento	Data de Óbito	Data de Casamento	Nome do marido	Filhos	Filiação
Zoraide Abreu Dantas						
Zulmira Ribeiro Chaves	17/05/1905		1928	Francisco Probo Meira (residente no Umbuzeiro, Lto.)		Joaquim de Oliveira Chaves e Ana Christina Ribeiro Chaves

Fontes: AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Nascimento. Livros n.ºs 01, 02 e 03; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Casamento. Livros n.ºs 01, 02 e 03; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Habilitação de Casamento (1842-1995). Caixas 01-18; AMRC. Fundo Cartório do Registro Civil e Pessoas Naturais. Seção Judiciário. Série Registro de Óbito. Livros n.ºs 01, 02 e 03; PSSSRC. Livro de Registros de Casamentos 1873-1914/1914-1919; AMRC. Fundo Cartório dos Feitos Cíveis. Seção Judiciário. Série Inventários e Arrolamentos. AMRC. Fundo Cartório Eleitoral. Série Habilitação Eleitoral. Caixa 11; AMRC. Fundo Cartório Eleitoral. Série Habilitação Eleitoral. Caixa 09.

APÊNDICE G – COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO CLUB RIO CONTENSE POR DIRETORIA (1902-1966)

Diretoria 1902

Presidente: José Basílio Justiniano da Rocha

Vice-Presidente: José Henrique Gottschall da Silva

1º Secretário: Silvino Cardoso Albuquerque

2º Secretário: Joaquim de Oliveira Chaves

Tesoureiro: Antonio Souto

Bibliotecário: Hermano Henrique Gottschall

Orador: Affonso Liguori de Medeiros

Comissão Fiscal: João Austriclino Cunha; José Amaro Dantas Trindade; Francisco Manoel Ribeiro.

Diretoria 1903

Presidente: Carlos Souto

Vice-Presidente: Affonso Liguori de Medeiros

1º Secretário: Silvino Cardoso Albuquerque

2º Secretário: José Rodrigues Trindade

Tesoureiro: Antonio Souto

Bibliotecário: Adalberto Rocha (exonerado do cargo em 06/01/1903)/ José Henrique Gottschall da Silva

Orador: Basílio Rocha

Comissão Fiscal: Joaquim Chaves (relator); José Amaro Dantas Trindade; Tibério Miranda.

Diretoria 1904

Presidente: Carlos Souto

Vice-Presidente: Elpídio Martins

1º Secretário: Joaquim Chaves

2º Secretário: Olympio Vianna

Tesoureiro: Antonio Souto

Bibliotecário: Arnulpho Gottschall

Orador: José Basílio

Comissão Fiscal: José Henrique (relator); Zeferino Pedro (exonerado em 15/06/1904)/ Silvino Cardoso; Adalberto Rocha.

Diretoria 1905

Presidente: José Basílio Rocha

Vice-Presidente: Antonio Souto

1º Secretário: Joaquim Chaves

2º Secretário: Francisco Martins (renúncia em 13/01/1905)/ Godofredo Cardoso (interino)/

Eunapio Cesar da Silva

Tesoureiro: José Henrique

Bibliotecário: Silvino Cardoso

Orador: Elpídio Martins

Comissão Fiscal: Adolpho Trajano (relator); Hermano Gottschall; Carlos Souto

Diretoria 1906

Presidente: Marcelino José das Neves

Vice-Presidente: Adolfo Henrique Gottschall

1º Secretário: Francisco Manuel Ribeiro

2º Secretário: Francisco José Santana

Tesoureiro: Carlos Souto

Bibliotecário: Silvino Tito Alves

Orador: Arnulpho Gottschall

Comissão Fiscal: Juvenal Candido de Oliveira (relator); João Cardoso de Albuquerque;
Antonio Joaquim do Bomfim.

Diretoria 1907

Presidente: Marcelino José das Neves

Vice-Presidente: Antonio Souto

1º Secretário: Joaquim de Oliveira Chaves

2º Secretário: José Isidro Vianna

Tesoureiro: Silvino Cardoso de Albuquerque

Bibliotecário: Arnulpho Gottschall

Orador: José Basilio Justiniano da Rocha

Comissão Fiscal: Carlos Souto (relator); Adalberto Rocha; Professor Santana

Diretoria 1908

Presidente: Antonio Souto

Vice-Presidente: Silvino Cardoso

1º Secretário: Manoel Pedro Dantas da Trindade

2º Secretário: José Henrique Gottschall da Silva

Tesoureiro: Godofredo Cardoso

Bibliotecário: José Isidro Vianna/Juvenal Candido de Oliveira (substituto)

Orador: Marcelino José das Neves

Comissão Fiscal: Claudemiro Cruz (relator); Arnulfo Gottschall; João Cardozo.

Diretoria 1909

Presidente: José Basilio Rocha

Vice-Presidente: Arlindo E. Ramos

1º Secretário: Theonilho Marques/ José Pinto de Athayde (subs.)

2º Secretário: João Baptista Neves/ Olynto San'Ana (subs.)

Tesoureiro: João Cardozo

Bibliotecário: Juvenal Candido de Oliveira

Orador: Arnulpho Gottschall

Comissão Fiscal: Olyntho Santana (relator)/ Bernardo Silva (subs.); Joaquim de Oliveira Chaves; Antonio Silvestre Ramos.

Diretoria 1910

Presidente: José Basilio Rocha

Vice-Presidente: Arlindo Ramos

1º Secretário: José Pinto de Athayde/ José Henrique Gottschall da Silva

2º Secretário: Olynto Santana

Tesoureiro: João Cardozo

Bibliotecário: Juvenal Candido de Oliveira

Orador: Arnulpho Gottschall

Comissão Fiscal: Antonio Silvestre Ramos (relator)/Leovigildo Silva; Bernardo Silva; Octaciano Santana

Diretoria 1911

Presidente: Antonio Agrippino da Silva Borges

Vice-Presidente: Arnulpho Gottschall

1º Secretário: Antonio Marques Braga

2º Secretário: Silvino Tito

Tesoureiro: João Cardozo

Bibliotecário: Arlindo Ramos Junior

Orador: Elpidio de Oliveira Martins

Comissão Fiscal: Egydio Josué Gitirana (relator); João Martins; Antonio da Silva Mello.

Diretoria 1912

Presidente: Antonio Souto

Vice-Presidente: José Henrique Gottschall da Silva

1º Secretário: Juvenal Candido de Oliveira

2º Secretário: Octaciano Santana

Tesoureiro: João Cardozo de Albuquerque

Bibliotecário: Arnulpho de Oliveira Gottschall

Orador: Antonio da Silva Mello

Comissão Fiscal: Arlindo Ramos (relator); Basilio da Rocha; Hermano Gottschall.

Diretoria 1913

Presidente: José Basílio Rocha

Vice-Presidente: Egydio Josué Gitirana

1º Secretário: Valeriano Pinto Gomes

2º Secretário: Juvenal Candido Oliveira

Tesoureiro: José Henrique Gottschall da Silva

Bibliotecário: Alexandrino Rodrigues da Silva

Orador: Arnulfo de Oliveira Gottschall

Comissão Fiscal: Claudemiro Alves Benjamim Cruz (relator); Arlindo Ramos Junior; Joaquim Souto.

Diretoria 1914

Presidente: José Basílio Rocha

Vice-Presidente: Egydio Gitirana

1º Secretário: Juvenal Candido Oliveira

2º Secretário: Silvino Tito

Tesoureiro: José Henrique

Bibliotecário: Alexandrino Rodrigues da Silva

Orador: Arnulfo Gottschall

Comissão Fiscal: José Trindade (relator); Affonso Guanaes; João Cardoso.

Diretoria 1915

Presidente: Antonio Souto

Vice-Presidente: Hermano Gottschall

1º Secretário: Arlindo Ramos Junior

2º Secretário: Affonso Guanaes (não aceitou)/ subs. por Arnulfo Gottschall

Tesoureiro: José Henrique Gottschall / subs. por Alexandrino Silva

Bibliotecário: José Trindade

Orador: Vigário Lucio Ramos

Comissão Fiscal: Appio Santos (relator); Henrique Gottschall; Alexandrino Rodrigues da Silva (subs. por João Cardoso de Albuquerque).

Diretoria 1916

Presidente: José Basílio Rocha

Vice-Presidente: Vigário Lucio Ramos

1º Secretário: Juvenal Candido Oliveira

2º Secretário: Alexandrino Rodrigues da Silva

Tesoureiro: João Cardoso de Albuquerque

Bibliotecário: Alvaro Souto

Orador: Arnulfo de Oliveira Gottschall

Comissão Fiscal: Arlindo Ramos Junior (relator); Appio José dos Santos; José Cisintino de Almeida.

Diretoria 1917

Presidente: José Basílio Rocha

Vice-Presidente: Vigário Lucio Ramos

1º Secretário: Juvenal Candido de Oliveira

2º Secretário: Valeriano Pinto Gomes

Tesoureiro: José de Oliveira Chaves

Bibliotecário: Álvaro Carlos Souto

Orador: Arnulfo Gottschall

Comissão Fiscal: Appio Santos (relator); José Quintino de Almeida (subs. Durval Ribeiro); Arlindo Ramos Junior;

Diretoria 1918

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: José Henrique Gottschall

1º Secretário: Manoel Pedro Dantas Trindade

2º Secretário: Silvino Cardoso de Albuquerque Sobrinho

Tesoureiro: José Oliveira Chaves

Bibliotecário: Juvenal Candido de Oliveira

Orador: José Rodrigues Trindade

Comissão Fiscal: Álvaro Souto (relator); Arnulfo Gottschall e Appio José dos Santos.

Diretoria 1919

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: José Henrique Gottschall

1º Secretário: Álvaro Carlos Souto

2º Secretário: Silvino Cardoso de Albuquerque Sobrinho

Tesoureiro: José Oliveira Chaves

Bibliotecário: Juvenal Candido de Oliveira

Orador: José Rodrigues Trindade

Comissão Fiscal: Tibério Miranda (relator); Antonio Souto; Arnulfo Gottschall.

Assembleia Geral 1919: *criada em assembleia de 10/09/1919*

Presidente: José Basilio Rocha

Vice-Presidente: Hermano Gottschall

1º Secretário: Arlindo Ramos Jr.

2º Secretário: José Aristeu Martins

Diretoria 1920

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Antonio Souto

1º Secretário: Antonio Gottschall da Silva

2º Secretário: Carlos Henrique Gottschall

Tesoureiro: José de Oliveira Chaves

Bibliotecário: Alvaro Souto

Orador: José Rodrigues Trindade

Comissão Fiscal: Appio Santos (relator); Raphael Rocha Viana; Braulio Vianna Dantas (Hermano Gottschall; Tibério Severino de Miranda e Juvenal Candido de Oliveira – suplentes).

Assembleia Geral 1920:

Presidente: José Basilio Rocha

Vice-Presidente: José Henrique Gottschall

1º Secretário: Arlindo Ramos Junior

2º Secretário: José Aristeu Martins

Diretoria 1921

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Antonio Souto

1º Secretário: Alvaro Souto

2º Secretário: Plínio Dantas

Tesoureiro: José de Oliveira Chaves

Bibliotecário: Francisco Manoel Ribeiro

Orador: Arnulpho Gottschall

Comissão Fiscal: Carlos Martins (relator); Appio Santos; Rodolpho Abreu (José Julio; Juvenal Candido e Arlindo Ramos Jr. – suplentes).

Assembleia Geral 1921:

Presidente: José Basilio Rocha

Vice-Presidente: José Henrique Gottschall

1º Secretário: João Cardoso

2º Secretário: Waldemar Souto

Diretoria 1922

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Antonio Souto

1º Secretário: Álvaro Carlos Souto

2º Secretário: Waldemar Souto

Tesoureiro: José Oliveira Chaves

Bibliotecário: Francisco Manoel Ribeiro

Orador: Arnulpho de Oliveira Gottschall

Comissão Fiscal: Appio José dos Santos (relator); Carlos Rufino Martins; Juvenal Candido de Oliveira. (Adolpho Trajano da Silva, Francisco Joaquim de Oliveira Martins e Tibério Severino de Miranda – supl.)

Assembleia Geral 1922:

Presidente: José Basilio Rocha

Vice-Presidente: Jose Henrique Gottschal da Silva

1º Secretário: João Cardoso de Albuquerque

2º Secretário: Carlos Gottschall

Diretoria 1923

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Antonio Souto

1º Secretário: Álvaro Carlos Souto

2º Secretário: Waldemar Martins Souto

Tesoureiro: José de Oliveira Chaves

Bibliotecário: Francisco Manoel Ribeiro

Orador: Arnulpho Gottschall

Comissão Fiscal: Appio José dos Santos (relator); Carlos Martins; Adolpho Trajano da Silva (Aristides Pinto; João Chaves; Guilherme Rocha – supl.)

Assembleia Geral 1923:

Presidente: José Basilio Rocha

Vice-Presidente: Jose Henrique Gotschall da Silva

1º Secretário: João Cardoso de Albuquerque

2º Secretário: Carlos Gottschall/ sub. Edgard Gottschall exonera-se 25/12/1923

Diretoria 1924

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Arnulpho de Oliveira Gottschall

1º Secretário: Álvaro Carlos Souto

2º Secretário: José Rodrigues Trindade/subs. Emiliano Ramos Cardoso

Tesoureiro: João Cardoso de Albuquerque

Bibliotecário: Juvenal Candido de Oliveira

Orador: José Wanderley Pereira de Sousa/subs. José Rodrigues Trindade

Comissão Fiscal: Antonio Souto (relator); Arlindo Ramos Junior; João Oliveira Martins; (Antonio Gottschall, Aristides Olavino Pinto e Emiliano Ramos Cardoso – supl.)

Assembleia Geral 1924:

Presidente: José Basilio Rocha

Vice-Presidente: Rodolpho de Oliveira Abreu

1º Secretário: Francisco Manoel Ribeiro/subs. Antonio Irineu Trindade

2º Secretário: José Aristeu Martins

Diretoria 1925

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Antonio Souto

1º Secretário: Álvaro Carlos Souto

2º Secretário: Emiliano Ramos Cardoso

Tesoureiro: João Cardoso de Albuquerque

Bibliotecário: Juvenal Candido de Oliveira

Orador: Arnulpho Oliveira Gottschall

Comissão Fiscal: Adolpho Tajano da Silva (relator); Arlindo Ramos Junior; Appo José dos Santos; (Athanasio José dos Santos, Julio Sabino dos Santos e Francisco de Oliveira Martins – supl.)

Assembleia Geral 1925:

Presidente: José Basilio Rocha

Vice-Presidente: Rodolpho de Oliveira Abreu

1º Secretário: Antonio Irineu Trindade

2º Secretário: José Aristeu Martins

Diretoria 1926

Presidente: José Basílio Rocha

Vice-Presidente: Antonio Souto

1º Secretário: Adolpho Trajano da Silva Pinto

2º Secretário: Benjamim José dos Santos

Tesoureiro: João Cardoso de Albuquerque

Bibliotecário: Emiliano Ramos Cardoso

Orador: José Wanderley Pereira de Souza

Comissão Fiscal: Arlindo Ramos Junior (relator); Athanasio José dos Santos; Appio José dos Santos (Henrique Gottschall da Silva, Antonio Vianna e Francisco de Oliveira Martins – supl.)

Assembleia Geral 1926:

Presidente: Arnulfo Gottschall

Vice-Presidente: Rodolpho Abreu

1º Secretário: Antonio Irineu Trindade

2º Secretário: José Guilherme Gottschall

Diretoria 1927

Presidente: José Basílio da Rocha

Vice-Presidente: Rodolpho de Oliveira Abreu

1º Secretário: José Aristeu Martins

2º Secretário: Octacilio Vianna Dantas

Tesoureiro: João Cardoso de Albuquerque

Bibliotecário: Arnulpho Gottschall/ subs. Francisco Manoel Ribeiro

Orador: José Wanderley Pereira de Souza/ subs. Arnulpho Gottschall

Comissão Fiscal: Appio José dos Santos (relator); Athanasio José dos Santos; José Guilherme Ramos Gottschall (Manoel José Gottschall Martins, Carlos Martins e Alvaro Dantas – supl.)

Assembleia Geral 1927:

Presidente: Antonio Souto

Vice-Presidente: Adolpho Trajano da Silva

1º Secretário: Antonio Irineu Trindade

2º Secretário: Abilio Cezar de Almeida

Diretoria 1928

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Rodolpho de Oliveira Abreu

1º Secretário: Abilio Cezar de Almeida/subs. Alvaro Carlos Souto

2º Secretário: Cantidio Trindade/subs. Emiliano Ramos Cardoso

Tesoureiro: João Cardoso de Albuquerque

Bibliotecário: Francisco Manoel Ribeiro

Orador: Arnulpho Gottschall

Comissão Fiscal: Appio José dos Santos (relator); Carlos Martins; Athanasio José dos Santos (Elpidio Querino Ribeiro, Armindo Miranda e José Guilherme Ramos Gottschall– supl.)

Assembleia Geral 1928:

Presidente: Antonio Souto

Vice-Presidente: Adolpho Trajano da Silva

1º Secretário: Cleophano Ramos

2º Secretário: Francisco Dorival da Rocha

Diretoria 1929

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Rodolfo Oliveira Abreu

1º Secretário: Alvaro Carlos Souto

2º Secretário: Emiliano Ramos Cardoso

Tesoureiro: João Cardoso de Albuquerque

Bibliotecário: Clovis Abreu da Silva

Orador: Arnulfo de Oliveira Gottschall

Comissão Fiscal: Appio José dos Santos (relator); Athanasio José dos Santos; Carlos Rufino Martins (Arlindo Ramos Júnior, Manoel Leandro Pinto e José Aristeu Martins – supl.)

Assembleia Geral 1929:

Presidente: Antonio Souto

Vice-Presidente: Adolpho Trajano da Silva

1º Secretário: Antonio Irineu trindade

2º Secretário: Francisco Dorival Rocha

Diretoria 1930

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Rodolpho de Oliveira Abreu

1º Secretário: Alvaro Carlos Souto

2º Secretário: Abilio Cezar de Almeida

Tesoureiro: João Cardoso de Albuquerque

Bibliotecário: Emiliano Ramos Cardoso

Orador: Arnulpho de Oliveira Gottschall

Comissão Fiscal: Carlos Rufino Martins (relator); vogaes: Athanasio José dos Santos e Appio José dos Santos (Adolpho Trajano da Silva, Alvaro Aurelio Dantas e José Carlos Souto – supl.)

Assembleia Geral 1930:

Presidente: José Basílio da Rocha

Vice-Presidente: Antonio Souto

1º Secretário: Antonio Irineu Trindade

2º Secretário: Francisco Dorival Rocha

Diretoria 1931

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Rodolpho Oliveira Abreu

1º Secretário: Abilio Cesar de Almeida

2º Secretário: Francisco Dorival Rocha

Tesoureiro: João Cardoso de Albuquerque

Bibliotecário: Waldemar Martins Souto

Orador: Arnulpho de Oliveira Gottschall

Comissão Fiscal: Appio José dos Santos (relator); vogaes: Athanasio José dos Santos; Arlindo Eutropio Ramos Junior (Manoel Martins, Manoel Leandro Pinto e Adolpho Trajano da Silva – supl.)

Assembleia Geral 1931:

Presidente: José Basílio da Rocha

Vice-Presidente: Antonio Souto

1º Secretário: Antonio Irineu Trindade

2º Secretário: Emiliano Ramos Cardoso

Diretoria 1932

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Rodolpho de Oliveira Abreu

1º Secretário: Abilio Cesar de Almeida

2º Secretário: Francisco Dorival da Rocha

Tesoureiro: João Cardoso de Albuquerque

Bibliotecário: Waldemar Martins Souto

Orador: Arnulpho de Oliveira Gottschall

Comissão Fiscal: Athanasio José dos Santos (relator); Appio José dos Santos; Arlindo Eutropio Ramos Junior (Adolpho Trajano da Silva, Francisco Joaquim de Oliveira Martins e José Carlos Souto – supl.)

Assembleia Geral 1932:

Presidente: José Basílio da Rocha

Vice-Presidente: Antonio Souto

1º Secretário: Antonio Irineu Trindade

2º Secretário: Emiliano Ramos Cardoso

Diretoria 1933

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Rodolpho Oliveira Abreu

1º Secretário: Waldemar Martins Souto

2º Secretário: Alvaro Aurelio Dantas

Tesoureiro: Francisco Joaquim de Oliveira Martins

Bibliotecário: Abilio Cesar de Almeida

Orador: Clovis Abreu da Silva

Comissão Fiscal: Arnulpho de Oliveira Gottschall (relator); Athanasio José dos Santos; Appio José dos Santos (Adolpho Trajano da Silva, Francisco Manuel Ribeiro e José Henrique Gottschall da Silva – supl.)

Assembleia Geral 1933:

Presidente: Gilberto Lopes de Andrade

Vice-Presidente: Manoel José Lucio Ramos

1º Secretário: Antonio Irineu Trindade

2º Secretário: Emiliano Ramos Cardoso

Diretoria 1934

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Adolpho Trajano da Silva

1º Secretário: Waldemar Marins Souto

2º Secretário: Alvaro Aurelio Dantas

Tesoureiro: Francisco Joaquim de Oliveira Martins

Bibliotecário: Abilio Cesar de Almeida

Orador: Clovis Abreu da Silva

Comissão Fiscal: Athanasio José dos Santos (relator); Appio José dos Santos; Manoel Leandro Pinto (Herculano Ribeiro Chaves, Osvaldo Abreu e Julio Sabino dos Santos – supl.)

Assembleia Geral 1934:

Presidente: Arnulpho de Oliveira Gottschall

Vice-Presidente: Manoel José Lucio Ramos

1º Secretário: Antonio Irineu Trindade

2º Secretário: Emiliano Ramos Cardoso

Diretoria 1935

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Rodolpho Oliveira Abreu

1º Secretário: João Francisco da Silva

2º Secretário: Manoel Leandro Pinto

Tesoureiro: João Cardoso de Albuquerque

Bibliotecário: Appio José dos Santos

Orador: Mario Jesus Pinheiro

Comissão Fiscal: Athanasio José dos Santos (relator); Hermelino Ramos Dantas-renunciou/subst. Alvaro Aurelio Dantas; Julio Sabino dos Santos (Francisco Joaquim de Oliveira Martins, Joaquim Nogueira de Novais, p/impedimento grau de parentesco, substituídos por Herculano Ribeiro Chaves e José Dantas Mineiro – e Adolpho Trajano da Silva – supl.)

Assembleia Geral 1935:

Presidente: Arnulpho de Oliveira Gottschall

Vice-Presidente: Waldemar Martins Souto

1º Secretário: Abilio Cesar de Almeida

2º Secretário: Basilio Anacleto Trindade

Diretoria 1936

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Rodolpho Oliveira Abreu

1º Secretário: João Francisco Silva

2º Secretário: Manoel Leandro Pinto

Tesoureiro: João Cardoso de Albuquerque

Bibliotecário: Adolpho Trajano da Silva

Orador: José Wanderley Pereira de Souza

Comissão Fiscal: Athanasio José dos Santos (relator); Julio Sabino dos Santos; Appio José dos Santos (Alvaro Aurelio Dantas, Aristeu Barbosa Silva e Herculano Chaves – supl.)

Assembleia Geral 1936:

Presidente: Arnulpho de Oliveira Gottschall

Vice-Presidente: Waldemar Martins Souto

1º Secretário: Abilio Cesar de Almeida

2º Secretário: Basilio Anacleto Trindade

Diretoria 1937

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Rodolpho de Oliveira Abreu

1º Secretário: João Cardoso de Albuquerque

2º Secretário: Alvaro Aurelio Dantas

Tesoureiro: João Francisco Silva

Bibliotecário: Appio José dos Santos

Orador: José Wanderley de Souza

Comissão Fiscal: Athanasio José dos Santos (relator); Julio Sabino dos Santos; Adolpho Trajano da Silva (Herculano Ribeiro Chaves, Henrique Müller de Vasconcelos e Manoel Leandro Pinto – supl.)

Assembleia Geral 1937:

Presidente: Arnulpho de Oliveira Gottschall

Vice-Presidente: Waldemar Martins Souto

1º Secretário: Abilio Cesar de Almeida

2º Secretário: Basilio Anacleto Trindade

Diretoria 1938

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Rodolpho Oliveira Abreu

1º Secretário: João Cardoso de Albuquerque

2º Secretário: Alvaro Aurelio Dantas

Tesoureiro: João Francisco da Silva

Bibliotecário: Appio José dos Santos

Orador: José Wanderley Pereira de Souza

Comissão Fiscal: Athanasio José dos Santos (relator); Julio Sabino dos Santos; Manoel Leandro Pinto (Adolpho Trajano da Silva, José Dantas Mineiro e Herculano Ribeiro Chaves – supl.)

Assembleia Geral 1938:

Presidente: Germano Monteiro dos Santos

Vice-Presidente: Arnulpho de Oliveira Gottschall

1º Secretário: Waldemar Martins Souto

2º Secretário: Henrique Müller de Vasconcellos

Diretoria 1939

Presidente: José Anacleto Freire

Vice-Presidente: Rodolpho de Oliveira Abreu

1º Secretário: João Cardoso de Albuquerque

2º Secretário: Alvaro Aurelio Dantas

Tesoureiro: João Francisco Silva

Bibliotecário: Appio José dos Santos

Orador: Clovis Abreu da Silva

Comissão Fiscal: Julio Sabino dos Santos (relator); vogaes: Athanasio José dos Santos; Manoel Leandro Pinto (João da Silva Pinto, **Raquel de Sousa Ramos** e **Amelia Silva Ramos** – supl.)

Assembleia Geral 1939:

Presidente: Germano Monteiro dos Santos

Vice-Presidente: Arnulpho de Oliveira Gottschall

1º Secretário: Waldemar Martins Souto

2º Secretário: Henrique Müller de Vasconcellos

Diretoria 1940

Presidente: Arnulpho de Oliveira Gottschall

Vice-Presidente: Rodolpho de Oliveira Abreu

1º Secretário: Manoel Leandro Pinto

2º Secretário: Almir Rodolfo Abreu

Tesoureiro: João Francisco da Silva

Bibliotecário: Alvaro Carlos Souto

Orador: Clovis Abreu da Silva

Comissão Fiscal: Athanasio José dos Santos (relator); Julio Sabino dos Santos; Appio José dos Santos (Aristides Olavino Pinto, Aristeu Barbosa e Silva e Hermelino Ramos Dantas – supl.)

Assembleia Geral 1940:

Presidente: José Basílio Rocha

Vice-Presidente: Carlos Souto

1º Secretário: Waldemar Martins Souto

2º Secretário: **Hormezinda Abreu**

Diretoria 1941

Presidente: Arnulpho de Oliveira Gottschall

Vice-Presidente: Rodolpho de Oliveira Abreu

1º Secretário: Manoel Leandro Pinto

2º Secretário: Almir Abreu

Tesoureiro: Clarindo José da Silva

Bibliotecário: Alvaro Carlos Souto

Orador: José Wanderley Pereira de Souza

Comissão Fiscal: Appio José dos Santos (relator); Julio Sabino dos Santos; Abdias Cotrim (Athanasio José dos Santos, Adolpho Trajano da Silva e Hermelino Ramos Dantas – supl.)

Assembleia Geral 1941:

Presidente: José Basilio Rocha

Vice-Presidente: Carlos Souto

1º Secretário: **Hormezinda Abreu**

2º Secretário: **Elvira Silva Ramos**

Diretoria 1942

Presidente: João Cardoso de Albuquerque

Vice-Presidente: Arnulpho de Oliveira Gottschall/subs. Alvaro Carlos Souto

1º Secretário: Abelardo Abreu da Silva/ subs. João Francisco Silva

2º Secretário: Manoel Leandro Pinto

Tesoureiro: Clarindo José da Silva

Bibliotecário: Osvaldo Rodolpho Abreu

Orador: José Wanderley Pereira de Souza/ subs. Prof.^a **Isabel Gotstchall Martins**

Comissão Fiscal: Julio Sabino dos Santos (relator); Athanasio José dos Santos; Appio José dos Santos (Hermelino Ramos Dantas, Abdias Ramos Cotrim e José dos Santos Ramos)

Assembleia Geral 1942:

Presidente: Clovis Abreu da Silva

Vice-Presidente: Emiliano Ramos Cardoso

1º Secretário: **Elvira Silva Ramos**

2º Secretário: **Durvalina da Rocha Souto**

Diretoria 1943

Presidente: Waldemar Martins Souto

Vice-Presidente: Alvaro Carlos Souto

1º Secretário: Filogonio Ramos Cardoso

2º Secretário: Ruy Barbosa da Silva

Tesoureiro: Manoel Leandro Pinto

Bibliotecário: Osvaldo Abreu

Orador: Prof.^a **Isabel Gottschall Martins**

Comissão Fiscal: Francisco Joaquim de Oliveira Martins (relator); Aristeu Barbosa e Silva; Adolpho Trajano da Silva (Hermelino Ramos Dantas, Athanasio José dos Santos e Ulisses Oliveira – supl.)

Assembleia Geral 1943:

Presidente: Clovis Abreu da Silva

Vice-Presidente: Emiliano Ramos Cardoso

1º Secretário: **Durvalina da Rocha Souto**

2º Secretário: Anibal Souto Freire

Diretoria 1944

Presidente: Waldemar Martins Souto

Vice-Presidente: Alvaro Carlos Souto

1º Secretário: Mario Passos Navarro

2º Secretário: Filogonio Ramos Cardoso

Tesoureiro: Manoel Leandro Pinto

Bibliotecário: Osvaldo Rodolfo Abreu

Orador: Prof.^a **Isabel Gottschall Martins**

Comissão Fiscal: Adolpho Trajano da Silva (relator); Francisco Joaquim de Oliveira Martins; Jesulindo Antonio dos Santos (Hermelino Ramos Dantas, Aristeu Barbosa da Silva e Appio José dos Santos – supl.)

Assembleia Geral 1944:

Presidente: Clovis Abreu da Silva

Vice-Presidente: João Cardoso de Albuquerque

1º Secretário: Anibal Souto Freire

2º Secretário: **Durvalina da Rocha Souto**

Diretoria 1945

Presidente: Waldemar Martins Souto

Vice-Presidente: Alvaro Carlos Souto

1º Secretário: Mario Passos Navarro

2º Secretário: Filogonio Ramos Cardoso

Tesoureiro: Manoel Leandro Pinto

Bibliotecário: Osvaldo Rodolfo Abreu

Orador: Prof.^a **Isabel Gottschall Martins**

Comissão Fiscal: Adolpho Trajano da Silva (relator); Athanasio José dos Santos; Francisco Joaquim de Oliveira Martins (Appio José dos Santos, Abdias Ramos Cotrim e Hermelino Ramos Dantas – supl.)

Assembleia Geral 1945:

Presidente: Clovis Abreu da Silva

Vice-Presidente: João Cardoso de Albuquerque

1º Secretário: Elpidio Gottschall Martins

2º Secretário: **Durvalina da Rocha Souto**

Diretoria 1946

Presidente: Waldemar Martins Souto

Vice-Presidente: Alvaro Carlos Souto

1º Secretário: Clarindo José da Silva

2º Secretário: Filogonio Ramos Cardoso

Tesoureiro: Manoel Leandro Pinto

Bibliotecário: Osvaldo Rodolfo Abreu

Orador: Prof.^a **Isabel Gottschall Martins**

Comissão Fiscal: Francisco Joaquim de Oliveira Martins (relator); Hermelino Ramos Dantas; Adolpho Trajano da Silva; (Abdias Ramos Cotrim, Ulisses Oliveira e Julio Sabino dos Santos – supl.)

Assembleia Geral 1946:

Presidente: Clovis Abreu da Silva

Vice-Presidente: João Cardoso de Albuquerque

1º Secretário: Elpidio Gottschall Martins

2º Secretário: **Durvalina da Rocha Souto**

De 1946 a junho de 1949 não se realizou eleições permanecendo a mesma diretoria.

Diretoria 1949

Presidente: Waldemar Martins Souto

Vice-Presidente: Alvaro Carlos Souto

1º Secretário: Clarindo José da Silva

2º Secretário: Filogonio Ramos Cardoso

Tesoureiro: Manoel Leandro Pinto

Bibliotecário: Osvaldo Rodolfo Abreu

Orador: Prof.^a **Alice Trindade Abreu da Silva**

Comissão Fiscal: Hermelino Ramos Dantas (relator); Abdias Ramos Cotrim; Francisco de Oliveira Martins (Julio Sabino dos Santos, Adolpho Trajano da Silva e Eliseu Oliveira – supl.)

Assembleia Geral 1949:

Presidente: Clovis Abreu da Silva

Vice-Presidente: João Cardoso de Albuquerque

1º Secretário: **Durvalina da Rocha Souto**

2º Secretário: Elpidio Gottschall Martins

Diretoria 1950

Presidente: Waldemar Martins Souto

Vice-Presidente: Alvaro Carlos Souto

1º Secretário: Filogonio Ramos Cardoso

2º Secretário: Clarindo José da Silva

Tesoureiro: Manoel Leandro Pinto

Bibliotecário: Osvaldo Rodolfo Abreu

Orador: Prof.^a **Alice Trindade Abreu da Silva**

Comissão Fiscal: Athanasio José dos Santos (relator); João Oliveira Abreu; Ulisses Oliveira (Hermelino Ramos Dantas, Abdias Ramos Cotrim e Adolpho Trajano da Silva – supl.)

Assembleia Geral 1950:

Presidente: Clovis Abreu da Silva

Vice-Presidente: Antonio Irineu Trindade

1º Secretário: **Durvalina da Rocha Souto**

2º Secretário: Elpidio Gottschall Martins

Diretoria 1951

Presidente: Waldemar Martins Souto

Vice-Presidente: Alvaro Carlos Souto

1º Secretário: Filogonio Ramos Cardoso

2º Secretário: Clarindo José da Silva

Tesoureiro: Manoel Leandro Pinto

Bibliotecário: Osvaldo Rodolfo Abreu

Orador: Prof.^a **Alice Trindade Abreu da Silva**

Comissão Fiscal: Athanasio José dos Santos (relator); Abdias Cotrim; Ulisses Oliveira (Hermelino Ramos Dantas, Julio Sabino dos Santos e Adolpho Trajano da Silva – supl.)

Assembleia Geral 1951:

Presidente: Antonio Irineu Trindade

Vice-Presidente: João Oliveira Abreu

1º Secretário: **Gerolina Viana Dantas**

2º Secretário: Elpidio Gottschall Martins

Diretoria 1952

Presidente: Waldemar Martins Souto

Vice-Presidente: Alvaro Carlos Souto

1º Secretário: Filogonio Ramos Cardoso

2º Secretário: Clarindo José da Silva

Tesoureiro: Manoel Leandro Pinto

Bibliotecário: Osvaldo Rodolfo Abreu

Orador: Prof.^a **Alice Trindade Abreu da Silva**

Comissão Fiscal: Athanasio José dos Santos (relator); Hermelino Ramos Dantas;

Assembleia Geral 1952:

Presidente: Antonio Irineu Trindade

Vice-Presidente: João Oliveira Abreu

1º Secretário: **Durvalina da Rocha Souto**

2º Secretário: Elpidio Gottschall Martins

Não foi possível localizar os livros de atas da Assembleia Geral e Diretoria do período 1953-1959.

Diretoria 1960

Presidente: Antonio Irineu Trindade

Vice-Presidente: Osvaldo Rodolpho Abreu

1º Secretário: João Francisco Silva

2º Secretário: Laert Paraclito Santana Martins

Tesoureiro: Alvaro Carlos Souto

Bibliotecário: Miriam Viana Silva

Orador: **Joanita Candançan Silva**

Comissão Fiscal:

Assembleia Geral 1960:

Presidente:

Vice-Presidente:

1º Secretário:

2º Secretário:

Diretoria 1961

Presidente: Osvaldo Rodolpho Abreu

Vice-Presidente: Zeferino Alves Farias

1º Secretário: Prof.^a **Miriam Viana Silva**

2º Secretário: Prof.^a **Zonia Viana Dantas**

Tesoureiro: Alvaro Carlos Souto

Bibliotecário: Érico Rodolfo Abreu

Orador: **Joanita Candançan Silva**

Comissão Fiscal:

Assembleia Geral 1961:

Presidente: Arnulpho de Oliveira Gottschall

Vice-Presidente: Filogonio Ramos Cardoso

1º Secretário:

2º Secretário:

Diretoria 1962

Presidente: Antonio Irineu Trindade

Vice-Presidente: **Durvalina da Rocha Souto**

1º Secretário:

2º Secretário: Elpídio Gottschall Martins

Tesoureiro:

Bibliotecário:

Orador: **Joanita Candançan Silva**

Comissão Fiscal:

Assembleia Geral 1962:

Presidente:

Vice-Presidente:

1º Secretário:

2º Secretário:

Diretoria 1963

Presidente: Odilon Santos

Vice-Presidente: **Durvalina da Rocha Souto**

1º Secretário: Elpídio Gottschall Martins

2º Secretário: Manoel Leandro Pinto

Tesoureiro: Osvaldo Rodolfo Abreu

Bibliotecário: Antonio Viana Silva

Orador: **Joanita Candançan Silva**

Comissão Fiscal:

Assembleia Geral 1963:

Presidente:

Vice-Presidente: Antonio Irineu Trindade

1º Secretário:

2º Secretário:

Também não se localizou os livros de atas da Assembleia Geral do período 1964-1965.

Diretoria 1966:

Presidente: Filogonio Ramos

Vice-Presidente:

1º Secretário: Manoel Leandro Pinto

2º Secretário: Osvaldo Rodolfo Abreu

Tesoureiro: Aderico Pereira

Bibliotecário: Zofir Brasil

Orador:

Comissão Fiscal:

Assembleia Geral 1966:

Presidente:

Vice-Presidente:

1º Secretário:

2º Secretário:

Fonte: AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro de Atas da Diretoria e Assembleia Geral (1902-1999). Caixa 03.

ANEXOS

ANEXO A – O *CLUB RIO CONTENSE* EM IMAGENS

Primeira Fachada do *Club Rio Contense*



Fonte: AMRC. Acervo Fotográfico. [autor desconhecido, s/d].

A imagem mostra a primeira fachada da casa que foi alugada para funcionamento do *Club Rio Contense*, em 1902. Provavelmente, no ano seguinte o edifício passou por uma reforma para colocação do letreiro, resultando na fachada conforme se vê na fotografia 5 do capítulo II, assim como na foto a seguir.²⁸²

²⁸² AMRC. Fundo Club Rio Contense. Livro n.º 01 das Atas da Diretoria e Assembleia Geral (1902-1904). Ata n.º 5 da Diretoria da sessão do dia 15/04/1903. Caixa 03.

Fachada do *Club Rio Contense* após a colocação do letreiro (por volta de 1903)



Fonte: AMRC. Acervo Fotográfico. [autor desconhecido, s/d].

Fachada atual do *Club Rio Contense*



Fonte: Acervo Pessoal, 26/07/2012.

Rua do *Club Rio Contense*

(provavelmente início do século XX)



Fonte: AMRC. Acervo Fotográfico. [autor desconhecido, s/d].

(por volta da década de 1970)



Fonte: BAHIA/IPAC, 1980, vol. 4, p. 309.

ANEXO B – ALGUNS SÓCIOS DO *CLUB RIO CONTENSE***Arlindo Eutrópio Ramos**

Fonte: AMRC. Acervo Fotográfico. [autor desconhecido, s/d].

Waldemar Martins Souto

Fonte: AMRC. Acervo Fotográfico. [autor desconhecido, s/d].

Arnulfo de Oliveira Gottschall



Fonte: AMRC. Acervo Fotográfico. [autor desconhecido, s/d].

Professores Marcelino José das Neves e Francisco Santana



Fonte: AMRC. Acervo Fotográfico. [autor desconhecido, s/d]. Ao centro, sentados, Professor Santana à esquerda e Professor Marcelino das Neves à direita.

ANEXO C – RIO DE CONTAS EM HISTÓRIA

Praça da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento



Fonte: AMRC. Acervo Fotográfico. [autor desconhecido, s/d].

Igreja do Rosário



Fonte: AMRC. Acervo Fotográfico. [autor desconhecido, s/d].